

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRUNO FONSECA GURÃO

JUNHO DE 2013: O MÊS QUE NÃO COMEÇOU

Uberlândia – MG

2016

BRUNO FONSECA GURÃO

JUNHO DE 2013: O MÊS QUE NÃO COMEÇOU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Diego Soares da Silveira

Uberlândia - MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G981j
2016 Gurão, Bruno Fonseca, 1987-
Junho de 2013 : o mês que não começou / Bruno Fonseca Gurão. -
2016.
189 f. : il.

Orientador: Diego Soares da Silveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Política - Teses. 3. Ciberespaço -
Aspectos sociais - Teses. 4. Redes sociais - Teses. I. Silveira, Diego
Soares da. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

AGRADECIMENTOS

Individualizar agradecimentos implica, inevitavelmente, cometer terríveis injustiças. Mas devo assumir este ônus, já que uma enorme injustiça é menos infeliz do que a injustiça plena.

Em primeiro lugar agradeço verdadeiramente a meu orientador, que com igual habilidade, competência e paciência conseguiu tirar-me do conforto de ideias pré-concebidas e lançar-me em um turbilhão de dúvidas – sem as quais não se pode pretender fazer ciência social – para, então, apontar belas possibilidades nas sendas, por mim inexploradas, da antropologia.

Em segundo lugar devo agradecer minha mãe e minha irmã por tolerarem as dificuldades desta exaustiva jornada.

Não poderia deixar de externar minha profunda gratidão também a Luiz Otávio, Beth e Adriano, que me acolheram com ternura em um dos momentos mais difíceis de minha vida. Jamais poderei retribuir a contento parcela mínima que seja do que fizeram por mim, mas como grande parte deste trabalho se deve a vocês, o mínimo que posso fazer é registrar aqui minha mais sincera gratidão.

Por fim, agradeço profundamente a minha companheira Isabella por todo apoio e compreensão em relação às privações e necessidades próprias de um mestrado. Sem seu apoio dificilmente esta jornada seria exitosamente concluída. Só o amor verdadeiro enseja tamanho altruísmo.

“Se aliança dissipar
E sentença for só desamor
A tormenta aumentará
Quando uma comunidade viva
Insurrece o valor da paz
Endurecendo ternamente

Todo bit, byte, e tera
Será força bruta a navegar
Será nossa herança em terra!

Amanhecerá
De novo em nós
Amanhã, será?”

(Trecho da Canção “Amanhã... Será?” da banda O Teatro Mágico)

RESUMO

Este trabalho analisa as chamadas *Jornadas de Junho* no Brasil, ocorridas em 2013, a partir do esforço para estabelecer uma ontologia própria do ciberespaço que supere antigas dicotomias que colocam homens e técnicas em polos opostos, dificultando demasiadamente qualquer análise que seja propositiva e não meramente pessimista da encruzilhada entre política e tecnologia. A análise tem como base e orientação metodológica a Teoria Ator-Rede (ANT ou TAR), amplamente utilizada nos estudos sociais da ciência e tecnologia para superar tais dicotomias e permitir a análise das redes de modo que fique evidente a instabilidade política que surge nesse contexto, mudando profundamente o jogo político.

Palavras chave: Teoria Ator-Rede, política, ciberespaço, redes sociais, manifestações.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the so called June Journeys which happened in Brazil in 2013, in an effort to establish a proper ontology for cyberspace that goes beyond old dichotomies that put men and techniques in polar opposites, making difficult to perform a constructive – and not merely pessimist – analysis of the crossroads between politics and technology. This analysis uses as basis and methodological guidance the Theory of Actor-Network (ANT or TAR) widely used in social studies of science and technology to overcome these dichotomies and allow the analysis of networks, so that is clear the political instability that arises in this context which profoundly changes the political game.

Keywords: Actor-Network Theory social networks, political, cyberspace, social networks, manifestations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grafo de Euler para representar o Enigma das Pontes de Königsberg.....	17
Figura 2 – Primeiro tuíte do governador Geraldo Alckmin sobre as manifestações do dia 11.....	63
Figura 3 – Segundo tuíte do governador Geraldo Alckmin endossa a marginalização do MPL.....	63
Figura 4 – Terceiro tuíte do governador Geraldo Alckmin avaliza a atuação policial nas manifestações do dia 11.....	63
Figura 5 – Tuíte de Geraldo Alckmin anterior às manifestações do dia 13 contrapõe direitos e já demonstra quais deles seriam mais importante.....	66
Figura 6 – Tuíte que prenuncia os momentos de terror que sobreviriam nas manifestações do dia 13.....	66
Figura 7 – Tuíte que demonstra a mudança da pauta das manifestações.....	70
Figura 8 – Tuíte que reflete a reação das pessoas à violência policial.....	70
Figura 9 – Retuíte que demonstra a mudança da pauta das manifestações.....	70
Figura 10 – Gráfico comparativo do volume de mensagens/dia, por banco de dados.....	73
Figura 11 – Percepção dos usuários do Facebook em relação a atuação do MPL.....	74
Figura 12 – Classificação dos temas em destaque.....	74
Figura 13 – Demonstração gráfica da adesão aos protestos do dia 17.....	75
Figura 14 – Grafo dos atores que mais geraram comentários no Facebook.....	76
Figura 15 – "Nuvem de <i>hashtags</i> " do dia 15 de junho.....	84
Figura 96 – Grafo de maior número de retweets do dia 15 de junho.....	86
Figura 17 – Grafo dos perfis desconhecidos mais importantes no dia 15 de junho.....	87
Figura 18 – Máscara típica do grupo <i>Anonymous</i> inspirada no personagem Guy Fawkes.....	89
Figura 19 – Comentário mais curtido na nota publicada pela página <i>Anonymous</i> Curitiba em 3 de março de 2014.....	92
Figura 20 – <i>Hashtags</i> mais utilizadas dia 16 de junho.....	94
Figura 21 – Grafo da rede do Twitter mostrando perfis influentes no dia 17 de junho.....	96

Figura 22 – Grafo das <i>hashtags</i> mais utilizadas dia 17 no Twiter.....	96
Figura 23 – Manifestante mascarado e enrolado em bandeira do Brasil participa de protesto no Centro do Rio.....	99
Figura 24 – Nota nº 11 sobre o ato de 20 de junho de 2013 publicado na página “Passe Livre São Paulo”.....	109
Figura 25 – Publicação na página “Rede Esgoto de televisão”.....	110
Figura 26 – Matérias publicadas no decorrer do período nos cinco veículos de comunicação analisados.....	125
Figura 27 – Menções diretas aos protestos nas manchetes de matérias dos cinco veículos de comunicação analisados.....	128
Figura 28 – Utilização de termos positivos ou negativos nas manchetes de matérias que trazem expressão valorativa direta no título.....	130
Figura 29 – Matérias com atores em ação positiva nos cinco veículos de comunicação analisados.....	132
Figura 30 – Matérias com autores em ação positiva no período.....	134
Figura 31 – Matérias com atores em ação negativa dos cinco veículos de comunicação analisados.....	135
Figura 32 – Matérias com autores em ação negativa no período.....	137
Figura 33 – Relato do ciclista Paulo Zapella em sua Linha do Tempo.....	157
Figura 34 – Grafo representando o “movimento #15M”.....	160
Figura 35 – Grafo representando a rede Twitter em 15/03/15.....	161
Figura 36 – Grafo comparando as redes que se conformaram no mês de junho de 2013 e no dia 15 de março de 2015 no Twitter sob a <i>hashtag</i> #vemprarua.....	162
Figura 37 – Grafo do dia 15 de março no Twitter sob a <i>hashtag</i> #vemprarua. Fonte: Facebook.....	163

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REDES E POLÍTICA: ONTOLOGIA HÍBRIDA DA CONFORMAÇÃO SOCIAL	16
2.1 Redes: origens e estudos antropológicos	16
2.2 Dicotomias fundantes da modernidade: aspectos e implicações	22
2.3 Nem moderna nem pós-moderna: a ontologia a-moderna das redes	29
2.4 Transformação e resistência: um caminho antropológico seguro.....	33
2.5 Ciberapocalipse e Tecnoemancipação: o equívoco simétrico?.....	36
2.6 Ciberespaço: rizomas que não podem ser aniquilados	44
3 POLÍTICA NAS RUAS E NAS REDES: A CONVULSÃO BRASILEIRA EM 2013	51
3.1 Breve histórico das mobilizações em rede.....	51
3.2 Reconstituição das <i>jornadas de junho</i> no Brasil em 2013	54
3.2.1 Raízes dos protestos	54
3.2.2 Primeira fase dos protestos.....	58
3.2.3 Segunda fase dos protestos: de vândalos a honoráveis	81
4 MÍDIA (DE MASSA?): NOVAS ESTÉTICAS, NOVAS POLÍTICAS, NOVOS RUMOS	112
4.1 A arte e os meios de comunicação.....	113
4.2 A mídia tradicional – questões preliminares.....	118
4.3 A mídia tradicional nas Jornadas de Junho de 2013	122
4.3.1 Gráficos do levantamento quantitativo das publicações analisadas.....	125
4.3.2 Análise qualitativa das chamadas e manchetes dos protestos	127
4.4 Midialivrismo – novas estéticas, novos sujeitos, novas perspectivas.....	140
5 DE 2013 A 2015: O QUE RESTOU DO PERFUME DAS FLORES?	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
7 POSFÁCIO.....	171
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

Amanhã... será?

A incerteza estampada no título da canção da banda O Teatro Mágico se justifica: quem, a partir de 2010, ano em que o mundo começou a vivenciar o surgimento de inúmeras revoltas populares que se alastraram por vários continentes, tal como vírus altamente contagiosos que mantiveram por mais ou menos tempo as populações de países em um febril estado de inconformação generalizada, é capaz de decretar serenamente a estabilidade (ou seria inércia?) dos grandes e indolentes atores políticos que rezam todas as cartilhas, exceto aquelas escritas pelas mãos do próprio povo?

A resposta a tal incerteza, se é que ela é plenamente respondível, passa por uma miríade de questões complexas, polifônicas, transdisciplinares e multiculturais absolutamente fundamentais para a compreensão desses fenômenos ainda não totalmente deslindados. De fato, a configuração de cada sociedade, cada país, cada estrutura social particular parece indicar um número imensurável de fatores que em alguma medida exerceram – e exercem – pressão nas implicações políticas que sobejam desde então. O certo é que os modelos políticos e econômicos tradicionais parecem dar sucessivos sinais de esgotamento e, quando as pessoas redescobrem o poder da mobilização das multidões, não há garantias de estabilidade política. A incerteza é a única certeza.

Foi nessa onda de redescoberta que, a partir de 2010, ruas de um sem-número de cidades ao redor do globo se transformaram em imensas usinas de desejos onde se gestaram multidões ávidas por mudanças sociais, extenuadas que estavam pela falta de liberdade e transparência de governos e instituições financeiras que afogam trabalhadores, estudantes, aposentados e todos os que podem ser considerados socialmente vulneráveis em uma areia movediça social que drena as forças de todos que tentam inutilmente dela escapar. A crescente privação se condensou em desejo produtivo.

Tunísia, Chile, Espanha, Estados Unidos, Iêmen, Líbia, Inglaterra, Brasil, etc. Todos esses países passaram pelo furor popular disruptivo iniciado em 2011, cada um por suas razões, cada qual com suas narrativas (e intranarrativas) e histórias particulares, embora ao menos uma característica em comum a essas verdadeiras erupções sociais cintila mesmo aos intérpretes mais desatentos: a ampla utilização da Internet como meio de mobilização e manifestação política. Uma multiplicidade de vozes ecoou tão fortemente, sobretudo através das redes sociais, que presidentes foram derrubados, ruas e praças foram completamente tomadas, símbolos do capitalismo foram atacados, eleições foram afetadas, manifestantes

foram torturados, mortos ou suicidaram-se no apogeu da fúria, novas formas de fazer jornalismo emergiram e, enfim, governantes se viram confrontados por uma arma efetivamente perigosa aos seus anseios políticos pessoais: a conexão em rede, que resgatou em alguma medida a noção de que, ao menos em tese, todo poder deve emanar do povo e deve servir ao povo. Não à toa o cerco à privacidade na Internet tem se fechado e a vigilância se multiplicado proporcionalmente ao aprimoramento das ferramentas de controle desenvolvidas ou fomentadas por governos e empresas de segurança.

Na Tunísia, o suicídio por imolação de Mohamed Bouazizi, que protestava contra a apreensão das frutas que vendia nas ruas, foi o gatilho que detonou, ainda em dezembro de 2010, as várias rebeliões espontâneas que indicaram a completa exaustão da população do norte da África ao jugo político a que estavam submetidas (HARVEY et al., 2012). Os movimentos M12M (ou Geração à Rasca) em Portugal – em referência ao dia 12 de março de 2011 – e M15M (ou Movimento dos Indignados) na Espanha – em referência ao dia 15 de março também de 2011 –, por sua vez, tinham como foco, respectivamente, a deterioração de direitos sociais, como a precarização do trabalho¹ e a ânsia por democracia real². A “viralização” dos protestos continuou na Grécia, Reino Unido e Islândia. Os movimentos europeus, em seguida, inspiraram o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, movimento espontâneo que ocupou a afamada Wall Street, símbolo máximo do capitalismo financeiro e manjedoura da crise do *subprime* de 2008. A crise financeira de 2008, a maior desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, jogou milhares de norte-americanos endividados para fora de suas casas e culminou com a salvação de bancos e instituições financeiras privadas com a injeção de mais de um trilhão de dólares dos contribuintes para evitar o colapso total do sistema financeiro depois da quebra do tradicional banco Lehman Brothers. A crise, a despeito das tentativas contrárias, se disseminou como um vírus maldito, afetando economias do mundo todo.

Já o Brasil viu irromper, em 2013, uma série de manifestações que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho*, cuja gênese remete à deplorável repressão policial ao Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo. O MPL, movimento social organizado, protestava contra a elevação das tarifas do transporte público na capital paulista e a reação absolutamente desmedida da polícia contra os manifestantes apenas escancarou a marginalização que esse e outros movimentos sociais sofrem por parte do Poder Público. A truculência da Polícia

¹ A própria página na Internet do Movimento à Rasca é que define essa e outras pautas, disponível em <<http://www.movimento12m.org/?q=node/234>>. Acesso em 11 mai. 2015.

² O nome de um dos movimentos, inclusive, era “Democracia Real Ya” (HARVEY et al, 2012, p. 11).

Militar paulista foi a fagulha que detonou um imenso barril de pólvora sobre o qual se assentava o país, que viu as ruas de diversas cidades serem tomadas, primeiro em apoio ao MPL, depois com uma gama de pautas que demandam mais que uma análise introdutória para a devida compreensão. Todas essas mobilizações, porém, contaram maciçamente com a mediação da Internet e isso deve ser devidamente investigado.

A Internet foi – na verdade ainda é – vista por alguns como uma espécie de panaceia redentora da humanidade, uma tecnoutopia que, enfim, permitiria a construção de uma sociedade horizontalizada, amplamente democrática e perfeitamente atenta aos anseios de todos que a ela tivessem acesso (o que, por si só, já é um problema). Já por tantos outros foi – e continua sendo – satanizada como um ciberpurgatório onde o “Demônio Mercado” domina mentes e corações e aliena até mesmo os mais lúcidos dos homens. “Ó, triste ‘realidade’ essa que desmaterializa tudo e todos, que obriga sermos não mais que simulacros caricaturais de nós mesmos, que virtualiza todo o calor humano e o converte em *bytes* frios e impessoais”, dizem os apocalípticos, para fazer alusão ao adjetivo usado por Umberto Eco (1970) para analisar a chamada cultura de massa.

O jogo enfadonho entre profetas da “boa-nova digital” e catastrofistas da era da informação apenas se presta a discussões estéreis se não foram devidamente contextualizadas. A sociedade organizada em rede, como explica Manuel Castells, é um fato. A mobilização social em rede guardar em si uma potência nunca antes vista é outro fato, ambos incontestáveis. Por outro lado, a vigilância governamental que impõe a completa exposição de pessoas, organizações civis, empresas e Estados ao megapanóptico *high-tec* que opera oculto na sociedade em rede, também já não é mera teoria conspiratória desde o escândalo do Wikileaks³. A concentração de poder nas mãos de megacorporações, como o Facebook, também é fato visível aos mais condescendentes olhares. Quem está com a razão então? Os cavaleiros do ciberapocalipse ou os mensageiros da glória virtual eterna?

Não há resposta óbvia, mas arriscamos dizer previamente: em alguma medida, todos eles. Nas linhas que se seguem não há espaço para saudosismos inúteis que, via de regra, partem de premissas equivocadas de que a cultura é (ou deveria ser) um fenômeno humano relativamente estático (e daí o certo mal-estar recorrente ante as mudanças nas dinâmicas sociais) e que todas as nossas atitudes são premeditadamente manipuladas por uma elite

³ O escândalo do Wikileaks ocorreu em 2010 quando o ciberativista ou, como ele mesmo se define, *cypherpunk* Julian Assange decidiu divulgar na Internet milhares de casos de espionagem realizadas mormente pelo governo norte-americano contra pessoas comuns, empresas e até Estados que representam algum interesse estratégico para política estadunidense, violando frontalmente a própria soberania de países em prol de interesses geopolíticos travestidos de questões de defesa (ASSANGE et al, 2013).

capitalista global que suprime toda a capacidade de luta política subjacente. Nem tampouco para a ideia de que a Internet, particularmente as redes sociais são por si mesmas libertadoras e nos guiarão para um futuro mais democrático e igualitário. Ambas as perspectivas fazem parte da própria construção constante da rede na medida em que agencia várias redes de atores, em que pese a força de seus determinismos estanques ser refratária às forças que se movem em sentido contrário.

A ideia é buscar uma ontologia para essa nova conformação social que é a sociedade conectada, mediada e construída em rede para que a análise social, que tenta identificar ao máximo elementos (objetos, grafos, algoritmos) e atores que apontem para suas próprias direções e não parta da noção de que os seres humanos estão em guerra com a tecnologia. Na medida em que os atores narrem, agenciem, mobilizem outros atores e se movam nos emaranhados das redes, ficará claro como as relações entre humanos e não-humanos é indissociável na construção da malha social. A primazia dos fatos e suas respectivas narrativas não está conosco, mas com os próprios atores-rede, assim como a definição dos grupos que fazem parte das mobilizações políticas. Suas histórias estão em plena construção e a direção que seguirão dependerá de um conjunto de forças que está em plena disputa.

O que se quer com essa opção metodológica é não estabelecer qualquer metanarrativa que se escore na necessidade de seguir um caminho argumentativo aprioristicamente superior ao que se vai verificar com os fatos, com os atores e suas redes, o que não significa qualquer desprezo pela construção de uma narrativa científica coerente. Cada ator tem sua história e sua(s) rede(s) faz(em) parte dessa história. As redes são compostas por atores e, portanto, por histórias. Mas mais que isso. As redes são compostas por objetos que desempenham papel fundamental nas ações dos indivíduos, afinal, a tecnologia, através de seus componentes e equipamentos, é parte indissociável de todo esse emaranhado contexto. Por isso, a intenção é nos alimentarmos ao máximo das controvérsias que surgirem sem tismá-las a princípio, deixando que as confrontações mostrem os caminhos percorridos pelos atores para a construção de suas redes. Essa é, basicamente, a metodologia proposta pela Teoria Ator-Rede, desenvolvida principalmente por Bruno Latour (2012).

Não se trata de uma escolha metodológica aleatória: se as revoltas populares que eclodiram em 2011 são complexas, polifônicas, transdisciplinares e multiculturais, como já foi dito, seria insuficiente tentar encaixotar todas as nuances sociais, políticas e culturais que compõem o tecido social em moldes pré-definidos. Os grupos estão em constante formação e fragmentação; as vozes que reivindicam melhorias não são as mesmas no Brasil das chamadas *Jornadas de Junho* de 2013 e nas diversas revoltas que ficaram conhecidas como Primavera

Árabe, por exemplo; a sociologia, a teoria política, a antropologia, a filosofia, o jornalismo, a economia política, cada área tem a contribuir para o entendimento das novas formas de mobilização que articulam as ruas e o ciberespaço; o entendimento das diferenças culturais, mais que das homogeneidades identitárias só pode ser alcançada quando os chamados das ruas, dos atores e suas redes forem, o mais amplamente possível, ouvidos no que compõe suas “redes sociotécnicas”.

E que desde já se desfaça qualquer possível mal-entendido sobre o uso das terminologias “redes”, “redes sociais”, “ator-rede” e “rede sociotécnica”.

O uso inaugural da metáfora “rede” é tributado ao matemático Leonard Euler, quando, em 1736, desenvolveu uma abordagem científica que visava resolver o problema das Pontes de Königsberg, cidade prussiana localizada em meio a um conjunto de ilhas no rio Pregolya. Euler, através de um gráfico, provou que seria impossível cruzar as sete pontes existentes sem nunca repetir um caminho, conectando as partes terrestres (que chamou de nós ou pontos) às sete pontes (arestas ou conexões) (RECUERO, 2014). Nascia ali a tão difundida noção de rede, que obviamente não se restringiu aos estudos matemáticos.

O termo “redes sociais”, hoje utilizado para designar interações entre atores sociais no ciberespaço foi cunhado pelo antropólogo Radcliffe-Brown ainda na década de 40 com o objetivo de investigar o conjunto de relações entre sujeitos que comungavam determinados interesses, evidentemente no campo social não virtual (MAYER apud FELDMAN-BIANCO, 2010), ainda que, ressalta-se, o conceito de redes sociais não seja pacífico e homogêneo nos diversos estudos antropológicos já realizados sobre o tema, aliás, nem tampouco no campo dos estudos comunicacionais, que perscrutam a natureza e as nuances das redes sociais na web.⁴

Já as expressões “ator-rede” e “rede sociotécnica” fazem parte do ferramental teórico oferecido pela Teoria Ator-Rede⁵, criada para pensar sociologicamente a ciência. Cumpre aqui apenas pincelar estas noções de maneira introdutória, uma vez que a ANT, que serve de suporte metodológico ao presente trabalho, será melhor desvelada nas páginas seguintes.

⁴ Para fins de estudo da área de comunicação, em especial para os que trabalham com marketing digital, costuma-se diferenciar mídias sociais e redes sociais, sendo esta uma categoria dentro daquela. A divisão propõe que mídias sociais são ferramentas cujo objetivo principal é troca de conteúdos enquanto redes sociais pressupõem interesses comuns e interações mais diretas. Nós não nos ateremos a essa divisão. (ALTERMANN, Dennis. Qual a diferença entre redes sociais e mídias sociais? **Midiatismo**, 06 set. 2010. Disponível em: <<http://www.midiatismo.com.br/qual-a-diferenca-entre-redes-sociais-e-midias-sociais>> Acesso em: 29/02/16.)

⁵ Tradução de “Actor-Network Theory”, abreviada pela sigla ANT em inglês ou TAR em português.

Em atenção à metáfora de Euler, o conceito de rede foi utilizado por teóricos como Michel Callon, John Law e Bruno Latour para propor uma nova maneira de pensar a relação entre o local e o global, bem como para desconstruir dicotomias clássicas das ciências sociais, como sujeito/estrutura e indivíduo e sociedade (SILVEIRA, 2012; LATOUR, 2012). Seria uma nova topologia de análise que permitiria pensar o local e o global como uma rede, cujos pontos seriam interligados por fios ou malhas suprimindo a necessidade de polarizar a ação do sujeito contra os efeitos imperativos da estrutura social. A ideia é que um “ator” não é um sujeito que é apenas fonte de um ato; antes, ele é “o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (LATOUR, 2012, p. 75). Ator-rede, portanto, denota não apenas um sujeito individualizado, mas toda a teia de entidades que o influenciam e o caminho que ele percorre. Por entidades entende-se tudo quanto possa agenciar um sujeito, tornando-o um ator-rede. Rede da qual, inclusive, nós, pesquisadores, fazemos parte.

Por fim, tem-se o conceito de rede “sociotécnica”. A expressão sociotécnica funciona como adjetivo para as redes analisadas com o instrumental da ANT. Em outras palavras, quer dizer que rede sociotécnica é uma rede híbrida que inclui elementos humanos e não-humanos, porquanto atores-redes apenas existem em função de múltiplos agenciamentos não apenas de outros sujeitos, outros atores sociais humanos, mas em função de toda entidade que nele exercer agência (SILVEIRA, 2012).

Exemplifiquemos, trazendo a teoria para um plano mais concreto. O que hoje se tem por *rede social*⁶, como Facebook ou Twitter, são plataformas *on-line* que podem perfeitamente ser consideradas redes sociotécnicas na medida em que dependem de programadores que desenvolvem complexos algoritmos matemáticos, dependem de potentes processadores desenvolvidos por grandes corporações, de extensos cabos de fibra ótica, de estruturas que levam o sinal de Internet, de equipamentos que permitem o acesso à Internet, dos termos de aceitação de uso que funcionam como contratos entre empresa proprietária da plataforma e usuário, e, finalmente, do próprio usuário. Todos esses elementos formam uma imensa rede sociotécnica que conta com humanos e não humanos. O sujeito que se desloca nessa rede com toda a infinidade de agenciamentos que ela engendra é um ator-rede.

É absolutamente fundamental que o uso de cada uma dessas expressões esteja claro para evitar confusões conceituais, sobretudo porque com a popularização da rede mundial de computadores *pari passu* à popularização da ANT seria comum e até natural se pensar que a

⁶ O termo rede social como referência específica às plataformas de relacionamento online será, doravante, destacado em itálico para não haver confusão entre as várias utilizações da palavra “rede”.

Teoria Ator-Rede serviria apenas para estudar objetos que formam redes integradas, como sistemas de metrô, linhas telefônicas ou a própria Internet (SILVEIRA, 2012). Por isso é importante ressaltar que é possível realizar estudos com a metodologia ator-rede com praticamente qualquer objeto: o Estado, a economia, universidades, uma ONG, uma igreja, ou mesmo revoltas políticas como as que se alastraram a partir de 2011 por quase todos os continentes do globo. E são nas redes sociotécnicas que compõe essas revoltas que nos deslocaremos para tentar decifrar questões políticas, sociais e culturais formadoras deste plasma efervescente que sustenta as placas tectônicas da política na era das *redes sociais*. No caso, como o presente estudo perscruta as influências das *redes sociais* na política, há sobreposição de método e objeto: são as *redes sociais* virtuais encaradas como redes sociotécnicas.

A Internet e as *redes sociais*, portanto, formam uma grande rede sociotécnica que serviu de esteio para as revoltas populares viralizadas mormente a partir de 2011. Interessamos, por razões inerentes ao conjunto de limitações próprias da atividade científica, um estudo aprofundado das *Jornadas de Junho* ocorridas no Brasil em 2013. Importa tentar trazer elementos etnográficos do ciberespaço, mas também grafos frutos do monitoramento e análise das *redes sociais* realizadas à época da eclosão das manifestações de modo a evidenciar suas ligações, além de toda a fundamentação teórica que ajuda na compreensão desses fenômenos.

Desde já pedimos indulgência aos leitores diante da necessidade de construir uma narrativa que vai e volta no tempo, entrelaçando passado, presente e futuro num emaranhado indissociável que, só assim, garantirá aos fios de nossas redes tensão suficiente para impedir os atores que escapem, com a engenhosidade própria da epistemologia moderna, de nossas análises associativas.

Por óbvio, qualquer exercício de futurologia extrapola o interesse das linhas que se seguirão, o que não as exime da necessidade de propor ideias que pretensamente oxigenem a democracia na sociedade em rede. Encontrar os limites e potenciais das ferramentas virtuais para uso político é tarefa premente no contexto de insatisfação generalizada com as deficiências que solapam a crença na acinzentada democracia meramente representativa. A complexidade tanto quanto a grandiosidade dessas tarefas são os principais agulhões desta pesquisa.

2 REDES E POLÍTICA: ONTOLOGIA HÍBRIDA DA CONFORMAÇÃO SOCIAL

“Sim, nossas tecnologias mais recentes destruíram para sempre essa tela geométrica fundamental produtora de redes e doadora de sentidos. O fato de habermos um espaço topológico doravante sem distância muda nosso destino e nossas filosofias e, antes, nossa antropologia: não somos mais os mesmos homens. Não vivemos mais juntos da mesma maneira. Bruscamente as funções sociais mudam em seus detalhes, sobretudo em relação à cruel lei local produtora de exclusão e de conflitos: o amai-vos uns aos outros, fechado sobre a família, a linhagem reprodutora, o país e sua paisagem, a região e seu endereço, em resumo, a proximidade espacial e sua ausência de distância e a lei global: será que o amai-vos uns aos outros será substituído, visto que o próximo-distante envolvido por esse novo espaço denso poderá alcançar o apogeu da alteridade?”

(Michel Serres)

2.1 Redes: origens e estudos antropológicos

A “Galáxia Internet”, como designa – não sem alguma beleza – a metáfora que intitula uma das muitas obras de Manuel Castells (2004), talvez o principal estudioso das relações entre a rede mundial de computadores e os diversos aspectos socioculturais por ela impactados, dá a tônica geral do seu pensamento: “a Internet constitui actualmente a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a Era da Informação: a rede” (2004, p. 15). A premissa fundamental do sociólogo espanhol é, portanto, que “rede” é antes de tudo uma forma organizacional de atividades humanas, que sequer são novidades da dita sociedade “pós-moderna” ou “pós-industrial”.

De fato, ao menos o conceito de rede apresentado superficialmente na introdução, nada tem de novo, pois data do século XVIII com o surgimento da Teoria dos Grafos elaborada pelo matemático Leonard Euler. O chamado Enigma das Pontes de Königsberg propunha o seguinte problema: a cidade, situada no meio do Rio Pregolya possuía sete pontes. Seria possível atravessar todas as pontes sem nunca repetir um caminho? Euler, ao fazer a representação gráfica do problema (figura 1) provou que não (RECUERO, 2014).

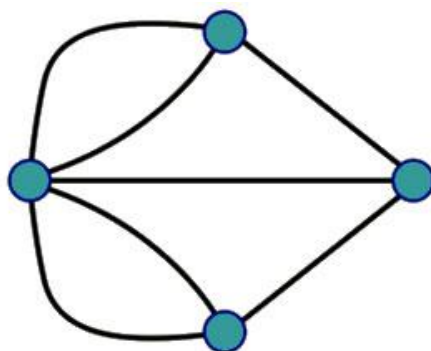


Figura 10 - Grafo de Euler para representar o Enigma das Pontes de Königsberg. Fonte: RECUERO, 2014, p. 19.

A solução do problema, no entanto, deixou um grande legado teórico não apenas para a matemática, mas também para estudos nas ciências sociais, como é o caso do presente trabalho – ressalvadas as diferenças metodológicas que restarão evidenciadas com a proposta consubstanciada na Teoria Ator-Rede.

Ocorre que se a noção de “rede” data de quase três séculos, portanto muito antes do advento da Internet, e rede pode ser considerada uma forma de organização social como pretende Castells, é lógico concluir que redes sociais não apenas são muito anteriores às plataformas disponíveis na Internet para relacionamentos virtuais, como poderiam servir de referência a estudos antropológicos de várias organizações humanas. Talvez, com certa dose de boa vontade, se possa imaginar que a virtualização das redes sociais é um fenômeno recente e, como todo fenômeno relativamente novo, encontra-se no limiar da tempestade de análises científicas que tende a encontrar seu epicentro, sobretudo antropológico, no porvir dos tempos. As primeiras análises antropológicas que identificaram redes sociais, no entanto, foram realizadas há mais de cinquenta anos.

E que já se diga: o conceito de redes sociais não é pacífico e homogêneo nos diversos estudos antropológicos que o utilizaram.

O termo foi utilizado primeiramente por Radcliffe-Brown (MAYER apud FELDMAN-BIANCO, 2010) para designar “a rede de relacionamentos efetivamente existentes” que deveria ser objeto de estudos antropológicos. Tal proposição inaugurou um importante conceito que viria a balizar inúmeros estudos ulteriores na tradição estrutural-funcionalista britânica.

Radcliffe-Brown busca na obra de Durkheim sua fonte de inspiração, tentando aplicar às observações etnográficas os princípios do funcionalismo do mestre francês. A busca por “princípios estruturais abstratos e mecanismos de integração social” (ERIKSEN;

NIELSEN, 2010, p. 59) parecia obcecar os estrutural-funcionalistas, que construíam explicações sociais genéricas para o comportamento dos indivíduos de modo a torná-los subprodutos da agência de estruturas integradas que se manifestavam em subsistemas responsáveis pelo equilíbrio da estrutura (ERIKSEN; NIELSEN, 2010). O problema é que a manutenção do todo social é explicado pelo próprio social, evidenciando um pensamento tautológico e insuficiente para esclarecer os conflitos inerentes a qualquer sociedade, pois o social seria algo como uma substância estável e, obviamente, estritamente humana. Latour denomina “sociólogos do social” (2012, p. 42) aqueles que estabilizam grupos como “ponto de partida incontroverso” para explicar as relações sociais, o que também coloca em perspectiva a tautologia estrutural-funcionalista de Radcliffe-Brown.

Na sequência, Mayer descreve a construção do conceito de rede para John Barnes como

um campo social formado por relações entre pessoas. Essas relações eram definidas por critérios subjacentes ao campo social – por exemplo, no caso por ele citado, eram critérios de vizinhança e amizade que poderiam agrupar, por sua vez, as conexões econômicas. A rede era ilimitada (a não ser pelas fronteiras delimitadas pela circunscrição territorial da localidade estudada) e não apresentava lideranças ou organizações coordenadoras. Qualquer pessoa mantinha relações com várias outras, que, por sua vez, se ligavam, ainda, a outras. As conexões poderiam aglomerar-se em alguns pontos da rede; mas, se as pessoas envolvidas formassem grupos, suas interconexões (*linkages*) grupais existiriam separadas da rede, dado que um critério extra teria sido acrescentado às interconexões que a definem. (MAYER apud FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 141-142)

Elementos bastante importantes já aparecem nessa perspectiva teórica elementos. O fato de a rede ser limitada apenas pelas condições territoriais e não apresentar lideranças centralizadas tem desdobramentos significativos, uma vez que a dinâmica de interação nas redes começa a ser de fato desvelada. A própria noção do campo social como uma espécie de malha cujos fios são conectados por nós, já é perceptível.

A ideia de rede social de Barnes apresenta então um horizonte importante no sentido de admitir que a rede social é uma “abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde” (BARNES apud FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 178). Para Barnes as redes não são egocêntricas porque o conceito de rede serve apenas “para um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES apud FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 180). Além disso, a ideia de representação do conjunto de

relações graficamente através de estrelas (BARNES apud FELDMAN-BIANCO, 2010) também nos é cara⁷. É-nos imperativo pontuar, no entanto, que a análise de Barnes despreza todos os elementos não-humanos que também agenciam os indivíduos e, por isso mesmo, desempenham papel fundamental na própria mediação comunicacional. Barnes, portanto, avança na análise, mas ainda está preso à sociologia do social que redundava em conexões interindividuais estabilizadoras do corpo social.

Seguindo a mesma tradição teórica britânica, Elizabeth Bott (1976) desenvolveu trabalho que redimensionaria os estudos sobre redes sociais demonstrando como as diversas interações interpessoais influenciavam a vida conjugal dos casais de vinte famílias inglesas escolhidas para o estudo. Fazendo referência expressa a Barnes, Bott diz que

Ao ter achado conveniente usar o termo *network* (rede) para descrever um conjunto de relacionamentos sociais para os quais não existe uma fronteira comum, segui o uso recente feito por John Barnes: “cada pessoa está, por assim dizer, em contato com um número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato com cada uma das outras e algumas das quais não estão... Acho conveniente falar em um campo social deste tipo como uma rede (*network*). A imagem que possuo é de um conjunto de pontos, alguns dos quais ligados por linhas. Os pontos da imagem são as pessoas, ou às vezes os grupos, e as linhas indicam que as pessoas interagem umas com as outras”. (1976, p. 107)

No excelente estudo encabeçado por Bott, o intuito era compreender como as conexões dos casais analisados influenciavam o grau de segregação conjugal, ou seja, qual a relação das interações interpessoais com a organização das atividades familiares e os papéis correspondentes ao marido e à esposa. É certo que não cabe aqui, e nem tampouco é o propósito, pormenorizar a análise feita por Bott para compreender todos os fatores que levaram às conclusões resultantes do monumental esforço empregado no estudo em questão. Basta ressaltar que as proposições e observações por ela realizadas indicam que o grau de conexão entre os indivíduos numa dada rede tem profundas implicações na formação da malha social da qual todos somos parte integrante em nossas próprias redes sociais. As limitações da análise de Bott são da mesma natureza das de Barnes, de quem na verdade a pesquisadora britânica herdou o conceito de rede tanto quanto a noção de relações sociais, que

⁷ Para a Teoria Ator-Rede, modelo teórico-metodológico que guia o desenvolvimento desta pesquisa, a representação gráfica em estrela é importante porque quando se muda a topografia de modo a suprimir o abismo tridimensional entre o macro e o microsocial, “lugares formadores de contexto passam a lembrar interseções de diversos trajetos” (LATOUR, 2012, p. 295) que se somam a contextos locais formando verdadeiras encruzilhadas. A representação gráfica em estrela auxilia na compreensão dessa composição social complexa. Obviamente nosso intuito é deixar essas questões cada vez mais claras no decorrer do texto.

dispensam mediadores e estabilizam *a priori* as relações entre indivíduos dentro de um grupo específico.

Mas provavelmente o manancial teórico mais importante para esta exposição seja o construído por Boissevain (apud FELDMAN-BIANCO, 2010) sobre as redes sociais. Cumpre, no entanto, antes de adentrar à sua análise propriamente dita, pontuar a crítica ferina que o autor faz ao constructo teórico do estrutural- funcionalismo.

Pontuar a crítica à corrente teórica do estrutural- funcionalismo é importante na medida em que uma premissa fundamental guia este trabalho (e, logicamente, o de Boissevain): a de que a sociedade é permeada por conflitos, que a estabilidade não é a regra geral e que a mera descrição das instituições e da estrutura social, ou seja, uma análise puramente sincrônica, não consegue dar conta de todas as nuances que as sociedades apresentam e mais: é insuficiente para descrever qualquer interação social que destoe do padrão coesivo genérico postulado pelos adeptos dessa corrente. Por isso, é fundamental admitir que o conflito é inerente à sociedade, o que permite integrar análises diacrônicas e sincrônicas⁸.

Partindo de uma história particular que vivenciou com certo professor na Itália, história essa que o motivou a escrever o texto “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões” (apud FELDMAN-BIANCO, 2010), Boissevain percebeu que, por vezes, um conflito é resolvido, ainda que parcial e momentaneamente, através da rede de amigos que o indivíduo possui, ou seja, através de sua rede social que, quanto maior ou mais conexões tiver, mais facilmente esse indivíduo exercerá influência na malha social. Assim que, segundo ele:

Pessoas em conflito entre si ganhavam não tanto porque estivessem certas, ou seja, porque apresentassem os argumentos moralmente mais fortes ou defendessem valores mais importantes que seus oponentes, mas porque tinham acesso a aliados mais influentes capazes de exercer pressão sobre seus rivais e aliados. (BOISSEVAIN apud FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 209/210)

Ora, é absolutamente inegável que enquanto seres interdependentes, enquanto sujeitos pertencentes a uma teia social em permanente construção, em transformação, em tradução, em mutação, as conexões que são formadas ao longo da vida são responsáveis por boa parte de nossas ações. Somos agentes ativos e passivos da pressão social que viaja no

⁸ Históricas e a-históricas, respectivamente.

emaranhado de conexões interpessoais que constituem nossa rede de relações. Quanto mais interligações, ou mais especificamente, nós de rede, maior a capacidade de emitir e receber informações. E, uma vez suprimidos os limitadores físicos de construção da rede social através de sua virtualização, ou seja, com a progressiva mobilização de elementos não-humanos na formação de redes sociotécnicas, a capacidade de expansão das conexões é potencializada de maneira monumental, embora seja possível que isso signifique que a capacidade de conduzir os vetores de forças sociais tenda a se dissolver e a necessidade de atuação em conjunto com outros atores sociais aumente⁹. Mas a capacidade de influenciar rivais e aliados ainda é, em Boissevain, algo que por si só explica o social. De certa forma esse “substancialismo sociológico” ainda permeia sua análise.

A tradição estrutural-funcionalista cuidou de analisar as redes sociais sob o prisma estritamente humano, ou seja, não sociotécnico. Contudo, a descompressão espaço-temporal dessas redes de interações interpessoais, hoje largamente viabilizada pelo desenvolvimento de tecnologias digitais, não pode ser tomada como simples evolução social, pois isso seria explicar as tecnologias e, em última análise, o social, pelo próprio social (além de sugerir um evolucionismo vulgar) e nem tampouco como rupturas que apontam em direção a um futuro promissor. A descompressão espaço-temporal hoje levada ao extremo não é senão o resultado da maior mobilização de humanos e não-humanos que sempre estiveram presentes em escala menor na configuração das redes sociotécnicas. Podemos dizer que o tempo contínuo que sai da escuridão e por rupturas avança em direção a um futuro cada vez mais promissor esconde a mistura de elementos antigos e elementos recentes, o que resulta em novas sociabilidades transportadas para o ciberespaço, ambiente de descompressão quase total. É de misturas entre o novo e o antigo que surgem tecnologias que praticamente dizimam as limitações geográficas da comunicação humana, de maneira que o globo terrestre torna-se um espaço tanto mais integrado quanto heterogêneo, nuançado. Afinal, toda a rede de computadores não descende de uma análise gráfica dos idos de 1700?

⁹ Essa necessidade de atuação em conjunto não quer dizer necessariamente cooperação. As relações sociais mediadas propriamente por dispositivos tecnológicos não conformam uma dimensão apartada da sociabilidade constituída fora do espaço virtual. A Internet apenas cria um espaço complementar para onde as múltiplas subjetividades migram temporariamente e interagem em redes virtuais. Acontece que, se por diversas razões, o interesse racional utilitário, individualista, é o substrato das relações humanas fora do ciberespaço, não há razões para crer que a Internet, por si, seja suficiente para modificar esse padrão. Não é por outra razão que Castells fala em “individualismo em rede” (CASTELLS, 2004, p. 161).

Com o surgimento da Internet e a expansão praticamente mundial de seu alcance¹⁰ aprofunda-se o entrelaçamento de humanos e máquinas em redes hipercomplexas que evidenciam sobremaneira o problema fronteiro das ontologias tão bem sedimentadas pela filosofia ocidental na dicotomia “sujeito x objeto”. Será possível, não obstante a força desse pensamento, simplesmente traçar uma risca que de modo simples e objetivo separe completamente os humanos autoconscientes dos objetos exteriores, ou a cultura – invenção humana –, da natureza que nos transcende e independe de nós? Será sustentável essa cisão cartesiana diante do contexto em que as tecnologias servem para dar a vida tanto quanto para tirá-la? Ou melhor: será que estamos nós eternamente condenados pela objetividade fria da natureza, enquanto nos preocupamos com miudezas culturais e políticas, ou essa ruptura ontológica foi um pensamento tão simples e belo quanto insuficiente para explicar toda a complexidade maquínica tanto humana quanto não-humana que, na verdade, lastreia a própria malha social desde sempre?

Partir dessa divisão ontológica, que encontra seu auge no pensamento moderno, na busca pela própria essência das redes sociotécnicas para só então discutir os benefícios e limites da tecnologia e suas íntimas relações com a política: eis a primeira grande controvérsia a ser resolvida.

2.2 Dicotomias fundantes da modernidade: aspectos e implicações

A modernidade não é apenas um marco temporal, mas também uma espécie de portal mágico no qual entramos em busca da redenção iluminadora depois das trevas da Idade Média. O heliocentrismo de Copérnico nos relegou para as margens do universo e abalou o geocentrismo que insuflava seu equivalente humano: o antropocentrismo. Esse sismo científico foi tão avassalador que a crença no Deus cuja nossa imagem foi feita à sua semelhança jamais voltou ao *status quo*. Os sismos filosóficos que se seguiriam aprofundaram ainda mais o abismo entre os “civilizados”, ou seja, aqueles que tinham no poder da razão e da ciência a esperança do progresso, e os selvagens/bárbaros, ou seja, todos aqueles que não

¹⁰ Praticamente porque a exclusão digital, que se constitui no alijamento dos canais públicos e privados dos que não dispõem de recursos para usufruir do ciberespaço é um problema real e deve ser devidamente enfrentado na medida em que os recursos digitais são voltados a aprofundar a busca pela cidadania. (LEVY, 2010; CASTELLS, 2004).

acompanharam a fabulosa *revolução copernicana*¹¹ engendrada pela modernidade (LATOUR, 2013).

As fissuras provocadas pelos renascentistas e ampliadas no iluminismo, no entanto, ocorreram também entre seus próprios expoentes: de um lado, racionalistas, como Descartes e Espinosa; de outro, empiristas, como Francis Bacon e David Hume. É claro que sintetizar aqui os pensamentos de racionalistas tanto quanto de empiristas seria tarefa hercúlea e, por certo, impertinente. Mas o portal mágico criado pelas luzes ofuscantes da modernidade só pode ser desvendado a partir deste contexto, profundamente marcante para a civilização ocidental.

Marcas indeléveis, aliás. Não apenas para a ciência, que viu seu arrebol com o aprofundamento do pensamento empirista e a noção de progresso, mas para a cultura, que se viu em meio a um turbilhão cada vez maior de inovações que puxavam a locomotiva do discurso evolutivo. A propósito, esse discurso já continha a armadilha da qual queremos nos desviar ao colocar de um lado a ciência, com pretensões objetivas e inumanas, de cujas expressões não somos senão interlocutores neutros, e de outro toda a mixórdia propriamente humana representada pelas múltiplas expressões culturais, que não deve jamais afetar o progresso retilíneo da ciência.

A modernidade, que hoje mostra talvez sua mais conhecida face na tela de potentes celulares abarrotados de componentes de alta tecnologia tem seu epíteto na cisão bastante apropriada entre natureza e cultura. “Desde que os homens da política deixem os homens da ciência cumprirem seu trabalho sem interrupções, uma ciência cada vez mais pura e alheia à vontade dos homens se revelará”¹², era o idealismo reinante. E os celulares mesmos, bem como os impactos de sua utilização, não seriam, então, da conta da ciência, mas da cultura; em outras palavras, do que fazemos com aquilo de que sabemos objetivamente.

Esse enredo pareceu bastante convincente, sobretudo enquanto a noção de progresso pôde ser sustentada sem nenhum questionamento moral, social ou político. Quando, no entanto, nos deparamos com fenômenos que entrelaçam de forma inextricável homens e natureza, como o efeito estufa ou a fertilização *in vitro*, questões incômodas começam a sombrear o mágico e reluzente portal da modernidade. Como admitir, afinal, que a descoberta da eletricidade nada tem a ver com o computador que usamos para escrever estas linhas? Sem

¹¹ Expressão cunhada por Kant para designar a transição de um saber antigo para o “seguro caminho da ciência”. (LATOUR, 2011, p. 249)

¹² Interessante demonstração dessa contraposição aparente entre os “homens da ciência” e os “homens da política” pode ser vista no debate entre Hobbes e seu Leviatã e Boyle com sua “bomba de vácuo”, que acabaram por cruzar os caminhos em determinado momento, cada qual disposto e defender ferrenhamente sua posição ante o outro (LATOUR, 2013).

essa monumental força-motriz, como seriam possíveis as inovações sociotécnicas que culminaram no incrível processo de industrialização do século XIX sem o qual os avanços telemáticos e computacionais seriam impensáveis? E, sem os computadores, como seria a própria pesquisa científica hoje? Quão diferentes seriam estas linhas caso fossem elas escritas noutro contexto, talvez em uma máquina de escrever? Como pensar nesse texto em descontinuidade com misturas sociotemporais seculares?

O que está em jogo é a própria “constituição” proposta pela modernidade. Ou natureza e cultura seguem viagens paralelas sem jamais permitirem encontros inoportunos ou essa cisão deve ser revista. Ou essas duas categorias são puras e pensar no vazio ontológico entre elas não faz sentido (além de ser deveras incômodo) ou elas são híbridas na sua gênese e a jornada rumo a uma antropologia das ciências e tecnologias é possível. Ou melhor, não só possível como necessária. Revisitar esse paradigma é fundamental.

O Renascimento, ainda aquecido pelo caldo histórico que lhe ferventou, resgata em alguma medida as ideias de Platão. Descartes, um dos mais, se não o mais legítimo representante da corrente racionalista, pretende provar a existência de Deus e de sua consciência, sua alma, independente de qualquer senão empírico. Em seu belo “Discurso do Método” diz:

Compreendi então que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste somente no pensar e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material. Desse modo, esse eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e até mesmo que ela é mais fácil de conhecer do que ele e, ainda que nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é. (DESCARTES, 2009, p. 42).

A razão pela qual o discurso cartesiano seduziu e ainda seduz é autoevidente. Toda a metafísica foi renegada pelos modernos, o que não a impediu de coexistir de maneira mais ou menos entranhada no tecido social. É certo, no entanto, que essa cisão cartesiana levada a cabo pelo *cogito*¹³ teve um impacto profundo nas correntes filosóficas subsequentes, conquanto os empiristas tenham desdenhado da “prova” das existências de Deus e da alma.

O projeto de purificar a natureza dos resíduos dos homens é levado ainda mais longe com o “sujeito transcendental” e as “coisas-em-si” de Kant e com a dialética de Hegel e Marx (LATOUR, 2013, p. 56). Sem embargo, há que se abrir um parêntese aqui: a luta de classes, enquanto uma das causas do desenvolvimento histórico, não pode ser desprezada e

¹³ “Penso, logo existo” (DESCARTES, 2009, p. 42).

definitivamente não é essa a intenção quando se inclui a dialética no projeto purificador da modernidade. De fato, o antagonismo de classe de Marx, que hoje assume uma complexidade monumental, é sim um dos substratos para se pensar empiricamente o desenvolvimento da história. O que se rejeita, no entanto, é um sentido pré-determinado do devir histórico, que é, na verdade, dependente de uma imensidão de fatores tanto humanos quanto inumanos no seu agenciamento. A própria criação da subjetividade depende de fatores econômicos, não resta dúvida, mas não se admite, aqui, que ela seja de todo determinada. “A subjetividade, de fato, é plural, polifônica”, como diria Guattari (2012, p. 11); depende de agenciamentos que podem também ser de ordem psicológica e coletiva. Em suma, a dialética, tanto quanto o cogito cartesiano são efeitos da passagem pelo portal iluminado da modernidade, cujo brilho ainda ofusca o percurso de verdadeira caterva de investigadores.

Mas por que é tão importante voltar no tempo e perscrutar o âmago da filosofia para compreender a atual esfinge política que devora tunisianos, gregos, norte-americanos, espanhóis, turcos, chilenos, brasileiros, etc.? Porque é da revisão dos próprios cânones da modernidade que emerge a noção de rede sociotécnica, que permite pensar toda a complexidade em que estamos inseridos de maneira pós-estrutural, mas sem sonegar todo o conjunto histórico que influencia a própria formação das redes. A política não pode ser dissociada da natureza pura e simplesmente, sob pena de a análise ser incompleta na medida em que não alcança a fina, porém colossal, rede que imiscui humanos e não humanos numa teia sociotécnica que revela sua ontologia apenas no reencontro da natureza com a cultura. É a partir desse esperado reencontro que as redes sociais virtuais, que mobilizaram multidões nas ruas de todo o mundo devem ser pensadas, numa simbiose de tecnologia e política, dentro de seus limites e potenciais.

A desconstrução dessa ontologia dicotômica, pode-se dizer, é pensada por vários autores: Heidegger, Tim Ingold, Gregory Bateson, Roy Wagner, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Donna Haraway, Michel Serres, enfim (SILVERA, 2012). Tanto a filosofia quanto a antropologia despontam como fundamentais para essa desconstrução, pois é do contato com outros povos que nasce o “choque cultural” (WAGNER, 2012, p. 49) necessário para colocar em questão a aclamada cisão cartesiana, curiosamente sonogada pelos ditos “selvagens”.

Heidegger já apontava que não se pode pensar num mundo natural e objetivo apenas representado pelos signos da linguagem humana sem historicidade e vivência da própria

linguagem (SILVEIRA, 2012), o que, em última análise, o opõe a Descartes¹⁴. A antropologia, por sua vez, vem endossar tal ideia através da observação empírica sobretudo na obra de Roy Wagner, segundo o qual “todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda ‘cultura’ encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais” (WAGNER, 2012, p. 116). Ora, está claro que persistir na cisão ontológica entre sujeito x objeto não é senão ignorar sumariamente a impossibilidade de encontrar uma morada digna para os encontros não contingentes entre humanos e não-humanos em redes sociotécnicas.

Quem explode mais radicalmente com as fronteiras dos humanos e das máquinas, contudo, talvez seja Donna Haraway (2009). A bióloga propõe a desconstrução definitiva de um mito de origem do corpo como símbolo de pureza, um mito original que deságua inevitavelmente na tecnofobia simplória e desligada da própria realidade tecnológica que, se não pensada adequadamente, ou seja, sem saudosismos inúteis, nos dominará por completo (HARAWAY, 2009). Somos todos, alfim, ciborgues, pós-humanos, ou, na nossa terminologia, redes sociotécnicas:

No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. Nas tradições da ciência e da política ocidentais (...) a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação. Este ensaio é um argumento em favor do prazer da *confusão* de fronteiras, bem como em favor da *responsabilidade* em sua construção. (HARAWAY, 2009, p. 37)

Difícilmente ficaria mais claro o problema central da impossibilidade de purificação das ciências em um estado gênico neutro e das implicações políticas dessa purificação. Ou seja, “quanto mais a ciência é pura, mais se encontra intimamente ligada à construção da sociedade” (LATOUR, 2013, p. 47).

¹⁴ Apesar de reconhecer as limitações da filosofia de Heidegger no que se refere a reafirmação da divisão ontológica entre humanos e não humanos, busca-se salientar outros aspectos secundários na obra desse autor, como é o caso da sua análise da linguagem, da tecnologia e da temporalidade. Nesta dissertação, partimos do pressuposto que – apesar das diferenças de cunho epistemológico – existem também convergências entre a ANT e a ontologia de Martin Heidegger. Inclusive, vale mencionar que esse diálogo já produziu reflexões críticas interessante de vários pesquisadores. Sobre isso, ver o blog “Anthem” <<https://anthem.wordpress.com/about-2/>>.

E é justamente da necessidade de entender essa intrincada questão ontológica que Latour propõe as noções de “tradução” e “purificação”:

(...) a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos de um lado, e a dos não-humanos, de outro. (LATOURE, 2013, p. 16).

Tradução (ou mediação) e purificação são dois conceitos-chave. Toda prática científica em laboratório é, por definição, uma tradução. Quando se reconstroem condições ideais da natureza artificialmente não se está senão manejando todo o conjunto de conhecimentos adquiridos e acumulados para estabelecer padrões e leis naturais. O que acontece, portanto, são constantes traduções envolvendo associações entre elementos humanos e não humanos. Quanto mais se tenta purificar a ciência em condições ideais, mais é necessário mobilizar recursos e, portanto, entrar no instável campo da cultura. O grande projeto inaugurado na modernidade foi tentar camuflar ao máximo os processos de tradução e isolar objetos e sujeitos, respectivamente, em polos opostos: natureza e cultura (LATOURE, 2013).

Adiantemo-nos a uma porvindoura objeção tão óbvia quanto comum em epistemologia. Com isso, então, se quer sustentar que não existe qualquer objetividade científica e que todos os esforços feitos no sentido de construir conhecimento são inúteis? Definitivamente, não:

Quando dizemos que não existe um mundo exterior, não negamos sua existência; ao contrário, recusamo-nos a conceder-lhe a existência a-histórica, isolada, inumana, fria e objetiva que lhe foi atribuída apenas para combater a multidão. Quando afirmamos que a ciência é “social”, a palavra “social” não tem para nós o estigma de “rebotelho humano”, da “massa ingovernável” (LATOURE, 2001, p. 28).

E depois complementa:

O jogo não consiste em estender a subjetividade às coisas, tratar humanos como objetos, tomar máquinas por atores sociais e sim evitar a todo custo o emprego da distinção sujeito-objeto ao discorrer sobre o entrelaçamento de humanos e não-humanos. O que o novo quadro procura capturar são os movimentos pelos quais um dado coletivo estende seu tecido social a outras entidades. É isso que eu quis dizer até agora com a expressão provisória

“Ciência e Tecnologia são aquilo que socializa não-humanos para que travem relações humanas”. (LATOURE, 2001, p. 222).

É preciso que esse panorama esteja absolutamente claro. Não se trata de conceder caráter exclusivamente social a toda tentativa de objetivação científica nem tampouco de tratar seres humanos indiferentemente de objetos inanimados. Trata-se de criar um espectro de intersecção que reagrega o que foi ontologicamente cindido e tratado, de resto, como incomensurável.

Finalmente, após um longo percurso histórico-filosófico, pode-se afirmar que foi transposto o primeiro grande problema na busca por um lugar adequado para política na era das *redes sociais* virtuais: a tecnologia não está em guerra contra a humanidade (LATOURE, 2001); antes, compõe sua rede sociotécnica. É claro que a humanidade pode colocar a tecnologia em posição tal que sua destinação seja especialmente belicosa, nociva, destruidora. Aliás, é necessário dizer que a tecnologia pode se voltar contra o ser humano, por exemplo, dentro de um sistema econômico em que máquinas produzam em escala incomparável ao trabalho manufaturado, como ocorreu com advento da industrialização e continua ocorrendo hoje com o avanço da robótica, causando desemprego e necessidade de reinserção dos desempregados no mercado de trabalho em outro contexto ou em outra profissão. Há também o uso da ideia de redes em sentidos mais difusos, que foram encampadas e ressignificadas pelo discurso mercadológico para tentar promover a ideia de liberdade e autonomia subjetiva, mascarando a precarização e formas de dominação biopolíticas sob certa aura de emancipação, como ressaltam Boltanski e Chiapello (2009) e Zanon (2015). O que está em jogo aí, no entanto, não é a capacidade produtiva das máquinas em si ou o modelo de organização em rede, mas um modelo econômico pautado na acumulação de capital que se utiliza de todas as ferramentas possíveis para otimizar ganhos e que é, evidentemente, sociotécnico também. Mas mesmo assim, como resalta Zanon, “assim como a vida pode ser o campo da dominação por parte das máquinas capitalísticas, é também na dimensão da própria vida que podem acontecer insurgências de transformações que rumam positivamente para a construção de um projeto autônomo” (2015, p. 104-105).

Portanto, a tecnologia contém devires de dominação e controle, mas isso não a define. O todo não pode ser resumido a uma das faces e o raciocínio simétrico é igualmente válido: a crença tecnoutópica na ciência enquanto norteadora do progresso a um degrau social superior – obrigatório a todos os “bárbaros” – parece não passar de sofisma.

2.3 Nem moderna nem pós-moderna: a ontologia a-moderna das redes

É praticamente inevitável atrelar à cultura virtual, ou como diremos doravante, à cibercultura, à sociabilidade e às construções de novas subjetividades em rede – na Internet – um marco temporal, seja modernidade, já em vários pontos esclarecida, ou pós-modernidade. No entanto, tantos são os conceitos, definições e características atribuídas a esses marcos históricos que surge a questão: se um conceito consegue abarcar um sem-número de problemas da contemporaneidade, não seria melhor repensar não a validade, mas a pertinência do conceito? E ainda, mesmo que se encontre alguma pertinência no conceito, qual sua sustentação epistemológica se ele é flexível no limite da utilização *ad hoc*?

Esta questão é importante. A modernidade foi e é amplamente discutida como um grande marco “civilizatório” humano: de um lado nós, os modernos, do outro eles, pré-modernos, bárbaros, selvagens, etc. A pós-modernidade, tempos depois, veio à lume com um pessimismo bastante atrelado, paradoxalmente, ao desenvolvimento maquínico, uma tecnofobia advinda da abissal evolução tecnológica ocorrida no século XX mas que, ironicamente, colocou em xeque utopias engendradas no seio do iluminismo nascido concomitantemente à modernidade. É óbvio, então, que essa questão está também ligada ao otimismo ou pessimismo com relação à tecnologia e, inevitavelmente, à cibercultura.

Muitos autores discutiram extensamente a modernidade, mas provavelmente ninguém discorreu sobre ela, sobre suas características mais sutis, com a elegância de Marshall Berman no belo ensaio “Tudo Que é Sólido se Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade” (1986). É dele, então, que se extraem algumas características desse marco temporal em sua concepção ainda cindida de cultura e natureza:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p. 15)

Seguindo a linha de “anulação de fronteiras”, outro autor que escreveu sobre algo que para a cibercultura é importante, foi Giddens em seu “As Consequências da Modernidade” (1991), que discute com propriedade a questão do “desencaixe” do espaço-tempo, uma cisão que transformou profundamente as relações sociais. Por “desencaixe”

Giddens se refere ao “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (1991, p. 31). Esse desencaixe, grosso modo, se dá por meio de categorias que Giddens denomina “fichas simbólicas” e “sistemas peritos”. É preciso destacar o conceito de sistemas peritos, pois, a princípio, a cibercultura só se sustenta (num sentido estrito, pois na verdade os engloba) sobre um ou vários desses sistemas, que podem ser definidos como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organiza grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 37-38). Em suma, embora usemos diferentes aparatos tecnológicos para inúmeras finalidades no cotidiano, não conseguimos, na imensa maioria das vezes, compreender profundamente seus funcionamentos; é o que ocorre, por exemplo, com a comunicação entre um celular e outro (ou outra máquina), mas temos “fé” que conseguiremos resolver grande parte dos nossos problemas através dele (ou deles) principalmente quando conectado à Internet. Em larga medida, nossas interações dependem de sistemas peritos, que descolam o espaço-tempo de modo a permitir que a localização geográfica e, por conseguinte, o tempo, não sejam limitações às relações sociais. Os sistemas peritos de Giddens, com efeito, são como nossas redes sociotécnicas, que mobilizam humanos e não-humanos numa intrincada malha tecnossocial.

Canclini em “Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade” (2008) parece compreender a dificuldade de fixar o que é exatamente modernidade ao afirmar que

a modernidade não é só um espaço ou um estado no qual se entre ou do qual se emigre. É uma condição que nos envolve, nas cidades e no campo, nas metrópoles e nos países subdesenvolvidos. Com todas as contradições que existem entre modernismo e modernização, e precisamente por elas, é uma situação de trânsito interminável na qual nunca se encerra a incerteza do que significa ser moderno. Radicalizar o projeto da modernidade é tornar aguda e renovar essa incerteza, criar novas possibilidades para que a modernidade possa ser sempre outra e outra coisa. (CANCLINI, 2008, p. 356).

Assim, se a modernidade pode ser sempre outra coisa, como pensá-la? Quais são as limitações intrínsecas a essa categoria de análise? Talvez questionar a própria ideia de modernidade como uma ruptura com uma “pré-modernidade” seja o caminho mais viável. Questionar a(s) ruptura(s) é um caminho seguro para nós.

Bruno Latour é, possivelmente, o crítico mais atroz da modernidade não enquanto detentora de uma epistemologia própria, que existiu e existe, mas quanto a sua validade e, portanto, quanto a noção de ruptura. Isso nos faz, inevitavelmente, reescrever o passado, por

mais sufocante que seja essa ideia. Resgatando uma vez mais a “Constituição” moderna, o filósofo francês argumenta que

A modernidade é muitas vezes definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar sua morte. Mas o próprio hábito é moderno, uma vez que este continua sendo assimétrico. Esquece o nascimento conjunto da “não-humanidade” das coisas, dos objetos e das bestas, e o nascimento, tão estranho quanto o primeiro, de um Deus suprimido, fora do jogo. A modernidade decorre da criação conjunta das três, e depois da recuperação deste nascimento conjunto e do tratamento separado das três comunidades enquanto que, embaixo, os híbridos continuavam a multiplicar-se como uma consequência direta deste tratamento separado. É esta dupla separação que precisamos reconstituir, entre o que está acima e o que está abaixo, de um lado, entre os humanos e os não-humanos, de outro. (LATOUR, 2013, p. 19).

O maior projeto da modernidade, como já dito, foi separar natureza e cultura por meio de práticas de purificação que buscam anular ou silenciar os movimentos de tradução e associação entre humanos e não humanos. É assim que nasce a ciência “moderna”. De um lado devemos discutir o que é de interesse da sociedade com suas multidões indomáveis, e do outro resta deixar em paz os cientistas que dão voz à natureza para levarem adiante seus projetos, suas pesquisas, afinal isso não é da conta da cultura! No entanto, quanto mais se nega que a tentativa de purificar a ciência da dimensão impura das relações sociais impacta profundamente a sociedade, mais esse processo avança. Tudo que ocorre exatamente no abismo entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura resulta na proliferação dos híbridos e, portanto, em redes sociotécnicas, que não são modernas nem tampouco pós-modernas: são a-modernas. Jamais foram modernas (ao menos no sentido ontológico).

Se alguém perguntasse: “mas como negar as evoluções tecnológicas, as vitórias da viagem ao espaço, os aceleradores de partículas, enfim, a rede mundial de computadores, que, aliás, potencializou tantas revoltas populares mundo a fora, como frutos da verdade objetiva das ciências naturais?”, responder-se-ia com tranquilidade: não se trata de mera evolução, tomada na acepção vulgar do termo. Não estamos trabalhando com seres menos ou mais evoluídos, menos ou mais possuidores de cultura ou conhecimento do mundo. Estamos no campo da mobilização dos híbridos que, inegavelmente, a sociedade dita “ocidental” teve competência jamais vista para mobilizar (LATOUR, 2013). Mas não se pode perder de vista que um componente de “fé” sempre anda no alforje da modernidade apenas por garantia. A prova disso? Em referência aos sistemas peritos, Giddens diz sobre algo tão banal quanto estar em casa: “conheço muito pouco os códigos de conhecimento usados pelo arquiteto e pelo

construtor no projeto e construção da casa, mas não obstante boto ‘fé’ no que eles fizeram” (1991, p. 38). É bem verdade, e com razão, que ele usa o termo fé entre aspas, mas o importante da reflexão é que não conhecemos todos os detalhes do que está à nossa volta, mas acreditamos nos sistemas e seus executores. Em quê, então, somos radicalmente diferentes dos “pré-modernos” se precisamos de alguma “fé” para viver banalidades tal como estar no refúgio do lar? De alguma maneira, Giddens não sentencia a modernidade à morte ao empurrá-la do cadafalso da trivialidade? Se acreditarmos que a modernidade é um lugar seguro, posto que sustentado por uma técnica profundamente diferente da técnica antiga, sim.

Repensar nosso próprio tempo de maneira tão profunda e distinta não poderia senão provocar alguma dose de estranhamento. E a questão central talvez seja esta. Nada deve parecer natural, sobretudo em tempos em que catástrofes climáticas, terrorismo, crise econômica, fundamentalismo religioso, incapacidade de mediação entre determinadas culturas e o profundo esgotamento das relações políticas tradicionais parecem compor cenários cada vez menos promissores para o projeto de evolução proposto pela modernidade. E é por isso mesmo que urge pensar de forma crítica o próprio conceito de modernidade, inclusive a ponto de superá-lo a partir da invenção de novas categorias de análise.

E a pós-modernidade? Se sequer podemos falar em modernidade enquanto ruptura, como tratar essa pós-epopeia ruínosa? Se não parece fazer sentido o rompimento proposto pela modernidade, parece fazer ainda menos sentido levar a sério o pessimismo pós-moderno; não porque as críticas em si sejam malogradas, mas porque o viés está fundamentalmente equivocado. Canclini (2008) já aponta a pós-modernidade apenas como uma maneira de problematizar a modernidade, mas não parece resolver o problema completamente. Sua ideia de hibridação relaciona-se apenas a processos socioculturais que se misturam originando novas estruturas socioculturais – não ontológicas – e por isso não atinge o âmago da questão. Não é por outra razão que o autor flerta com o termo “segunda modernidade”, de Ulrich Beck (2008, p. XXXI), ou o desconfortável neologismo “pós-intra-moderno” (CANCLINI, 2008, p. 356).

Eis a encruzilhada: ou a modernidade existe e não sabemos mais o que fazer com ela, já que o pós-modernismo não passa de certa crítica pessimista que remete a um saudosismo ingênuo; ou a própria modernidade precisa ser revista para se vislumbrar caminhos dentro de uma nova ontologia e, conseqüentemente, uma nova epistemologia. Lyotard sustenta ser a pós-modernidade um período em que o conhecimento se resume a tudo que pode ser convertido em bits, ou seja, quantidade de informações. Isso, segundo sua visão, tornaria a produção científica meramente um produto de valor econômico (LYOTARD, 2011).

Obviamente, se Lyotard tem razão, a cibercultura é um mal a ser combatido, pois ela é o fenômeno que engloba essas transformações também no campo do saber. Não obstante, ainda que ela, cibercultura, deva ser submetida à crítica, tratá-la como um mal em si é querer voltar à era “pré-industrial” (ECO, 1970). Insensatez, ironicamente, moderna.

Até aqui a intenção foi evitar dicotomias e rupturas, sobretudo no que tange o desenvolvimento da técnica para ultrapassar preconceitos injustificáveis em relação às potencialidades oferecidas pelos produtos da ciência. Não obstante, de modo algum o objetivo é dotar a tecnologia de certa aura imaculada que serviria como guia rumo ao progresso que a própria modernidade prometeu. Isso seria retomar o erro dos modernos na tentativa de negá-lo. E é exatamente para ultrapassar mais essa dificuldade que é preciso tratar da controvérsia que polariza tecnófobos e tecnófilos. Só após percorrer mais esse longo e efetivamente controverso caminho é que será possível analisar adequadamente o fenômeno da mobilização política no ciberespaço sem incorrer nos erros simetricamente infundados de negar ou aceitar acriticamente o uso das tecnologias virtuais como instrumentos políticos.

2.4 Transformação e resistência: um caminho antropológico seguro

A história humana não poderia estar mais impregnada de dicotomias. O culto ou a resistência às mudanças culturais é apenas mais uma delas e, na era da cibercultura, o debate aparentemente segue esse estéril caminho. De um lado críticos do maquinismo que agencia coletivos e molda subjetividades sincronicamente à própria dinâmica tecnocientífica apenas para alienar as massas; de outro os entusiastas da mudança, que se arvoram em defender as realizações humanas como naturalmente positivas. Para esses, se as mudanças são inevitáveis, criticá-las é inútil. Para aqueles, as mudanças são sempre resultantes de alguma dominação irresistível.

O fato é que ambas as visões se equivalem no sentido do determinismo que produzem (RÜDIGER, 2011). Se todas as mudanças são frutos de alguma dominação velada, os focos de resistência são inúteis na medida em que a resistência é apenas residual. A própria correlação de forças que se forma ante as tensões sociais é, por esse viés, coadjuvante de um processo de transformação unidirecional, inclusive maquínica. Assim também que, se as mudanças são sempre positivas, não apenas a crítica é inepta como todos os processos de dominação social são naturais ou naturalizáveis. O progresso seria um epifenômeno do qual os desequilíbrios sociais seriam não mais que subprodutos efêmeros e contornáveis.

A cultura, no entanto, apresenta outras facetas que refogem a tal análise mas que, evidentemente, não deve ser por isso sumariamente descartada. A cibercultura, por conseguinte, também.

Precisamente por isso, tratar da cultura no ciberespaço, ou de uma cultura propriamente vinculada ao ciberespaço – a cibercultura – é caminhar por um terreno movediço que nos convida todo tempo a cair nas armadilhas mais ou menos prontas para nos afundar em interpretações monolíticas, rígidas, pouco flexíveis na medida em que ou se peca por avaliar a cibercultura como um processo trágico para o futuro das interações humanas ou se peca por imaginar que a cultura construída e moldada nos espaços virtuais felizmente engolirá tudo e todos sendo mais ou menos violenta a depender da vã resistência que a ela se oporá, tudo na esteira da pobre dicotomia entre resistência e apologia. Ora, a fluidez própria dos espaços virtuais por si só já coloca em suspeição tais orientações pouco permeáveis e que se pretendem hegemônicas, além de a realidade se mostrar como portadora de uma complexidade fantasticamente maior. E é tentando evitar cair nessas armadilhas teóricas que as reflexões seguintes serão construídas.

A primeira dificuldade a ser superada é a própria ideia de cultura. Como falar de cibercultura sem problematizar o polissêmico conceito de cultura? Se Kroeber e Kluckhohn, somente entre as décadas de 1920 e 1950, tabularam cerca de 164 definições de cultura (KUPPER, 2002), como simplesmente partir para o estudo da ciber-cultura? Eis uma dificuldade própria da antropologia. Não cabe aqui resgatar as várias noções de cultura que orientaram historicamente o pensamento e a pesquisa antropológica, mas sim refletir sobre o potencial que a noção de cultura enquanto fenômeno propriamente humano que inclui mente, corpo, evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos (WAGNER, 2012) tem de clarear o estudo do que se conceituará adiante como cibercultura. Essa, no entanto, é tarefa mais árdua do que parece.

A crítica pós-estruturalista na antropologia¹⁵ buscou, por um lado, a aproximação da etnografia aos estudos literários, podendo-se tomar Geertz como exemplo dessa tendência (KUPPER, 2002; ERIKSEN, 2010) ao passo que, por outro lado, surgiu uma corrente de antropólogos que bebem na fonte da fenomenologia de Edmund Husserl, por exemplo, para levar adiante a crítica à própria noção de cultura como, até então, presa à dicotomia sujeito-

¹⁵ Diga-se claramente na antropologia para evitar qualquer confusão com o teor crítico da sociologia pós-moderna inaugurado com a obra “A condição pós-moderna” de Jean-François Lyotard (2011) que discutia a fragmentação do pensamento, fim das metanarrativas e o impacto negativo das tecnologias computacionais sobre a maneira de pensar na sociedade pós-industrial.

objeto (ERIKSEN; NIELSEN, 2010), pretensamente objetiva e de “propriedade” dos antropólogos como definidores do sentido do discurso do nativo (VIVEIROS DE CASTRO apud COELHO DE SOUZA, 2007). Bruno Latour, Tim Ingold, Roy Wagner e Viveiros de Castro são exemplos dessa tendência antropológica. Na verdade, há que se fazer justiça com Geertz (e também com Boas e Malinowski, que defendiam tal posição metodológica): a ideia de “descrição densa”, segundo a qual os antropólogos devem buscar descrever o mundo não do seu próprio ponto de vista, mas do nativo (ERIKSEN; NIELSEN, 2010), o aproxima de Wagner e outros autores da fenomenologia, pelo que se pode notar mesmo a influência de Heidegger e Bateson em sua obra no que concerne às noções de homem, mente e cultura, com a sua já devidamente explicada crítica à cisão cartesiana entre sujeito (mente) e objeto (corpo, mundo) (SOARES DA SILVEIRA, 2012).

Assim, como o que se poderia chamar de cibercultura é algo que de alguma maneira nos atravessa, nos envolve até nas mais simples tarefas, sobretudo da vida nas cidades, e que, portanto, nos torna parte de sua construção, não é possível pensá-la sem pensar em nós mesmos, nos choques que a tecnologia causa em alguns ou na fácil absorção por outros tantos. Estamos, por isso, inseridos na rede sociotécnica que produz a cibercultura. Não é por outra razão que Wagner diz que:

[...] o antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, e investigar a si mesmo. Mais precisamente, já que falamos do total de capacidades de uma pessoa como “cultura”, o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral. (WAGNER, 2012, p. 39).

Embora Wagner (2012) esteja fundamentalmente preocupado com as implicações do trabalho etnográfico como uma espécie de usurpação da cultura dos povos nativos, tornando-os subservientes aos antropólogos, a reflexão proposta amplia e modifica a percepção das culturas dos outros e da nossa própria. Essa maneira de pensar a cultura é uma crítica atroz àqueles que sonham ou sonharam com a objetividade própria das abstrações matemáticas aplicadas à antropologia, mas também é um alento para aqueles que compreendem que a objetividade relativa é a única alternativa para um estudo etnográfico sério, que reconhece suas próprias limitações (WAGNER, 2012). Todo esse rico manancial teórico é fundamental também para estudar a cibercultura, a tecnologia e a política que se fermenta no contexto da cibercultura.

O termo “invenção da cultura”, título do livro de Wagner (2012), portanto, não joga para o universo da fantasia, do texto literário fantástico, os estudos antropológicos. Antes,

concebe que a antropologia como ciência (embora não uma ciência pretensamente portadora de uma verdade neutra, universal e inabalável) é possível, mas apenas se alguns pressupostos epistemológicos alicerçarem o estudo, dentre os quais o mais importante é o reconhecimento de que todo aquele que estuda uma cultura também tem uma cultura e jamais conseguirá se despir dela para vestir a cultura da alteridade, o que implica, portanto, que a objetividade é sempre relativa, bem como a percepção de que “inventar” outra cultura significa “reinventar a sua própria”, num processo dialético que aniquila a ideia de cultura como um objeto estático, ou como diziam os evolucionistas “em via de extinção”, como aliás também perceberam outros autores (SAHLINS, 1997). A tese da “aculturação”, assim, parece inevitavelmente.

A exata noção dos limites da objetividade analítica impõe o reconhecimento de que rechaçar a dicotomia apologia/resistência de um determinado objeto analisado não nos coloca em posição de neutralidade. Se fazemos parte da rede, se somos atores-rede também como analistas da rede, ter essa pretensão seria galgar um fim em absoluta oposição ao meio. Em outras palavras, seria retomar a cisão entre sujeito e objeto e todo o idealismo moderno do qual procuramos nos afastar até aqui.

Ora, se o potencial dessa noção de cultura é nos alertar para o fato de que estamos sempre ligados ao seu intrínseco processo de “invenção”, parece absolutamente claro que o estudo da cibercultura pode ser feito dentro do contexto da “sobrevivência” da própria noção de cultura sem nenhum pesar subjacente. Estamos, doravante, preparados para, de fato, discutir o que vem a ser o movimento que suga a cultura para os meios virtuais, sem remorsos, sem anacronismos nostálgicos. E essa senda nos permitirá entender como a política sofre influência da tecnologia também sem nenhuma relutância insensata.

2.5 Ciberapocalipse e Tecnoemancipação: o equívoco simétrico?

Esperamos que, para todos os efeitos, as interações humanas não estejam à beira da morte no mundo virtual nem tampouco dependam do ciberespaço para continuar seus movimentos sistólico e diastólico salutar. No entanto, é mais do que evidente que o mundo passou por mudanças profundas com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, mais especialmente após o surgimento da Internet, e que isso impactou profundamente na maneira como nos relacionamos com as outras pessoas e com o mundo. Neste sentido, Dênis de Moraes diz que:

A era da hiperconectividade reconfigura irreversivelmente os campos da comunicação e da cultura. A força invisível dos sistemas tecnológicos subverte toda e qualquer barreira, numa rotação incessante. Os fluxos infoeletrônicos encurtam a imensidão da terra, propagando um volume incalculável de informações. A busca voraz por fluidez baseia-se na evolução galopante das redes digitais multimídias, as quais operam como provedoras de dados ubíquos e instantâneos, em uma ambiência de usos partilhados e interatividades. (MORAES, 2001, p. 67).

Vivemos em uma era que dissolve os limites espaço-temporais tradicionais, que permite suprimir barreiras geográficas mas que, por outro lado, impõe limites de conectividade ao passo que também transforma a comunicação humana, tornando-a cada vez mais dependente de referenciais imagéticos, ainda que, por exemplo, democratize o acesso a textos clássicos, permita a propagação de fatos que pareceriam insignificantes nos seus contextos locais mas que podem se tornar fenômenos de proporções incalculáveis com os imprevisíveis efeitos cascata que a rede virtual guarda sempre em potência, etc. Compreender essa dinâmica, enfim, é entender o próprio mundo em que vivemos, uma vez que as relações sociais, as interações humanas, cada vez estão mais vinculadas a artefatos tecnológicos e à forma como esses artefatos permitem ressignificações de elementos culturais não virtualizados.

Obviamente, a busca pelo entendimento dos processos que envolvem o avanço da tecnologia na comunicação humana semeia a discórdia entre os teóricos sociais já há algum tempo. O que se convencionou chamar de “cultura de massa” e depois “indústria cultural” com Adorno e Horkheimer e todos os fenômenos vinculados aos “meios de comunicação de massa” (ou *mass media*), como rádio, TV e a agora os computadores conectados à Internet, tendem a ser analisados sob a navalha teórico-epistemológica que separa, de um lado, catastrofistas de toda ordem e, de outro, prosélitos da tecnologia como panaceia humana. Tal maniqueísmo, por certo, não consegue captar todas as nuances de um problema que se mostra, na prática, bem mais complexo.

Aos pessimistas e entusiastas, Umberto Eco (1970) chama, respectivamente, apocalípticos e integrados, que é, aliás, o título de sua obra sobre a cultura e os meios de comunicação de massa. Com esses dois adjetivos, que são na verdade categorias de análise, o autor faz duras críticas à forma de dividir aqueles que pensam nos meios de comunicação de massa, e, por conseguinte, o acesso à cultura de massa, ou como mensageiros da hecatombe comunicacional ou como enunciadoreis do derradeiro degrau da evolução cultural. Na verdade, o autor pretende desconstruir o próprio conceito de cultura de massa, que ele define como “genérico, ambíguo e impróprio” (ECO, 1970, p. 8). Empreendendo desmistificar o

saudosismo tolo daqueles que relutam em aceitar os avanços tecnológicos tomando-os como um mal em si, sobretudo no sentido de desconstruir, contextualizar e dar contornos antropológicos ao termo “cultura de massa”, que envolve todos nós de alguma maneira e em alguma medida, diz o autor:

Então está claro que a atitude do homem de cultura, ante a essa situação, deve ser a mesma de quem, ante o sistema de condicionamentos “era do maquinismo industrial”, não cogitou de como voltar à natureza, isto é, antes da indústria, mas perguntou a si mesmo em que circunstâncias a relação do homem com o ciclo produtivo reduziria o homem ao sistema, e, ao invés, disso, como lhe cumpriria elaborar uma nova imagem de homem em relação ao sistema de condicionamentos; um homem não libertado pela máquina, mas livre em relação à máquina. (ECO, 1970, p. 16).

Ao elaborar uma crítica de viés marxista, optando pela análise dialética, a seu ver, própria para o problema, Rüdiger (2011) também detecta o mesmo sentido maniqueísta nos teóricos que analisam propriamente a cibercultura. O autor denomina “fáusticos” aqueles que são críticos da tecnologia como fonte de desenvolvimento humano e, por conseguinte, político, ressaltando problemas como a intensificação da indústria cultural através da comunicação de massa, a dissolução das culturas regionais (aculturação), a superficialidade das informações, a dependência de aparatos tecnológicos (o que poderia criar/aprofundar a exclusão digital), dentre outros problemas; e denomina “prometeicos” aqueles que apostam na tecnologia como único caminho a ser trilhado rumo ao desenvolvimento da civilização. Rechaçando essas duas formas de encarar a cibercultura, Rüdiger sustenta que “a cibercultura precisa ser vista em sua ambivalência, evitando-se a condenação apocalíptica tanto quanto a celebração às vezes ingênua, noutras oportunista” (2011, p. 67). A obra de Rüdiger trata de reunir as principais teorias da cibercultura e, com visão crítica baseada no materialismo histórico, o autor faz um balanço das teorias que tratam da questão, explorando inclusive as orientações filosóficas que inspiraram fáusticos e prometeicos.

O tronco-raiz das controvérsias que opõem fáusticos e prometeicos, ou apocalípticos e integrados, remonta à própria noção de técnica e suas implicações e diferenças para o que veio a se chamar ciência. Da Antiguidade ao século XVII, técnica era sinônimo de arte: “o termo designava as várias atividades cuja matéria pode ser objeto de arte; isto é, da aplicação de um saber passível de desenvolvimento, mas não de pleno acabamento ou de absoluta perfeição” (RÜDIGER, 2011, p. 73). É só no século XVIII que vai surgir o termo tecnologia. Já em 1777, Johann Beckmann propõe que a palavra tecnologia designe algo como uma sistematização em disciplina para que sejam ensinadas as técnicas, já devidamente traduzidas

para o contexto de ofícios e manufaturas. A técnica, assim, ganha ares teóricos (RÜDIGER, 2011). Após 1800, “a tecnologia passa a ser definida, ao mesmo tempo, como ‘uma forma especial de técnica (uma técnica científica)’ e como um saber ‘que toma por objeto a técnica (trata-se de uma ciência da técnica)’” (GOFFI apud RÜDIGER, 2011, p. 74). A centralidade da ideia já se mostra no sentido de que a tecnologia é uma técnica formada essencialmente por equipamentos. Disso resulta, na visão do autor, uma reificação da tecnologia na medida em que ela se confunde com as máquinas e equipamentos de que se apropria, o que o faz concordar com Heidegger quanto à ruptura das técnicas ocorrida na modernidade (RÜDIGER, 2011).

A partir desse contexto é que a polarização entre tecnofilia e tecnofobia vai se desenhando mais claramente. De um lado aqueles que enxergam na tecnologia o instrumento que possibilitaria a emancipação humana, a real oportunidade para uma vida com mais tempo dedicado ao lazer e ao aprimoramento individual; de outro aqueles que perceberam na tecnologia o aprisionamento humano, o fetichismo da máquina e a dissolução do humanismo, que aprofundaria o abismo agora não mais apenas da dominação do homem pelo homem, mas do homem pela máquina.

Como bem demonstra a síntese histórica de Rüdiger (2011) de Simmel a Kroker e Trivinho, passando por Adorno e Horkheimer, a tecnofobia se assentou na crítica da modernidade, enquanto de Hobbes a Libniz e Marshall McLuhan, passando por Pierre Lévy, a tecnologia que dá sustentáculo à cibercultura se abriu às potencialidades tecnológicas, embora por vezes preenchidas de ativismo crédulo. Esse seria o caso, para Rüdiger, de Pierre Lévy com sua “Síndrome de Cândido”, que seria um “iluminista incapaz de ver que a marcha da história também é pontuada pela escuridão, que o potencial cognitivo contido na tecnologia de informação é agenciado pelos sistemas de poder que regulam o curso da tecnocultura” (2011, p. 164).

Essa crítica em especial, de viés marxista, a princípio parece se fechar em um direcionismo dialético inóspito às resistências criadas no próprio âmbito da cibercultura. Tal leitura de Marx parece suprimir o lado da resistência de uma das partes da própria dialética. Se o curso é simplesmente “regulado” pelas grandes corporações dominantes, as linhas de fuga estão fechadas e estamos condenados à exploração perpétua. A risca que divide o realismo dialético do pessimismo verticalizado é tênue. Os próprios marxistas rechaçam os autores pessimistas, marcadamente os “irracionalistas”, como Schopenhauer e Nietzsche, que fariam, segundo eles, “apologia indireta” do capitalismo (PAULO NETTO, 1978, p. 47). Não se pode esquecer inclusive que, em que pese a existência de movimentos históricos como o

luddismo¹⁶, marxistas também viram no desenvolvimento de tecnologias da informação e na cibernética o suporte para a superação da sociedade de classes (RICHTA apud RÜDIGER, 2011).

É por essa razão que a crítica dirigida, em especial a Pierre Lévy, parece demasiadamente inflexível. Apontar as potencialidades de um sistema, deixá-lo aberto aos focos de resistência imanentes à própria dinâmica opressora do capital, não pode ser equivalente a fazer apologia acrítica do capital. A intenção aqui não é minimizar os impactos econômicos da concentração do capital e seus reflexos na cibercultura, mas evidenciar as linhas de fuga também imanentes ao sistema, como teorizaram Deleuze e Guattari (2011). E não porque jogar luzes sobre as linhas de fuga, ou seja, nas resistências, seja mais cômodo, mas porque as mobilizações políticas que abalaram o mundo a partir de 2010 foram resistências a uma complexa ordem de dominação. E resistências articuladas em redes sociotécnicas. O que se quer é negar o determinismo e encontrar agenciamentos que denunciem o aprisionamento tanto quanto a liberdade plena. De modo algum essa perspectiva significa fazer apologia do capital: ao contrário, é, a partir de seus decalques estruturais, encontrar possibilidades de fuga.

Lévy tem méritos importantes. Primeiro, reconhece a impossibilidade de dissociar o ser humano e seu ambiente material de toda semiotização (para utilizar a linguagem de Guattari) através da qual atribui sentido à vida e ao mundo e todo o aparato técnico por ele concebido e utilizado. Uma hipotética distinção entre técnica, cultura e sociedade só poderia ser feita em termos estritamente conceituais, pois não existe independência factível entre estas três entidades (LÉVY, p. 2010). Nem é preciso dizer que tal noção se aproxima de uma ontologia ator-rede. Segundo, rejeita a neutralidade bem como um sentido da técnica nos moldes heideggerianos para defender que, por trás das técnicas (no plural), “agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade” (LÉVY, 2010, p. 24), o que traz a problemática para o campo político, o qual, sentencia, não comporta ilusões (2010). Terceiro, identifica que a técnica não é determinante das culturas, mas condicionante: “a prensa de Gutenberg não determinou a crise da Reforma, nem o desenvolvimento da moderna ciência europeia, tampouco o crescimento dos ideais iluministas e a força crescente da opinião pública no século XVIII – apenas condicionou-as” (LÉVY, 2010, p. 26). O ciberespaço, portanto, não

¹⁶ Movimento ocorrido entre 1811 e 1813 que se notabilizou, dentre outras coisas, pela quebra das máquinas que em alguma medida simbolizavam a desqualificação do trabalho operário (CANÊDO, p. 1997).

pode ser visto como uma esfera cujas relações são determinadas. A ambivalência do espaço virtual nada mais é do que a extensão das forças que atuam fora dele, o que exige simetria de análise também nesse sentido, ou seja, não se pode tomar o ciberespaço e a cultura ali projetada como fantasias desmaterializadas e pouco ou nada humanas.

Ao fim e ao cabo, ainda que Lévy seja um entusiasta da cibercultura e isso não possa ser perdido de vista em sua teorização, ele não deixa de reconhecer que há tensões entre as forças econômicas que tentam dominar as tecnologias e as resistências paralelas a essas forças que se pretendem hegemônicas, o que cria um verdadeiro campo de disputa (LÉVY, 2010). E esse campo de disputa não pode ser desprezado, ou toda a batalha que vem sendo travada em áreas como o desenvolvimento da criptografia por cypherpunks¹⁷ e redes de ativistas que lutam contra a hipervigilância da Internet seria reduzida a um conjunto de ações irrelevantes.

Após essa relativamente breve jornada por alguns dos principais discursos de tecnófilos e tecnófobos é possível sintetizar essa polarização cotejando os conceitos de cibercultura de Rüdiger e Lévy. Enquanto para o primeiro “a cibercultura é o movimento histórico, a conexão cotidiana entre os sujeitos sociais e suas expressões tecnológicas, através da qual transformamos o mundo e, assim, nosso próprio modo de ser interior e material em dada direção” (RÜDIGER 2011, p. 112-113), para o segundo o neologismo “especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço [que, para ele, é sinônimo de rede]” (LÉVY, 2010, p. 17). Importa que, conquanto Lévy não expresse a dialética em seu conceito, também não a exclui e é nesse sentido que pretendemos caminhar. Não parece correto subtrair as relações de poder, as forças econômicas que pressionam a cibercultura tanto quanto não parece acertado resumir a sociabilidade virtual e tudo que ela arregimenta em uma definição dialética. Aliás, diga-se que Rüdiger não deixa reconhecer, outrossim, que “os novos meios informáticos (...) apontam para um mundo com, pelo menos, mais soberania para o indivíduo” (2011, p. 286). Nossa hipótese é de que a análise empírica deve apontar para onde vão as forças e quais são seus pontos de resistência no contexto capitalista, mesmo que ela aponte para a dominação cultural¹⁸.

¹⁷ “Os cypherpunks defendem a utilização da criptografia e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas. Criado no início dos anos 1990, o movimento atingiu seu auge durante as “criptogueras” e após a censura da Internet em 2011, na Primavera Árabe. O termo *cypherpunk* – derivação (criptográfica) de *cipher* (escrita cifrada) e *punk* – foi incluído no *Oxford English Dictionary* em 2006” (ASSANGE et al., 2013, p. 5)

¹⁸ Verdadeira controvérsia foi inaugurada entre André Lemos (2015) e Rüdiger (2015) sobre a Teoria Ator-Rede e a teoria crítica. Lemos faz uma defesa veemente da ANT repisando e aprofundando vários pontos por nós apresentados para contrariar a crítica “essencialista” à cibercultura, enquanto Rüdiger rebate asperamente seus

A propósito do empoderamento do indivíduo no contexto da cibercultura aventado por Rüdiger, Guattari (2012) propõe tratar a questão, ao menos a nosso ver, de maneira bastante apropriada. Ante sua experiência como psicanalista (o que, ademais, o fez conceber com Deleuze uma nova forma de tratar psicopatologias, a “esquizoanálise”), Guattari rejeita as estruturas mentais determinantes próprias da psicanálise de Freud para avançar na compreensão dos agenciamentos coletivos que produzem as subjetividades. É óbvio que a sociabilidade em rede, enquanto produtora de enormes agenciamentos maquínicos que atuam diretamente sobre o indivíduo não poderia passar ao largo de suas reflexões:

A produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior. Existe uma atitude antimodernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. (...) As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e nos fazer entrar em uma era *pós-mídia*, caracterizada por uma reapropriação e uma ressingularização da utilização da mídia. (GUATTARI, 2012, p. 15-16).

Para Guattari, o rompimento com uma era de dominação na produção de significações coletivas depende sobremaneira da capacidade de ressingularização do indivíduo, ou seja, da capacidade dos sujeitos de se reinventarem e, com isso, reinventarem significados para suas vidas e para os grupos com os quais mantêm alguma relação de pertencimento. A superação da aceitação passiva tanto individual quanto coletiva das significações pasteurizadas, produzidas pela mídia de massa, estaria condicionada à capacidade autorreferenciadora dos sujeitos de produzir criativamente outras subjetividades (GUATTARI apud PARENTE, 1993). Para o esquizoanalista francês esse processo funda um paradigma estético, porquanto indissociável da necessidade da libertação criadora da arte tal como procedem os artistas (GUATTARI, 2012). O processo artístico em convivência simbiótica com os agenciamentos maquínicos, conclui, é perfeitamente possível e o Japão

argumentos dizendo, em suma, que “o resultado desse discurso [teórico-epistemológico da ANT] é a criação de uma nova metafísica” por parte de Latour, o que, segundo o autor, seria uma espécie de sociologia menor, ao que as ciências sociais “maiores” se “moveram para problemáticas que, em seu momento e sob condições que não escolheram, revelaram-se mais significativas para seus sujeitos” (2015, p. 137). À necessidade apontada por Rüdiger de apresentar elementos empíricos mais robustos sem neles permanecer em inércia, cremos ter conseguido corresponder a contento no correr do presente trabalho. As demais críticas que pudessem resvalar em nossa reflexão, julgamos já estarem respondidas, inclusive porque deixamos claro que a dialética com a qual trabalha o autor não é por nós desprezada.

seria exemplo perfeito da coexistência do arcaico com o *hi-tech* (GUATTARI apud PARENTE, 1993).

O fundamental dessa linha de raciocínio é enxergar que o indivíduo tem ao seu alcance, no contexto da cibercultura, instrumentos importantes para romper com a alienação que reproduz a passividade mórbida necessária à perpetuação da dominação capitalística. Isso não significa, por outro lado, que com um passe de mágica os agenciamentos coletivos opressores serão ultrapassados, mesmo em dissonância com as subjetividades que mantêm o próprio sistema de dominação incólume.

Não obstante a importância do empoderamento do indivíduo, não se trata de enxergar a primazia da individualidade sobre os agenciamentos coletivos de enunciação, muito ao contrário: “o lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo. Isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se encontra no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (GUATTARI; ROLNIK, 2007, p. 41). A subjetividade como pertencente à miríade de processos que englobam o social e o material é precisamente a posição que adotamos em relação ao ator-rede enquanto alvo de inúmeras entidades que deslocam sua ação na malha social. Em outras palavras, “o indivíduo [...] está numa encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 2007, p. 43).

Os agenciamentos coletivos, obviamente, não são características exclusivas da subjetividade capitalística e não é por outra razão que em Guattari a ideia de rompimento do novo com o antigo não subsiste. As máquinas sociais pré-capitalistas também codificavam os fluxos de desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2010) e modelavam as subjetividades (GUATTARI apud PARENTE, 1993). Há continuidade, assim, não apenas na ontologia da produção sociotécnica, mas também na capacidade do *socius* de sugerir as subjetividades. A polarização até agora descrita está fundada em uma dicotomia aparente.

Em síntese, o fato é que toda polarização evidenciada só pode ser sustentada em termos de ruptura. Para fáusticos os humanos outrora tinham seu lugar na ontologia das técnicas antigas, mas foram sumariamente alijados das técnicas atuais, tornadas monstros que escapam à compreensão da imensa maioria da sociedade. A incompreensão, nesse sentido, dá azo a toda tecnofobia que condena a cibercultura. O cálculo racional e a otimização de resultados é a chave mágica da distopia moderna. Nosso caminho, no entanto, é outro: é preciso perseguir cientistas em seus laboratórios para ver como é produzida a ciência e como ela arregimenta a tecnologia em seu favor tanto quanto arregimenta pessoas e seus aliados que formam as suas redes. É preciso fazer uma antropologia que seja simétrica, que permita

observar não partir das rupturas entre o moderno distópico e o antigo utópico, mas como processo de mobilização cumulativa. Moderno e antigo são compostos de atores-redes e, por isso, ambos são sociais/históricos tanto quanto são racionais/objetivos. Nas palavras de Latour: “a construção de fatos e máquinas é um processo *coletivo*”¹⁹ (2011, p. 43).

Afinal, como compreender todo o processo de instabilidade política inaugurado com os protestos amplamente organizados em rede a partir de 2011 se não dissecando tanto a dominação econômico-política dentro e fora do ciberespaço quanto as linhas de fuga desses sistemas?

2.6 Ciberespaço: rizomas que não podem ser aniquilados

“A Internet é um campo social, como muitos outros, onde a liberdade está em disputa” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 160).

A constatação de Malini e Antoun remete ao que temos sustentado até então: o ciberespaço é uma extensão das relações não mediadas pela Internet e, conseqüentemente, está submetido a todas as disputas de poder que percolam o *socius*. Sequer é possível falar em liberdade sem abordar as relações de poder que compõem e deslocam as forças que atuam dentro e fora do ciberespaço.

O problema é que a noção de liberdade é tão ampla quanto heterogênea e, por isso, não cabe aqui abordá-la em retrospectiva filosófica. Os próprios autores citados cuidam de esclarecer os limites do que consideram liberdade para analisá-la no contexto da Internet, entendendo-a como “os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 160). Esse conceito é importante porque abre as portas para entender como as relações de poder se deslocam e colidem desde o nascimento da Internet até hoje.

“A Internet nasceu na encruzilhada insólita entre Ciência, a investigação militar e a cultura libertária” (CASTELLS, 2004, p. 34). Apenas mais uma evidência fulgurante da relação íntima entre ciência e política, os avanços tecnológicos propiciados pelas máquinas de guerra dos estados também devem alertar para o já descrito movimento sociotécnico

¹⁹ Latour usa o termo “coletivos” para representar o entrelaçamento de natureza e cultura: “nos encontramos agora frente a produções de natureza-cultura que irei chamar de coletivos, para deixar claro que eles são diferentes tanto da sociedade dos sociólogos – os homens-entre-si - quanto da natureza dos epistemólogos – as coisas-em-si” (2013, p. 105).

elementar de translação. A modificação dos sentidos dos fatos bem como o deslocamento da utilização de objetos compõe a translação (LATOUR, 2011). Dito de outra forma, é inócuo procurar um sentido fixo e um caminho linear na conformação de fatos e técnicas, já que, quanto mais um fato se consolida e um objeto é incorporado à malha social provocando agência nos coletivos, mais pessoas se alistam nessa malha e mais interesses se encarregam de modificar o hipotético sentido originário tecnocientífico em questão. A Internet consubstancia essa ideia de maneira categórica.

Para deixar claro o complexo movimento de translação que modifica sentidos e desloca sujeitos na malha sociotécnica, abramos um aparte para fazer um breve histórico da Internet. Sua origem remete ao ano de 1969 quando a Advanced Research Projects Agency (ARPA) desenvolveu uma rede de computadores chamada ARPANET para um programa militar norte-americano. A ARPA, por sua vez, foi fundada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para mobilizar recursos e conhecimento do meio universitário com o intuito de diminuir a distância tecnológica militar do país em relação à União Soviética que, anos antes, mais precisamente em 1957, havia lançado ao espaço o satélite artificial *Sputnik 1*. O desenho da ARPANET contou com contribuição decisiva de uma empresa de engenharia acústica chamada BBN que foi fundada por cientistas e engenheiros das universidades de Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology). Posteriormente, a ARPANET seria conectada a outras redes que a própria ARPA estava desenvolvendo: a PRNET e a SATNET, inaugurando o conceito de “a rede das redes”. Já em 1973, Robert Kahn, da ARPA, e Vint Cerf, ligado à Universidade de Stanford, conceberam a arquitetura básica da Internet. Obviamente, o trabalho de Kahn e Cerf foi inspirado em projetos de vários outros pesquisadores, como Steve Crocker e Jon Pastel. No mesmo ano é criado o protocolo de transmissão TCP (Transmission Control Protocol) com a contribuição de Gerard Lelann, Robert Metcalfe (ligado à Xerox PARC) e Cerf e, em 1978, o mesmo Cerf, juntamente com Postel e Danny Cohen criam o protocolo TCP/IP, sobre o qual a Internet opera até hoje. No ano de 1983 o Departamento de Defesa decide criar a rede MIL-NET destinada apenas a usos militares e a ARPANET converte-se em ARPANET-INTERNET. Dessa conversão e abertura das redes informáticas ao domínio público, a National Science Foundation (SNF) aproveita e privatiza a Internet logo depois que a ARPANET foi desmontada por se tornar obsoleta. Com os computadores devidamente equipados para funcionarem em rede e o surgimento de diversos provedores de serviço de Internet, seu uso desenvolve-se rapidamente não apenas nos EUA, mas globalmente (CASTELLS, 2004).

No ínterim de desenvolvimento da Internet, muitos atores estatais e privados somaram forças para criar não uma, mas várias redes que depois se interligaram e formaram uma única rede, que ficou conhecida como Internet. Importa notar que houve um marcante processo de cooperação que mobilizou jovens gênios da área de informática tanto nas universidades quanto em órgãos de defesa de Estado e empresas privadas. Essa cooperação talvez tenha tido seu apogeu na criação do sistema operacional UNIX, nos laboratórios Bell, que embora tivesse interesses comerciais disponibilizou o código fonte às universidades no ano de 1974, permitindo seu aperfeiçoamento e difusão gratuita aos utilizadores do programa. Foi com base no UNIX que Linus Torvalds desenvolveu o sistema operacional LINUX, amplamente utilizado até hoje, já em 1991, também disponibilizando-o gratuitamente na Internet (CASTELLS, 2004).

É certo que uma das razões que permitiu a difusão vertiginosa da Internet foi justamente a cultura colaborativa que ela estimulou paralelamente à cultura empreendedora. Aficionados por tecnologia acabaram por fazer parte do desenvolvimento de protocolos, programas, algoritmos, desmentindo a ideia de que apenas o lucro é o motor do progresso tecnológico, embora a cooperação, nesse caso, não deva ser encarada como uma utopia generalizada de resistência anticapitalista²⁰. Conquanto a cultura *hacker* não alce o “dinheiro, os direitos de propriedade formais e o poder institucional” (CASTELLS, 2004, p. 69) como condições da construção de reputação entre seus integrantes, uma vez que se sustenta fundamentalmente na “criatividade tecnológica baseada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e na informalidade” (CASTELLS, 2004, p. 71), há a busca por um certo reconhecimento de genialidade no meio *hacker*, mas sobretudo há a geração de um valor de uso relevante oriundo da contribuição proporcionada para o aperfeiçoamento da rede (CASTELLS, 2004).

A centralidade de pesquisadores acadêmicos para o desenvolvimento e difusão da Internet fica ainda mais evidente quando do nascimento da *world wide web*, em 1990, no CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire), um laboratório de física de alta energia situado em Genebra, na Suíça (CASTELLS, 2004). Esse sistema foi o grande propulsor tanto da liberdade de se compartilhar imagens, vídeos, textos e arquivos na Internet como da criação de inúmeros mecanismos e espaços de comercialização de produtos e

²⁰ Jérémie Zimmermann, ativista do direito ao anonimato on-line, define *hacker* como “um entusiasta da tecnologia, alguém que gosta de saber como ela funciona, não para se ver preso nisso, e sim para fazer do mundo um lugar melhor (...) Isso que é ser um *hacker*, e os *hackers* criaram a Internet por várias razões – inclusive porque era divertido” (ASSANGE et al., 2013, p. 85)

estímulo incessante ao consumismo. Na opinião de Malini e Antoun, este processo, que está inexoravelmente ligado também à mercantilização da vida no ciberespaço e a renúncia à privacidade em prol da capacidade de navegação, é mais um mecanismo de controle e cerceamento de liberdade dos sujeitos, o que Foucault denominou “biopoder” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 161). O conceito de “biopoder” em Foucault aparece na obra “História da Sexualidade 1 - A Vontade de Saber” e é desenvolvida também na obra “Nascimento da Biopolítica”. Segundo o filósofo francês, o modelo panóptico, ou panoptismo de Jeremy Bentham, não é apenas um procedimento a ser aplicado em algumas instituições que permitiria vigiar as condutas dos indivíduos para potencializar sua produtividade, mas uma “fórmula política geral que caracteriza um tipo de governo” (FOUCAULT, 2008, p. 92). No liberalismo essa fórmula geral de controle não seria apenas mais um “contrapeso” às liberdades individuais, mas seu próprio “princípio motor”. Controlam-se, assim, vidas e corpos dos sujeitos, num processo de vigilância aguda múltipla. Seguindo Foucault, para Malini e Antoun na “dinâmica operativa do ‘biopoder’ já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos, através da geração incessante de riscos” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 162).

Ora, se por um lado os indivíduos dispõem de novos instrumentos para compartilhar conhecimentos, experienciar novos e antigos afetos sem as barreiras inclementes da distância física, aumentar a rede de conhecidos com quem se pode trocar informações, mobilizar sujeitos e criar problemas para o próprio poder instituído, por outro a vigilância é potencializada, a dinâmica do capital influencia na construção do ciberespaço (e portanto das *rede sociais*), e a prática cooperativa pode ser minada, embora dificilmente suprimida. As forças que cerceiam e estimulam a liberdade estão em franco combate.

Falar em combate significa falar, em outras palavras, em poder e contrapoder. Ainda segundo Malini e Antoun, é no limite da dominação que nascem as resistências ao biopoder. A contraface do biopoder é, assim, a biopolítica. Mais especificamente

A biopolítica é um conjunto de atos de resistência e de contrainsurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público, para além da noção que este deva ser regulado e garantido por um estado, portanto, por um agente de força exterior aos indivíduos, sem que isso seja uma experiência anárquica, mas de uma democracia que se constitui por direitos sempre abertos e potencializados da liberdade. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 175).

Por mais que a Internet seja alvo da tentativa de cooptação pelas megacorporações em suas dimensões material e relacional e por mais que os governos tentem restringir a liberdade dos usuários através de legislações travestidas de proteção à propriedade intelectual²¹ e contra a criptografia²², a Internet se mostra como uma “mídia de vazamento” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 194) no sentido de que a atuação do poder provoca a reação do contrapoder que, via de regra, irrompe colaborativamente. Se uma força tenta concentrar o poder, a outra reage no sentido oposto criando linhas de fuga que capilarizam funções e (re)aglutinam poder.

Julian Assange cita um protesto ocorrido no Egito em 06 de abril de 2008, na cidade do Cairo, em defesa da greve dos trabalhadores da indústria têxtil de Mahalla al-Kobra, organizado pelo Facebook, como exemplo da capacidade que a Internet tem de produzir consenso em massa tão rapidamente que o Estado não consegue reagir de maneira eficaz. O presidente Hosni Mubarak teria sido pego de surpresa na ocasião e, por isso, as pessoas que se utilizaram dessa *rede social* para protestar foram rastreadas e algumas foram presas e torturadas (ASSANGE et al., 2013). Em 2011, já na Primavera Árabe, um manual de autoria anônima intitulado “Como Protestar de Forma Inteligente” foi disseminado no Egito com a recomendação de não usar nem o Facebook e nem o Twitter para distribuí-lo justamente em função da vigilância nas redes sociais. Assange lembra ainda que Mubarak mandou cortar a Internet no país logo no início do levante popular (ASSANGE et al., 2013), o que não evitou sua queda 18 dias depois.

Ao falar em “linhas de fuga” no ciberespaço é impossível não recorrer aos “rizomas” e “árvores” presentes na geofilosofia de Deleuze e Guattari. Esses sistemas filosóficos ajudam a entender a inconstância pendular das forças que pretendem soçobrar as liberdades individuais em contraposição às forças que reagem na busca por alternativas à dominação sistêmica, metapanóptica²³.

²¹ Nos EUA, por exemplo, foram propostas duas leis, a SOPA (Stop Online Piracy Act) e a PIPA (Protect Intellectual Property Act). “Trata-se de expressões legislativas transparentes do desejo da indústria de conteúdo, representada por entidades como a Recording Industry Association of America, de garantir globalmente a aplicação das leis de propriedade intelectual com o maior rigor possível, em resposta à livre distribuição de conteúdo cultural na internet” (ASSANGE et al., 2013, p. 98). Ambas as leis, no entanto foram suspensas e serão reanalisadas depois da pressão exercida por atores profundamente influentes no ciberespaço, na economia e na política, como Google e Wikipedia.

²² No Reino Unido, e. g., há legislações como a RIPA (Regulation of Investigatory Power Act) contra a criptografia. “Sob os termos da Ripa, é possível obrigar pessoas a decifrar dados ou entregar senhas mediante a solicitação de policiais, sem nenhuma supervisão judicial. Recusar-se a cumprir tal ordem pode resultar em uma acusação criminal.” (ASSANGE et al., loc. cit.)

²³ A escolha do termo “metapanóptica” tem o propósito de indicar uma vigilância ampliada por forças que são potencializadas na Internet, mantendo a linha de análise antropológica simétrica até aqui perseguida no afã de

Os conceitos de rizoma e árvore são, obviamente, inspirados na botânica. Uma “árvore-raiz” é um sistema que se reproduz ao infinito, ou, nas palavras de Deleuze e Guattari, se “decalcam” em cristalizações hierárquicas estruturais; há um eixo genético profundo e pivotante (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Já um rizoma é um mapa, não um decalque. É um sistema que não pode ser completamente fechado, interrompido, pois ele não tem começo nem fim. Ele se desterritorializa, ou seja, se rearranja na medida em que suas radículas são interrompidas. “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 24). Em suma,

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. É impossível exterminar as formigas, porque elas formam um rizoma animal do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir. Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura do rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 26)

Essas noções auxiliam sobremaneira na compreensão da dinâmica do ciberespaço. Se há forças que pretendem controlar ou arborizar o espaço virtual, há também linhas de fuga imanentes ao sistema. Em outras palavras, ele não pode ser completamente fechado, destruído, porque os “vazamentos” são justamente suas linhas de fugas. A própria construção cooperativa da Internet, como já explanada, indica que se uma rede é interrompida, outras redes se rearranjam, se ligam e religam e voltam a deslocar o pêndulo na correlação de forças.

Isso é importante para evitarmos a dicotomia criada entre cibercatastrofistas e tecnorrendentores. Os próprios filósofos franceses apontam na informática a conservação arcaica da concentração arborescente da memória individual e coletiva (DELEUZE; GUATTARI, 2011), o que é, de fato, um problema. No entanto, eles mesmos indicam a saída dessa dicotomia aparente:

rejeitar a ideia de que o ciberespaço é um mundo regido por leis próprias, muitas até mesmo em desacordo com o “mundo real”, o que é, de fato, ao nosso ver, um equívoco. Há quem defenda a existência de um pós-panóptico, sugerindo a ideia de ruptura – que também rejeitamos até aqui, como se pode encontrar em Bauman (2001).

Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizomas. A demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 33).

A atenção para com a análise empírica volta ao centro da questão. É preciso investigar cuidadosamente como as linhas de fuga no ciberespaço contribuem para o empoderamento do indivíduo e como os atores-rede se aliam e formam coletivos que avançam em múltiplas direções provocando certo caos, mesmo que efêmero, na correlação de forças pré-estabelecida e também suscetível a esse devir-caótico²⁴.

Neste sentido, as *Jornadas de Junho* são nosso paradigma fundamental: as manifestações, que se iniciaram com o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo buscando a anulação do aumento das tarifas do transporte coletivo na cidade, foram duramente reprimidas pelo aparato policial do Estado, o que gerou a revolta de um grande número de pessoas, inclusive de outras localidades, que se solidarizaram a todos os que sofreram com a truculência da Polícia Militar. Essa solidariedade somada a um complexo cenário de descontentamento com as prioridades dos governos federal, estadual e municipal em relação aos investimentos públicos criou terreno fértil para que houvesse uma mobilização veloz e massiva nas redes sociais, em apoio aos manifestantes. O que se sucedeu, então, foi verdadeira convulsão informacional nas redes sociais. Os atores foram tomados pelo *ethos* próprio de uma revolução e ajudaram a difundir de maneira caótica as informações, que percorriam de maneira fantasticamente célere os nós de rede e, assim, amalgamaram um contingente enorme de indivíduos que, pode-se dizer, assumiram papéis de ativistas políticos.

Ocorre que essa forma de organização em rede não é recente e um breve histórico se fará necessário até chegar às inúmeras manifestações de 2011 pelo mundo e, claro, ao nosso objeto particular, as *Jornadas de Junho* no Brasil.

²⁴ O neologismo “caosmo” é encontrado em Deleuze e Guattari (2011) e Guattari (2012).

3 POLÍTICA NAS RUAS E REDES: A CONVULSÃO BRASILEIRA EM 2013

“De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle.”

(Manuel Castells sobre as Jornadas de Junho no Brasil)

3.1 Breve histórico das mobilizações em rede

Perpassadas de maneira mais genérica a temática do presente trabalho e sua respectiva abordagem metodológica, cumpre adentrar propriamente ao objeto de estudo, qual seja, as *Jornadas de Junho* que ocorreram no Brasil, em 2013, em consonância com o ciberativismo emergido nesse contexto, embora não sem antes demonstrar que mobilizações sociais na Internet não são fenômenos tão recentes quanto se poderia imaginar. Explorar, ainda que brevemente, esse histórico é importante no sentido de mais uma vez evitar as rupturas abruptas que contrapõem modelos arcaicos a formas absolutamente novas de sociabilidade, inclusive em sua dimensão política, articuladas pela Internet.

As chamadas *Comunidades Virtuais* são, pode-se dizer, a fase embrionária da utilização da Internet como base material de mobilização social em sentido amplo, ou seja, não estritamente política. Nos primórdios da rede de computadores, pesquisadores ligados à ARPANET criaram listas de correio temáticas chamadas SF-Lovers destinadas a fãs de ficção científica, com autorização do Departamento de Defesa norte-americano (CASTELLS, 2004). Já nos anos 90 surgiram Boletins de Anúncios Eletrônicos (BBS) para fins sexuais chamados Kinky Computer, na Baía de São Francisco, o que pode ser considerado o prelúdio da profusão de conteúdo pornográfico hoje encontrado na Internet. Na mesma época, o Instituto Para a Comunicação Global (Institute for Global Communication – IGC), também de São Francisco, “articulou algumas das primeiras redes informáticas dedicadas ao progresso de causas sociais, tais como a defesa do meio ambiente e a manutenção da paz mundial” (CASTELLS, 2004). É também o IGC que contribui para o surgimento de um dos mais emblemáticos movimentos políticos articulado na aurora da Internet, a La Neta, rede informática composta por mulheres mexicanas indígenas que foi utilizada pelos zapatistas

para chamar a atenção para a exploração de minorias indígenas (CASTELLS, 2004). Também fazem parte desse contexto as redes comunitárias de Seattle, a *Cidade Digital Amsterdã* e a REALCOM soviética, articulada por acadêmicos no intuito de lutar pela democracia e liberdade de expressão.

O que torna a La Neta um caso emblemático é a articulação das comunidades indígenas de Chiapas com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e Organizações Não Governamentais para montar uma “rede de guerra Zapatista” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 80). O EZLN, organização política paramilitar que nasceu na década 1990, tinha como objetivo criar um exército guerrilheiro para atuar na região de Chiapas, rica em urânio, madeira e petróleo em território de várias comunidades indígenas. O interessante é que o grupo inicial não tinha ascendência indígena direta, sendo composto por pessoas de classe média escolarizada que se opunham ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement* - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) (MALINI; ANTOUN, 2013). Ocorre que, diante dos fracassos militares ocorridos nas primeiras semanas de luta armada, os integrantes do EZLN procuraram apoio tanto dos indígenas como de ONGs interessadas em resistir ao avanço do neoliberalismo através de um aprofundamento da democracia no México. Só após essa articulação com outros atores políticos é que a conquista do governo mexicano é retirada do discurso do ELZN, que incorpora pautas como os direitos de populações indígenas, o reconhecimento da participação feminina nas decisões políticas (além do respeito aos seus direitos sociais), a luta pela preservação ambiental, a luta pelos direitos humanos e pelos direitos trabalhistas (MALINI; ANTOUN, 2013). As ONGs engajadas conseguiram mobilizar outras ONGs na luta política, o que desencadeou uma grande mobilização que freou o ímpeto do Exército Mexicano. Embora o EZLN não tivesse seus próprios equipamentos eletrônicos e conexão com a Internet, uma rede de apoiadores solidários à sua agenda foi formada através da Internet, contando inclusive com a ajuda de *hackers* após um massacre indígena em Chiapas no ano de 1997. Assim:

Em 1998, o grupo Teatro Eletrônico de Distúrbios (Eletronic Disturbance Theatre – EDT) criou o *inundantet* (*floodnet*) – uma aplicação em java para os navegadores (*browsers*) que repetidamente envia pedidos de recarregar para um sítio da Internet –, concebido como um modo de realizar uma manifestação virtual onde uma multidão podia tentar paralisar ou derrubar uma página *web* usando esta aplicação (o projeto chama-se significativamente SWARM, que significa enxame). O *software* foi chamado de Zapatista *inundante* (*floodnet*) e inaugurou o casamento dos *hackers* com o ativismo político, mais tarde chamado de *hacktivismo* (Wray, 1998). (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 83).

Há ainda o caso da Falun Gong, movimento político e espiritual chinês que, segundo Castells (2004), contou com dezenas de milhões de seguidores que conseguiram se articular através da Internet para desafiar o poder do Partido Comunista naquele país.

O fato é que a Internet se revelou um instrumento de mobilização social extremamente importante para a dinâmica política e, por isso, não pode ser mais subestimada pelos analistas. Se o ciberespaço é uma extensão do espaço não-virtual, ou seja, se não se pode tratar a Internet e todo seu instrumental de comunicação como uma realidade paralela e, no mais das vezes, falseadora da “realidade concreta”, parece ser um equívoco contrapor ocupação e mobilização das e nas ruas e mobilização virtual. Quando David Harvey diz que a ocupação coletiva dos espaços públicos pelos corpos mostra inequivocamente que a expressão de sentimentos no Twitter e no Facebook não passa de “balbucios” (HARVEY, 2012, p. 61), resta evidente que não apenas a potência mobilizadora própria do ciberespaço é menosprezada como a relação de influência mútua entre o espaço virtual e não-virtual não é bem compreendida. As próprias manifestações desencadeadas mundialmente a partir de 2010 não podem ser completamente compreendidas por esse viés analítico aprioristicamente assimétrico.

Assim como o espaço virtual é diretamente influenciado pela dinâmica dos atores e suas redes que atuam largamente fora do ciberespaço, o ciberespaço ressignifica através da linguagem, da sociabilidade virtual, da economia de afetos (que se traduz em desejo) as relações sociais não virtuais. Os próprios analistas políticos possuem sua rede não virtual ativa que se traduzem, trasladam e ajudam a formatar as redes de mobilização virtuais tanto com teorias como com práticas no ciberespaço. Isso precisa ser compreendido para que seja possível superar definitivamente as visões que relegam à Internet um papel de coadjuvante na prática política contemporânea. Os balbucios já se tornaram gritos que facilmente ecoam globalmente.

A praça Tahrir no Cairo, a praça do Sol em Madri, a Praça Syntagma em Atenas, Wall Street em Nova Iorque, o Vale do Anhangabaú, a Avenida Paulista e a Estrada do M'Boi Mirim em São Paulo, depois ruas e praças de todo Brasil; todas foram ocupadas por corpos mas com o auxílio imprescindível das *redes sociais* virtuais. As *Jornadas de Junho* no Brasil, depois de todas as outras rebeliões populares mundo a fora, demonstraram a potência da mobilização em rede.

As manifestações que tomaram as ruas e dominaram as *redes sociais* no Brasil em junho de 2013 são de uma complexidade profunda. A precariedade dos serviços públicos, como o transporte coletivo; o momento econômico turbulento atravessado pelo país; a

indignação com a corrupção; a crise de representatividade política; precarização do trabalho; marginalização dos movimentos sociais por parte dos governos; injustiça social, dentre outros fatores, formaram – e ainda formam – o cenário perfeito para a convulsão social que ficou conhecida como *Jornadas de Junho*, que reuniu manifestantes em número não visto desde que as ruas do país foram tomadas pelos “caras pintadas” que pediam o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 25 de agosto de 1992 (PROTESTO..., 2013, s. p.). Certamente o ano de 2013 permeará o imaginário de grande parte dos brasileiros por muito tempo.

3.2 Reconstituição das *jornadas de junho* no Brasil em 2013

3.2.1 Raízes dos protestos

Muito embora se possa com alguma razão sustentar que o perfume das flores desabrochadas na Primavera Árabe inebriou os jovens que saíram não só às ruas brasileiras em 2013, mas em vários países nos anos anteriores, não se pode comparar movimentos tão grandiosos sem procurar identificar as peculiaridades que compuseram cada cenário político até o ponto de ruptura. É certo que há similitudes, sobretudo na forma de disseminação viral dos levantes, mas a composição de fatores em cada realidade complexifica a análise e exige atenção para certas questões que, de qualquer maneira, não são marginais, mas operam em conjunto na potencialização da insatisfação generalizada de cada povo.

Nem sequer se pode iniciar a análise das *Jornadas de Junho* no Brasil sem antes proceder minimamente à reconstituição dos fatos que desaguarão naquele importante mês de 2013. A explosão das manifestações em São Paulo é precedida de um histórico de mobilizações de movimentos sociais em outras cidades e é preciso retratar esse histórico sob pena de não captar a amplitude da insatisfação popular que não estava – e não está – restrita a um estado ou cidade, mas a um modelo de gestão do poder público que segrega e vexa parcela da população que já sofre com as mazelas próprias de um país em “desenvolvimento”.

É consabido que o gatilho detonador das *Jornadas* foi o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo. No entanto, esse aumento não foi contingente: como na grande maioria das cidades brasileiras em que a operação do transporte público é feito via concessão ou permissão concedidas a empresas privadas por meio de licitação, há previsão de uma taxa de retorno do capital dos empresários que investem na atividade para que ela seja economicamente viável. Por força de lei, os critérios de reajustes das tarifas do transporte

público devem estar previstos nos editais de concessão do serviço público até mesmo em observância a princípios como legalidade e transparência que norteiam a administração pública²⁵. Quando fatores econômicos diminuem a taxa de retorno do capital dos empresários, *e. g.*, com o encarecimento de insumos tais como combustível, pneus, etc., o poder público permite que as tarifas sejam reajustadas para que o lucro não desapareça. Portanto, o aumento de tarifas encontra respaldo na lei e a lei, por sua vez, observa os interesses dos empresários.

Com efeito, enquanto alguns argumentam que a concorrência empresarial melhora o serviço disponibilizado aos usuários do transporte público, na esteira do mantra liberal que apregoa a competição no livre mercado como necessário ao desenvolvimento, outros tantos divergem e apontam que é possível um transporte público de melhor qualidade que prescindia da intervenção da iniciativa privada e sua respectiva taxa de retorno do capital investido em detrimento do interesse coletivo de um transporte barato e de qualidade. De qualquer maneira, historicamente tal contraposição de interesses redundava em protestos sempre que as tarifas são reajustadas.

Esse cenário deve ser compreendido dentro de um contexto de (falta de) políticas públicas que restringem a própria circulação das pessoas nas cidades e dificultam o acesso a equipamentos urbanos e ao lazer na medida em que o ato de se deslocar torna-se progressivamente supérfluo quando não vinculado às atividades laborais. Dito de outro modo, o reajuste das passagens exerce uma pressão real no orçamento das famílias ao passo que carrega os pesos simbólico e material da segregação urbana.

Eis que, em meio a essa colisão de interesses, nasce o Movimento Passe Livre (MPL) durante a realização do V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2005 (MOVIMENTO... apud MARICATO et al., 2013). Obviamente manifestações contra o aumento de tarifas do transporte público, no entanto, são anteriores à fundação do movimento.

Ainda no ano de 2003 ocorre em Salvador uma série de manifestações contra o aumento das passagens do transporte coletivo na capital baiana que ficariam conhecidas como a *Revolta do Buzu*. Ali já despontava uma nova forma de mobilização mais espontânea e democraticamente articulada: “durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios” (MOVIMENTO... apud MARICATO et al., 2013, p. 14). A cobertura desta revolta, realizada pelo Centro de Mídia

²⁵ As leis que impõem a obrigação de constar nos editais de concessão os critérios de reajuste de tarifas são a 8.987/1995, especialmente os artigos 18, inciso VIII e 23, inciso IV e a 8.666/1993, artigo 40, inciso XI.

Independente (CMI – Brasil), também já prenunciava algo extremamente relevante: o registro de manifestações por canais de informação alternativos – ou seja, não subordinados à oligarquia midiática tradicional.

A grande repercussão da *Revolta do Buzu*, em Salvador, estimulou o modelo de mobilização popular ali emergido. A maior horizontalidade nas tomadas de decisão, a crítica ao aparelhamento partidário de determinados movimentos sociais, como entidades estudantis, e a potência da espontaneidade mobilizadora são alguns dos fatores que influenciaram a Revolta da Catraca, ocorrida em Florianópolis em junho de 2004, e a própria fundação do MPL um ano depois. Na capital catarinense surgia a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis (CPL), seguindo os princípios organizativos de independência e descentralização, conduzida mormente por jovens. Esse foi o fermento que impulsionaria a expansão não apenas do Movimento Passe Livre, mas de toda uma forma de mobilização espontânea que se repetiria contra aumentos de tarifas nas cidades de Vitória e São Paulo no ano de 2006, no Distrito Federal em 2008, novamente em São Paulo em 2010, em Teresina em 2011, em Aracaju e Natal em 2012 (em Natal os protestos ficariam conhecidos como *Revolta do Busão*), Porto Alegre e Goiânia no início de 2013 e, finalmente, no mês de junho do mesmo ano em São Paulo (MOVIMENTO... apud MARICATO et al., 2013).

O passe livre estudantil era a bandeira inicial do MPL, o que se justificava pela própria formação do movimento ligado à juventude e sua potência transformadora. Ocorre que cada aumento de tarifa do transporte público exerce pressão significativa no orçamento das famílias e realça a contraposição de interesses que tem, de um lado, a necessidade (ou desejo) do Estado de transformar o transporte coletivo em atividade empresarial convidativa, com taxa de remuneração do capital mínima para que a iniciativa privada queira operar o serviço e, de outro, as limitações ao pleno exercício da cidadania de todos os que têm um orçamento já exíguo para suprir todas as demandas de consumo familiar e ainda têm de assimilar o impacto dos reajustes que não afetam apenas o transporte, mas alimentação, vestuário, enfim, todas as dimensões da vida.

Assim, o transporte público deixa de ser uma questão ligada à luta estudantil e se torna uma questão de política urbana universal. São Paulo é o caso mais paradigmático neste sentido: o trânsito da cidade afeta a vida de todos, mas mais profundamente daqueles que trabalham longe de suas moradias e gastam várias horas no deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Isso resulta na perda bastante significativa de qualidade de vida e, num sentido amplo, a perda progressiva de cidadania. Na medida em que as pessoas devotam suas vidas ao trabalho e o trajeto até ele já consome grande parte do dia, dimensões

essenciais da vida, como o lazer, que, aliás, é um direito social constitucional, é demasiadamente prejudicado. Esse problema está inextricavelmente ligado à construção das cidades de modo geral, dado que a dinâmica das próprias formações urbanas se encarrega de expulsar os mais pobres para as periferias em função de questões como a especulação imobiliária. Some-se a isso o fato de que políticas públicas de incentivo ao consumo de automóveis, por exemplo, sobrecarregam a malha viária e provoca a necessidade de investimentos em meios de transporte coletivo que não trafeguem pelas ruas e avenidas, como o metrô, o trem etc. Uma luta que no início era travada apenas quando as tarifas eram reajustadas e o impacto social desses reajustes era evidenciado, se transforma em luta por transporte público gratuito irrestrito, depois principal bandeira política do MPL.

Mas não foi a bandeira principal do MPL, no entanto, que guindou o movimento ao papel de protagonista, ao menos em um primeiro momento, nas *Jornadas de Junho* de 2013. Foi a luta pela revogação do aumento das tarifas de ônibus e metrô em vinte centavos, na cidade de São Paulo, que detonou a maior onda de protestos no Brasil nos últimos 20 anos.

No dia 2 de junho daquele ano, o prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) resolveram autorizar o reajuste das tarifas de ônibus, de responsabilidade da prefeitura, e do metrô, de responsabilidade do governo estadual, em vinte centavos, passando de R\$3,00 para R\$3,20, o que não ocorria desde 2011. A própria construção narrativa dos fatos a partir daí é difícil. Difícil porque em respeito aos ditames teórico-metodológicos que escolhemos adotar, devemos seguir não apenas nossa própria percepção para reconstituir os fatos, mas devemos atentar para a narrativa dos próprios atores dentro de suas redes. Antropologicamente falando, “comer na boca do(s) nativo(s)” não nos é opcional, mas obrigatório. Os atores seguem seus próprios caminhos e contam suas próprias histórias. Não temos a pretensão de aprioristicamente legitimar uma delas nem tampouco construir uma metanarrativa que seja mais legítima do que as outras. Tentaremos seguir os rastros dos atores tanto quanto possível para averiguar a mobilização de agentes que participaram dos protestos de modo a contribuir com o aprofundamento da objetividade (relativa) de nossa análise.

Aliás, essa questão é mais importante do que aparenta. A narrativa pode ser – e é – usada também como instrumento político na medida em que pretende fortalecer ou enfraquecer a importância de uma trajetória ou bandeira. Isso aconteceu muito claramente durante as manifestações quando a Polícia Militar divulgava uma estimativa do número de manifestantes que estavam nas ruas enquanto os organizadores das manifestações estimavam outro número e setores da mídia arriscavam ainda outros números. Historicamente, a polícia

não convive bem com manifestações promovidas por movimentos sociais – o que ficou escandalosamente claro no início das *Jornadas* – e suas estimativas de participantes não deixaram de ser instrumentos políticos para minimizar a importância dos fatos. De outro lado, os manifestantes estimavam um número que também atendiam seus anseios de modo a ressaltar a relevância dos atos. A grande mídia, nesse jogo, sempre obedece aos seus próprios interesses que, como veremos, mudaram ao sabor dos acontecimentos.

Ocorre que, reconstituir os fatos, nesse caso, significa seguir os atores bem como analistas que, por sua vez, seguem também os relatos da mídia tradicional. Isso cria uma rede dos próprios atores em que figuram veículos de comunicação como Folha de São Paulo (e o Instituto Datafolha), sites de notícias como G1, do Grupo Globo, UOL, também do Grupo Folha etc. Os relatos, contudo, estão ainda associados às estimativas “oficiais” da Polícia Militar, o que significa a impossibilidade de encontrar uma suposta neutralidade nos relatos. Isso para a ANT, no entanto, não chega a ser um problema, pois “(...) entre os muitos porta-vozes que possibilitam a definição durável de grupos, devemos incluir os cientistas sociais, as ciências sociais, a estatística social e o jornalismo social” (LATOUR, 2012, p. 58). A rede dos atores é mais intrincada do que parece.

3.2.2 Primeira fase dos protestos

A primeira manifestação do mês de junho ocorreu no dia 6. Convocada pelo MPL através de sua página no Facebook (JUDENSNAIDER et al., 2013), o chamado Primeiro Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa contou também com o apoio de outros movimentos sociais e partidos políticos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários, além do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (JUDENSNAIDER et al., 2013.). Há que se notar que, embora o MPL se declare “apartidário”, o movimento não é antipartidário.

Utilizando a tática de travar o trânsito, justamente com o intuito de chamar a atenção para o problema do deslocamento na cidade (o que, muito apropriadamente, faz parte do próprio lema do Movimento Passe Livre: “se a tarifa não baixar a cidade vai parar”), o MPL dá início ao protesto e, no caminho, resolve não parar em frente à prefeitura para uma eventual negociação com o prefeito Fernando Haddad e muda seu trajeto, o que pega a Polícia Militar de surpresa e desencadeia uma reação bastante violenta desta, inclusive com o uso do Batalhão de Choque, sob o pretexto de liberar o trânsito da Avenida 23 de Maio, que havia sido interrompido por catracas simbólicas feitas de madeira e pneus e depois incendiados

(JUDENSNAIDER et al., 2013). O saldo final da manifestação, que segundo os organizadores contou com a presença de seis mil pessoas (e duas mil pessoas segundo a PM), foi de 15 manifestantes detidos e vários feridos (JUDENSNAIDER et al., 2013; MARQUES et al., 2013). A truculência da Polícia Militar foi mostrada em rede nacional. As palavras do coronel Reynaldo Simões durante a manifestação deram o tom da criminalização ao protesto: “essas pessoas não estão a fim de manifestar, mas sim de fazer baderna” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 31).

E o tom da criminalização ao protesto do dia 6 foi rigorosamente reproduzido pela grande mídia paulistana no dia seguinte. Na capa do jornal Folha de São Paulo aparecia “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”, enquanto o Estado de São Paulo dizia “Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP”. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 32). “Vandalismo” vira uma espécie de palavra-chave para classificar tudo que aconteceu no dia 6 e a violência da PM é retratada como mera reação necessária para controlar a depredação e o caos criado pelos manifestantes. Os discursos da polícia e da mídia tradicional estavam em perfeita sintonia. O MPL, diante da hegemonia do discurso criminalizante, tenta desconstruir a ideia de vandalismo gratuito através de nota pública afirmando que a brutal violência da polícia teria antecedido os atos de depredação (NOTA..., 2013, s. p.).

Em meio ao (previsível) rescaldo midiático da manifestação do dia 6, o MPL convoca outro protesto já para o dia 7 de junho. O Segundo Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa ocupa a Marginal Pinheiros e reúne cinco mil pessoas segundo a Polícia Militar²⁶. A manifestação é dispersada com bombas de gás lacrimogêneo, porém sem grandes incidentes. Ao contrário da manifestação do dia anterior, a ação policial é um pouco mais comedida. No entanto, aparecem, pela primeira vez, militantes do movimento Black Bloc²⁷. A ocupação da Marginal Pinheiros, uma via arterial extremamente importante para a fluidez do trânsito de São Paulo, gera reações que desvelam o ódio que permeia as *redes sociais* desde então. O promotor de justiça Rogério Leão Zagallo publica em seu Facebook o seguinte texto:

²⁶ Os dados sempre são controversos, mas o Estadão, por exemplo, endossa esse número (Em uma semana, quatro protestos contra aumento da tarifa em São Paulo. **O Estadão**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224>>. Acesso em 15 jun. 2015).

²⁷ “O Black Bloc nasceu no movimento autonomista da Alemanha nos anos 1980, quando manifestante utilizavam máscaras e se vestiam de negro para dificultar a identificação da polícia (por isso foram apelidados de *der schwazw Block* ou ‘o bloco negro’). No final dos anos 1980, o bloco negro se ocupava sobretudo de oferecer proteção às passeatas, impedindo a ação de agentes provocadores e protegendo os manifestantes dos ataques da polícia.” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 37).

Estou há 2 horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a tropa de choque que essa região faz parte do meu Tribunal de Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu... Que saudade da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachadas nas costas dos medras... (ZAGALLO apud JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 38).

Embora o promotor tenha se retratado posteriormente, também em sua página no Facebook, o texto publicado é bastante relevante sob diversas perspectivas. Das inúmeras consequências restadas das *Jornadas de Junho*, o crescente ódio ao Partido dos Trabalhadores é já deveras eloquente e se manifesta no discurso de um membro do Ministério Público, que tem a função primordial de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, tal como consta no artigo 127 da Constituição Federal, além de exercer controle externo da atividade policial. Se de um lado as *redes sociais* permitem que as redes de influência dos atores se expandam, dando maior visibilidade aos próprios protestos e permitindo outras narrativas dos fatos pela voz dos próprios movimentos sociais, de outro os discursos de ódio se multiplicam e também se disseminam com bastante facilidade. É a ambivalência da força da Internet.

Nos dias que se seguiram houve uma intensa tentativa de marginalizar os protestos por parte de alguns setores da mídia. O termo “vandalismo” continuou sendo bombardeado em alguns veículos de comunicação para decalcar no movimento a ideia de que a violência seria seu instrumento de ação política. Uma análise mais ampla do discurso midiático será feita adiante.

No dia 11 de junho acontece o Terceiro Grande Ato contra o aumento das tarifas. A manifestação, que ocorre na Avenida Paulista e conta com cerca de 15 mil pessoas é mais uma vez duramente reprimida pela PM. O saldo final da manifestação é de 20 pessoas detidas, inclusive um repórter da ONG Portal Aprendiz (JUDENSNAIDER et al., 2013). As reações desmedidas da Polícia Militar vão ficando mais claras inclusive em função de ataques contra jornalistas (MARQUES, et al., 2013).

A disputa pela narrativa dos fatos se intensifica, sobretudo nas *redes sociais*. Enquanto os jornais de grande circulação, como a Folha de São Paulo, destacam que a Polícia não fez mais do que reagir com o vigor necessário aos episódios de depredação e vandalismo protagonizados pelos manifestantes, como se isso justificasse por si só a desproporção da reação policial traduzida em agressões de toda ordem, o debate se intensifica nas *redes*

sociais. O mais importante nesse sentido é que a narrativa se torna múltipla justamente porque não há obrigatoriedade de mediação editorial entre o registro dos fatos e as pessoas, como acontece na estrutura midiática tradicional. Um celular com câmera e acesso à Internet é capaz de contestar com imagens qualquer tentativa de minimizar atos de violência e, especialmente no que tange o Estado, isso é extremamente importante porque expõe os agentes públicos a uma teia de contravigilância que publiciza seus atos e facilita a comprovação de excessos e eventuais punições aos responsáveis (ao menos tese). A própria prisão do jornalista Pedro Ribeiro Nogueira da ONG Portal Aprendiz é precedida de uma injustificável agressão praticada por vários policiais e que foi registrada de um edifício²⁸ (JUDENSNAIDER et al, 2013).

Mais uma vez a Teoria Ator-Rede auxilia na análise do cenário em questão, máxime da importância dos aparatos tecnológicos nas *Jornadas de Junho*. Para a ANT, os objetos têm agência, ou seja, são também atores que influenciam na rede sociotécnica. Dito de outro modo, a força de coesão da sociedade, para a ANT, não é mais autoexplicável, mas depende da análise de toda a intrincada rede de atores humanos e não-humanos que agenciam as forças sociais em tal ou qual direção. Se não faz sentido sustentarmos uma ontologia em que a sociedade se contraponha à natureza, também não faz sentido cindir a sociedade de tal modo que os objetos sejam irrelevantes para a modificação dos vetores de forças sociais, o que não equivale dizer que os objetos determinam a ação, sob pena de cairmos no determinismo do qual viemos nos esquivando até aqui. Ou seja:

Além de “determinar” e servir de “pano de fundo” para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir, etc. A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de *não humanos*. (LATOUR, 2012, p. 108-109).

Os celulares com suas câmeras integradas e acesso à Internet ajudaram sobremodo na disseminação de fontes alternativas de informação para que a narrativa dos fatos não se

²⁸ As imagens foram amplamente disseminadas à época e certamente acabou por estimular o uso de aparelhos celulares para registrar vários abusos dos agentes públicos. **JORNALISTA Pedro Ribeiro Nogueira sendo espancado pela polícia**. Fonte do vídeo: Centro de Mídia Independente, 12 jun. 2013. 2'29". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=043RmwFwero>>. Acesso em 13/06/2013.

restringisse a versões oficiais da Polícia ou de outros órgãos públicos alinhavados com determinados veículos da grande mídia. As imagens e narrativas eram transmitidas no calor dos acontecimentos, sem passar pelo tratamento editorial típico da mídia tradicional.

Atores importantes surgiram, como é o caso da Mídia Ninja. Um coletivo unido pela vontade de produzir outra espécie de jornalismo e que assim se define:

Somos a Mídia NINJA - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peer-to-peer (P2P), que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem mas também produzem informações.

Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãos-multimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. Articulados, esses novos narradores fazem a Mídia NINJA (QUEM SOMOS, s. p.).

O próprio enunciado no site da Mídia Ninja ajuda a tecer sua rede. A sociedade em rede, teorizada principalmente por Castells, é base para o nascimento dessa nova forma de jornalismo e isso é dito expressamente. A Mídia Ninja, aliás, foi gestada no seio do Fora do Eixo, definido como “uma rede de coletivos culturais e de ativismo político-digital” (SAVAZONI, p. 14, 2014) cuja história é contada num livro que, ao discorrer sobre a trajetória tanto do Fora do Eixo²⁹ como da Mídia Ninja, recorre diversas vezes ao próprio Castells, o que denota como os atores-redes se veem e se projetam a partir de uma leitura social já indissociável da Internet. A importância dos equipamentos tecnológicos na construção de narrativas contra-hegemônicas, obviamente, ganham outro *status*. O “cidadão-multimídia” é um ator no agenciamento coletivo de contrapoder, pois a capacidade de

²⁹ O Fora do Eixo se viu, aos poucos, às voltas com várias acusações sérias, como de estelionato e dominação psicológica de seus membros, como denunciaram os jornalistas Lino Bocchini e Piero Locatelli em entrevista com ex-integrantes do coletivo. (BOCCHINI, Lino; LOCATELLI, Piero. Ex-integrantes da entidade controladora do Mídia Ninja falam com exclusividade para CartaCapital e condenam práticas da organização. **Carta Capital**, São Paulo, 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>>. Acesso em 05 mai. 2015).

dispersão de informação na rede depende do tamanho de sua rede mas pode atingir um número enorme de pessoas a depender de como os nós de sua rede ajudam a propagar a informação através de outros atores da rede. Em suma, dizemos novamente: o sujeito está empoderado, ao menos nesse sentido estrito.

Narrativas alternativas são fundamentais e as *redes sociais* auxiliam na sua construção e afirmação. Aliás, não é por outra razão que os próprios agentes de poder já se utilizam largamente da Internet para estreitar a comunicação com os cidadãos. O governador Geraldo Alckmin, possivelmente através de sua assessoria de comunicação, também usou o Twitter durante as *Jornadas de Junho* para endossar a marginalização dos manifestantes e apoiar a postura truculenta da PM (figuras 2, 3 e 4).

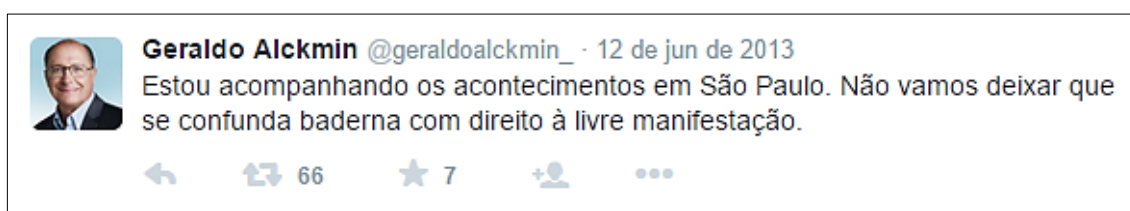


Figura 2 – Primeiro tuíte do governador Geraldo Alckmin sobre as manifestações do dia 11. Fonte: Twitter.

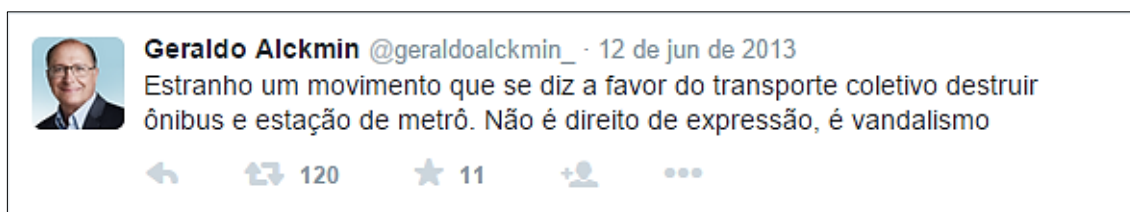


Figura 311 – Segundo tuíte do governador Geraldo Alckmin endossa a marginalização do MPL. Fonte: Twitter.

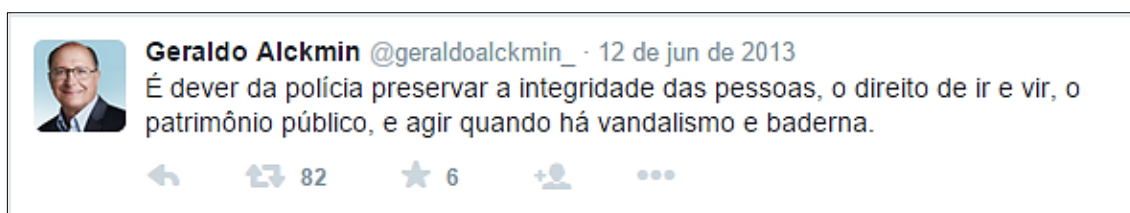


Figura 4 – Terceiro tuíte do governador Geraldo Alckmin avaliza a atuação policial nas manifestações do dia 11. Fonte: Twitter.

Os tweets foram publicados pelo governador de São Paulo no dia seguinte ao Terceiro Grande Ato conta o aumento das tarifas em São Paulo. Eles demonstram que a

disputa pela construção e consolidação das narrativas passa não apenas por alguns canais da mídia tradicional – com suas linhas editoriais que inicialmente criminalizaram as manifestações – mas também pelas trincheiras virtuais, com a mobilização das redes de atores que, ao reproduzirem as informações, atuam para a consolidação de alguma das versões dos fatos. A “verdade” varia em função da força de mobilização das redes dos atores que sedimentam determinada versão da narrativa. A questão é que a hegemonia narrativa pode ser fissurada por qualquer “cidadão-multimídia” devidamente munido de um celular com câmera e acesso à Internet. Verdadeira guerra de narrativas se estendeu durante todo o mês de junho de 2013 e marcou a importância das novas formas de jornalismo que emergem no contexto de rede, que, ressalte-se, não apenas replica informações, até porque um mesmo enunciado, quando reproduzido em um contexto diferente, pode assumir um sentido outro, o que implica levar em conta o trabalho de tradução realizado pelos atores. Toda tradução implica certa dose de “transformação” (LAW, 2012).

Nesse ínterim, Jornais como O Globo e a Folha de São Paulo, além de figuras como Boris Casoy e Arnaldo Jabor estamparam manchetes e teceram comentários pejorativos aos manifestantes na televisão com o intuito de descaracterizar a luta pela revogação do aumento e o passe livre de fundo como lutas de “extrema-esquerda” ou próprias de uma “ilusão socialista dos anos 50” (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Para colocar em perspectiva a “primeira fase” dos protestos (as aspas visam evitar a caracterização apriorística dos grupos neles presentes) e realçar a ulterior mudança de postura da grande mídia, transcrevermos o comentário de Arnaldo Jabor no Jornal da Globo no dia 12:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal. No fundo, é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há, talvez, a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático, mas aqui se vingam de quem? Justamente, a causa deve ser a ausência de causas. Isso ninguém sabe, mas por que lutar? Em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui um ano e meio. O governo diz que tá tudo bem, apesar dos graves perigos do horizonte, como inflação, fuga de capitais, dólar em alta. Por que não lutam contra o projeto de emenda constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem no passado de uma ilusão, eles são a caricatura violenta

da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende por aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos!³⁰ (JABOR apud JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 81-82)

No comentário de Jabor, além de se identificar o tom depreciativo dirigido ao MPL, a quem supostamente “aqueles vinténs não fariam falta”, ignorando toda a parcela da população que embora não estivesse nos protestos é diretamente afetada pelo aumento das tarifas, identifica-se também a primeira tentativa de inserção de outras pautas políticas pretensamente mais importantes, como a luta contra a PEC 37³¹. Ou seja, por essa perspectiva, há lutas mais e menos nobres para todos indistintamente, e a parcela da população que efetivamente sofreria – e sofre – com os aumentos das tarifas do transporte público deveria continuar como sempre foi: invisível às decisões do poder público. O recado, portanto, era: saibam por quem e por quê lutar, não se prendam aos seus próprios desejos mesquinhos. Sigam a voz sábia deste país! Mais uma vez a televisão tentava cumprir o papel de pasteurizar as significações engendradas na própria usina de contradições sociais para deslocar o foco da ação política em determinado sentido. E a rede que esse meio de comunicação mobiliza é imensa. Tal é o trunfo e a tragédia dos chamados, corretamente ou não, *mass media*.

A quinta-feira 13 é marcada por uma intensificação da disputa pela narrativa dos fatos com subida de tom de alguns jornais, sobretudo O Globo e a Folha, que pedem mais rigor da polícia contra os “vândalos” (JUDENSNAIDER et al., 2013) já sabendo que a cidade se preparava para o Quarto Grande Ato contra o aumento das tarifas. O que se toma por “mais rigor”, no entanto, é mais repressão policial, é a demonstração pública de que o Estado não é conivente com expressões populares de insatisfação contra o próprio poder público. O controle sobre a população tem de ser absoluto para que a estrutura de poder se mantenha intacta. A cidade torna-se, assim, um ente transcendente e descolado dos anseios de parcela da população que tem como principal função servir outra parcela. E isso, claro, com a maior subserviência possível.

Em meio a toda disputa pela hegemonia narrativa, a Folha de São Paulo abre espaço para que o MPL exponha suas razões na sessão Tendências e Debates, que traz artigos de

³⁰ O vídeo também pode ser encontrado no Youtube. **JORNAL Globo Opinião Arnaldo Jabor contra manifestação aumento passagem.** 18 jun. 2013. 1’37”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WtZGWQ9XmHU>>. Acesso em: 16 jun. 15.

³¹ A conhecida PEC 37 tiraria a possibilidade do Ministério Público de empreender investigações criminais paralelamente às investigações feitas pelas polícias Cíveis e Federal, que passariam a ter exclusividade investigativa.

opinião (JUDENSNAIDER et al., 2013). A rede do MPL passa a contar com a própria Folha para disseminar sua posição e ampliar a recepção de sua mensagem. Na mesma edição, no entanto, o Jornal abre amplo espaço para a apresentação do discurso policial, que ante o apelo midiático para que a repressão fosse maior, ou pelo menos mais efetiva, promete agir com mais severidade. Assim, o tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante das operações policiais na região central de São Paulo declara à Folha: “não vamos deixá-los à vontade pela cidade e vamos agir para evitar qualquer tipo de ação que quebre a ordem, que rompa os limites legais. Vamos tentar ao máximo evitar chegar a esse ponto, mas tudo depende do comportamento dos manifestantes” (PIGNATARI apud JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 90). Pelo Twitter o governador Geraldo Alckmin endossa a posição (figuras 5 e 6).

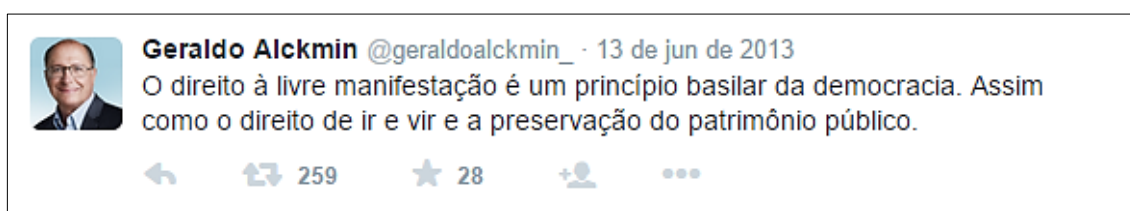


Figura 5 – Tuíte de Geraldo Alckmin anterior às manifestações do dia 13 contrapõe direitos e já demonstra quais deles seriam mais importante. Fonte: Twitter.

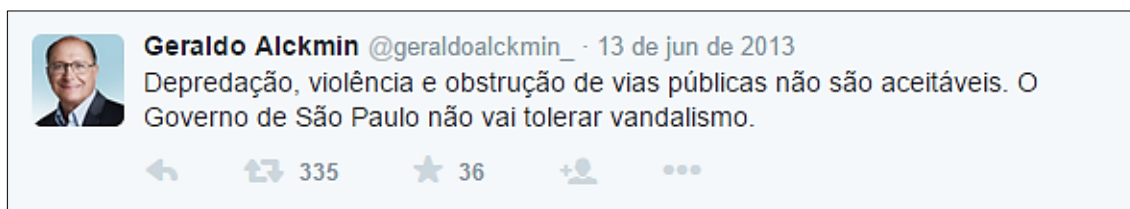


Figura 6 – Tuíte que prenuncia os momentos de terror que sobreviriam nas manifestações do dia 13. Fonte: Twitter.

O prefeito Fernando Haddad, que antes havia se demonstrado favorável ao diálogo, rechaça negociações sob a justificativa do uso de violência pelos manifestantes. Nota-se a sobreposição circunstancial do discurso sobre a violência como instrumento político dos manifestantes e as reivindicações políticas do Movimento Passe Livre. Essa marginalização, no entanto, encontrou resistências: o registro da truculência policial, assim como sua ampla disseminação nas *redes sociais*, foi fundamental para fissurar o discurso padrão uníssono de governo, polícia e parte da mídia.

O Quarto Grande Ato é uma tragédia anunciada pelo roteiro montado nos jornais matutinos. Antes mesmo de a manifestação ter início, 40 pessoas são detidas por portar

vinagre³² - utilizado para atenuar os efeitos do gás lacrimogêneo utilizado pela polícia (JUDENSNAIDER et al., 2013). Entre as palavras de ordem utilizadas pelos manifestantes está a expressão “vem pra rua, vem, contra o aumento!”, que engendraria o mote maior das *Jornadas de Junho*, a *hashtag*³³ #vempraru, que convidava as pessoas para irem às ruas se manifestar.

Daí em diante, segue o seguinte relato:

Com mais de 20 mil pessoas, a manifestação segue pela Avenida Ipiranga em direção à Rua da Consolação, importante via que liga o centro velho da cidade à Avenida Paulista. Diante de uma barreira da polícia militar no local, a manifestação para, aguardando autorização do comando da tropa para a continuidade do trajeto. O MPL tenta ligar para o comandante da operação, como haviam combinado anteriormente, e não consegue. No meio do impasse, sem qualquer motivo aparente, a tropa de choque surge na altura da Rua Maria Antônia, palco de confrontos durante o período militar. Aos gritos de “Sem Violência!”, os manifestantes rogam a não intervenção do Choque, ao que são respondidos com bombas de concussão, gás lacrimogênio e tiros de bala de borracha. O quarto grande ato contra o aumento da tarifa é marcado, a partir de então, por uma violência sem precedentes no período democrático. (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 94-95).³⁴

A violência da polícia foi documentada por vários ativistas, jornalistas da mídia tradicional e “cidadãos-multimídia”. As reivindicações dos jornais de aumento da repressão foram cumpridas à risca pela Polícia Militar. O dia 13 de junho ficou marcado como o início da virada que se deu não só na forma como as manifestações vinham sendo tratadas por alguns canais da mídia conservadora, como provocou uma avalanche de críticas à atuação de polícia, o que se traduziu na adesão monumental de manifestantes em apoio a todos os que sofreram com a repressão policial.

Segue trecho do relatório da ONG Artigo 19:

Depois de vários protestos fortemente reprimidos pela polícia em todo o país, aconteceu o “4º Grande Ato contra o Aumento das Passagens”, no dia 13 de junho em São Paulo. Esse protesto provavelmente foi o que teve os índices de repressão policial mais violentos do mês de junho e representou a guinada da opinião pública e da mídia sobre as manifestações. Informações

³² Motivo pelo qual algumas pessoas também chamam as *Jornadas de Junho* de *Revolta do Vinagre*.

³³ A *hashtag* usa o símbolo cerquilha (#) para relacionar e quantificar todas as postagens sobre um mesmo tema em redes sociais como o Twitter e o Facebook.

³⁴ Um bom vídeo que retrata a investida da PM contra os manifestantes: **ATAQUE covarde da tropa de choque na manifestação contra aumento das passagens em SP dia 13/06/13**. 15 de jun. de 2013. 5'06". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-2mWAbsQ25A>>. Acesso em 16 jun. 2015).

levantadas pela ARTIGO 19 neste relatório indicam que nesse protesto participaram quase 20 mil manifestantes (segundo os organizadores), com 235 detidos e mais de 100 feridos – sendo 2 detidos e 22 feridos jornalistas que cobriam a manifestação. Depois dos abusos policiais identificados nesse protesto, os veículos de mídia tradicionais, que vinham se posicionando de forma contrária aos protestos e defendendo a ação da polícia, passaram a apoiar as manifestações. Isso provavelmente se deve aos abusos policiais do dia 13 de junho, mas também ao fato de que no protesto da semana seguinte em São Paulo, no dia 17 de junho, participaram mais de 100 mil pessoas tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro (segundo organizadores), redimensionando a opinião sobre as manifestações. (MARQUES et al., 2013, p. 20-21)

Sem dúvidas, os episódios mais marcantes ocorridos no Quarto Ato foram os atos de violência da polícia contra jornalistas, que podem tranquilamente ser descritos como verdadeira batalha campal. Mas especialmente trágico foi o episódio que envolveu Giuliana Vallone, jornalista da Folha de São Paulo, que tomou um tiro de bala de borracha no olho. Aliás, numa triste ironia, dos 15 jornalistas feridos, sete eram da Folha³⁵.

De fato, o dia 13 criou todas as condições necessárias para que a rede mobilizada pelo Movimento Passe Livre sofresse um acréscimo enorme de atores bem como para a tradução da pauta, até então exclusivamente a revogação do aumento, para outras tantas reivindicações que não tinham ligação imediata com os vinte centavos, a partir de então simbólicos. É bastante interessante notar que, no compasso do que ocorreu na Tunísia, quando Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo após ter as mercadorias que vendia nas ruas apreendidas pela polícia, em São Paulo a violência policial foi a faísca que incendiaria o barril de pólvora sobre o qual o Brasil vinha repousando, o que se deve a várias questões políticas, econômicas e sociais que, obviamente, se potencializam de alguma maneira. Ao que parece, a solidariedade em relação às críticas à atuação da polícia foi o amálgama que proporcionou a união momentânea da população que saiu às ruas para expor uma insatisfação generalizada. Os protestos, a partir desse ponto, se complexificam extraordinariamente.

As imagens das manifestações transmitidas ao vivo por vários canais de televisão produziram fenômenos formidavelmente significativos. No programa Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes, o apresentador José Luiz Datena, reconhecido por suas posturas conservadoras, enfatizava a violência dos protestos, os atos de vandalismo e a interdição de vias públicas para

³⁵ Um relato detalhado do episódio feito pela própria jornalista Giuliana Vallone, ainda no hospital e com o olho bastante machucado pela bala de borracha. JAMAIS achei que ele fosse atirar', diz repórter da Folha atingida durante protesto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2013, seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fose-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

se posicionar contra as manifestações ao passo que as imagens ao vivo eram transmitidas. Abre-se então uma enquete no programa para que a população responda se é a favor “desse tipo de protesto”, segundo o apresentador, “que inclui aí a depredação pública” enquanto as pessoas caminham nas vias públicas. Esperar-se-ia uma resposta negativa, rechaçando as manifestações, mas não foi isso que aconteceu. Datena pede então para reformular a pergunta: “você é a favor de protesto com baderna?” pelo que o resultado favorável às manifestações se mantém e ele se vê impelido a dizer:

[não: 986/ sim: 2321] Mas o povo já deu pra sentir: o povo tá tão p... da vida com o aumento da passagem, não interessa se é de ônibus, trem ou metrô; o povo tá tão p... da vida que apoia qualquer tipo de protesto, pelo que eu vi. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo bem entendida, a palavra protesto, poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas nas duas pesquisas deram (sic) praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado, as pessoas tão apoiando o protesto porque não querem o aumento de passagem³⁶. (DATENA apud JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 99)

O dia 13, para além de todo o simbolismo que carrega como marco da transformação das ruas de várias cidades em usinas de desejo coletivo, carrega também o marco da ampla utilização das *redes sociais* como instrumento de mobilização social. Curiosamente, não por alguns agentes: a Polícia Militar de São Paulo, bastante ativa no Twitter, ou apagou todas as postagens realizadas no dia 13 de junho ou simplesmente silenciou-se diante dos fatos³⁷. O silêncio, no entanto, é um dado absolutamente relevante neste contexto. Silêncio profundamente eloquente no Twitter é também do governador Geraldo Alckmin, que só se pronunciou antes das manifestações.

Outros atores, no entanto, usaram largamente tanto o Twitter quanto o Facebook para disseminar vídeos que denotavam a violência policial bem como para arregimentar mais atores para a rede que vinha se formando em torno das manifestações do Movimento Passe Livre. No dia 13 iniciam-se, de maneira mais clara e célere, as modificações, ou seja, traduções das pautas políticas dos protestos. Em um vídeo, percebe-se que entre as palavras de ordem entoadas, o grito de “o povo acordou” se destaca no sentido de indicar que uma parcela da população que até então se colocava à margem de mobilizações sociais teria

³⁶ O vídeo desse relato também está disponível no Youtube. **VOCÊ é a favor de protesto com BADERNA? Sim, SOMOS!! Pesquisa Datena.** 16 de jun. de 2013. 3'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>>. Acesso em 17 jun. 2015.

³⁷ A busca avançada do Twitter permite resgatar as postagens do perfil da Polícia Militar de São Paulo. O resultado da ausência de publicações pode ser visto no link: <<https://twitter.com/search?q=from%3APMESP%20since%3A2013-06-13%20until%3A2013-06-13&src=typd>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

despertado da letargia infindável que parecia acometê-la³⁸. Nas redes sociais viralizavam vídeos como o de um policial que quebrava o vidro da própria viatura (POLICIAL..., 2013) e o de um grupo de policiais atirando contra manifestantes parados que gritavam “sem violência” (PMS ATIRAM...,2013).

Algumas das publicações mais disseminadas no Twitter (figuras 7, 8 e 9) dão conta da mudança que o dia 13 provocaria no decorrer das manifestações (citadas também por JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 102).



Figura 7 – Tuíte que demonstra a mudança da pauta das manifestações. Fonte: Twitter.

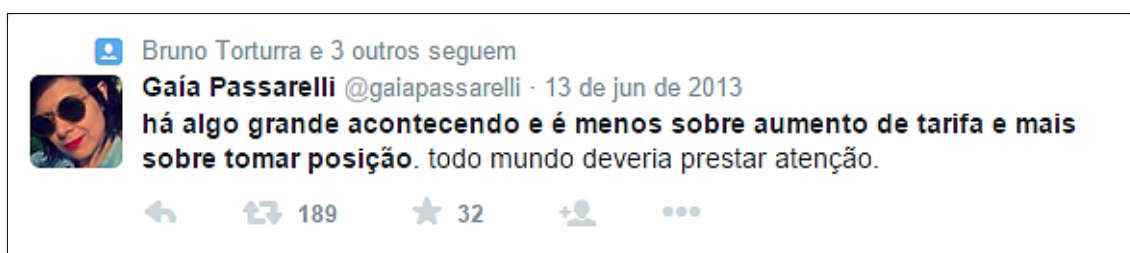


Figura 812 – Tuíte que reflete a reação das pessoas à violência policial. Fonte: Twitter.



Figura 9 – Retuíte que demonstra a mudança de pauta das manifestações. Obs.: o tuíte original não foi encontrado, pelo que aqui se colaciona uma réplica do original feito alguns dias depois e, por isso, não fica explícito o alcance total na rede. Fonte: Twitter.

³⁸ O grito em questão se tornou um dos símbolos das *Jornadas de Junho*. (13 de junho de 2013. 4º protesto contra aumento da tarifa do transporte público, São Paulo-SP. 14 de jun. de 2013. 4'53". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2kDyGSCQCY&list=PLQrehgII_crHRdnv3NdNSf0QpImlXtCO5&index=10>. Acesso em 17 jun. 2015).

Sem dúvida a violência policial do dia 13 insuflou a mobilização das ruas e provocou uma miríade de modificações da pauta específica do Movimento Passe Livre. O discurso de vandalismo aos poucos perdeu força com a ajuda das *redes sociais* e foi gradativamente sobrepujado pela faraônica disseminação de narrativas alternativas e descentralizadas, que põem em dúvida inclusive o papel da grande mídia na cobertura dos fatos e a construção de uma verdade factual singular, unissonante.

Ocorre que a descentralização das narrativas propiciada pelas *redes sociais* demanda outros tipos de análise. A Internet disponibiliza o acesso a um oceano de dados e esse oceano, por vezes bravo, precisa ser navegado com cautela e a busca por portos seguros tem de ser devidamente planejada. Dados escorrem por todos os lados e isso levanta a questão: quais destes dados me interessam? Ou melhor: quais dados podem me ajudar a compreender o que pretendo? Obter dados é simples. A depender do intuito, uma rápida pesquisa despreziosa no Google fornece um imenso número de dados que podem ou não ser aproveitados. Mas como obter os dados específicos que me auxiliarão a deslindar o que procuro é tarefa um pouco mais delicada.

Por isso é importante estabelecer que dados são diferentes de informações. Seguindo o raciocínio de Rosini, Mirna Tonus (2014, p. 3) sustenta que o conhecimento “seria construído a partir da reflexão sobre a significação conferida a um dado, transformando-o em informação”. É preciso, então, tratar os dados, conferir-lhes sentido e a partir deles construir o raciocínio que confirmará ou refutará determinada hipótese. E é precisamente assim que as ferramentas de monitoramento de mídias sociais auxiliam.

O monitoramento é definido por Tarcízio Silva como

coleta, armazenamento, classificação, categorização, adição de informações e análise de menções online públicas a determinado(s) termo(s) previamente definido(s) e seus emissores, com os objetivos de: (a) identificar e analisar reações, sentimentos e desejos relativos a produtos, entidades e campanhas; (b) conhecer melhor os públicos pertinentes; e (c) realizar ações reativas e proativas para alcançar os objetivos da organização ou pessoa. (SILVA, 2010, p. 43)

Uma infinidade cambiante de ferramentas, pagas ou gratuitas, auxiliam na obtenção de dados que são transformados em informações. Através de algoritmos matemáticos essas ferramentas conseguem varrer as mídias sociais e construir gráficos, tabelas, capturar imagens e fornecer palavras-chave que permitem a construção de significados na medida em que os dados são cruzados e articulados com a análise teórica.

Ferramentas de monitoramento permitem elaborar gráficos que auxiliam a construção da nossa narrativa em atenção ao que preconiza o leme teórico-metodológico da ANT. Embora a Teoria Ator-Rede sustente que “rede” é um conceito e não uma coisa (LATOUR, 2012) e por isso mesmo, como já dissemos, não se confunde com um artifício teórico para estudar estritamente objetos em rede, como redes de trens, redes elétricas ou a rede mundial de computadores, e que a “rede” representa, ao fim e ao cabo, “fluxos de translações”³⁹ (LATOUR, 2012, p. 193), é absolutamente válido utilizar grafos sociotécnicos que auxiliem a visualização do que nos interessa: a sociedade em movimento e toda a constante formação de coletivos.

Vale ressaltar um primado basilar utilizado aqui: “para a ANT, se você parar de fazer e refazer grupos, parará de ter grupos” (LATOUR, 2012, p. 61). Esta noção é fundamental para entender todo o processo de transformação, tradução, translação que os protestos sofreram. A dificuldade, para a ANT, está sempre em explicar por que os grupos sociais são estáveis, pois a estabilidade não é a regra geral. Na verdade, os grupos precisam sofrer constantes transformações para que a coesão seja preservada. Essa é a chave da compreensão. Se partirmos das premissas de que a cultura é dinâmica e que sociedade e natureza não são entes contrapostos, nos deparamos, inevitavelmente, com a dificuldade de explicar por que alguns grupos são estáveis e o que mantém essa estabilidade para além da explicação tautológica de que é a própria sociedade que se encarrega disso. Em suma, para que uma rede de atores se expanda é preciso mobilizar cada vez mais agentes humanos e não-humanos que estarão permanentemente em um rico movimento de transformação de ideias e ações que permitirão a continuidade da rede de atores. Uma vez mais: a estabilidade é a exceção.

Toda essa explicação é importante para que fiquem claros os limites da representação gráfica de uma rede, das quais nos utilizaremos longamente. Se os grupos sociais estão em constante movimento, é certo que há alguma perda em representar em gráficos sincrônicos, ou seja, estáticos, redes de atores. Contudo, desde que essa limitação não se esconda no horizonte analítico, a representação gráfica é importante ferramenta para a compreensão dos fenômenos sociais.

E é justamente por isso que análises grafotécnicas, como as realizadas pela empresa de comunicação digital especializada em monitoramento de redes sociais Interagentes, são importantes ferramentas complementares de análise social. Visando entender a correlação

³⁹ Translação como sinônimo de tradução, ou, em outras palavras: “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (LATOUR, 2011, p. 183).

entre a dinâmica das redes e a correspondente dinâmica das ruas, a Interagentes realizou monitoramento sobre as manifestações do dia 13 de junho, especificamente no Facebook, que acabou por endossar algumas percepções, como a de que o número de postagens com citações ao MPL cresceu vertiginosamente nos dias 13 e 14; o apoio ao MPL era sensivelmente maior que a desaprovação; o número de menções à violência policial foi bastante relevante; os eventos criados no Facebook para convidar as pessoas para as manifestações seguiu relativamente estável em relação ao número de confirmações de presença até o Quarto Ato, realizado no dia 13, ao que se viu um crescimento convulsivo de confirmações para o Quinto Ato a ser realizado no dia 17 e, finalmente, o aparecimento de um ator que a partir de então teria forte influência na mobilização e no ativismo virtual: o grupo Anonymous.

O gráfico a seguir (figura 10) mostra a evolução do número de mensagens postadas por dia no Facebook, mais especificamente do dia 05 até o dia 14 de junho (ROVAI, 2013, s. p.; CARTOGRAFIA, 2013, s. p.).

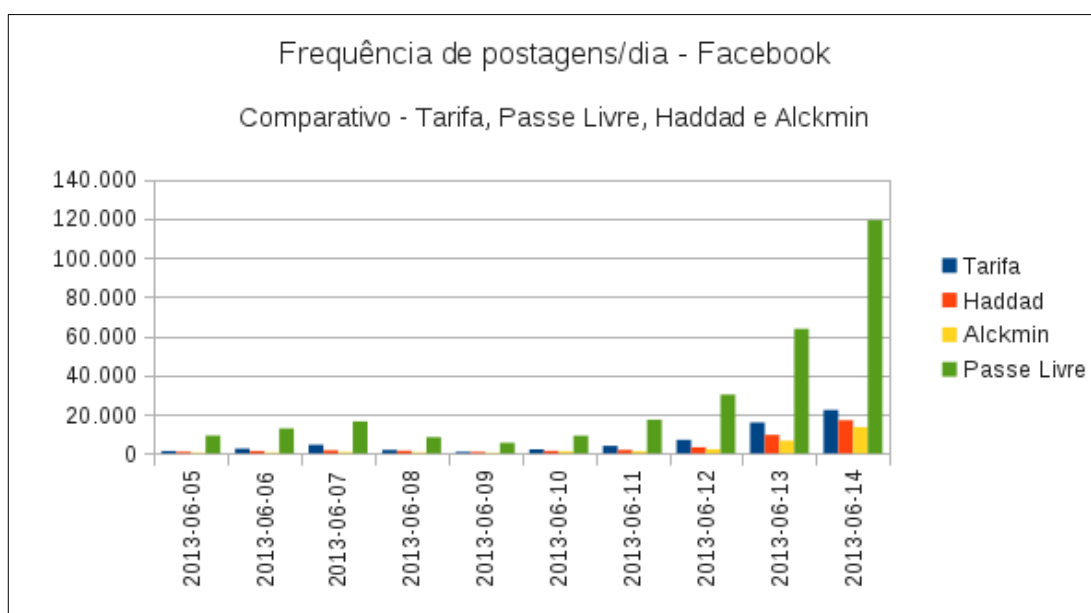


Figura 10 – Gráfico comparativo do volume de mensagens/dia, por banco de dados. Fonte: Interagentes.

O próximo gráfico (figura 11) apresenta a tentativa de traduzir o sentimento presente nas mensagens que citaram o Movimento Passe Livre no dia 13 dentro de um universo de 63.494 postagens, o que geralmente é feito buscando-se palavras-chave que possam classificar os textos como de teor negativo, positivo ou neutro.

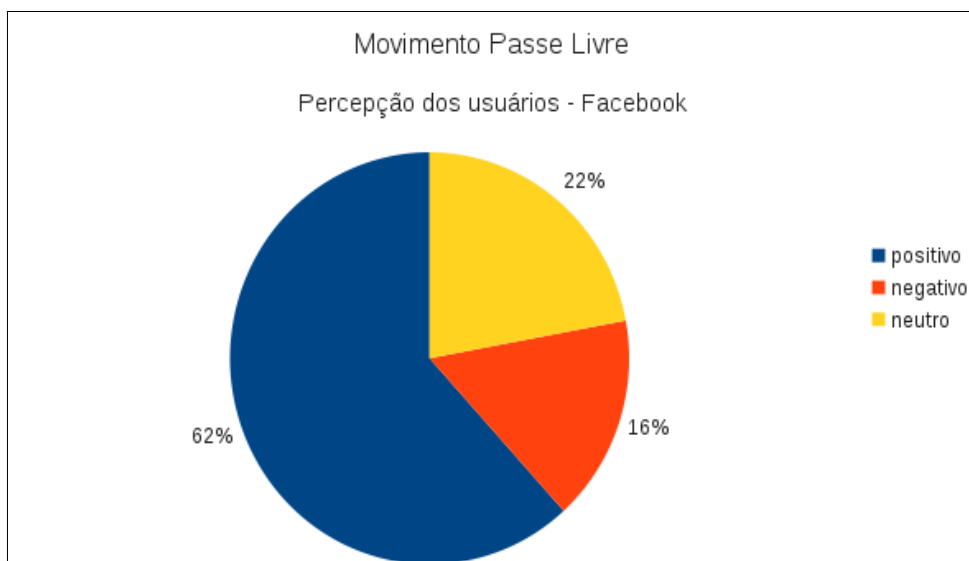


Figura 11 – Percepção dos usuários do Facebook em relação a atuação do MPL. Fonte: Interagentes.

Com relação ao número de menções à reação desmedida e violenta da Polícia Militar, o monitoramento também foi realizado no mesmo universo de 63.494 postagens avaliadas apenas no dia 13 de janeiro (figura 12).

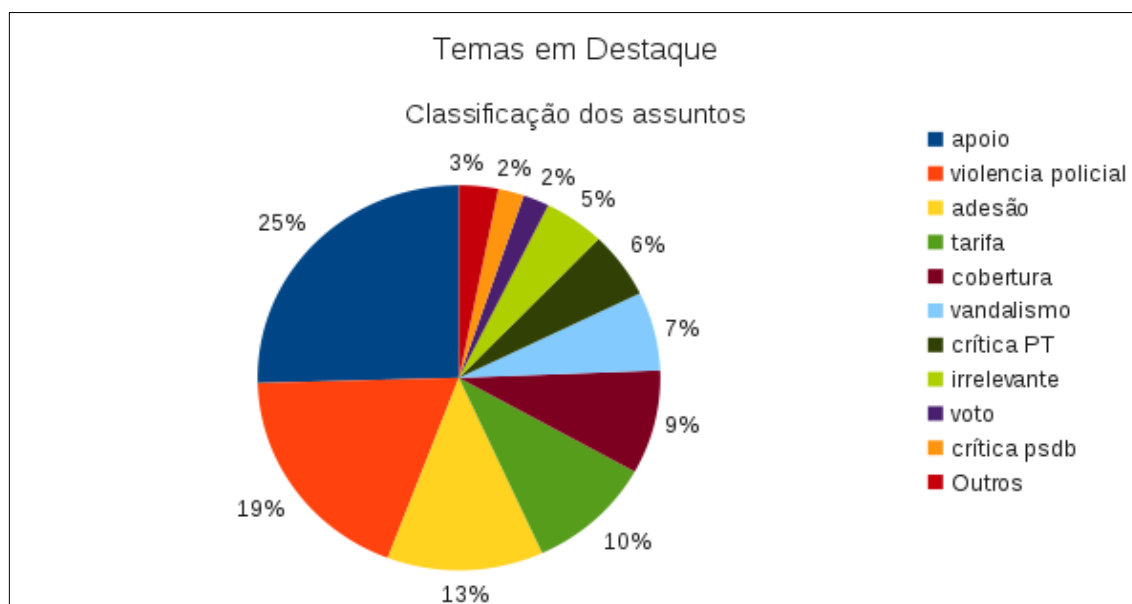


Figura 12 – Classificação dos temas em destaque. Neste gráfico nota-se um número significativo de menções à violência policial no ato do dia 13. Fonte: Interagentes.

Outro dado bastante importante é o crescimento exponencial do número de confirmações de presentes no ato seguinte ao do dia 13 em evento criado no Facebook (figura 13), que avaliza nossa percepção de que este é o marco temporal da avalanche de traduções da

pauta inicial do MPL, que era tão somente a revogação do aumento das tarifas do transporte coletivo:

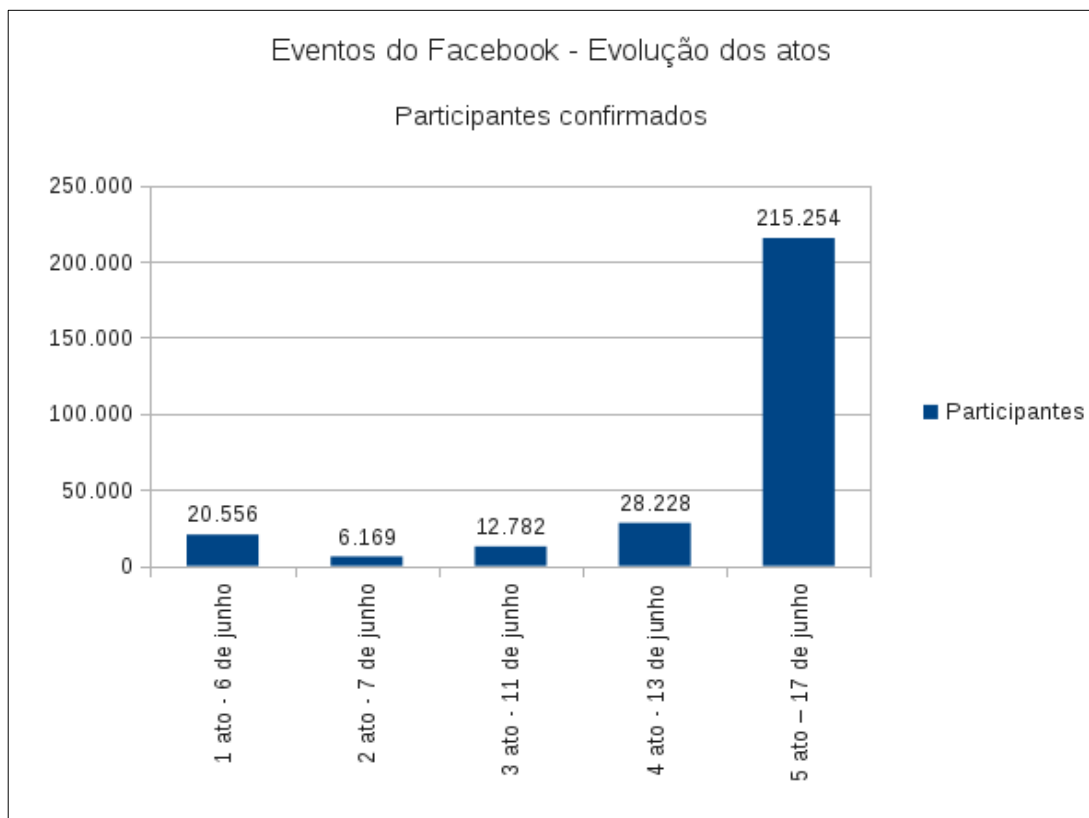


Figura 13 – Demonstração gráfica da adesão aos protestos do dia 17. Esse gráfico indica o aprofundamento da tradução da pauta inicial do MPL. Fonte: Interagentes.

Por fim, o aparecimento de um ator que se torna chave na rede mobilizada pelo MPL: o grupo *Anonymous*. A rede captada no grafo seguinte (figura 14) demonstra a centralidade do grupo *Anonymous* em detrimento da página do Movimento Passe Livre, mas também revela outro dado fundamental, que é a centralidade da página “Quero o Fim da Corrupção”, a qual também figurou entre as páginas que mais geraram comentários sobre as manifestações do dia 13 e sugere no próprio nome outra pauta que ganharia coro nas próximas manifestações:

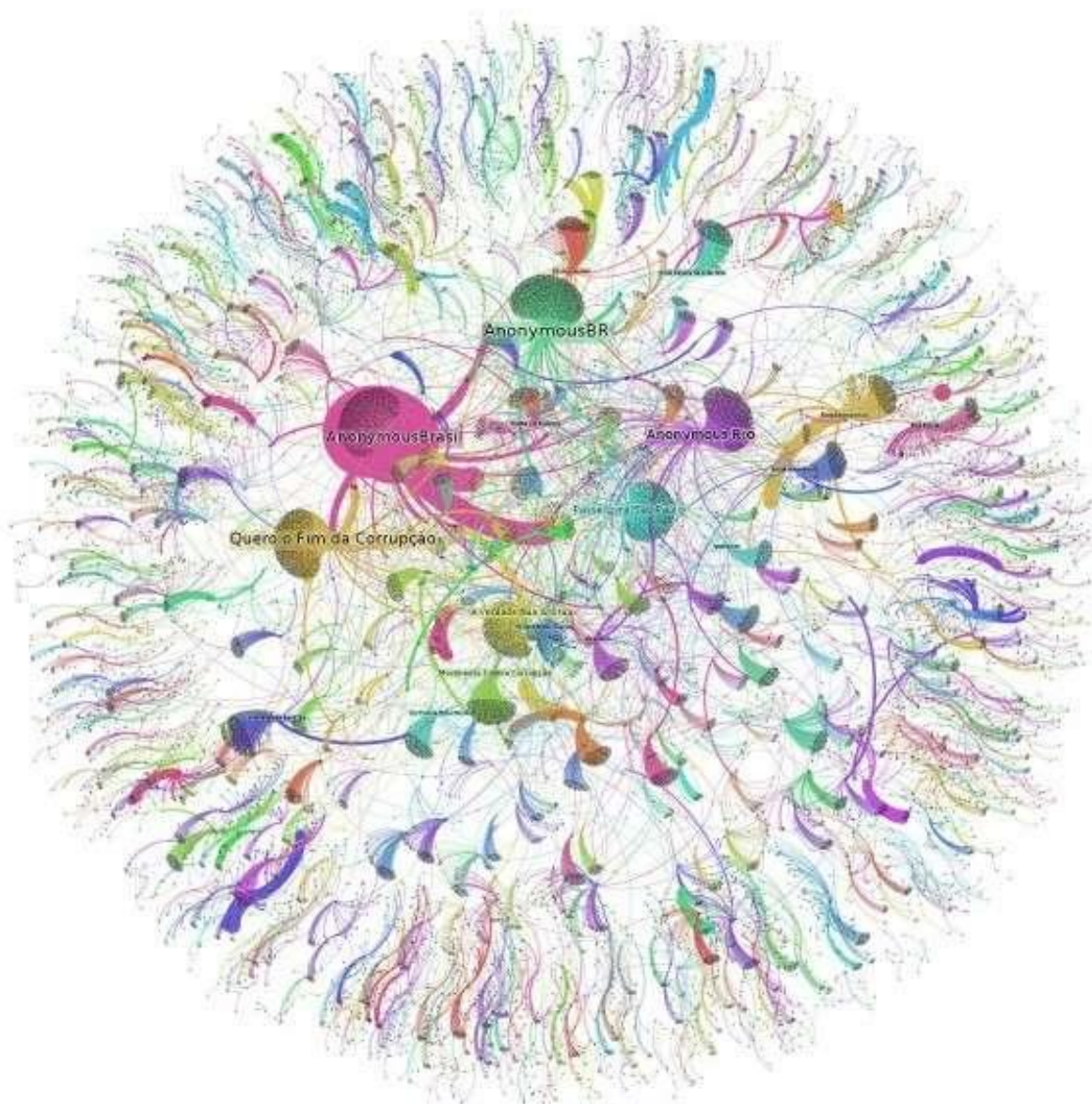


Figura 1413 – Grafo dos atores que mais geraram comentários no Facebook. O monitoramento foi realizado entre 16 horas do dia 13 e às 6 horas do dia 14. Fonte: Interagentes.

No dia 13 junho, portanto, iniciou-se um processo de profunda mudança nos rumos dos protestos país a fora, amparado num sem-número de translações da pauta política específica do MPL, observação essa que decorre do conjunto de dados colhidos nas *redes sociais* e da reconstrução narrativa de Judensnaider (et. al, 2013), que se aporta também nas publicações jornalísticas do período. Os dados, afinal, têm de ordenar nosso intento precípua que é seguir os caminhos dos atores sem estabelecer qualquer assimetria analítica apriorística, ou estaríamos violentando a ANT. A trama de indicativos é que deve ser a bússola do nosso percurso.

O dia 14 revela muito claramente o vetor de mudança representacional dos protestos, quando o jornal Folha de São Paulo se vê obrigado a reportar de modo categórico a postura violenta da polícia no dia anterior, que terminou com sete de seus jornalistas que cobriam os protestos feridos. É interessante notar a mudança de rumo na construção ou representação simbólica dos fatos, ou para nos aproximarmos do universo jornalístico, do valor-notícia da Folha de São Paulo após seus jornalistas sofrerem diretamente as consequências das desmesuradas ações policiais, enquanto O Estado de São Paulo manteve seu apoio às ações policiais violentas, embora começasse a reverberar as falas de sujeitos que supostamente seriam neutros e que endossavam, naquele momento, a violência policial (JUDESNAIDER et al., 2013). O tom de agravo à atuação policial é dado ao longo da cobertura, como na seguinte notícia da Folha de São Paulo:

Novo protesto tem reação violenta da PM

O quarto dia de protestos contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo foi marcado pela repressão violenta da Polícia Militar, que deixou feridos manifestantes, jornalistas --sete deles da Folha-- e pessoas que não tinham qualquer relação com os atos (NOVO..., 2013, s. p.).

Entre os jornalistas feridos está a já citada Giuliana Vallone, atingida no olho por uma bala de borracha disparada à queima-roupa por um policial militar. No seu Facebook, a jornalista faz seu próprio relato público que é compartilhado mais de onze mil vezes:

[...]

Sobre o aconteceu: já tinha saído da zona de conflito principal --na Consolação, em que já havia sido ameaçada por um policial por estar filmando a violência-- quando fui atingida. Estava na Augusta com pouquíssimos manifestantes na rua. Tentei ajudar uma mulher perdida no meio do caos e coloquei ela dentro de um estacionamento. O Choque havia voltado ao caminhão que os transportava. Fui checar se tinham ido embora quando eles desceram de novo. Não vi nenhuma manifestação violenta ao meu redor, não me manifestei de nenhuma forma contra os policiais, estava usando a identificação da Folha e nem sequer estava gravando a cena. Vi o policial mirar em mim e no querido colega Leandro Machado e atirar. Tomei um tiro na cara. O médico disse que os meus óculos possivelmente salvaram meu olho.

Cobri os dois protestos nesta semana. Não me arrependo nem um pouco de participar desta cobertura (embora minha família vá pirar com essa afirmação). Acho que o que aconteceu comigo, outros jornalistas e manifestantes, mostra que existem, sim, um lado certo e um errado nessa história. De que lado você samba? (VALLONE, 2013, s. p.)

Com efeito, não só inúmeros relatos vão na contramão da perspectiva dos fatos homogeneamente apresentada pela mídia tradicional até ali, como a profusão de outras falas começa a percolar irrefreavelmente o núcleo discursivo dos meios midiáticos massivos, que já não podem mais monopolizar as falas e controlar as representações “objetivas” da realidade. A possibilidade de múltiplas representações dos acontecimentos com larga difusão pelas *redes sociais* desloca o ponto de vista analítico centrado na produção da mídia tradicional para a produção das informações feita pelos próprios sujeitos e salienta as contradições que emergem das diferentes narrativas. A pretensão hegemônica de produção simbólica do mundo jornalístico não é, e talvez só tenha sido em uma análise que se enjaula na produção do significante, ou seja, que margeia a construção subjetiva dos significados, um muro intransponível; as fissuras discursivas ficam evidentes a cada vídeo no Youtube, a cada relato pessoal no Facebook, a cada tweet que confronta o discurso pré-fabricado, a cada comentário fora da rede que já não se contenta com as fatigadas representações cristalizadas do mundo.

E não apenas Giuliana Vallone levou tiro de bala de borracha no olho: Sérgio Andrade da Silva, fotógrafo da agência de fotojornalismo Futura Press também foi atingido e correu o risco de perder a visão. Além disso, ao todo foram mais de duzentas pessoas detidas (JESDESNAIDER et al., 2013) no Ato, inclusive o jornalista da Carta Capital Piero Locatelli sob a grave acusação de portar vinagre (GARCIA, 2013, s. p.). A notória importância dos fatos começa a mobilizar uma rede de atores que se insurge contra as arbitrariedades e a violência policial, rede que inclui a Anistia Internacional, o Instituto Sou da Paz, a OAB de São Paulo, a Federação Nacional dos Jornalistas, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Associação Nacional de Jornais, além de partidos políticos e movimentos sociais.

Toda essa cadeia complexa de ações e reações provoca uma mudança evidente na perspectiva adotada pelos grandes meios de comunicação: no Jornal Nacional, transmitido em horário nobre pela TV Globo, a cobertura explora largamente a violência policial, enquanto na Rede Bandeirantes o apresentador Datena, ainda sob o efeito da pesquisa de opinião do dia anterior (que evidenciou apoio ao vandalismo), entrevista e interpela o governador Geraldo Alckmin sobre os possíveis exageros da polícia, pelo que o governador continua defendendo a postura da corporação que ele mesmo, em última análise, comanda ao passo que responsabiliza os manifestantes pela violência policial (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Já era tarde demais. A mudança editorial de jornais como Folha de São Paulo e O Globo continuou seu curso, o que provocou, sem dúvida, um redirecionamento da produção de sentido das manifestações. A agenda midiática que até então era dominada pelos discursos

de vandalismo por parte dos manifestantes e da necessidade de repressão para o restabelecimento da ordem, dá lugar a matérias que falam sobre o peso do transporte coletivo no orçamento familiar, como ocorre com O Globo, mas sobretudo a críticas à Polícia Militar, como ocorre na revista IstoÉ, ou, como é o caso da Folha, com editorial duro, sem, no entanto, deixar de vincular o Movimento Passe Livre a atos de vandalismo e violência:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.

O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolerar, se não acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra.

(...)

De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão (AGENTES..., 2013, s. p.).

Na esteira do “não é mais sobre a tarifa, foda-se a tarifa” de um tweet citado, a onda de indignação e solidariedade oferece o amálgama temporário para que outros atores se juntassem à rede que até então tinha composição relativamente homogênea, uma vez que estava ligada essencialmente pela pauta da revogação das tarifas (relativamente porque, é claro, discordâncias são inerentes a processos políticos dentro e fora de movimentos sociais). Essa onda ganha força na medida em que, por exemplo, atores (literalmente) e outras personalidades não ligadas à política se juntam ao fotógrafo Yuri Sardenberg em campanha denominada “Dói em Todos nós” para serem fotografadas com os olhos maquiados na cor roxa em alusão a violência sofrida pela jornalista Giuliana Vallone (SARDENBERG, 2013, s. p.). Na *rede social* Instagram, a modelo Yasmin Brunet antecipa o que viria a ser algumas das tônicas dos protestos seguintes, construindo um discurso que canaliza as pautas políticas para temáticas genéricas ornando-o com o chamariz perfeito para as alas mais reacionárias do Brasil: um – ainda – tímido fragmento do hino nacional.

Isso é por nossos direitos! Não é pelos 20 centavos. É pela ditadura e democracia inexistente, repressão e opressão, correntes e prisão sem muros, a roubalheira do governo, pela falta de atenção e prioridade da saúde e educação, pela violência. Nós somos brasileiros e não fugimos à luta! (...) (BRUNET apud JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 135)

Não é mera casualidade, portanto, que figuras públicas de grande apelo comecem a se manifestar em suas *redes sociais* não exatamente em favor dos manifestantes que lutavam por uma pauta política específica, mas em favor de uma insurgência genérica amparada no que pode ser diagnosticado como “problemas sociais históricos do Brasil”, ainda que as origens e saídas para esses problemas não sejam apontados com clareza. É claro que a multiplicidade contida no próprio processo de arregimentação de atores e expansão da rede não pode ser desvinculada de outra ou outras conformações políticas que começaram a entrar em disputa com a afetação de sujeitos com interesses diversos e munidos de discursos mais pasteurizados e de fácil assimilação. A ressignificação das manifestações é um processo semiótico que entrelaça a Internet e as ruas.

A partir daí, várias páginas no Facebook são criadas com o intuito de apoiar os protestos e aumentar o volume de manifestantes, ainda que de maneira simbólica, como o evento chamado “vem para a janela”, que convocava aqueles que tinham medo de ir às ruas a colocar um lençol branco nas janelas indicando apoio aos protestos (VEM..., 2013, s. p.). Com adesão de 275 mil pessoas e texto convocatório inclusive em inglês, outro elemento importante no desenrolar dos fatos aparece na página do evento: a rejeição à presença dos partidos políticos entre os manifestantes começa a ser incentivada como reação à tentativa do governador de São Paulo de rotular os protestos como partidários. Tal é o teor da descrição do evento: “O governador disse que esses protestos são partidários e que não são espontâneos da população - vamos provar que ele está errado!”. O que era um movimento apenas apartidário começa a se tornar antipartidário.

Algo como uma bricolagem semiótica que a um só tempo mobiliza atores-rede e desloca o eixo político dos protestos construiu o amálgama temporário fundamental para a vertiginosa expansão do movimento, que foi o círculo virtuoso que se formou entre a capacidade de disseminação de informações na Internet e a atuação colaborativa correspondente nas ruas. Um dos exemplos marcantes desse processo é que

[foram] criadas diversas plataformas de apoio aos manifestantes, como uma comissão de estudantes de medicina que se dispõe a prestar os primeiros socorros nos protestos, um centro cultural no centro da cidade que oferece suporte médico aos feridos, um empresário que oferece sua gráfica para a impressão de cartazes e um coletivo de diagramadores e designers que se oferece para produzir imagens de mobilização e propaganda. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 137)

Concomitantemente, ocorreu a nacionalização e internacionalização dos protestos através das *redes sociais*. *Hashtags* como #mudabrazil, #changebrazil e #ogiganteacordou inundam as *timelines* e impulsionam o *ethos* insurgente que provavelmente já existia de modo reprimido em certos grupos sociais. Manifestações em apoio aos protestos no Brasil, que já se espalhavam também por inúmeras cidades, são marcados em pelo menos 27 cidades pelo mundo, sendo elas Paris, Valência, Madrid, Londres, Lisboa, Berlim, Turim, Coimbra, Den Haag, Barcelona, Dublin, Munique, La Coruña, Bruxelas, Frankfurt, Hamburgo, Boston, Chicago, Nova York, Toronto, Montreal, Vancouver, Edmonton, Cidade do México, Buenos Aires e Tóquio (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Não é difícil imaginar que com essa enorme popularização dos protestos – pasteurizada nos e pelos incontáveis processos de tradução que sofreu – tenha sido inaugurada uma fase em que diversos atores, incluindo aqueles pertencentes ao elenco da mídia oligárquica tradicional, tenham se empenhado fortemente em capitalizar a insatisfação que de específica se tornou genérica; de antitarifária passou a antigovernista. É importante observar que o movimento de tradução da pauta inicial do MPL (transporte público) em interesses múltiplos e variados (violência policial, corrupção, etc.) – uma tendência que se intensificou ainda mais nas próximas semanas e meses – foi fundamental para a ampliação dos atores humanos e não humanos que compõem as redes sociotécnicas associadas aos eventos aqui narrados. O fato de essa tradução ter contado com ampla disseminação por inúmeros e variados agentes ampliou ainda mais o alcance do movimento, tornando-o atrativo para aqueles que até então se mantinham como espectadores.

3.2.3 Segunda fase dos protestos: de vândalos a honoráveis

Embora o próximo capítulo esteja especialmente reservado para as devidas análises sobre o comportamento mídia nas *Jornadas de Junho*, é impossível não deixar claro desde já que a caracterização dessa “segunda fase” dos protestos (que, aliás, guarda um sentido muito mais didático que analítico, uma vez que não há fronteiras nem tampouco rupturas temporais dos protestos, mas um complexo processo de transformação retroalimentado de diversas formas) está intimamente vinculada à mudança de representação de manifestantes e propostas políticas promovida pelos grandes veículos de comunicação.

Se no início dos protestos os grandes meios de comunicação vinculavam partidos do que julgam ser extrema-esquerda, como PSTU, PSOL e PCO, aos manifestantes para atacar o suposto flanco do movimento, ou seja, sua falta de representatividade (JUDENSNAIDER et

al., 2013), ainda no dia 15 de junho a Folha de São Paulo publica matéria em que faz diferenciação entre o que seriam “bons” ou “maus” manifestantes de maneira bastante obscura:

Serviço secreto da PM diz que PSOL 'recruta' punks para protestos

O serviço secreto da Polícia Militar afirma em relatórios sobre as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo que os grupos mais violentos nem sempre agem de maneira espontânea.

Punks que partem para o quebra-quebra são arregimentados por militantes do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) com o objetivo de desgastar o PT do prefeito Fernando Haddad e o PSDB do governador Geraldo Alckmin, de acordo com documentos sigilosos aos quais a Folha teve acesso.

(...)

A avaliação da polícia é que o Movimento Passe Livre tem intenções "sinceras" ao defender a redução da tarifa de R\$ 3,20 para R\$ 3,00 e não tem orientações violentas. Mas, como não aceita lideranças, permite que esse tipo de comportamento violento explore o movimento (CARVALHO, 2013, s. p.).

Revistas de grande expressão como Veja, Época e Isto É, cada uma a seu modo, sedimentam o caminho da mudança de tratamento dos manifestantes em matérias publicadas nos dias seguintes. Veja assume um discurso que propõe desvendar o que estaria “verdadeiramente” por trás do roubo dos jovens, sem, no entanto, deixar de desqualificá-los. É como se uma verdade política (partidária?) oculta fosse a força motriz dos protestos, força essa que escapava ao entendimento dos desavisados e ingênuos manifestantes. As duas outras revistas seguem um caminho mais comedido e ressaltam o protagonismo do MPL tanto quanto o peso do reajuste do transporte público nos orçamentos familiares (JUDENSNAIDER et al., 2013). O caminho para a ligação dos protestos com uma crise mais geral e difusa, no entanto, fica sempre aberto nos discursos.

É claro que esse panorama, de modo geral, não demonstra senão uma batalha semiótica que emerge da tensão entre discursos midiáticos hegemônicos e contradiscursos in(ter)dependentes. A disputa pelos significados, que no caso apontava para a capitalização dos protestos e a generalização das pautas políticas, denota a coexistência dos veículos de comunicação tradicionais e a comunicação transversal, alternativa, tanto mais livre. Existem disputas na construção de significado e mesmo aqueles que visualizam a hegemonia do poder econômico-financeiro-midiático na construção dos simbolismos sociais afirmam que

Em geral, a comunicação estuda muito melhor a emissão e a mensagem. A recepção é uma espécie de buraco negro onde chegam as mensagens, sem que saibamos muito bem o que o receptor faz com elas. Atualmente, é preciso reformular a questão do receptor porque, como os sistemas são interativos, o receptor e o emissor são permutáveis. (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013, p. 100)

É difícil questionar de modo genérico até onde a dominação *mass-midiática* realmente ocorre, ou seja, em que medida ela consegue homogeneizar, em determinado contexto social, a construção das mediações simbólicas e ideológicas se não se sabe bem como os receptores incorporam e ressignificam as mensagens. No entanto, existe uma percepção, corroborada pela observação empírica que aqui está sendo exposta, de que o alcance da dominação, ou seja, a hegemonia na construção dos significados, tem diminuído ante a permutabilidade dos sujeitos que ora são receptores, ora são emissores e ora agem nessas duas dimensões comunicacionais. O fato é que o Quarto Poder, como é chamado o conjunto dos meios de comunicação desde a Revolução Francesa (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013), tem sofrido para reajustar seu modelo de negócio aos moldes da comunicação mediada pela Internet. Em uma visão talvez algo otimista, Ramonet sustenta que esse processo significaria que “os latifúndios midiáticos enfrentam a reforma agrária dos dias de hoje, que é a reforma midiática” (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013, p. 94), ainda que, num movimento contrário, as dificuldades financeiras de alguns importantes grupos midiáticos estejam criando terreno fértil para investimentos de empresas de outras áreas, gerando conglomerados com expectativa de alto retorno financeiro com a explosão digital (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013). Há um campo de disputa onde a coexistência dos grandes veículos de comunicação que se pretendem hegemônicos e reprodutores da ordem do capital com atores-rede não completamente sujeitos a essa ordem nem sempre é pacífica.

De fato, enquanto certo movimento relativamente orquestrado por alguns veículos de comunicação comandava a reconstrução do sentido dos protestos, nas *redes sociais* essa batalha se dava de forma muito mais complexa, o que se deve, é claro, à citada permutabilidade dos sujeitos que podem ser tanto emissores quanto receptores das mensagens, complexificando sobremaneira o processo comunicacional. Beira o impossível tentar captar toda a amplitude e extensão dessa complexidade, o que não impede a tentativa de seguir os caminhos dos atores-rede através de diálogos com pesquisadores que também estão imbuídos na tarefa de reconstruir caminhos e discursos importantes em junho de 2013.

O grafo demonstra os resultados diretos do aprofundamento do processo de tradução das pautas políticas capitaneado pela tradicional, de tal sorte que um dos termos mais utilizados no Twitter no dia 15 de junho foi #chupadilma. A *hashtag* mais utilizada, que foi #ogiganteacordou, faz parte de uma discussão que será retomada quando desenvolvermos a análise da disputa pela interpretação política dos protestos por parte de governistas e antigovernistas, tarefa que merece um capítulo específico.

Ocorre que a estratégia de canalização do potencial contido nos protestos para um nível mais abstrato e “oculto” redundou num redirecionamento catalizador das insatisfações para o nível do Executivo Federal, único não responsável direto pelos reajustes do transporte público, mas cuja chefe de governo e Estado compõe os quadros do PT, aliás tal como o prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Uma das demonstrações dessa canalização da produção de sentido no plano semiótico é que

A revista São Paulo, que circula com o jornal *Folha de S. Paulo* no domingo, faz uma chamada de capa com o título **“Fragmentos de uma manifestação”**. A matéria, rápida e leve, é recheada de frases e expressões colhidas no evento, além de muitas fotos. A imagem que abre a matéria mostra um jovem pichando um muro, com uma jaqueta estampada com o símbolo do PT riscado com um “X”. Nenhuma imagem ou citação apresenta as demandas pela redução do preço da passagem. Das nove imagens relativas ao protesto, apenas uma continha um cartaz, no qual se lia *“isso é + do que um protesto contra o aumento/isso é um grito popular de que não aguentamos mais tanta corrupção!!!”* (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 146).

Os processos de produção de sentido não podem ser resumidos a uma causa unívoca ou apenas a um agente determinado num contexto de rede. A multidão transforma e dissemina ideias, cria enunciados a partir da agência dos atores-rede em meio a uma multiplicidade de vozes que se projeta através de outros nós, realimentando o processo de mobilização até ele encontrar seu ápice, uma vez que a expansão da rede não é infinita, ao menos em determinado sentido. E é precisamente por isso que conseguir captar os atores que tiveram maior influência na expansão da rede é fundamental, pois na medida em que novos atores são arregimentados e os processos de tradução se intensificam, as ligaduras semióticas iniciais podem perder o vigor, gerando outra rede que muito pouco ou nada se parece com a rede de atores inicial. É claro que não se trata de um processo estático nem no seu início, pois a própria rede do MPL não é fixa, e algo como uma “rede de atores original” não pode ter senão um sentido aproximativo, que no caso tem como núcleo a pauta política da revogação do reajuste das passagens de ônibus.

brasileiro com atuação nos setores de energia, petróleo e gás; 5- @fepaesleme: atriz brasileira; 6- @bgagliasso: ator brasileiro; e 7- @rafinhabastos: comediante brasileiro. Estes são, portanto, em ordem de aparição, os perfis que mais receberam RTs na rede #vemprarua. Há também outros nós, de menor escala, mas que também têm sua importância na constituição dessa rede, como: @anonymousbr4asil, @anonbrnews, @bergesspvc (FALCÃO, 2014, p. 74).

É claro que aqui estamos utilizando não mais que uma fatia dos dados apresentados por Falcão, pois a quantidade total de dados permitiu amplas análises gráficas e textuais. Não obstante, o diálogo aqui estabelecido é de vital importância na medida em que a pesquisadora condensa e atualiza o que virtualmente havia no campo das possibilidades aglutinadoras e transformadoras dos atores-rede, colocando em perspectiva os agentes produtores de sentido no universo de uma das *redes sociais* fundamentais nas *Jornadas de Junho* no Brasil, tal como fora em levantes ocorridos em outros lugares do mundo.

E, aplicando métricas específicas, foi que Falcão obteve o grafo (figura 17) que colocou detectou os atores que não possuíam a influência de pessoas públicas, mas que foram fundamentais no Twitter dia 15, com a disseminação de mensagens que continham a *hashtag* #vemprarua:

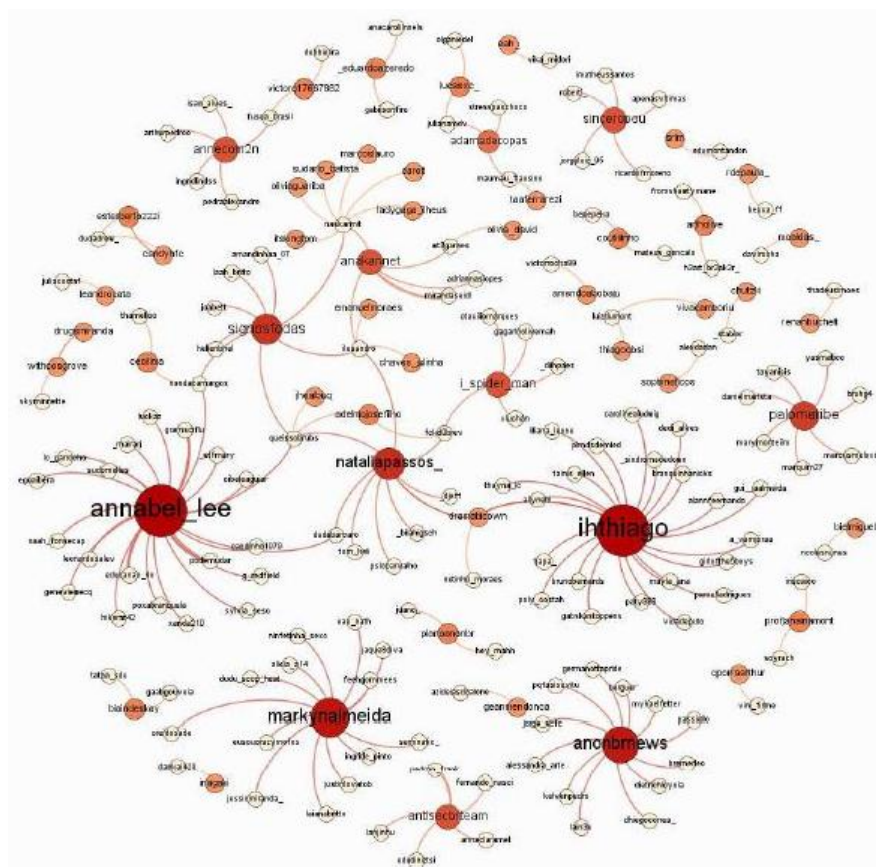


Figura 17 – Grafo dos perfis desconhecidos mais importantes no dia 15 de junho. Fonte: FALCÃO, 2014, p. 82.

O grafo demonstra que

se destacam, em ordem de aparição 1-@Annabel_lee: usuário(a) do Twitter; 2-@ihthiago, usuário do Twitter, aparentemente jovem; 3-@markynalmeida, conta até então ativa no twitter, mas que aparentemente foi desativada; 4-@anonbrnews: um dos perfis do Anonymous Brasil no Twitter; 5-@nataliapassos_: perfil aparentemente jovem, com a cantora Demi Lovato na foto de capa e site direcionando para o site da norte-americana. Essas foram as maiores autoridades dessa rede (FALCÃO, 2014, p. 81).

Já no grafo da página 76 (figura 14), que representa os atores que mais geraram comentários no Facebook entre os dias 13 e 14, bem como na análise das palavras mais reverberadas no Twitter no dia 15 (página 85, figura 16) e na representação dos atores com pouca capacidade de dispersão no Twitter mas centrais na configuração da rede (página 86, figura 17), o ator *Anonymous* está presente. Assim, não há dúvidas de que os perfis do grupo também foram parte fundamental na trajetória das manifestações. Mas, afinal, quem são os *Anonymous*? A resposta remonta pelo menos a 2003.

Naquele ano foi criado o site (ou *imageboard*⁴⁰) 4chan por fãs de mangá japônês⁴¹, utilizado para troca anônima de imagens desse tipo de conteúdo. Ocorre que o site não tem capacidade de guardar o registro dos usuários por mais do que poucas horas, o que permite que grupos se comuniquem ali anonimamente. Então, vários grupos de *hackers* o utilizam para trocar informações e articular ações no canal /b/ do 4chan. Ocorre que

esta atividade dará origem a um grupo que vai se autodenominar *Anonymous*, usando a máscara do anarquista do século XVII Guy Fawkes – transformado em herói da história em quadrinho “V de Vingança” – em suas manifestações de rua. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 170).

A máscara a qual Malini e Antoun se referem e que foi amplamente usada nas *Jornadas de Junho* é a da figura 18.

⁴⁰ Um *imageboard* (também conhecido como chan, abreviatura do inglês *channel*) é um tipo de fórum de discussão que se baseia na postagem de imagens e texto, geralmente de forma anônima, do qual o representante mais conhecido é o americano 4chan. Fonte: Wikipédia.

⁴¹ História em quadrinhos.



Figura 18 – Máscara típica do grupo Anonymous inspirada no personagem Guy Fawkes. Fonte: Google imagens.

A autodefinição do grupo é profundamente interessante:

Nós somos uma ideia. Uma ideia que não pode ser contida, perseguida nem aprisionada.

(...)

Não somos um grupo. Somos uma ideia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. Temos em mãos pela primeira vez o poder de produzir, distribuir e trocar informações. Uma oportunidade nunca vista antes na história para colaboração e construção de um mundo onde a esperança, a dignidade e a justiça sejam princípios a serem respeitados.

Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies. Mais uma vez: Anonymous não tem líderes. Se alguém lhe disser que representa ou lidera Anonymous, este alguém não conhece a ideia Anonymous, porque nós não podemos ser representados ou liderados, porque isto é o que somos: uma ideia.

Anonymous apenas pede que você se informe e busque informações por você mesmo, e apenas isto. Somos pessoas comuns, de todas as cidades e de diversos lugares do Brasil e do mundo. Temos motivos concretos para desejar uma mudança de paradigmas retrógrados que a nossa sociedade apresenta hoje. Isso não significa que iremos lutar apenas por um objetivo, o objetivo é criar uma série de mudanças positivas e buscar a melhor forma para tal. Precisamos de todos para a construção desse novo mundo. Todas as cores, todas as ideias, todas as diferenças. Queremos um debate honesto com todos aqueles que, assim como nós, compartilham desse desejo de mudança. Qualquer um, e todo aquele que carregar esse sentimento, é, por definição, Anonymous (QUEM SOMOSa..., s. p.).

Para além dos truísmos que possam ser detectados no discurso em que o grupo se apresenta, várias são as considerações que devem ser feitas sobre essa autodefinição. Primeiro, uma ideia e não um grupo. Mas uma ideia que provoca verdadeiros sismos no mundo da Internet a partir de ações orquestradas por sujeitos determinados. Uma ideia prática ou a prática de uma ideia que pode interferir diretamente nos rumos de processos políticos, como ficou claro nos monitoramentos realizados nas *rede sociais* a partir de 13 de junho. O desejo de ser uma ideia pretende despersonalizar o grupo, mas as consequências dessa Ideia são concretas e sua articulação depende dos sujeitos que atuam por trás das telas dos computadores. Ainda que o intuito seja desterritorializar a própria prática e não apenas o discurso, anteriorizando uma determinada forma a todo conteúdo resultante, ideias são precedidas do substrato material dos sujeitos, ou seja, suas condições materiais e vínculos sociais propriamente ditos. Em outras palavras, uma ideia pode ser uma virtualidade, mas nunca um fluxo completamente desmaterializado.

Mesmo que seja uma alegoria elegante e em larga medida bastante apropriada sobre as formas de mobilização política contemporâneas, a noção de ideia contraposta ao delineamento de grupo é problemática. Na verdade, não porque os fluxos que perpassam os atores-rede precisem de território com fronteiras bem definidas; antes, porque “para delinear um grupo, quer seja necessário cria-lo do nada ou simplesmente restaurá-lo, cumpre dispor de ‘porta-vozes’ que ‘falem pela’ existência do grupo” (LATOUR, 2012, p. 55). Não existe grupo sem sujeitos, nem tampouco existe mediadores sem intermediários, sejam humanos ou não-humanos. Vale dizer: não existe agenciamento sem o aumento de conexões, como não existe aumento de conexões sem mudança de natureza (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Dando um salto no tempo, o que, aliás, não deve inquietar o leitor, afinal já rogamos indulgência diante da impossibilidade de construir uma narrativa cronológica linear, elucidemos as considerações acima com um fato profundamente relevante ocorrido entre os *Anonymous* utilizando de uma nota publicada na página *Anonymous* Curitiba, em 3 de março de 2014, já que nos cabe dar voz aos atores:

Olá irmãos e irmãs.

Há algum tempo, diversas células vêm denunciando a deturpação da Ideia Anonymous promovida pela TV Globinho do Br4sil, também conhecida como Anonymous Br4sil. No entanto, essa página está há alguns milhares de seguidores a frente das demais, o que leva a muitas células a não se desvencilharem da maior página “Anonymous” no Brasil, ainda que não concordem com muitos conteúdos divulgados nela.

(...)

Há vários meses pudemos perceber uma tímida tentativa de transformar a Ideia Anonymous em mais um movimento contra a corrupção – sobretudo a do PT –, principalmente após a aproximação da página com a ‘Brasil contra a Corrupção’. Mas hoje nos deparamos com um grupo de discussões chamado ‘Anonymous Contra a Corrupção’, com a proposta de “divulgar tudo de errado de todos os partidos”. Ora, a corrupção político-partidária nunca esteve entre os principais alvos de Anonymous, inclusive a corrupção do indivíduo, do ser, sempre foi mais afrontada por ações Anonymous do que a corrupção do poder público.

Isso quer dizer que nós não repudiamos a corrupção do poder público? Não, de forma alguma. Só entendemos que ‘corrupção’ é um conceito muito vago, além de ser apenas um reflexo de um problema que é muito maior. Lutar contra a corrupção protege aquilo que é a raiz do problema, mas se na sua concepção a corrupção é o único problema a ser erradicado em nosso país, acredito que inúmeros movimentos irão receber-lhe de braços abertos, só não tente fazer com que Anonymous pareça ser algo que não é.

Anonymous é hiperdemocracia, tecnocracia e total liberdade de expressão, informação e comunicação. Mas vocês já ouviram falar alguma coisa sobre qualquer um destes conceitos na página Anonymous Br4sil? Acredito que não. Curioso, né?

Só há democracia se ela é direta, não acreditamos no sistema representativo, então, pouco importa qual partido está no poder, ele não nos representa. É importante deixar claro que apartidarismo não é apenas não militar por partido algum, mas também é não militar CONTRA um partido específico. Logo, podemos desconfiar do apartidarismo de algumas páginas apoiadas pela Anonymous Br4sil (mas como uma ideia apoia algo?!).

O resultado do trabalho da maior página “Anonymous” no Brasil é bastante visível, principalmente em grupos de debates. Muita gente prova não entender nada de Anonymous, não conhecem seus princípios, acreditam ser um grupo, não se veem como parte da Ideia. É isso que a Anonymous Br4sil tem: seguidores. Não se importando com o senso crítico, eles apenas querem seguidores para aplaudir seu glorioso trabalho e se auto afirmarem.

Vale lembrar que a Anonymous é a mensagem dos 99% de oprimidos e explorados contra o 1% de opressores e exploradores. Estamos sempre do lado dos mais fracos. Estamos sempre do lado dos oprimidos. Estamos sempre do lado dos explorados. Até que exista equidade.

Então não há espaço para opressores na Anonymous. Sim, um homofóbico também é explorado pelas forças estatais e do capital, mas não é de todo bemvindo. Isso vale para machistas, transfóbicos, racistas, nazifascistas, xenófobos, etc., etc., etc.

(...)

A página Anonymous Br4sil é um desserviço para a propagação da Ideia Anonymous e nós não devemos compactuar com a deturpação da Ideia que compartilhamos. Sabemos que nós vamos desagradar a muitos com essa nota, mas essa ruptura, mais do que nunca, se faz necessária. Só pedimos que olhem mais atentamente aos conteúdos divulgados em páginas ditas Anons e não se esqueçam dos princípios da Ideia.

(...)

Pedimos que questionem tudo o que leem. Produzam seus próprios materiais. Criem células. Participem de grupos de estudos. E não esperem nada por isso. Quem está procurando por holofotes se perdeu nos conceitos mais básicos da Ideia.

Nós não queremos seguidores, queremos pessoas que lutem ao nosso lado. Junte-se a nós! Sua participação é fundamental para construirmos um

trabalho Anonymous condizente com o nosso ideal” (ANONYMOUS CURITIBA, 2014, s. p.)

À citada nota, o comentário mais curtido está representado na figura 19.

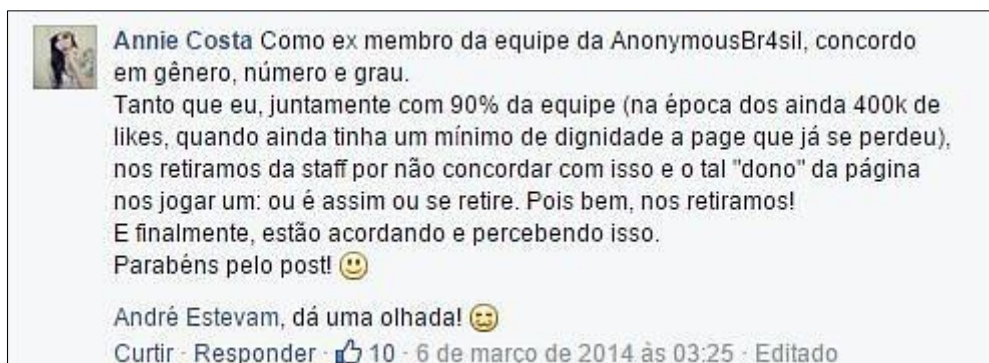


Figura 19 – Comentário mais curtido na nota publicada pela página *Anonymous* Curitiba em 3 de março de 2014. Fonte: Facebook.

Os processos de configuração e reconfiguração dos grupos denotam as divergências e dissidências inerentes a todo e qualquer grupo, por mais homogêneo que pareça, fora ou dentro da Internet. Não se trata de desqualificar a “ideia” ou especificamente os *Anonymous*, mas demonstrar que “todos necessitam de pessoas definindo quem são, o que deveriam ser e o que foram. Estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes – e, como veremos, opondo uma definição às demais” (LATOUR, 2012, p. 55). A multiplicidade e os agenciamentos são inerentes a toda formação de grupos e, ao fim e ao cabo, a grande questão é entender que toda “ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida” (LATOUR, 2012, p. 76). Não por acaso a “Ideia” se fragmentou. A unicidade que empresta ares de estabilidade ao social (ou às análises assimétricas do social) é uma busca incessante e, certamente, um tanto utópica – o que dizemos sem juízo de valor. O problema não está na utopia em si, mas em menosprezar nas análises os processos que ficam camuflados sob a áurea de estabilidade ao passo que meticulosamente escamoteiam os potenciais-devires que são imanescentes a toda multiplicidade.

Voltando à autodefinição dos *Anonymous*, o desejo de construir um mundo em que “esperança, dignidade e justiça” sejam princípios a serem respeitados é, sem dúvida, sobejamente louvável e talvez o que atrai os membros à Ideia. A questão subjacente, no entanto, é saber qual a interpretação que os *Anonymous* e/ou suas “células” fazem desses ideais e como eles são buscados, já que a forma parece sobrepujar-se ao conteúdo das lutas. Impossível não lembrar que, em tempos idos, *liberté, égalité e fraternité* foram os motes da

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que atou os interesses burgueses na Revolução Francesa, em que pese o fato de, à época, a mera igualdade no plano jurídico ter sido considerada um avanço. É claro que o paralelo seria grosseiro se o intuito fosse apenas traçar similaridades e evidenciar diferenças entre “Ideias” separadas por mais de dois séculos, mas o que se quer é dizer: um mesmo lema pode dar azo a tristes distopias tanto quanto permitir o florescer de jubilosas utopias. As multiplicidades rizomáticas podem explodir os nós de arborescência e insuflar a emergência de novas lutas, como no caso da dissidência de células dos *Anonymous*. A Internet ademais parece ser um lugar apropriado para isso porque “a revolução de hoje nasce do vazamento do silêncio governamental e do desvio da atenção hipnotizada, ocupando as ruas e as praças das metrópoles” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 175).

Tanto é um lugar apropriado que a atuação dos *Anonymous* certamente foi fundamental na mobilização de atores alheios à causa do MPL a partir de 13 de junho, como fica claro nas análises de redes sociais feitas pela Interagentes tanto quanto por Falcão. O grupo (ou grupos) cumpriu o papel de mediador, no sentido latourniano, e contribuiu sobremaneira para que o volume de manifestantes nas ruas correspondesse a ebulição que se observava nas redes sociais, de modo que não há justificativa para desdenhar a importância que a Internet tem na mobilização política atual. Outra demonstração contundente disso é que o segundo endereço de rede (URL) mais compartilhado no Twitter no dia 15 foi um vídeo do Youtube que contém imagens de repressão policial divulgada pelos *Anonymous* (FALCÃO, 2014).

Ainda segundo Falcão, nos dias 16 e 17 intensifica-se a utilização sobretudo da *hashtag* #vemprarua, mas também de outras referências igualmente simbólicas do que viemos sustentando até agora: a intensificação dos processos de tradução das pautas iniciais dos protestos se dá em uma conformação multicausal de atores que são arregimentados nos fluxos das *redes sociais* em compasso com a mídia tradicional. Tal é o resultado da análise semântica feita pela pesquisadora no quadro (figura 20) que reúne as *hashtags* mais utilizadas no Twitter no dia 16.

unidade identitária finalmente se revelaria num balé sincronizadamente não ideologizado. Um romantismo vulgar que tentou criar o mito do “Gigante” que desperta de um sono social profundo depois de tanto aproveitar o berço esplêndido, seu santuário inabalável. Uma bela metáfora, sem dúvida... Ao menos para aqueles que tiveram berço esplêndido para repousar. No documentário “Junho – o mês que abalou o Brasil”, de 2013, com direção de João Wainer, o poeta Sérgio Vaz, contudo, impugna a metáfora ao dizer

Lógico que algumas coisas eu não gostei... como assim o Brasil acordou? Porque eu faço parte do Brasil que nunca dormiu, né? E tem mais um porém: as balas não são de borracha. Porque tem muita mãe que quando viu aquele negócio de bala de borracha no centro pensou "puta, podia ter aqui também, meu filho sairia vivo se tivesse bala de borracha, né? (risos)
A periferia sempre vai pra rua. Antes disso, quase todo mês tem manifestação na estrada do M'Boi Mirim por causa do transporte, moradia... sempre foi pra rua. É que na verdade o destaque é muito menor do que você chegar até a [Avenida] Paulista. Se fosse uma manifestação da periferia na Paulista, tenho certeza que as balas não seriam de borracha. (JUNHO, 2013)

A pergunta, então, é: quem acordou? Ou: quais classes sociais acordaram? Quem esteve todo esse tempo dormindo placidamente sob o encanto da flauta de *Hipnos*? Quem, finalmente, estava agora disposto a se levantar e ir para as ruas? De quais atores estamos falando?

É fantasticamente relevante a fala de Sérgio Vaz para a construção do nosso relato ator-rede. Não apenas porque ele condensa de forma visceral as agruras da periferia que, quando dorme, dorme pouco, pois precisa acordar de madrugada para enfrentar um transporte coletivo precário e caro, mas porque precipita os termos da ontologia que resta evidente quando se observa mais atentamente a agência dos objetos “como atores completos [que explicam também] os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder” (LATOUR, 2012, p. 109).

Sim, a diferença entre as balas de borracha no centro e as balas “de verdade” usadas pela polícia nas periferias macula a beleza da metáfora do despertar do Gigante. Não há Um Gigante, mas quem sabe gigantes que aqui e acolá se esbarram na disputa por espaços que não parecem ser tão grandes assim mesmo na cidade de São Paulo, que vê seu trânsito parar completamente com qualquer pequena manifestação em algumas das suas principais vias. Se assim for, parece que 2013 não é o ano que não terminou, como o cenário político restado sugere, mas sim o ano que não começou.

O dia 17 de junho, uma segunda-feira, talvez seja o clímax das manifestações, coincidentemente com sua quase completa mudança de rota, o que é permitido inferir tanto

Do grafo, pode-se concluir que

Quem mais se destacou, nesse dia por inteiro foram os perfis: 1-@marcelotas, 2-@chayleao, 3-@eikebatiiista: perfil humorístico e fake⁴² sobre Eike Batista, empresário brasileiro com atuação nos setores de energia, petróleo e gás, 4-@fepaesleme. (FALCÃO, 2014, p. 102/103)

Perfis de pessoas públicas são os mais influentes no Twitter no dia 17, incluindo um perfil de humor. Além disso, o perfil dos *Anonymous* continua a figurar como relativamente central na rede. Já em relação à análise semântica, o grafo elaborado (figura 22) revela as *hashtags* mais utilizadas.



Figura 22 – Grafo das *hashtags* mais utilizadas dia 17 no Twitter. Fonte: FALCÃO, 2014, p. 104.

É notável que outro trecho do hino nacional tenha sido uma das tantas locuções usadas como amálgama do rearranjo da rede que se multiplicou em tamanho e sentidos. De fato, o quadro com as *hashtags* mais disseminadas no dia 17 representa bastante bem a continuidade das novas produções de sentido dos e nos protestos, com a citação da FIFA (em alusão aos gastos públicos com a construção de estádios para a Copa do Mundo no Brasil), mais referências indecorosas à presidenta da república, mobilização em outras cidades do país e a negação de meios de comunicação tradicionais, como Globo e Veja.

⁴² Falso.

As menções à FIFA e à Copa do Mundo se tornaram motes de diversas manifestações, inclusive no ano de 2014, com bordões que, embora com alguma variação, exigiam “padrão FIFA” de qualidade dos serviços públicos, uma ironia para com as exigências da entidade máxima do futebol que onerou o Estado brasileiro com diversos gastos camuflados sob retóricas aparentemente persuasivas, como “investimento em mobilidade urbana” ou incentivo ao desenvolvimento do futebol longe dos grandes centros com a construção de novos estádios (essa, bem menos sedutora que a primeira, seguramente).

A hashtag *#manifestantespacíficos* também já traduz sutilmente a intenção de afirmar uma determinada “identidade”, se assim se pode dizer, dos manifestantes, talvez na tentativa de fazer um alerta geral preventivo em relação a atuação policial nos próximos protestos. De qualquer maneira, percebe-se que houve uma diferenciação na representação dos manifestantes enquanto a grande mídia ainda reverberava a violência policial antes da realização do Quinto Grande Ato, que ocorreria no fim da tarde – aliás, ato que seria chamado de *white day* ou “segunda-feira branca”, uma vez que as pessoas combinaram pelas redes sociais de se vestirem de branco nas manifestações. A difusão de certa retórica mais adocicada é percebida pelo poder público, tanto que, no dia anterior, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella, apontava para outro comportamento da Polícia Militar:

Não vai haver necessidade de usar setores como esse (tropa de choque); temos certeza, convicção de que a manifestação ocorrerá de maneira pacífica. (...) Os paulistanos, mesmo os que não participaram do movimento, não querem que se repitam os fatos (GRELLA apud JUDENSNAIDER, 2013, p. 156).

Por falar no Secretário de Segurança e no pacto coletivo que os manifestantes articularam via *redes sociais* para que se vestissem de branco, em reunião ocorrida ainda na manhã da segunda-feira, cujo objetivo era determinar o trajeto a ser feito pelos manifestantes no protesto da tarde, o secretário Fernando Grella propôs ao MPL que todos fossem às ruas de branco e sem máscaras para dar “um sentido pacifista ao ato” (GRELLA apud JUDENSNAIDER, 2013, p. 158). Embora o Movimento não tenha acatado a sugestão, é de se notar que há uma tentativa múltipla – e talvez não necessária e completamente calculada – de desatar o significado das manifestações do seu significante inicial, que era justamente desestabilizar a ordem política que promoveu o aumento através do travamento do trânsito, num processo de produção de sentido que tornaria mais palatável o protesto para todos, embora certamente não para o MPL.

Enfim, o Quinto Grande Ato tomava as ruas. Um sem-número de elementos profundamente simbólicos puderam ser identificados como indicadores da ressignificação inevitavelmente produzida com a entrada de outros atores na rede. Diante do novo cenário, é impossível não apontar a emergência de um nacionalismo ufanista que está em descompasso com as mobilizações gerais dos movimentos sociais, particularmente o MPL, mas que está em compasso com a ideia do gigante que acorda do justo sono disseminada nas redes:

Para além das palavras de ordem predominantes nos protestos anteriores – como *“vem pra rua, vem, contra o aumento!”* ou *“Mãos ao alto! R\$ 3,20 é um assalto!”* –, as palavras de ordem agora repercutem também a ampliação das pautas, a exemplo do difundido grito: *“Brasil, vamos acordar, o professor vale mais do que o Neymar!”*. Além disso, há uma espécie de clima verde-amarelo, com o hino nacional ecoando diversas vezes ao longo do percurso, manifestantes envoltos em bandeiras e rostos pintados nas cores do Brasil (JUDENSNAIDER, 2013, p. 163-164).

O encontro verdadeiramente paradoxal do nacionalismo caricato com o simbolismo anarquista personificado na máscara de Guy Fawkes não poderia estar mais bem ilustrado do que na foto a seguir (figura 23), tirada no ato realizado também no dia 17 no Rio de Janeiro.



Figura 23 – Manifestante mascarado e enrolado em bandeira do Brasil participa de protesto no Centro do Rio (Foto: Christophe Simon/AFP). Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-reune-100-mil-pessoas-comeca-em-paz-e-termina-em-confusao-no-rio.html>.

Essa foi, de modo geral, a tônica dos protestos. Poder-se-ia fazer uma extensa etnografia (do ciberespaço e das ruas) apenas do dia 17 de junho de 2013. Esse, no entanto, não é nosso propósito. Mas não há dúvidas de que um processo múltiplo e demasiadamente complexo de mudança de trajetória dos protestos resultou em verdadeira profusão de imagens como a colacionada acima.

Paradoxos como o representado na foto, aliás, parecem já se evidenciar com alguma clareza para uma parte dos atores que estavam nas ruas, embora ainda de modo enevoado. É natural, por certo, que a efervescência das ruas tenha se dado de tal maneira que os afetos e não uma causa política bem definida é que tenham movido os corpos para além das *redes sociais*, criando uma multidão que só depois começou a não se reconhecer no corpo político maior que tomava as ruas. Em depoimento ao documentário produzido pela Folha, Bruno Torturra, à época integrante da Mídia Ninja, diz:

Mas naquele dia [segunda-feira, 17], quando eu vi muita gente chegando com bandeira do Brasil e os grupos organizados distribuindo bandeira do Brasil, anarquista, black bloc, PSOL, PT (assim incidentalmente ali), eu falei: nossa tem muita gente aqui que se detesta e tão juntos. E durante a manifestação, eu achei lindo mesmo, mas quando eu voltei pra casa eu já vi muita gente postando [em redes sociais] preocupada, falando "sai da rua", "tem uma direita querendo cooptar", "não gostei do que eu vi", "perdeu o foco" e tudo mais, mas eu voltei pra casa de alma lavada. (JUNHO, 2013)

A cobertura dos veículos tradicionais de comunicação, por outro lado, exaltou a dispersão das pautas como algo positivo, como se os vinte centavos fossem não mais que um símbolo rapidamente desgastado de uma insatisfação generalizada, se bem que, é preciso dizer, certamente não se pode dizer que não havia. Os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo, por exemplo, foram uma das pautas que ganhou notoriedade e não injustamente, bem como a rejeição da PEC 37⁴³ no Congresso ou a cobrança por mais investimentos em saúde e educação. A questão, portanto, não é a validade dessas reivindicações, que nem sequer se discute, mas como e por que os protestos foram capitalizados e ressignificados como algo positivo em si por setores da sociedade que, supõe-se, não sem alguma razão, enxergavam cada vez de maneira menos turva a oportunidade de desgastar o governo federal comandado por petistas há 10 anos, além de a prefeitura de São Paulo também estar nas mãos de Fernando Haddad, do PT. Isso não quer dizer, evidentemente, que todo o processo de

⁴³ Proposta de Emenda à Constituição que propunha retirar expressamente o poder do Ministério Público de investigar, deixando tal competência restrita às polícias.

tradução das pautas políticas e capitalização dos protestos tenha sido desde o início meticulosamente orquestrado pela mídia tradicional, afinal, isso contrariaria frontalmente toda polifonia dos atores que se articulavam pelas *redes sociais* antes de ganharem as ruas. Quer dizer apenas que, se certo dito popular estiver correto, uma ocasião fantástica produziu os larápios perfeitos.

É exatamente isso que reflete a cobertura jornalística do Quinto Grande Ato realizada pela mídia tradicional tanto no dia 17 quanto no dia 18. O Jornal Nacional, apresentado em horário nobre na TV Globo, foi quase inteiramente dedicado ao tema, além de coberturas ostensivas, como da Globo News na TV fechada, enfatizarem o caráter pacífico dos protestos, numa espécie de arguta redenção representacional dos atos. O jornal O Estado de São Paulo, na manhã do dia 18, endossa o (novo) coro ao trazer um depoimento profundamente emblemático do “erro” interpretativo cometido em relação especialmente à figura dos manifestantes:

Aposentada vai às ruas apoiar manifestantes

Até quinta-feira passada, a aposentada Maria Silvia Magliori, de 61 anos, classificava como vândalos os estudantes que saíam às ruas para protestar contra o aumento do transporte público. Mas mudou de ideia quando a polícia resolveu atacar: “Tremi de raiva quando vi isso e resolvi que a única forma de pedir desculpas aos jovens era participar hoje. Estou cheia de emoção”, disse. (JUDENSNAIDER, 2013, p. 176).

Eis um depoimento que condensa de forma sucinta e o mais objetivamente possível os elementos fundamentais do alargamento da rede de manifestantes: comoção coletiva provocada pela violência policial e a entrada em cena de atores até então críticos do movimento por considerar os manifestantes “vândalos”. Retomando a reflexão do poeta Sérgio Vaz, subjaz a questão (ou questões): por que não há a mesma comoção quando a polícia invade favelas e faz chover balas letais ou mesmo quando a polícia agride deliberadamente negros e pobres nos bairros periféricos de São Paulo (do país!)? Ou melhor: a cor da pele e/ou classe social justifica a barbárie do Estado? Há um grupo que pode ser atacado pela polícia por lutar por alguns direitos e um grupo que deve ser protegido das forças repressivas do Estado por almejar outros direitos? O quê ou quem legitima a brutalidade institucional altamente seletiva? Não é preciso dizer que as perguntas são retóricas, pois a construção social e histórica do país as responde a contento – basta lembrar das palavras publicadas no Facebook do promotor Rogério Leão Zagallo citadas alhures, que denotam claramente o sectarismo fundado nas divisões de classe da sociedade brasileira.

Corroborando essas percepções, pode-se citar a pesquisa realizada pelo Datafolha no Quinto Grande Ato com o objetivo de traçar o perfil dos manifestantes. Segundo o instituto

O perfil dos manifestantes traçada pelo Datafolha mostra que, na concentração dos protestos, estavam reunidos principalmente homens (63%), de até 25 anos (53%) e com nível superior de ensino, completo ou incompleto (77%). A maioria (71%) deles participava pela primeira vez da série de protestos contra a tarifa de ônibus que tem ocorrido nas últimas semanas na cidade de São Paulo.

Consultados sobre os motivos que os levaram até o protesto, 56% mencionaram a posição contrária ao aumento da passagem. Uma parcela de 40% disse estar no evento para protestar contra a corrupção, 31%, contra a repressão/violência policial e 27% mencionaram estar no protesto por um transporte de melhor qualidade, entre outros motivos citados.

A soma dos motivos registrados ultrapassam 100% porque os manifestantes puderam citar mais de um motivo.

Segundo 93% dos manifestantes, as redes sociais foram a principal fonte de informação sobre as manifestações. Destaca-se, neste caso, o Facebook, utilizado por 81% como principal fonte de informação sobre os protestos (LARGO, 2013, s. p.).

Na grande mídia a dispersão de pautas é a tônica, incluindo editoriais de jornais internacionais, como *El Pais* no texto “Brasil Protesta” e *New York Times* no texto “Social Awakening in Brazil”. Em debate sobre os protestos no país, a ONU condena a repressão policial e também cita outras pautas além da revogação do aumento das passagens do transporte público em nota (JUDENSNAIDER et al., 2013). Há uma percepção geral internacionalizada de que os protestos realmente já não são somente por vinte centavos, o que, consequentemente, pressupõe uma crise grave que transcende a representatividade política para atingir a institucionalidade pública, corroída pela descrença na capacidade do Estado de ofertar serviços básicos com o mínimo de qualidade, mas, sobretudo, pela distância das decisões políticas em relação à vida dos cidadãos.

Em função da viralização e expansão dos protestos, as tarifas são baixadas já no dia 18 em Cuiabá, João Pessoa, Pelotas, Montes Claros, Foz do Iguaçu, Porto Alegre e Recife ao passo em que, nos bastidores da política, se debatia em São Paulo e no Rio de Janeiro se e como a redução seria feita.

Com a resistência de políticos governistas em cumprir a demanda inicial das ruas, tem início o Sexto Grande Ato em São Paulo no fim da tarde do dia 18. O Ato foi marcado pela impotência do MPL em liderar os grupos de manifestantes que se encontraram na Praça

da Sé até mesmo em relação ao trajeto a ser seguido. Nas palavras de Nina Cappello, militante do Movimento Passe Livre, a “terça-feira foi uma revolta popular mesmo pela cidade. O próprio movimento não conseguiu garantir um trajeto do ato. A gente não tinha a intenção de que fosse para a prefeitura.” (JUNHO, 2013). Ao fim do ato, no entanto, manifestantes tentaram invadir a sede da Prefeitura de São Paulo e a situação ficou bastante tensa. Pessoas quebraram vidros, fizeram de uma placa qualquer uma espécie de aríete para quebrar uma das portas enquanto a guarda municipal tentava assegurar que o prédio não fosse invadido, enfim. Nesse momento, a Tropa de Choque da Polícia, aliás essa de modo geral omissa até então, foi chamada para conter os manifestantes que depredavam o prédio. Uma van da Rede Record de Televisão usada para cobrir os atos foi incendiada, a bandeira do Brasil projetada no prédio da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e lojas saqueadas nesse ínterim.

A incapacidade do MPL de liderar os protestos denota precisamente a variedade de manifestantes que estavam nas ruas e a distância de propósitos ali representados, fruto da ampla distensão da rede inicial de atores. Ficava evidente que uma rede qualquer de atores que conta com certa força coesiva sustentada pela unidade de interesses encontra um ponto de inflexão na sua capacidade de tradução e alargamento: a vertiginosa expansão dos protestos, umbilicalmente ligada à sua mudança de rota, foi sua maior virtude e, provavelmente, sua tragédia.

Adendo imprescindível: não se trata de colocar rédeas à potência coletiva, à produção desejante que não se contenta com migalhas oferecidas por governos visceralmente ligados ao metabolismo do capital, trata-se apenas de constatar que, conquanto o fato de a mudança (tradução) ser a própria essência do tecido social, há um limite que os próprios atores devem reconhecer como canalizador de potência que, ultrapassado, se torna diluente do propósito. O processo de tradução descentralizada é também uma forma de agenciamento coletivo que ganha intensidade na medida em que multiplica seus propósitos e suas bandeiras de luta. Mas essa multiplicação acaba por alargar demasiadamente o espaço entre os nódulos da rede, tornando-a uma malha demasiadamente aberta e dificultando o seu direcionamento. Dito de outra maneira, ensimesmar-se num projeto político hermético é tão improdutivo quanto abrir-se para o júbilo de tudo e de nada. A rede como forma de pensar só se limita pela necessidade analítica, que, a propósito, se não estiver presente na atuação política concreta facilita a distensão ou dissolução da rede de atores, que deixam de se aglutinar por interesses políticos para se espalhar no vácuo de poder (que sempre é novamente capitalizado em outras/novas redes). Ou seja, a mudança é incontável, os rumos da mudança, não.

A representação dos atos do dia 19 na mídia tradicional previsivelmente foi mais do mesmo, com a diferença de que ali já se tinha elementos mais que suficientes para projetar a crise em determinados partidos políticos e seus representantes eleitos. O denunciismo pálido e as reivindicações vagas alimentaram o sentimento de indignidade da política como linguagem, o que certamente é bom para o esvaziamento de debates específicos. Mais uma vez, deve-se ressaltar que não se trata de deslegitimar as manifestações, mas de reconhecer que marretas de plástico não derrubam muros. Quanto mais genérica é a pauta política, por mais que apresente pontos importantes na sua generalidade, menos assertivo é o debate e menor sua capacidade de transformação pontual, em que pese o fato de se reconhecer que o desejo de mudança pode (e por vezes deve) nascer da insatisfação difusa a ser canalizada para a luta política. É exatamente esse o tom do importante editorial da Folha de São Paulo do dia 19, reconhecendo as implicações da transformação dos protestos numa massa amorfa de pessoas movidas pelo desejo de ocupar o espaço público frequentemente negado nos canais políticos institucionais:

[...]

Não são só 20 centavos" foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas as bandeiras: de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vagos pedidos por "mais direitos".

Políticos, como seria de prever, tornaram-se alvos dos manifestantes. A presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), foram criticados nos maiores protestos.

[...]

O tamanho das marchas se impôs como índice de mudança de qualidade dos protestos. Mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes instituídos.

[...]

De resto, as marchas não são representativas da demografia brasileira. Pesquisa Datafolha entre os participantes constatou que a maioria tem diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Ou seja, a adesão é maior entre jovens de classe média, se não de classe média alta.

Isso não é razão para desmerecer o movimento, por certo. Não faltam exemplos, na história recente do Brasil, de transformações políticas iniciadas com manifestações desse segmento social --basta citar as eleições diretas e o impeachment de Fernando Collor.

Há muitas diferenças com as mobilizações dos anos 1980 e 1990, contudo. Esta agora tem muito de espontâneo e descentralizado, definindo-se mais pelo recurso a meios tecnológicos (redes sociais e telefonia celular) do que pela liderança exercida por organizações.

[...]

A fluidez e a desorganização dos protestos tornam sua pauta caleidoscópica, multifacetada e cambiante. Essa é a sua força, e também sua vulnerabilidade.

Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução com o poder público muito difícil. Depois, a direção fragmentada abre inúmeras oportunidades para a ação de grupos arruaceiros. A falta de foco, por fim, tende a multiplicar as demandas, o que também serve para diluí-las. Não será surpresa se o movimento acabar por esvair-se e ser eclipsado na campanha eleitoral de 2014, cuja antecipação pode agora ser vista como um sintoma de falência da política atual, tão bem representada pelo comportamento do Congresso Nacional.

Ninguém esperava que transcorresse assim, mas tal é a forma que assumiu a tantas vezes prognosticada insatisfação das classes médias com o que há de disfuncional no Estado brasileiro, após dez anos de PT no governo federal e quase duas décadas de PSDB no comando do principal Estado do país.

Como na marcha de muitas cabeças em São Paulo, é difícil prever onde esse caudal irá desembocar. Nem os manifestantes sabem (INCOGNITA, 2013, s. p.).

De fato, ninguém podia prever o completo desenrolar dos fatos, o que não é um mal em si, inclusive porque o MPL insistia em sua pauta inicial agora com mais reverberação pública e valendo-se da enorme mobilização que criou. E é assim que, mesmo profundamente contrariados, prefeito e governador de São Paulo resolveram ceder depois que Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, avisou que abaixaria a tarifa também. Mesmo com o sentimento de que revogar o aumento afetaria dramaticamente as contas públicas (sem jamais afetar o lucro das empresas), ainda no dia 19, juntos Haddad e Alckmin anunciam a revogação do aumento da tarifa. O triunfo do MPL é inegável.

Até aqui a reconstituição dos fatos deve pagar imenso tributo ao largamente citado livro de Elena Judensnaider, Luciana Lima, Marcelo Pomar e Pablo Ortellado. A obra, por si, já é uma contranarrativa dos fatos como foram expostos na mídia tradicional: Elena Judensnaider é ativista e uma das entrevistadas no também citado documentário “Junho: o mês que abalou o Brasil” produzido pela Folha, Marcelo Pomar é cofundador do Movimento Passe Livre, Luciana Lima é ativista e Pablo Ortellado é ativista e professor da USP. Diante da impossibilidade objetiva de se fazer uma etnografia específica dos protestos e também da grande dificuldade de entrevistar lideranças do MPL à época, o livro em questão é importante elemento no contexto geral deste trabalho na medida em que expõe a versão dos fatos na ótica dos ativistas e contrapõe versões que poderiam se tornar incontroversas, além de demonstrar como as redes de atores se entrecruzam a todo instante. A narrativa do livro, no entanto, é encerrada com a revogação do aumento das passagens em São Paulo no dia 19, o que não nos desonera de recontar mesmo que brevemente os fatos ocorridos durante o restante do mês junho de 2013 com ajuda de outras narrativas. Antes, porém, é fundamental citar a análise política final do livro, onde Ortellado reflete sobre algo que tem ficado apenas latente até

aqui, que é a importância do processo de mobilização em contraposição aos resultados práticos alcançados. Esboçando um breve histórico da problemática atinente às mobilizações sociais, que remontam pelo menos ao período pós-revolução russa, quando se discutia a necessidade de um partido que reunisse os trabalhadores num único propósito, qual seja, a formação da consciência de classe para que os movimentos sindicais não fossem cooptados e os trabalhadores “ludibriados”, Ortellado observa bem a tensão existente entre o processo de mobilização, que em junho contou com a agência de novas tecnologias, e seus resultados. Os meios que conduzem o processo avançam, mas a temática, a bem da verdade, nada tem de nova.

Da Primavera Árabe ao Occupy Wall Street, passando pelos indignados na Espanha, a horizontalidade, a espontaneidade, a democracia interna dos movimentos sociais em rede foram marcas registradas das e nas manifestações, como aponta Castells (2013)⁴⁴. Para Ortellado, no entanto, observa-se que

Curiosamente, a história secreta de cada uma das novas lutas é a de lideranças pragmáticas cumprindo, nas costas do movimento, as tarefas necessárias que ninguém quis enfrentar ou discutir. O resultado é paradoxal: movimentos que, por um lado, valorizam e zelam pelo seu processo democrático e que, por outro, arriscam essa democracia por conta da incapacidade que têm de lidar com táticas e estratégias orientadas a resultados. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 234)

Ortellado no leva para o espinhoso tema do cálculo racional que, não sejamos ingênuos, não pode ficar fora da prática política por mais que saudemos novas formas de mobilização social, ainda que se pondere que os fins não podem justificar os meios se há realmente interesse em articulação democrática. Mesmo porque

De fato, a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva que é, em sua essência, emocionalmente motivada, da mesma forma que todo comportamento humano, segundo recente pesquisa em neurociência social. No contexto das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos (medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva), a teoria da inteligência afetiva em comunicação política argumenta que o gatilho é a raiva, e o repressor, o medo. A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e

⁴⁴ O sociólogo espanhol, inclusive, caracteriza o movimento dos Indignados na Espanha como um “movimento rizomático”, corroborando nossa reflexão sobre as bases de protestos articulados em rede. Na nota de rodapé de número 14, no entanto, Castells diz que atribuiu esse adjetivo ao movimento por sugestão de Isidora Chacon e recorre ao Wikipedia para conceituar rizoma (2013, p. 245). Ao que parece, o sociólogo não teve contato com a obra de Deleuze e Guattari à qual nos reportamos várias vezes neste trabalho, o que não invalida a caracterização das manifestações como rizomáticas ao menos num sentido amplo, embora talvez retire boa parte do rigor teórico.

com a identificação do agente por ela responsável. O medo desencadeia ansiedade, associada à evitação do perigo. Ele é superado pelo compartilhamento e pela identificação com outros num processo de ação comunicativa. Então, a raiva assume o controle, levando ao comportamento de assumir os riscos.

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, p. 162)

Ocorre, então, que contrapor estratégia a desejo, potência, produção desejante, de modo a negar que os afetos são parte fundante da política, parece tão inócuo quanto imaginar que se pode conduzir profeticamente as massas com cálculos estritamente racionais num gradual processo de emancipação racional pleno⁴⁵. Talvez se trate apenas de dicotomia aparente, pois o próprio MPL conseguiu atingir seu objetivo inicial valendo-se de afetações múltiplas sem abandonar a estratégia. Aliás, para Ortellado o maior legado de junho é justamente esse: “um modelo de ação que combina a política horizontalista e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 237).

Estratégia que ficou bem clara no dia 20 de junho, quando ocorreram manifestações em inúmeras cidades brasileiras, levando, segundo algumas estimativas, mais de um milhão de pessoas às ruas (MANIFESTAÇÕES, 2013, s. p.). Curiosamente (ou nem tanto), o dia de maior mobilização foi justamente o imediatamente posterior ao anúncio do cancelamento do aumento da tarifa dos transportes em São Paulo ou da diminuição da passagem especificamente para ônibus no Rio de Janeiro, algo absolutamente significativo da mudança nos rumos dos protestos, rapidamente percebida pelo MPL, que anunciou sua saída das ruas já que sua reivindicação havia sido atendida.

A saída estratégica do MPL tinha o claro intuito de não ocupar as ruas junto a pessoas que não se entendiam minimamente quanto aos rumos das manifestações. A percepção de Bruno Torturra de que já no dia 17 teria muita gente que se detestava ali, juntos,

⁴⁵ Não é por motivo diverso que Malini e Antoun se referem aos movimentos articulados em rede como “mobilização global político-afetiva” (2013, p. 14).

no mesmo espaço público, acabou se materializando em diversos confrontos entre os próprios manifestantes, o que fica absolutamente claro no documentário da Folha (JUNHO, 2013) quando um policial diz sorrindo: “mas eles não se entendem...”. Gritos de “sem fascismo” de um lado eram respondidos por gritos de “sem partido” do outro. De modo geral, ficou bastante clara, naquele momento, a aversão a partidos políticos de um grande número de pessoas que estavam nas ruas. A crise de representatividade aguda do sistema político brasileiro ficava escancarada.

Tanto assim que o dia 20 de junho ficou marcado como o dia em que manifestantes tentaram invadir o Congresso Nacional em Brasília e, em não conseguindo, atearam fogo no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Mais significativo da insatisfação com a condução política do país impossível.

Depois de todos os “incidentes” (se é que agressões a pessoas que portavam bandeiras de partidos políticos podem ser assim designadas) registrados Brasil afora, e não foram poucos, o MPL publica nota (figura 24) no seu Facebook:

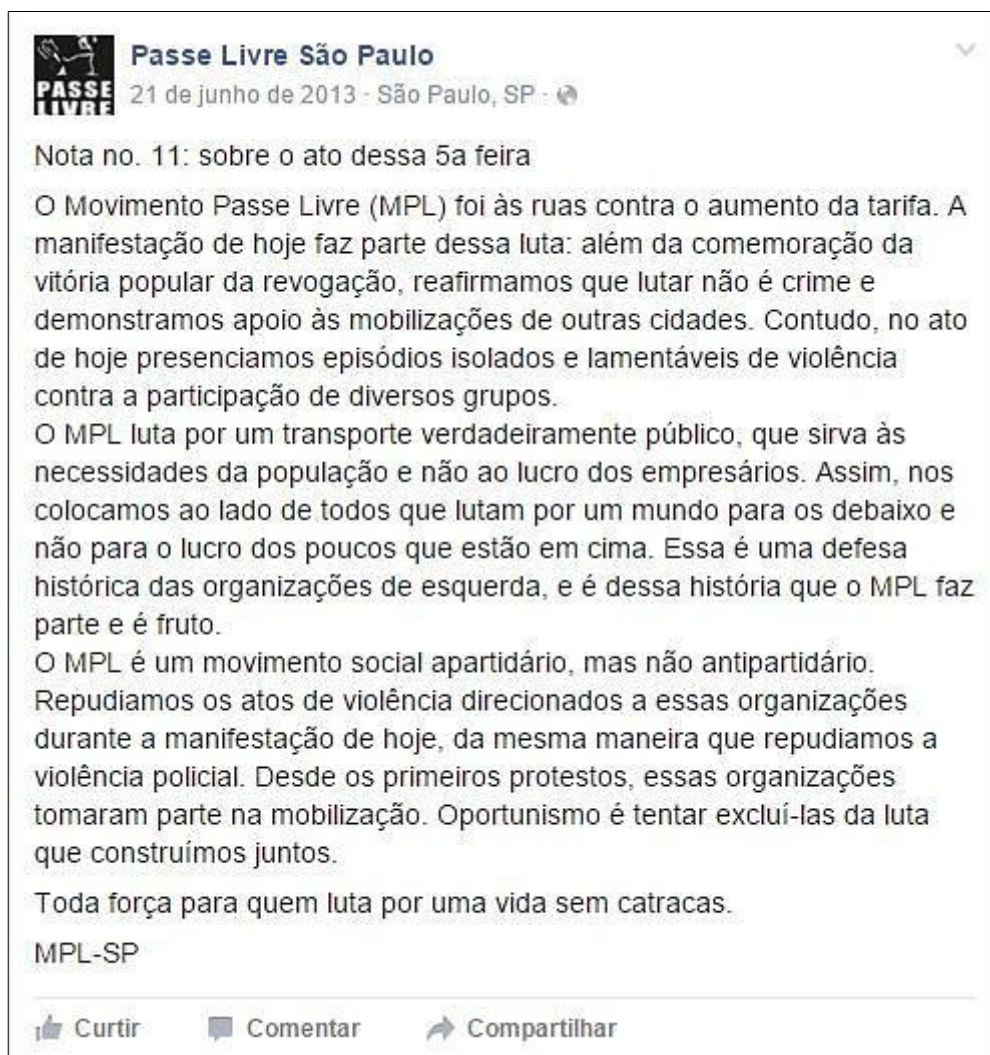


Figura 24 – Nota nº 11 sobre o ato de 20 de junho de 2013 publicado na página “Passe Livre São Paulo”. Fonte: Facebook.

O protagonismo do MPL chegava ao fim nas *Jornadas de Junho*. O distanciamento do Movimento Passe Livre naquele momento gerou, inclusive, reações negativas, como se os manifestantes, embora rechaçando a necessidade de lideranças, inconscientemente se sentissem órfãos. Alguns comentários logo abaixo da nota colacionada demonstram isso, mas pode-se encontrar de maneira clara esse sentimento na seguinte postagem no Facebook (figura 25).



Figura 25 – Publicação na página “Rede Esgoto de televisão”. Fonte: Facebook.

Poder-se-ia imaginar que essa reação seria “anormal” do ponto de vista da atuação política. Essa, no entanto, não é a opinião do filósofo Vladimir Safatle em depoimento ao documentário da Folha:

Então, quando ficou evidente que existia de fato um nível grande de descontentamento, que você tinha um direito então de mostrar o seu descontentamento, aconteceu uma espécie de desrecale. Então, todas as demandas apareceram na rua. E aí num espectro que vai da extrema-esquerda à extrema-direita. Eu diria: isso é muito natural. Isso significa que a política volta às ruas. (JUNHO, 2013)

Não é crível, portanto, e nem tampouco desejável que se queira homogeneizar e conduzir uniformemente as multidões que transbordam toda ordem de insatisfações como se fossem fábulas produzidas por delírio coletivo. A verve política que anima e afeta as pessoas não nasce sem razão, embora cada grupo tenha suas razões próprias (que, diga-se, nem sempre se coadunam harmonicamente com os processos democráticos, como é no caso das

agressões a quem empunhava legitimamente bandeiras de partidos político). De qualquer maneira, quanto mais os representantes políticos se encastelam nos seus palácios de mármore depois de eleitos, mais subjugam a vontade popular e criam as condições propícias para a eclosão de levantes sociais. O que também não é exatamente ruim, pois, se por um lado, a instabilidade institucional dificulta a concretização de programas políticos e a consolidação do regime democrático no país⁴⁶, alguma insegurança sobre a potência do poder popular é salutar para o fortalecimento da democracia enquanto ideal político que não é indiferente à participação popular.

Outras manifestações foram marcadas para os próximos dias, já sem o fôlego que ganharam até seu apogeu (pelo menos em volume de manifestantes) no dia 20. Naquela altura, a famigerada PEC 37 era rejeitada (em votação ocorrida no dia 25 no Congresso Nacional), a presidenta Dilma Rousseff prometia lutar pela destinação dos *royalties* do petróleo extraído do pré-sal para a educação e se via na vexaminosa (para lançar mão de verdadeiro eufemismo) situação de ter que se pronunciar em rede nacional de TV dizendo que o dinheiro público gasto na construção de estádios para a Copa do Mundo era apenas “investimento” a ser pago por empresas e governos que os explorariam economicamente.

O mês que não começou ia, assim, se arrastando indefinidamente (na verdade, tragicamente está se arrastando ainda), em que pese o calendário cismar em dizer que seu fim havia chegado.

⁴⁶Adendo para ressaltar que não se fará aqui, em função dos limites do trabalho, discussão mais aprofundada sobre os problemas da democracia representativa nos moldes em que é concebida, embora se deva dizer que ela é juridicamente premeditada para ser socialmente excludente e politicamente figurativa.

4 MÍDIA (DE MASSA?): NOVAS ESTÉTICAS, NOVAS POLÍTICAS, NOVOS SENTIDOS

“Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

(Michel Foucault)

Não parece haver dúvidas de que os discursos podem ser tão perigosos quanto qualquer arma de guerra, capazes de derrubar governos, ampliar indefinidamente debates políticos que talvez ficassem restritos aos limites geográficos dos debatedores, facilitar resistências (contrapoder) ou mesmo anular aumentos de tarifas de transporte público e provocar uma reação em cadeia a partir dessa pauta política. A proliferação dos múltiplos discursos, por isso mesmo, é questão candente e tão complexa que mesmo sendo-lhe (pretensamente) despendida a devida atenção, só é possível analisar parcialmente o papel da grande mídia como possível detentora do discurso hegemônico – à qual, segundo certo criticismo empedernido, toda a polifonia discursiva dissonante não seria mais que meramente marginal.

Às análises, convém antecipar algumas discussões a propósito de introduzir a problemática da mídia e sua atuação nas *Jornadas* de 2013, conquanto já se tenha falado sobre isso ampla porém difusamente.

Até aqui, tratamos a grande mídia como “mídia tradicional” e não como “mídia de massa”. As razões, doravante expostas, não são triviais, ao contrário, são complexas e encampam um debate longo que, ainda que não tencionemos reproduzi-lo à exaustão, não podemos ignorá-lo, já que é impossível analisar o que aconteceu em junho de 2013 de uma só perspectiva nem tampouco imaginar a construção ator-rede aqui almejada paralelamente a um diálogo com as reverberações discursivas da grande mídia.

De fato, a crítica com relação a atuação da mídia, que é pautada em um modelo de negócio capitalista como qualquer outro, advém principalmente de frankfurtianos como Adorno e Horkheimer e está intimamente ligada à crítica do avanço da ciência sobre a vida das pessoas de modo geral. A indústria da informação, então, seria responsável pela dissolução da cultura popular com a sua substituição por uma cultura padronizada e homogeneizada disseminada pelos meios de comunicação de massa.

Ocorre que se às massas “são imputadas passividade, imaturidade, desorganização e, conseqüentemente, um misto de inocência e violência que justificam a necessidade de educá-

las e controlá-las para que subam ‘corretamente’ ao palco da história”, como diz Marilena Chauí (1980, p. 61) ao discutir cultura popular e políticas populistas, temos já o problema de caracterização de “massa”. É que a “massa” não é desprovida de cultura, pois, obviamente, os povos que compõem a massa têm sua cultura que é, inexoravelmente, relacional, ou seja, atada às representações de si e do mundo num determinado contexto, que não podem ser “enviesadas na direção de nossa própria autoimagem” (WAGNER, 2012, p. 97) – ou seja, na direção da imagem do analista, algo verdadeiramente elitista.

Há, assim, um paradoxo (aparente?) entre a imagem essencialista de uma cultura popular qualquer que deve ser estimulada e conservada (talvez o mais correto fosse blindada) e a tentativa de diluição dessa cultura pela cultura industrializada e despótica bombardeada pela mídia massiva que modifica negativamente as expressões legítimas das classes exploradas. Talvez a questão seja como o problema é formulado:

A falha está em formular os problemas nestes termos: “é bom ou mau que exista a cultura de massa?” (mesmo porque a pergunta subentende a desconfiança reacionária na ascensão das massas, e pretende pôr em dúvida a validade do progresso tecnológico, do sufrágio universal, da educação estendida às classes subalternas, etc.).

Quando, na verdade, o problema é: “do momento em que a presente situação de uma sociedade industrial torna ineliminável aquele tipo de relação comunicativa conhecido como conjunto dos meios de massa, qual a ação cultural possível a fim de permitir que esses meios de massa possam veicular valores culturais?” (ECO, 1970, 49-50)

Já falamos sobre o maniqueísmo com que é tratada a Internet e, por extensão autoevidente, os meios de comunicação massivos de modo geral. Maniqueísmo que também parece atingir a crítica da arte na era digital, aliás de modo mais contundente, motivo pelo qual devemos abordá-la de modo breve sem, no entanto, qualquer pretensão teórica que não seja refletir sobre sua difusão ante a massividade comunicativa e seus efeitos ambivalentes, deixando para os filósofos reflexões sobre a estética propriamente dita.

4.1 A arte e os meios de comunicação

Propomos a seguinte questão: como a cultura se modifica, se rearranja, se ressignifica em meio a mudanças que são inerentes à sociedade, como os avanços tecnológicos? Seria a arte, para pegá-la como exemplo, destinada a enclausurar-se para sempre em uma redoma impenetrável onde permaneceria plácida e incólume ante as tecnologias que levam imagens e sons a milhões de pessoas enquanto, paradoxalmente, os

artistas não podem se colocar na mesma redoma, visto que são também frutos do meio em que criam a arte?

Primeiro há que se considerar que os avanços tecnológicos, como aliás foi exaustivamente dito, são produtos de pesquisas que quanto mais se pretendem à parte dos problemas sociais, mais neles interferem com a mobilização de conjuntos cada vez maiores de híbridos (natureza-cultura). A sociedade, por sua vez, dança ao som dessa canção que não é composta apenas de uma única melodia (natural ou cultural), mas por várias, envolvendo todos que nela estão. Isso não significa, por certo, que a cultura está se tornando uma só, pasteurizada, homogênea como um amargo fruto da globalização (HALL, 1997). Se um canal no site Youtube disponibiliza praticamente toda a obra de Mozart, Chopin ou Bach e em eventos organizados por museus ou universidades, índios mostram e vendem sua arte, é lícito dizer que os grandes compositores da música erudita foram transformados em cultura de massa e a arte indígena foi transformada em cultura de elite? Esses adjetivos não comportam em si componentes de classe misturados com uma pimenta nostálgica “pré-industrial”? Por certo que sim (ECO, 1970).

Canclini levanta objeção a essas compartimentações estanques nas quais se tenta enquadrar as produções culturais e avança no sentido de apontar para a dinâmica da cultura. Esta, enquanto fenômeno humano que engloba a arte, não é estática e, portanto, não oferece um objeto puro, original. Por isso, o autor afirma que

Tanto tradicionalistas quanto os modernizadores quiseram construir objetos puros. Os primeiros imaginaram culturas nacionais e populares “autênticas”; procuram preservá-las da industrialização, da massificação urbana e das influências estrangeiras. Os modernizadores conceberam uma arte pela arte, um saber pelo saber, sem fronteiras territoriais, e confiaram à experimentação e à inovação autônomas suas fantasias de progresso. As diferenças entre esses campos serviram para organizar os bens e as instituições. O artesanato ia para as feiras e concursos populares, as obras de arte para os museus e as bienais.

(...)

Hoje existe uma visão mais complexa sobre as relações entre tradição e modernidade. O culto tradicional não é apagado pela industrialização dos bens simbólicos. São publicados mais livros e edições de maior tiragem que em qualquer época anterior. Há obras eruditas e ao mesmo tempo massivas, como *O Nome da Rosa*, tema de debates hermenêuticos em simpósios e também *best seller*, que havia vendido, no final de 1986, antes de ser exibida a versão para o cinema, cinco milhões de exemplares em 25 línguas. Os relatos de García Márquez e Vargas Llosa alcançam mais público que os filmes baseados em seus textos (2008, p. 21/22).

Canclini é certo: parece ser uma simplificação grosseira e, em última análise ingênua, defender que as obras que ganham grande alcance se tornam ordinárias por isso. Se o que interessa é impedir o grande alcance, a replicação em larga escala promovida pela indústria, não há como negar que, como consequência, apenas uma parcela privilegiada da população poderia ter acesso a certos tipos de objetos culturais, sob pena de rebaixá-los a um nível valorativo inferior. Alguém diria que *Cem Anos de Solidão*, obra prima do mencionado García Márquez, um dos escritores mais importantes da literatura latino-americana, perdeu seu valor por atingir os estratosféricos números de vendagem de 56 milhões de exemplares com tradução para 36 idiomas até o ano 2007 (NEPOMUCENO apud MÁRQUEZ, 2014)? Nesse sentido, Eco, ao tratar da “indústria editorial”, diz francamente que

Por mais pessimista que se queira ser, o aparecimento de edições críticas ou de coleções populares testemunha uma vitória da comunidade cultural sobre o instrumento industrial com o qual felizmente ela se comprometeu. A menos que se pense que a própria multiplicação das coletâneas universais baratas seja um fator negativo de desperdício intelectual (com o que se volta à posição aristocrático-reacionária já por nós discutida) (1970, p. 50).

Para ficar em apenas mais um exemplo emblemático, que critérios usaríamos para determinar se o seriado mexicano transmitido em toda a América Latina, que no Brasil recebeu o nome de “Chaves”, é cultura popular ou cultura de massa? O seriado, idealizado por Roberto Gómez Bolaños na década de 70 transborda um humor que oscila entre o ingênuo e o sarcástico, usa bordões cuja graça transcende gerações, mas, acima de tudo, retrata a realidade absolutamente implacável de milhões de crianças pobres da América Latina. Os personagens que compõe o enredo não personificam senão a metáfora de toda periferia latino-americana, guardadas as diferenças culturais que são o apanágio de cada cultura-híbrida: o dono do cortiço, que apenas frequenta o ambiente para cobrar os alugueis de seus inquilinos (cujo sobrepeso simboliza a fartura em detrimento da falta); um professor pobre, mal remunerado, apaixonado por uma pensionista que teve de se mudar para a vila depois de seu marido falecer e ter que mudar completamente seu padrão de vida (motivo pelo qual se refere aos outros moradores do lugar como “gentalha”); um eterno desempregado cuja falta de labor se tornou seu maior ofício, em que pese as dificuldades financeiras às quais se habituou pelo ócio volitivo (além da magreza, que bem simboliza a penúria); as crianças que se amam e se odeiam numa velocidade vertiginosa, alimentadas constantemente pela dura convivência com a falta de opções de lazer típicas da periferia e, finalmente, o elemento agregador dos personagens: a solidariedade. Chaves, o protagonista, órfão indistinto, é aquele que tem

menos e, não raro, é aquele que mais sabe dividir, a despeito de toda sorte de escassez que o acomete, inclusive a de comida. As semelhanças do enredo com a amarga realidade latina tornam a estória tão vívida que a arte se mistura à realidade, refletindo em nós uma miscelânea tão intensa de sentimentos que o seriado, exaustivamente repetido, garante altos índices de audiência ao canal de TV que o exhibe no Brasil até hoje. Os shows feitos pelo grupo inundavam as ruas de Bogotá, Lima, Caracas, Nova Iorque e várias outras cidades (MECA apud BOLAÑOS, 2006,) com um apelo tão singelo quanto intenso porque as pessoas se reconheciam nos personagens. Quem é capaz, apenas pelo seu sucesso imensurável, de acusar um enredo tão repleto de conteúdo político, de meramente alienante?

De fato, a relação entre o que se torna massivo e seu valor enquanto arte parece ser bem mais complexa. A arte, aliás, guarda em si uma complexidade infinda e talvez essa seja uma das razões pelas quais o ser humano se fascina por ela. As mudanças nas formas de comunicação humana promovidas por aparatos tecnológicos, não sem razão, causam algum estranhamento e resistência; quando novas formas de comunicação alcançam a arte, os tradicionalistas se insurgem e os modernistas se alvoroçam. Mas ambos não podem sair da teia comunicacional nova e que vai, em alguma medida, se refletir também na arte. O contexto da cibercultura torna esse choque talvez mais brutal na medida em que a Internet e o computador passam a impressão paradoxal de que a um só tempo vive-se num mundo confinado, preso ao computador, mas, ainda assim, em conexão mundial quase ilimitada através de alguns cliques. O que importa dizer é que o choque não é novo. Eco já dizia a esse respeito que

toda modificação dos instrumentos culturais, na história da humanidade, se apresenta como uma profunda colocação em crise do “modelo cultural” precedente; e seu verdadeiro alcance só se manifesta se considerarmos que os novos instrumentos agirão no contexto de uma humanidade profundamente modificada, seja pelas causas que provocaram o aparecimento daqueles instrumentos, seja pelo uso desses mesmos instrumentos. A invenção da escrita, embora reconstituída através do mito platônico, é um exemplo disso; a da imprensa, ou a dos novos instrumentos audiovisuais, outro. (1970, p.34)

Não é exatamente recente, portanto, o desconforto com a aparição de instrumentos que modificam a comunicação humana, que moldam de tal ou qual maneira nossas interações, tampouco é original a denúncia da potencialidade nociva desses instrumentos de massificar a cultura no afã de alienar as massas. A senilidade de tais objeções por puro pessimismo, soa como crítica pela crítica. Canclini também reconhece esse aspecto na senda da inevitabilidade

da hibridação cultural (que envolve a cibercultura), embora heterogênea nos estratos sociais, quando afirma que

Não se trata, é claro, de retornar às denúncias paranoicas, às concepções conspirativas de história, que acusavam a modernização da cultura massiva e cotidiana de ser um instrumento dos poderosos para explorar mais. A questão é entender como a dinâmica própria do desenvolvimento tecnológico remodela a sociedade, coincide com movimentos sociais ou os contradiz. Há tecnologias de diferentes signos, cada uma com várias possibilidades de desenvolvimento e articulação com as outras. Há setores sociais com capitais culturais e disposições diversas de apropriar-se delas, com sentidos diferentes: a descoleção e a hibridação não são iguais para os adolescentes populares que vão às casas públicas de *vídeo games* e para os de classe média e alta que os têm em suas casas. Os sentidos das tecnologias se constroem conforme os modos pelos quais se institucionalizam e se socializam (2008, p. 308).

A abrangência da “revolução” provocada pelas tecnologias da informação entrecorta o mundo com uma profusão de softwares, aparatos tecnológicos, como satélites e plataformas multimídias, de modo que o solo se enche de veias dentro das quais correm o sangue informacional – as fibras óticas – na mesma medida em que cresce a demanda por novos recursos e ferramentas computacionais que vão de jogos infantis até avançadíssimos softwares de proteção de dados, passando por templos do consumismo ao alcance dos dedos, bibliotecas virtuais e *redes sociais*. No universo virtual a linguagem escrita tem grande importância, mas sons e imagens são especialmente relevantes na medida em que a força dos significantes é comumente mensurada pela sua capacidade de prender a fugaz atenção dos sujeitos, e toda essa dinâmica digital fluída influencia desde a ecologia dos afetos até a produção jornalística.

É evidente que não se trata de aplaudir toda a produção em larga escala da chamada indústria cultural. O problema, com efeito, está ligado à centralização da produção “‘por grupos econômicos’ que miram fins lucrativos em fornecer ao cliente o que julgam mais vendável” (ECO, 1970, p. 50). Dito de outro modo, o problema está na concentração da produção dos bens culturais simbólicos com a finalidade estrita do lucro e não à elevação espiritual no caso da arte, ou, para voltarmos ao nosso objeto específico, a comunicação midiática, à qualidade/fidedignidade da informação, igualmente submetidas ao crivo supremo do mercado que se torna juiz com poder de sentenciar o que é belo e quais são as narrativas “verdadeiras”.

O descolamento entre a produção e distribuição democratizada dos bens simbólicos (e materiais) e a sobredeterminação de padrões de consumo conduzido unicamente pela lei da oferta e da demanda, poder-se-ia dizer, impulsiona os sujeitos “a criar uma universalidade

abstrata que não passa pela mediação do particular, mas por sua dissimulação e contra ele” (CHAUI, 1980, p. 64) num movimento que se chamaria de alienação. O problema de encarar esse processo do ponto de vista estritamente teórico-analítico está em desconsiderar a capacidade dos sujeitos de ressignificar o que chega a eles de modo pasteurizado, portanto, mais palatável e servil à reprodutibilidade do sistema. Ressalte-se, no entanto, que identificar as potencialidades subjetivas, por certo, não significa, de modo contrário, ser leniente com a dinâmica concentradora do capital de que se servem os grandes conglomerados empresariais para difundir as ideias que lhes sejam mais convenientes.

Pode-se afirmar, então, que existe uma produção de bens simbólicos voltada à dissimulação da realidade injusta e abusiva dos sujeitos através de seu afastamento da crítica ao sistema⁴⁷, e isso tanto na arte quanto na mídia – tanto mais que aquela se vale desta para se difundir o mais amplamente possível. Mas isso não significa que, de modo automático, os consumidores midiáticos assimilam as mensagens de modo passivo e homogêneo. Parece haver, por conclusão lógica, um hiato investigativo entre a emissão objetiva das mensagens pela mídia massiva e sua recepção subjetivada e contextual, de maneira que se evidencie tanto a tentativa perspectivada de alienação de um lado, quanto o potencial de ressignificação e o surgimento de linhas de fuga do outro.

Cumpre-nos, diante de tal percepção e em conformidade com os preceitos teóricos da ANT, tentar captar não mais que parcialmente o desenvolvimento da dinâmica homogeneizante/alienante da mídia dita massiva e suas desviantes linhas de fugas, sobejamente propiciadas por mobilizações em rede, como a ocorrida em junho de 2013. Mídia e política estão umbilicalmente ligadas e é a isso que nos ateremos agora, se é que todos os esforços que envidamos até aqui não foram apenas para colocar isso em evidência...

4.2 A mídia tradicional – questões preliminares

Dissemos que discursos podem ser tão perigosos quanto qualquer arma de guerra e essa não é uma simples hipérbole apelativa. Em que pese a Internet, como denuncia Julian Assange, ter se tornado um espaço militarizado, de modo que “é como ter um soldado

⁴⁷ O que não equivale dizer que os sujeitos, não importando a classe social à qual pertençam, não disponham de capacidade de pensar sua realidade de maneira crítica. Se sustentássemos outra coisa, aliás, estaríamos violando frontalmente nosso primado teórico-metodológico de não estabelecer assimetrias entre sujeitos e pesquisadores, como amplamente dito nos primeiros capítulos, além de levar adiante o vanguardismo messiânico que tem preocupações de autovalidação maiores do que com a compreensão de relações, afetos, diferenças, sofrimentos e desejos da “massa”.

embaixo da cama” (ASSANGE et. al., 2013, p. 53) dada a hipervigilância na rede, governos sempre lançaram mão da mídia tradicional tanto para manterem seus desígnios através da propaganda massiva⁴⁸ não importando o quão vil fossem – isto é, desde que estivessem alinhavados com a ordem dominante do capital – quanto para dissimular ou esconder suas atividades imorais. Exemplo magnífico da relação incestuosa entre Estado e a ordem do capital retroalimentada pela mídia é dado por Noam Chomsky:

Nos últimos 22 anos, tenho procurado encontrar alguma referência, no jornalismo ou na intelectualidade da corrente dominante, à invasão norte-americana do Vietnã do Sul em 1962 (ou em qualquer outra ocasião), ou a um ataque norte-americano contra o Vietnã do Sul, ou à agressão norte-americana na Indochina – sem nenhum sucesso. Tal acontecimento não existiu na história. Ao contrário, houve uma *defesa* norte-americana do Vietnã do Sul contra terroristas que recebiam apoio de fora (ou seja, do Vietnã). (CHOMSKY, 2008, p.16)

Ora, uma palavra (no exemplo de Chomsky “defesa”) transmuta, subverte, corrompe o estado de coisas num espetáculo tal de cinismo sórdido que dificilmente se pode dissentir que o tamanho ou a própria existência de uma tragédia qualquer depende do glamour que reveste sua representação midiática ou do silêncio sepulcral que a encobre. O perspectivismo informativo pode ser verdadeiramente hediondo.

Ocorre que dificilmente se poderia imaginar como a democracia se consolidaria sem uma mídia independente, cujos valores-notícia estivessem acima dos interesses do capital, que fosse devidamente harmonizada com os interesses coletivos e que respeitasse os direitos humanos⁴⁹. Não é por outra razão, certamente, que Marilena Chauí, a partir de uma perspectiva marxista, sustenta ser a questão da informação “a mais premente da democracia”, uma vez que “um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade de informações que possui” (1980, p. 94) importando, sobretudo, a possibilidade de participação dos sujeitos na produção da informação.

É ante a perspectiva conflituosa entre interesses econômicos e coletivos que também Gramsci vai discutir bastante essa temática em sua obra, motivo pelo qual não podemos prescindir de suas análises. A partir da distinção entre sociedade civil e sociedade

⁴⁸ Como o fez Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista.

⁴⁹ Nada que, aliás, não esteja expressamente previsto no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em particular em seus artigos 2º, 3º, 6º, inciso I e 13, este último contendo a chamada “cláusula de consciência”, que é “um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.”. (FENAJ disponibiliza texto atualizado do Código de Ética. **Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, 17 set. 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acesso em 12 jan. 2016.

política (aparelhos de Estado), Gramsci percebe que apenas o exercício da força não é suficiente para manter a hegemonia das classes dominantes: é preciso também “organismos sociais responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (sistema escolar, partidos, jornais)” (BRAVO; OLIVEIRA, 2014, p. 3) pelo que, de fato, o “setor editorial” seria “a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica.” (GRAMSCI, 2001, p. 78). Contudo, prossegue o pensador italiano,

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variados tipos, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. (GRAMSCI, 2001, p. 78)

Todo processo de estabelecimento de hegemonia no seio da cultura (precedido de determinadas condições estruturais econômicas) para Gramsci ocorre na sociedade civil, “que constitui-se o espaço onde a classe dominante exerce sua hegemonia por meio dos ‘aparelhos privados’” (BRAVO; OLIVEIRA, 2014, p. 5). Falar em hegemonia, no entanto, suscita a ideia de que não há espaço para reações contra-hegemônicas organicamente articuladas, sugerindo que os processos de constituição dos sujeitos estariam inexoravelmente presos à estrutura econômica e suas determinações inescapáveis, ou, em linguagem deleuziana, decalques arbóreos herméticos. Essa rigidez teórica, inclusive, levou Bourdieu a estabelecer com tal perspectiva uma controvérsia dentro do seu próprio plano teórico-epistemológico ao dizer:

Sou muito hostil à noção de aparelho, que é para mim o cavalo de Troia do funcionalismo do pior⁵⁰: um aparelho é uma máquina infernal, programada para alcançar certos objetivos. (Esse fantasma do complô, a ideia de que uma vontade demoníaca é responsável por tudo o que se passa no mundo social, obceca o pensamento “crítico”.) O sistema escolar, o Estado, a Igreja, os partidos políticos ou os sindicatos não são aparelhos, mas campos. Num campo, os agentes e as instituições lutam, segundo as regularidades e as regras constitutivas desse espaço de jogo. (...) Os que dominam num campo dado estão em posição de fazê-lo funcionar em proveito próprio, mas devem sempre contar com a resistência, a contestação, as reivindicações, as pretensões, “políticas” ou não, dos dominados (BOURDIEU, 2014, p. 496).

⁵⁰ Referência a uma visão pessimista na análise social.

Temos então, de um lado, “aparelhos” reprodutores da ideologia da classe dominante na sociedade civil que sustentam dialeticamente a base estrutural econômica que ordena as condições históricas da cultura e suas representações e, do outro, o “campo”, que pode ser descrito como

Um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses (BOURDIEU, 2012, p. 135).

Ambos os autores compreendem que há uma força sobressalente na composição das mediações sociais que emerge diretamente da acumulação do(s) capital(is)⁵¹, refletida na construção e manutenção do poder ideológico-simbólico levada a cabo, dentre outras instituições, pela mídia. O que os diferencia, no entanto, é que para Bourdieu as ideologias são “duplamente determinadas” posto que elas obedecem aos desígnios dos seus produtores mas também “à lógica específica do campo de produção” (BOURDIEU, 2012, p. 13), o que afasta o sociólogo francês da tradição marxista que ele considera produzir analiticamente um efeito “curto-circuito” (BOURDIEU, 2012, p. 13) em função de um hipotético reducionismo economicista, negando, por outro lado, a análise semiológica pura da produção dos bens simbólicos por considerá-la idealista.

A sobredeterminação sócio-ideológica enxergada por Bourdieu na tradição marxista talvez encontre sua linha de fuga no pensamento de Gramsci no conceito de “catarse”. Esse conceito chave do pensamento gramsciano, que resgata uma discussão por nós já feita mas que ressurgue aqui de modo inevitável, trata das relações entre sujeito e estrutura, determinações e agenciamentos subjetivos emergentes, ou, se calhar, rizoma e árvore. As relações entre economia e cultura na análise do pensador italiano, portanto, resumem-se na “catarse”, termo usado

para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-

⁵¹ Econômico e cultural.

o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 1999, p. 314).

Assim, os sujeitos em Gramsci não são peças de xadrez movidas ao sabor das flutuações do capital sem apresentar suas resistências que uma leitura economicista de Marx sugere. Como diz Carlos Nelson Coutinho, embora não negue a real importância das circunstâncias históricas objetivas, “Gramsci indica seu ineliminável vínculo com a iniciativa do(s) sujeito(s) e, portanto, com a liberdade” (2011, p. 122). Traduzindo para o nosso arcabouço teórico as duas formas de pensar os agenciamentos sociais desenvolvidas por Gramsci e Bourdieu, quais sejam, as “máquinas infernais” ideológicas e os campos, podemos entender a mídia e suas atividades de mediação simbólica como coletivos nos quais atores-rede compostos por humanos e não-humanos se misturam concretamente para produzir sentidos, de modo que para compreender exatamente desenvolvimento e composição de determinada rede, análises sincrônicas e isoladas não bastam: não escolhemos, numa análise do tipo ANT, sujeito ou estrutura a priori, apenas seguimos os rastros dos atores e levamos a sério todas as controvérsias encontradas pois são elas que nos oferecem “os recursos necessários para rastrear as conexões sociais” (LATOUR, 2012, p. 53).

Mas não podemos nos deter indefinidamente nas *aporias* teóricas mesmo nos servindo delas para criar nosso próprio relato. É preciso ir além. E ir além, no caso, significa avançarmos para a análise possível do nosso objeto imediato, que é a mídia tradicional e suas representações das *Jornadas de Junho* de 2013, a fim de prospectarmos os discursos dos atores e compreendermos como eles se comportaram diante dos fatos.

4.3 A mídia tradicional nas *Jornadas de Junho* de 2013

Seja qual for o rótulo que se dê à mídia e sua capacidade de (de)formar a opinião pública – se é que essa entidade existe de fato – é imperioso ao menos tentar avaliar sua atuação no plano concreto, ou seja, seus discursos propriamente ditos para que se possa, a partir daí, encontrar a força de cada proposição teórica que analisa a mídia. Diga-se, contudo, que não há problema em percorrer um longo caminho para só depois endossar a análise de qualquer autor (tanto quanto rechaçá-la): encontrar os caminhos dos atores-rede e percorrê-los na medida do possível é tarefa árdua à qual nos propusemos por admitir a premissa de que alguns axiomas sociais enrijecem de tal forma a análise que pouco sobra para as potências

contidas em atores secundários, o que turva a percepção da multiplicidade presente nos atores-rede enquanto construtores da realidade.

As análises quantitativas e qualitativas só puderam ser feitas com o auxílio de um estudo encomendado pelo Coletivo Intervozes⁵² e realizado pelo professor Sivaldo Pereira da Silva, da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade de Brasília, chamado “Vozes Silenciadas: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo”. O estudo analisou ao todo 964 matérias publicadas por esses veículos de comunicação em suas versões online nos 19 primeiros dias de junho de 2013 no intuito de descobrir como manifestantes e policiais eram representados aos seus respectivos públicos alvos, quantas e quais as fontes de informação, atribuição do início de atos violentos, menção às reivindicações dos manifestantes etc. O recorte temporal de 19 dias é pautado também pela revogação do aumento.

Nosso intuito foi pegar os dados coletados, analisados e transformados em gráficos pela equipe do professor Sivaldo e tentar seguir a mesma metodologia para fazer análises similares com as publicações dos sites de notícia Carta Capital e Brasil de Fato. Isso porque se o objetivo do relatório Vozes Silenciadas foi mostrar o tratamento dos “jornalões” tradicionais dispensado aos manifestantes, por outro quisemos, a partir da mesma metodologia, colocar em perspectiva editoriais mais à direita no espectro político com outros mais à esquerda para então perguntar: o tratamento jornalístico dos protestos foi homogêneo em todos os seus momentos ou houve uma mudança na representação das manifestações ao longo do mês de junho? Quais interesses nortearam O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo e quais nortearam a Carta Capital e o Brasil de Fato? Conforme as manifestações vão sofrendo o violento processo de tradução-transformação que já demonstramos, pode-se dizer que os que primeiro criticavam passaram a apoiar e os que apoiavam passaram a criticar?

Tais questões só podem ser respondidas a contento na medida em que expusermos as metodologias aplicadas em cada avaliação para elaboração do relatório encomendado pelo Coletivo Intervozes e apresentarmos os resultados que tivemos na nossa tentativa de seguir os passos da equipe do professor Sivaldo, sem, no entanto, contar com uma equipe de várias pessoas para levantar e revisar dados, pelo que nos coube redobrar a atenção com sua

⁵² “O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.”. (QUEM SOMOSb. **Intervozes**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 set. 2015).

prospecção e análise. Obviamente que se não partimos do postulado caduco de que a ciência social deve ser neutra, pois jamais será, nada devemos temer quanto a este tipo de limitação, uma vez que a pesquisa se compraz em evidenciar de várias maneiras a atuação dos atores-rede com a mais absoluta ciência de que não existem verdades pairando no mundo em busca de competentes pesquisadores que apenas irão revelá-la: o conhecimento é perspectivado e a natureza arbitrada.

Colocaremos no mesmo plano, para facilitar visualização e análise, todos os gráficos, ou seja, tanto os que estão presentes no relatório Vozes Silenciadas como os que elaboramos, ressaltando novamente que os de nossa autoria tratam apenas das publicações online de Carta Capital e Brasil de Fato. Ademais, nossa análise foi de todo o mês de junho de 2013, até para que o universo de dados fosse minimamente equivalente, já que os veículos por nós analisados postaram quantidade significativamente menor de textos jornalísticos sobre os fatos. Uma análise de todo o mês permite também vislumbrar melhor se houve mudança na representação dos protestos em face de suas transformações.

Tanto a nossa coleta de dados quanto a do relatório Vozes Silenciadas foi feita com pesquisas simples utilizando a palavra-chave “protestos” nos motores de busca dos respectivos meios de comunicação analisados, descartando-se todas as publicações de cunho estritamente opinativo, como colunas, editoriais ou textos quaisquer que não tivessem o intento precípuo de noticiar os fatos. Além disso, foram descartados textos com menos de dois parágrafos e que se referissem a protestos não diretamente vinculados às *Jornadas de Junho*.

As análises quanti-qualitativas feitas pelo grupo do professor Sivaldo, no entanto, difere da nossa justamente quanto à disponibilidade e mobilização de humanos e não-humanos: a equipe dispunha de um *software* de análises estatísticas chamada “Planilha Eletrônica Pré-Estruturada em SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)” (INTERVOZES, 2014, p. 18) que permitia o cruzamento de dados e a elaboração de perguntas que tentavam dar o maior tom de objetividade possível às respostas do pesquisador para qualificar os dados. Nós fizemos um levantamento simples sem a utilização do *software*, com análise cuidadosa de todos os textos tentando responder do melhor modo possível as mesmas perguntas propostas no programa de computador para encontrar os dados finais. A forma como foi feita a análise qualitativa de cada categoria será exposta separadamente para simplificar a compreensão.

4.3.1 Gráficos do levantamento quantitativo das publicações analisadas

Os gráficos seguintes (figura 26) mostram o total de publicações jornalísticas online dO Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Carta Capital e Brasil de Fato em função dos dias – 19 para os três primeiros e 30 para os dois últimos. Pode-se dizer que há um padrão entre os textos analisados no relatório Vozes Silenciadas que aponta um crescimento acentuado de publicações quando as pautas dos protestos já estavam dispersas, bem como se pode dizer que para Carta Capital e Brasil de Fato há picos logo após o Quarto Grande Ato ocorrido no dia 13 de junho (em que a repressão policial foi brutal), como, lembremos, demandava alguns dos três primeiros veículos de comunicação em editorial.

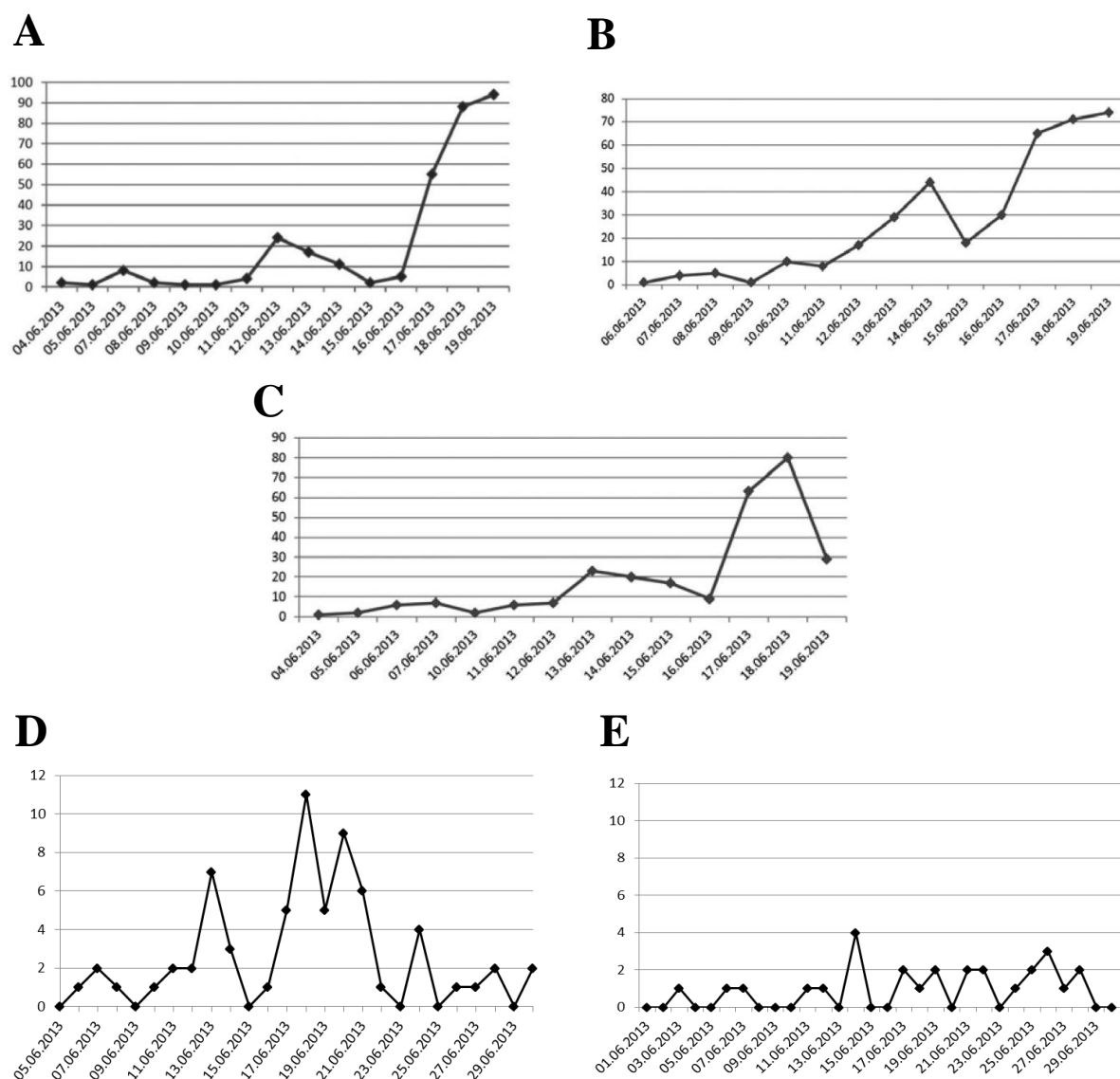


Figura 26 – Matérias publicadas no decorrer do período nos cinco veículos de comunicação analisados. O número de matérias está representado de acordo com o universo total da amostra (N) de cada veículo no período (d), em dias, analisados. **(A)** O Estado de São Paulo, N=315, d=19; **(B)** Folha de São Paulo; N= 120, d=19 **(C)** O Globo, N=272, d=19; **(D)** Carta Capital, N=67, d=30; **(E)** Brasil de Fato, N=27, d=30.

De modo geral, O Estado de São Paulo teve um ligeiro aumento no número de publicações logo após o Primeiro Grande Ato ocorrido no dia 6 de junho, que foi violentamente reprimido pela polícia tal qual o ato do dia 13. Os picos de publicação ocorreram nos dias 12, 13 e, sobretudo, no dia 17, justamente quando houve uma profunda transformação no sentido dos protestos como deixamos claro no capítulo anterior.

Quanto as publicações da Folha de São Paulo, o aumento mais significativo inicia-se dia 12, antes do Quarto Grande Ato ocorrido dia 13 de junho, coincidentemente quando os três jornais mais conservadores politicamente clamam por maior rigor da polícia (numa tradução livre, mais repressão violenta). A curva do número de publicações é ascendente até o dia 14, ou seja, logo após a reação brutal da polícia ao Quarto Grande Ato. Mais uma triste “coincidência”.

As publicações do Globo têm um pequeno pico dia 13, dia do Quarto Grande Ato, mas depois cai até o dia 16, véspera do Quinto Grande Ato, ocorrido dia 17, já marcado pela dispersão das pautas e a entrada em cena de novos atores-rede. O aumento da cobertura jornalística quando o que se apresentava era apenas um protesto contra o aumento da tarifa, torna-se aos poucos a representação de uma crise que de política passa a ser institucional.

Enquanto nos gráficos dos três primeiros jornais o eixo que representa o número de publicações varia de 80 a 100 por dia, o eixo do número de publicações de Carta Capital e Brasil de Fato alcança apenas 12 num mesmo dia. Menor estrutura comunicacional e, consequentemente, menor alcance discursivo na rede é a explicação mais plausível para a diferença brutal de publicações e, portanto, de dados coletados e analisados.

No caso da Carta Capital, há relatos do Primeiro Grande Ato ocorrido dia 6, ainda que poucos, é verdade, com picos dias 13, 17 e 20. Há repercussão da brutal repressão policial ocorrida dia 13, mas o maior número de publicações fica por conta de um período em que a dispersão da pauta inicial era a tônica dos protestos – a partir do dia 20, já sem o MPL na organização. O declínio em seguida se dá em função do grande número de publicações opinativas de diversas figuras públicas e intelectuais que tentam interpretar o fenômeno das *Jornadas de Junho*, ou seja, o veículo continuou a tratar do tema marcando suas posições mas com artigos de opinião.

A constância do volume de publicações do site Brasil de Fato significa que todos os atos foram relatados, embora com um ligeiro aumento no dia 14, o que se deve ao fato de o dia 13 ter tido a maior repressão policial dentre todos os atos. No mais, os números são muito poucos e a variação muito pequena para que se conclua algo só com base nesta análise.

Enfim, enquanto nos três primeiros veículos de comunicação há um interesse pela cobertura jornalística crescente após os atos mudarem de rota, nos dois últimos há um pouco mais de homogeneidade em relação a descrição dos atos. Esse é um dado importante.

4.3.2 Análise qualitativa das chamadas e manchetes dos protestos

A primeira observação necessária é que nossas análises qualitativas seguiram o mais fielmente possível os parâmetros estabelecidos na metodologia descrita no relatório Vozes Silenciadas.

Dito isso, a primeira investigação se deu em torno das manchetes das matérias jornalísticas informativas que tinham como tema as manifestações. Em um contexto comunicacional onde o excesso e não a falta de informação é uma das características principais, análises valorativas das chamadas de matérias são mais importantes do que aparentam, pois muitas pessoas não leem todas as matérias, mas apenas a manchete/título. Então, foi definido que a utilização de termos qualificativos nas manchetes

Visa identificar se os títulos das matérias vinculam os protestos a termos claramente positivos ou claramente negativos. Consideraram-se apenas palavras que denotam claramente uma dimensão positiva ou negativa. Por exemplo, manchetes como “Artistas apoiam protestos”, “Passeata pacífica marca manifestação”, “Protestos são típicos das democracias, diz ministro”, “Protesto termina em festa” etc foram consideradas positivas. Manchetes como: “Governador condena protestos”, “Protesto acaba em pancadaria e quebra-quebra na Paulista”, “Protestos trazem atos de vandalismo”, “Manifestantes invadem Assembleia” foram consideradas como títulos negativos (INTERVOZES, 2014, p. 20).

Obviamente, a análise inevitavelmente contém certa margem de subjetividade. Nesse sentido, os pesquisadores explicam que

A qualificação em termos “positivos” e “negativos” pode acarretar em um julgamento que pode cambiar para subjetividade de quem analisa. Para minimizar esta questão, buscou-se traçar de forma objetiva quais situações e termos podem ser qualificados positivamente e negativamente. Os pesquisadores tiveram o cuidado de anotar apenas as menções que trazem claramente uma conotação negativa ou positiva, marcado como “indistinguível” em caso de dúvidas (INTERVOZES, 2014, p. 21-22).

Como a análise qualitativa elaborada para o relatório Vozes Silenciadas contou com uma equipe e *softwares* de análise, a margem de subjetividade das análises por nós elaboradas

pode ser maior, o que, mais uma vez se esclarece, não macula a interpretação, pois, de qualquer modo e em alguma medida, o que temos é interpretação. Além do mais, nenhum dado fornece conclusões isoladamente, apenas do contraste com outros dados é que se pode tirar conclusões sólidas.

A figura 27, portanto, resume quantitativamente o resultado das análises qualitativas sobre as manchetes jornalísticas das publicações dos cinco sites pesquisados durante o mês de junho.

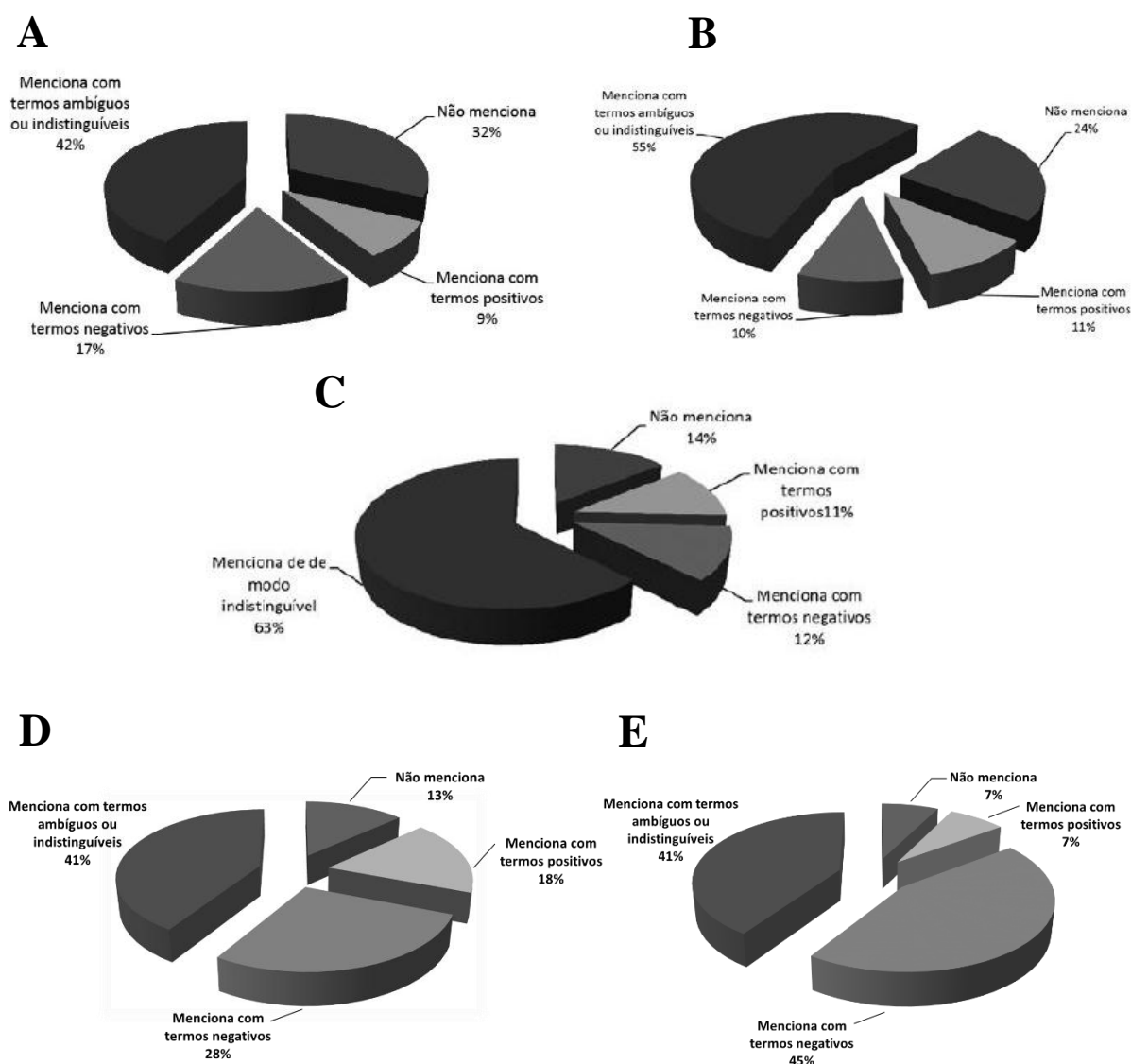


Figura 27- Menções diretas aos protestos nas manchetes de matérias dos cinco veículos de comunicação analisados. Os percentuais foram calculados sobre o universo total da amostra (N) de cada veículo. (A) O Estado de São Paulo, N=315; (B) Folha de São Paulo; N= 120; (C) O Globo, N=272; (D) Carta Capital, N=67; (E) Brasil de Fato, N=27.

Os gráficos mostram que, de modo geral, quando há referências qualitativas diretas elas são em maior número indistinguíveis ou ambíguas. Por outro lado, o número de matérias em que não há menção direta a termos positivos ou negativos é bastante baixo para todos os veículos de comunicação. Poder-se-ia dizer que esse é o padrão socialmente desejado, admitindo-se que o jornalismo deve se pautar pela realidade dos fatos e evitar juízo de valor, sobretudo numa chamada de matéria que pode induzir o leitor a certa interpretação já previamente enviesada. Essa ainda é a visão platônica de um jornalismo neutro. Platônica porque a neutralidade plena não existe no plano da produção de textos, o que também não deve significar, por certo, deturpação dos fatos. Algo em torno de metade das matérias publicadas há menção a termos ambíguas ou indistinguíveis e apenas O Globo teve cerca de 32% das publicações sem termos claramente positivos ou negativos, o que denota que estamos muito longe de qualquer neutralidade. É preciso esclarecer, entretanto, que os próprios editoriais dos veículos de comunicação dão o tom ideológico que permeia suas publicações afastando qualquer ilusão de imparcialidade. Aliás, é preferível que os jornais digam claramente quais são suas posições políticas a tentarem se esconder sob um verniz gasto de neutralidade que não resiste à mais singela passada de olho em suas publicações⁵³. Toda mídia é, em alguma medida, midiativista.

Em relação especificamente aos veículos por nós analisados, verifica-se uma alta ocorrência de utilização de termos negativos nas manchetes. No caso da Carta Capital foi possível perceber que até a fatídica violência generalizada protagonizada pela Polícia Militar no dia 13, as menções negativas se referiam mais aos manifestantes. Depois do dia 13, inverte-se esse padrão e manchetes com termos expressamente negativos começam a ser direcionados maciçamente às autoridades, incluindo outras que não vinculadas à PM. Já as publicações do Brasil de Fato têm uma homogeneidade sobre os termos negativos, pois foram quase sempre dirigidos à polícia ou outra autoridade.

É o que demonstra mais pormenorizadamente a figura 28. Para esquadrinhar um pouco mais essas afirmações apresentamos os gráficos das menções positivas ou negativas de modo geral, ou seja, excluindo-se as menções com termos ambíguas ou indistinguíveis e as manchetes que não contém nenhum termo valorativo expresso.

⁵³ Não se pode, no entanto, dizer que os jornais analisados no Vozes Silenciadas não têm posições editoriais bastante definidas, muito ao contrário. Já dissemos no capítulo anterior se no início dos protestos havia um clamor dos seus articulistas por mais repressão policial, principalmente após o dia 17 esse padrão mudou e as manifestações ganharam aura de exercício democrático inviolável.

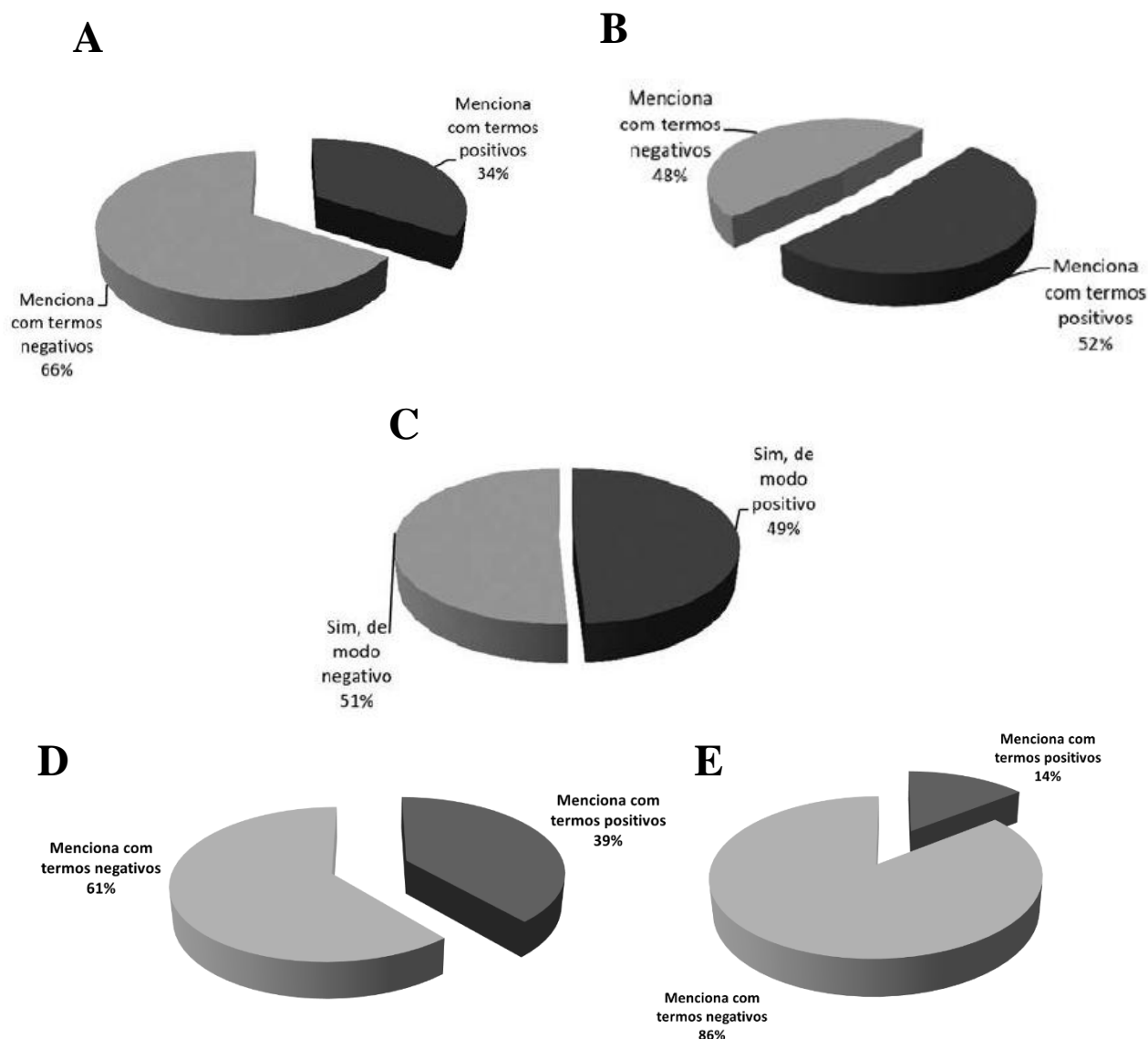


Figura 28 – Utilização de termos positivos ou negativos nas manchetes de matérias que trazem expressão valorativa direta no título. Os percentuais foram calculados sobre o recorte de matérias (n) com termos qualitativos na manchete. **(A)** O Estado de São Paulo, n=82; **(B)** Folha de São Paulo; n= 77; **(C)** O Globo, n=63; **(D)** Carta Capital, n=31; **(E)** Brasil de Fato, n=14.

Dos gráficos destaca-se o fato de que apenas na Folha de São Paulo expressões positivas superaram as expressões negativas. Com efeito, a mediação simbólica dos protestos levada a cabo pela Folha foi bastante negativa no início, quando os manifestantes supostamente eram vândalos e a causa insignificante. Ocorre que, se voltarmos aos primeiros gráficos – puramente quantitativos – veremos que a Folha foi o veículo que mais publicou matérias nos primeiros 19 dias de junho com um total de 377, sendo que as publicações aumentam expressivamente a partir do dia 13, embora já no dia 12 a curva seja ascendente. Em que pese isso, a madrugada do dia 13 foi marcada por um editorial duro (para não dizer

desonesto) da Folha cujo título verdadeiramente sugestivo é “Retomar a Paulista”, permeado de ataques ao MPL com o uso de chavões pejorativos como “grupelho”, “ideologia pseudorrevolucionária”, “intenção oculta de vandalizar”, “oportunismo corporativista” dentre outros belos insultos que ornaram o escárnio saborosamente degustado por todos que odeiam a ocupação política dos espaços públicos⁵⁴, afinal, a “massa” deve se contentar docilmente com as péssimas condições de transporte e sustentar o lucro dos empresários do ramo. O dia 13, marco da repressão reclamada pelo próprio editorial, tragicamente é também o dia em que a jornalista da Folha Giuliana Vallone foi atingida no olho por uma bala de borracha disparada por um policial à queima roupa. Mesmo assim, o número de publicações com expressões positivas é grande e isso se deve ao número de publicações que passa a ser feito após o dia 16, onde a tônica das manifestações já era outra. Some-se a isso o fato de que a repressão foi respaldada e saudada pelos três jornais conservadores pelo menos até o dia 13.

É de se notar, não obstante, que o padrão geral para os outros meios de comunicação foi de expressões marcadamente negativas. A diferença, é claro, é a quem essas expressões são direcionadas, o que exige análise não só das manchetes, mas dos textos como um todo. Os parâmetros qualitativos são os mesmos, de modo que a classificação dos atores depende de como eles são retratados nas narrativas. Da análise do conteúdo textual se obteve os gráficos seguintes, representados na figura 29.

⁵⁴ O texto chega aos píncaros do delírio autoritário ao dizer que não bastaria aos manifestantes informar à Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo o local da manifestação com 30 dias de antecedência como “o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.” (RETOMAR a Paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013, Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

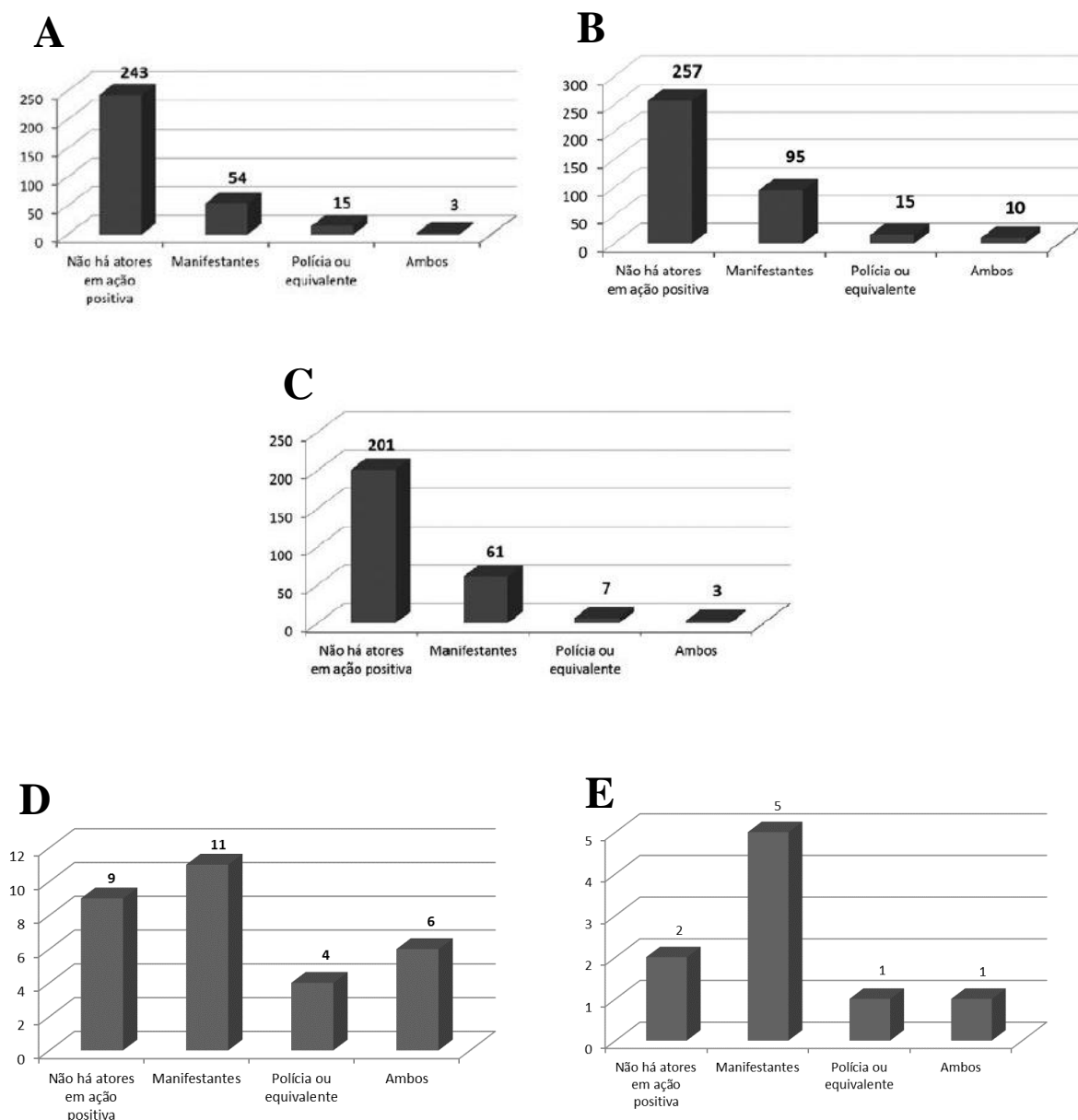


Figura 29 – Matérias com atores em ação positiva nos cinco veículos de comunicação analisados. Os percentuais foram calculados sobre o universo total da amostra (N) de cada veículo. **(A)** O Estado de São Paulo, N=315; **(B)** Folha de São Paulo; N= 377; **(C)** O Globo, N=272; **(D)** Carta Capital, N=67; **(E)** Brasil de Fato, N=27.

O que salta aos olhos é que enquanto os três jornais conservadores noticiaram mais os fatos sem colocar nenhum ator em ação positiva, sendo os manifestantes mais que a polícia ou outra autoridade retratados dessa maneira (o que é explicado por razões temporais, como se evidenciará adiante), os dois jornais progressistas trataram os manifestantes em ação positiva mais do que sem nenhuma qualificação valorativa nas matérias.

É importante ressaltar mais uma vez que nosso “N” total foi obtido através da análise de publicações no período de 30 dias para que se consiga captar de maneira mais precisa se

houve e quando houve mudança no tratamento dispensado a manifestantes e policiais/autoridades na cobertura jornalística. Se as manifestações foram mesmo cooptadas pela mídia tradicional, que aprofundou sua transformação até torná-las um fenômeno amorfo, tão palatável que subsistiu não mais que de modo genérico e vago, salvo no que tange o estridente antigovernismo que emergia das (entre?)linhas dos textos, é de se esperar que, conforme a polícia tenha criado para si mesmo a impossibilidade de defesa das suas ações repressivas, o apoio jornalístico antes despuído se atenuasse até que os manifestantes passassem a ser exaltados. A luta contra 20 centavos é demasiadamente “onerosa”; já a luta contra um governo ou partido é bem mais lucrativa.

Por outro lado, seguindo o mesmo raciocínio, é de se esperar que os jornais mais à esquerda no espectro político tenham feito o movimento contrário ou, pelo menos, mantido certa homogeneidade valorativa nas publicações ao invés de criticar as manifestações no início e exaltá-las de meados de junho em diante. Para que se possa avaliar tais hipóteses, é preciso analisar as publicações temporalmente, conforme mostramos a seguir, na figura 30.

Dos gráficos resta evidente que os jornais conservadores começaram a tratar os manifestantes em ação positiva apenas do dia 16 em diante, ou seja, quando já se ensaiava o Quinto Grande ato marcado pela difusão de pautas, solidariedade de atores até então alheios aos manifestantes e a jornalistas barbaramente agredidos pela polícia no Quarto Grande Ato, além, é claro, de uma completa inflexão da mídia tradicional na consideração do significado e pertinência dos protestos.

A retratação de manifestantes e autoridades na Carta Capital segue um padrão algo similar aos primeiros ao menos no que diz respeito ao período em que aparece um tom mais positivo nas notícias. Os picos para “ambos” se dão entre os dias 15 e 19 em função de matérias que reportam a expansão dos protestos para outros países, pelo início de diálogo entre manifestantes e polícia após a repressão atroz do dia 13 no Quarto Grande Ato e também em função das palavras do então ministro dos esportes Aldo Rebelo, que garantia que as manifestações não impediriam a realização da Copa das Confederações (evento organizado pela Fifa que ocorre sempre um ano antes da Copa do Mundo como uma espécie de prelúdio do evento principal no país sede), que teve o jogo de abertura realizado no dia 15 de junho. Embora o ministro tenha feito, ao fim e ao cabo, uma ameaça aos manifestantes que tentassem ofuscar a imagem do Brasil para o mundo, as palavras foram estrategicamente ditas para que soassem mais “democráticas”.

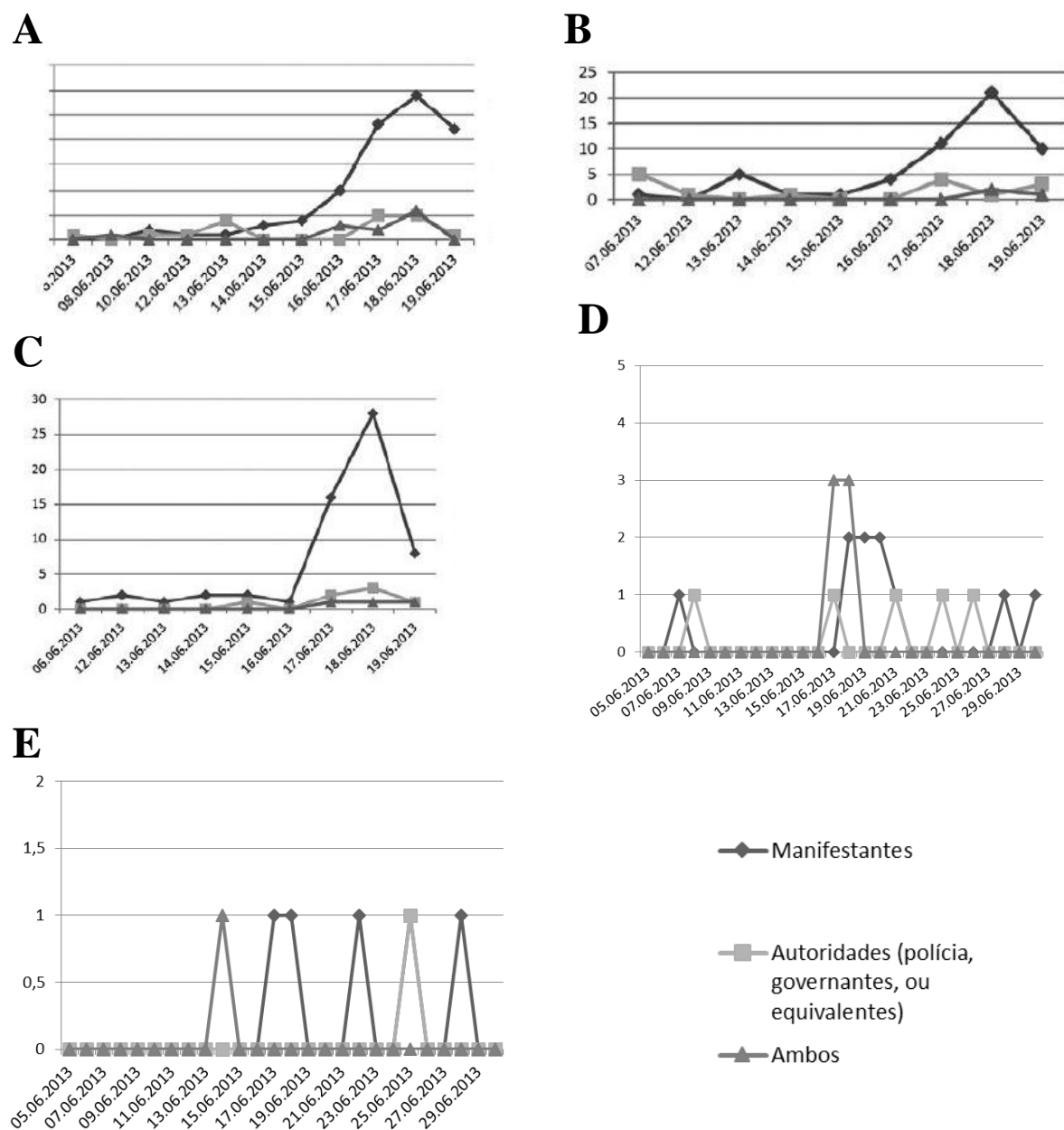


Figura 30 – Matérias com autores em ação positiva no período. Os percentuais foram calculados sobre o recorte de notícias (n) com atores em ação positiva no período (d), em dias, analisados. **(A)** O Estado de São Paulo, n=72, d=19; **(B)** Folha de São Paulo; n= 120, d=19; **(C)** O Globo, n=71, d=19; **(D)** Carta Capital, n=21, d=30; **(E)** Brasil de Fato, n=7, d=30.

Em relação ao Brasil de Fato, as publicações estritamente jornalísticas são parcas e de no máximo uma por dia, embora seja maior o número de análises e opiniões sobre os protestos (que, como já foi explicado, não foram analisadas). O número crescente de retrações de manifestantes em ação positiva no fim do mês, contrariando o que se poderia esperar, se deve a matérias jornalísticas que exaltaram protestos promovidos por movimentos sociais paralelamente aos atos que vinham acontecendo de modo espontâneo e sem pautas políticas

precisas. Mas a análise geral comparativa mais ampla é difícil de ser feita justamente por conta do número exíguo de publicações, o que, no entanto, não impede a caracterização clara da posição política do jornal.

Com base nessas observações poder-se-ia perguntar se, ao contrário, as matérias em que os atores aparecem em posição negativa corroboram a visão de que, de modo geral, os manifestantes são tratados com certa hostilidade pelos jornais conservadores e colhem enaltecimentos nos jornais progressistas. Vejamos se esse é o padrão encontrado.

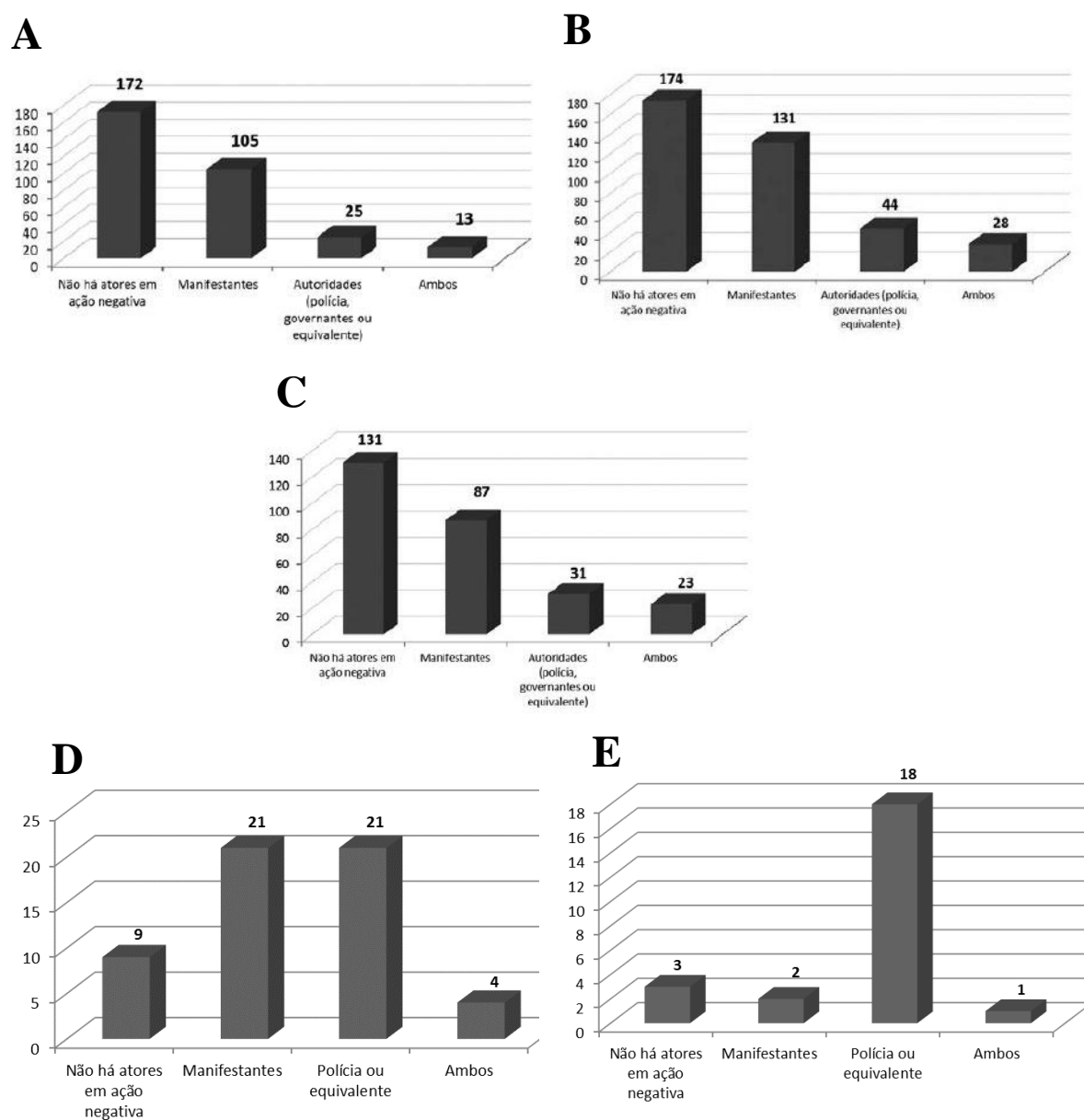


Figura 31 – Matérias com atores em ação negativa dos cinco veículos de comunicação analisados. Os percentuais foram calculados sobre o universo total da amostra (N) de cada veículo. **(A)** O Estado de São Paulo, N=315; **(B)** Folha de São Paulo; N= 377; **(C)** O Globo, N=272; **(D)** Carta Capital, N=67; **(E)** Brasil de Fato, N=27.

De fato, os gráficos da figura 31 avalizam a percepção sobre o tipo de retratação jornalística em tal ou qual meio de comunicação.

O relatório Vozes Silenciadas aponta que no Estado de São Paulo, na Folha de São Paulo e no Globo, quando há expressões valorativas para manifestantes e autoridades e/ou polícia os manifestantes são mais retratados negativamente, em que pese o fato de que em todos o número de publicações em que não aparece nenhum ator em ação negativa ser maior. O que chama atenção, todavia, é que há uma discrepância relevante entre as retratações negativas de manifestantes e autoridades/polícia. A diferença bruta é de 80 publicações a mais em que manifestantes são negativamente representados no Estado de São Paulo, 87 na Folha e 56 no Globo.

A curiosidade fica por conta das publicações da Carta Capital, uma vez que polícia e/ou autoridades e manifestantes tiveram exatamente o mesmo número de retratações em ação negativa: 21. Embora tenha posição política devidamente assinalada em seus editoriais (sempre com textos marcantes de Mino Carta, seu editor-chefe), Carta Capital apresenta-se mais homogênea do que todos os outros veículos de comunicação. Isso, contudo, não deve ser interpretado como neutralidade, pois o próprio período em que as retratações valorativas dos atores são feitas, de alguma maneira reflete a posição política da revista.

A posição do Brasil de Fato é bem mais explícita: de modo geral, a polícia é severamente criticada nos artigos de opinião, mas também duramente representada nas postagens jornalísticas. O número de publicações com esse viés, inclusive, é bem maior do que as que não retratam nenhum ator em ação negativa. Como dissemos, toda mídia é, a seu modo e em certo grau, midiativista. Se não nos iludirmos com fantasias de neutralidade, concluiremos que não há problema nisso, desde que respeitados o Código de Ética dos jornalistas e os direitos humanos e, obviamente, desde que as posições políticas sejam publicamente expressas.

Finalmente, diante de tais constatações resta pormenorizar as publicações de atores em ação negativa em função do tempo (figura 32), tal como foi feito para atores em ação positiva. Essa avaliação é que permite vislumbrar de modo mais específico quando os meios de comunicação se posicionaram de tal ou qual maneira, já que as reivindicações e, em última análise, os projetos políticos dos manifestantes não foram os mesmos durante as *Jornadas de Junho*.

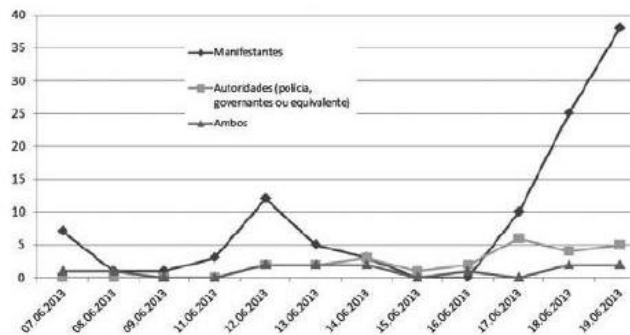
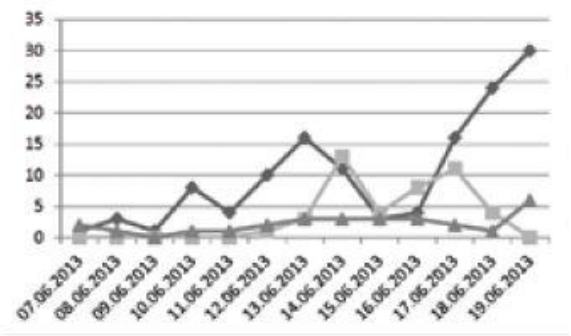
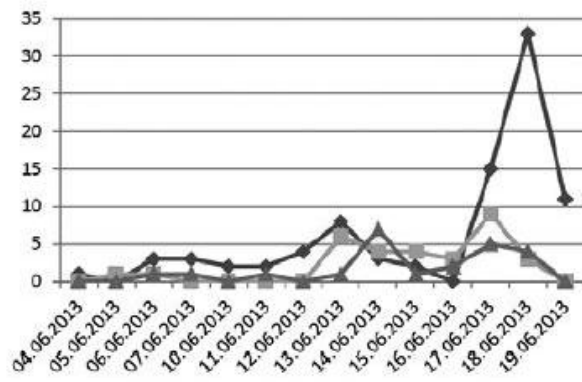
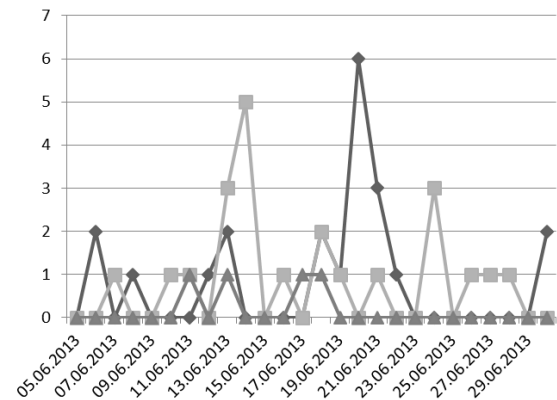
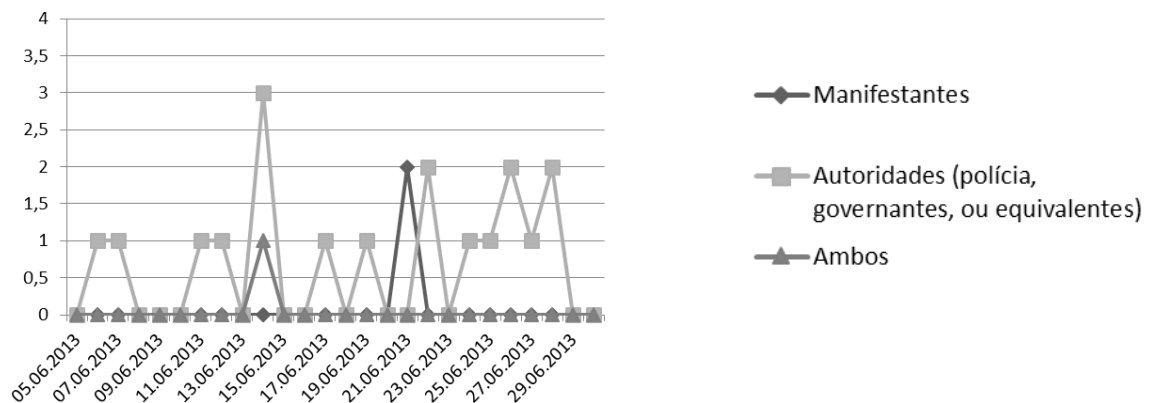
A**B****C****D****E**

Figura 32 – Matérias com autores em ação negativa no período. Os percentuais foram calculados sobre o recorte de notícias (n) com atores em ação negativa no período (d), em dias, analisados. (A) O Estado de São Paulo, n=145, d=19; (B) Folha de São Paulo; n= 203, d=19; (C) O Globo, n=141, d=19; (D) Carta Capital, n=46, d=30; (E) Brasil de Fato, n=21, d=30.

Os gráficos dos três jornais conservadores indicam picos de publicações com retratação de manifestantes em ação negativa entre os dias 11 e 13, respectivamente dias do

Terceiro e Quarto Grande Ato contra o aumento da tarifa, os dois tendo terminado com repressão brutal da polícia. A retratação negativa encontra outro pico após o dia 16, dia posterior ao do início da Copa das Confederações e véspera do Quinto Grande Ato ocorrido dia 17. O dia 17 é o marco fundamental da transformação e fragmentação das manifestações e dispersão da pauta inicial, mesmo porque dia 19 era anunciada a revogação do aumento. Apenas no gráfico do Estado de São Paulo não é possível vislumbrar a indicação de uma queda da curva de publicação de ação negativa dos manifestantes, sendo que no Globo essa queda depois do dia 17 já é bastante perceptível. Uma pena é que o relatório Vozes Silenciadas não tenha reunido dados do mês inteiro para que pudéssemos ver se essa curva ascendente de fato foi o padrão de todos os jornais e não só do Globo. É importante notar, no entanto, que até o dia 19, raríssimas são as vezes em que as autoridades e/ou a polícia recebem o mesmo tratamento nas matérias, de modo que aparecem bem menos vezes em ação negativa.

Já o padrão de publicações encontrado na Carta Capital, aliás coextensivo ao Brasil de Fato, corresponde de maneira mais homogênea e fiel às suas posições políticas. No início dos protestos a retratação dos manifestantes em ação negativa é menor do que das autoridades, sendo que após o massacre do dia 13 há um pico de publicações colocando a polícia em ação negativa. Já após o dia 19, marco da revogação do aumento e da saída do MPL das ruas, a retração de manifestantes em ação negativa é maior, quando já se via violência entre manifestantes, sobretudo entre aqueles que rechaçavam a presença de partidos políticos nas ruas e entre os que defendiam o direito de levantar bandeiras partidárias. A essa altura dos acontecimentos, os manifestantes se polarizavam, num triste prenúncio do que aconteceria até os dias atuais: de um lado os que achavam que defender o Brasil significa recusar os partidos políticos completamente e de outro os que, cômicos da impossibilidade (ao menos no horizonte visível) de se estruturar um sistema político democrático sem a presença de partidos políticos, rejeitavam clichês como “nosso partido é o Brasil”, pois sabemos bem que o Brasil de uns não é o Brasil de outros, ou, dito de outra forma, que qualquer pacto de classes tem prazo de validade bem definido, e ele vence quando a economia não consegue manter bons índices de crescimento e ótimos lucros para os donos do capital.

Em síntese, dentre as várias importantes conclusões do relatório Vozes Silenciadas sobre os jornais conservadores, destaca-se que

não se pode afirmar que o tom geral das matérias foi retratar a ação dos manifestantes de modo positivo durante todo o período de cobertura

analisado. É possível afirmar que isso só ocorre em volume significativo após o início da Copa das Confederações FIFA (INTERVOZES, 2014, p. 64).

Ademais, “quando os textos fazem referência, os manifestantes são os atores mais vinculados a ações negativas (em 34% do total das matérias estudadas). Autoridades/policiamento só aparecem em ação negativa em 10% das matérias.” (INTERVOZES, 2014, p. 64).

Outro ponto fundamental apontado no relatório é que o fato de quase a metade das matérias do Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e do Globo não apresentarem atores envolvidos nos protestos em ação negativa poderia sugerir certa imparcialidade das publicações. Não obstante, isso seria um equívoco pois

dentro do montante de matérias que não apresenta ação negativa de atores, 60% são notícias “sem foco na cobertura descritiva de um protesto”, ou seja, textos de repercussão ou textos em que o tema protesto é elemento de fundo, não um elemento central. Devido a esta característica, é esperado que a ocorrência de atores em ação negativa seja mais escassa em razão do tipo de ênfase que caracteriza este grupo de textos. O que o dado nos mostra é que nem todas as matérias dos veículos estudados trazem qualificações negativas da ação dos atores, mas isso ocorre principalmente nos casos de textos que não têm foco na descrição dos atos e sim na repercussão (INTERVOZES, 2014, p. 64).

E é assim que, efetivamente, as vozes de certos manifestantes foram silenciadas, sobretudo aqueles ligados a movimentos sociais, aqueles rebeldes de vinte centavos, aqueles cuja causa padece de falta da indispensável dose de nobreza nacionalista, aqueles que podem sofrer ataques atrozes do Estado pois atrapalham o “bom andamento” de uma cidade cujo trânsito é a própria epítome do individualismo quase esotérico que rege corpos, (des)afetos, políticas públicas (quando existentes), enfim. Os defensores do transporte coletivo subsidiado pelo Estado tiveram suas vozes impertinentes silenciadas, pelo menos na mídia tradicional.

A mídia conservadora cumpriu seu papel de baluarte da produção e reprodução ideológica das classes dominantes ou, como queria Bourdieu, se imbuíu em ditar as regras nesse campo de poder simbólico, embora sem hegemonia plena das narrativas. Sem hegemonia plena porque como vimos, a própria mídia que não deve ser dita “de massa” mas que tem sua estrutura baseada em um determinado modelo de negócio, embora mais à esquerda no espectro ideológico, cumpriu o papel de contrapor em vários momentos a homofonia detratora dos protestos quando a pauta ainda era o aumento da passagem do

transporte coletivo, e é nesse grupo que podem ser situadas Carta Capital e Brasil de Fato (esta bem mais que aquela, seguramente)

Sem embargo, a verdadeira fratura nas narrativas foi se constituindo paralelamente ao *mainstream* midiático, ou seja, ao jornalismo empresarial que obedece aos anseios de quem consome suas publicações. A informação, antes prospectada pelo jornalista, cuja função é transformar adequadamente fatos em notícias, agora é virtualmente democratizada para quem se atrever a tirar do bolso um celular e começar a filmar ou fotografar. De maneira natural, constituíram-se devires-jornalistas nas pessoas com ou sem formação específica, com ou sem qualquer treinamento especial para noticiar. Ou seja, novas estéticas informativas emergiram fora do padrão constituído, criando rizomas narrativos pelos quais se entra e sai sem a dependência inexorável dos tratamentos editoriais tradicionais.

Por isso, a produção midiática alternativa através do “jornalismo cidadão” ou “midialivrismo” possibilitou a construção de narrativas contra-hegemônicas que fissuraram os discursos padrão e permitiram o aparecimento de versões destoantes da unicidade discursiva dos barões da mídia.

4.4 Midialivrismo – novas estéticas, novos sujeitos, novas perspectivas

Se a mídia tradicional tem a vocação inequívoca de aplaudir a repressão selvagem e seletiva do braço armado do Estado, resta a questão: é possível confiar nos relatos estrategicamente construídos pelos grandes grupos midiáticos quando a polícia age repressivamente contra determinados grupos? Ou, se preferirmos, a quem interessa o monopólio da verdade criada após a repetição exaustiva de um viés jornalístico pré-definido?

E com o esgotamento, ainda que circunstancial, de determinados vieses jornalísticos que se dimensiona a real importância da mídia alternativa, particularmente o midiativismo na Internet. As *redes sociais* ressoam de modo amplificado as narrativas que se constituem em qualquer espaço de sociabilidade, seja no ciberespaço ou fora dele, dada a facilidade de dispersão das informações. As experiências, os afetos, as intensidades alimentam e são alimentadas pelos fluxos de informações, criando circuitos que misturam realidade e ficção no limite do inextricável. Purificá-las torna-se tarefa delicada, embora se deva dizer que talvez tal empreendimento nunca tenha sido assim tão simples, afinal, história e estória imiscuíram-se muito bem até o nascimento das *redes sociais*. Sobreviveram tão bem que a TV, o rádio e o jornal impresso nunca renunciaram a criar e recriar a realidade ao sabor de suas convicções. Talvez porque a própria realidade enquanto um dado absoluto, em essência não exista. O que

não quer dizer, certamente, que toda busca pela fidelidade representativa dos fatos seja inútil. Definitivamente não é. Talvez o problema, então, seja querer impor a etiqueta de “verdade” como tendo a mesma significação ou o mesmo peso de “fidelidade”. A fidelidade comporta a flexibilidade da perspectiva, a verdade não: ela tem o pendor inabalável da universalidade.

Esse pendor despótico tem sua força medida pela capacidade de arregimentação social. É isso que motivou Gramsci a colocar a mídia como a locomotiva cultural da ideologia burguesa e toda a teoria crítica obcecada pela manipulação fatalista da indústria cultural. Entretanto, a objeção ao monopólio do significante perpetuado pelo poder do capital é pertinente ao menos num sentido economicista, posto que se a “verdade” dos fatos fosse totalmente controlada pela lei da oferta e da demanda todo este trabalho seria inútil. Apesar de toda força concentradora da produção de significações, ainda resta a lacuna da produção e circulação de outros significantes, que são marginais por não disporem da mesma capacidade econômica, mas que são alçadas a protagonistas em alguns momentos justamente em função da grande capacidade de dispersão das informações em rede. Essa capacidade verdadeiramente colossal é que levou Castells a denominar a comunicação na Internet como “autocomunicação de massa” (CASTELLS, 2013, p. 16).

A lacuna à qual nos referimos começa a ser preenchida quando uma outra maneira de produzir e distribuir notícias é pensada não mais estritamente em termos de competição e atendimento das demandas do mercado consumidor de notícias, mas em termos colaborativos, para os quais a Internet é um aliado de potencial gigantesco.

Difícilmente pode-se compreender a produção midiática colaborativa sem compreender também algo que nos dias de hoje soa como puro devaneio: as relações sociais não se resumem a compra e venda (liberdade de mercado) cuja teleologia é a satisfação individual – aliás, relações como as trocas em circuitos de dádiva existiam bem antes do nascimento do capitalismo. Segundo Marcel Mauss

A própria palavra interesse é recente, de origem técnica contábil: *“interest”*, em latim, que se escrevia nos livros de contabilidade referindo-se aos rendimentos a receber. Nas morais antigas mais epicurianas, é o bem e o prazer que se busca, não a utilidade material. Foi preciso a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que entrassem em vigor, e fossem elevadas à altura de princípios, as noções de lucro e de indivíduo (2013, p. 128-129).

Em suma, as relações de consumo dentro do sistema de produção capitalista pressupõem a reificação das coisas e o consequente esvaziamento das condições e

características dos sujeitos que produzem as coisas: “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 1982, p. 81). Ora, esse tipo de relação não se encontra em toda história da humanidade e é isso o que Mauss, dentre muitos outros, demonstra.

Há que se ponderar, no entanto, que a dádiva não é pura liberalidade altruísta. As relações sobre as quais Mauss se debruçou pressupõem obrigação de dar e também de receber, aliás, retribuir mais do que receber. Circuitos de dádiva que misturavam coisas e pessoas redundavam em projeção social das tribos (MAUSS, 2013). Já falamos sobre algo muito parecido quando abordamos a cultura *hacker*: cooperação, reciprocidade e a construção da reputação de seus integrantes valem mais que dinheiro ou poder institucional.

Mas o que, afinal, dádiva e mercadoria têm a ver com a produção jornalística? Precisamente o choque entre a venda da verdade com o brilho ofuscante da linguagem jornalística e a produção de notícias de maneira bruta, prosaica, quase rude através da cooperação que culmina num “novo” jornalismo baseado mais na dádiva e menos na dívida. O fascinante disso é que o que se tem como novo, que é a colaboração, na verdade é arcaico e o que se tem como antiquado, que é a discussão sobre a mercadorização da vida, é que é relativamente recente.

A beleza dessa espécie de “choque” entre o antigo e o novo, que no fundo não é choque, mas mistura, fluxo, desterritorialização e reterritorialização, existe em função da surpresa de que é possível fazer coisas de formas diferentes e propor algo para além da estreiteza despótica do mercado. Na verdade, a história se reescreve com diferentes temperos temporais, como sugere Viveiros de Castro em entrevista ao falar sobre o Creative Commons⁵⁵

O grande processo que iniciou a Revolução Industrial inglesa foi o cercamento dos campos comunais das aldeias, usados por todos para pastagem etc., que eram os commons. Por isso que o projeto se chama Creative Commons. Os commons eram as áreas das comunidades rurais inglesas que eram de uso comum. (...) O Creative Commons é uma tentativa de reconstituir esse regime da apropriação comum, do uso comum, do uso coletivo, no plano dos bens intelectuais, dos bens imateriais (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 91).

⁵⁵ “Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos.” (SOBRE. **Creative Commons**. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/sobre>>. Acesso em: 05 jan. 2016)

O jornalismo colaborativo depende diretamente do barateamento da tecnologia para acontecer e, não por acaso, encarna o *ethos* próprio da cultura *hacker*, que por sua vez, é apenas uma reconfiguração das relações que não cabem dentro do conceito de mercadoria nascido junto com o capitalismo. Há algo para além da compra e venda no jornalismo que se faz em rede e pela rede – o que é percebido, por exemplo, pela existência de *crowdfundings*⁵⁶ para financiar iniciativas como essa.

Partindo-se da premissa da colaboração, algo comum desde os primórdios da Internet, esse outro jornalismo (também chamado de “cidadão”) tenta retirar um pouco da fetichização das notícias que são vinculadas como qualquer outra mercadoria para reintroduzir os traços de humanidade própria da produção resultante do trabalho humano. Parece pleonasma, mas o que parece um raciocínio óbvio, na lógica da mercadoria fundante do capitalismo precisa ser ocultado a todo custo.

A “humanização” do jornalismo, embora o termo humanização seja ruim, pois além de ter se tornado clichê pressupõe que o jornalismo antes do aparecimento das redes não era propriamente humano, se revela, por exemplo, na transmissão ao vivo e sem cortes das notícias diretamente do local dos fatos, sem o tratamento editorial prévio e com todas as instabilidades a que estão submetidos os que transmitem as imagens. O “*streaming*”, ou seja, o fluxo de mídia que permite a transmissão de dados pela Internet diretamente aos receptores acaba por inaugurar outra estética no jornalismo na medida em que dispensa o ambiente relativamente controlado para a emissão da mensagem, cuja finalidade é torná-la mais palatável aos seus receptores. A vivacidade dos fatos se sobrepõe à aridez da narrativa premeditada ou, contrariamente, ao abrandamento premeditado da realidade.

A disputa de narrativas emerge, então, na construção de tempos, espaços e afetos dos sujeitos que produzem as notícias, que promovem sua circulação ou que apenas as recebem para tornarem-se parte dessa imensa rede de atores. Tal é o contexto dos chamados “midialivristas”, que são os “*hacker[s]*” das narrativas, capaz[es] de rivalizar, subverter, contrapor com diferentes estratégias as narrativas produzidas pelos grandes conglomerados de comunicação” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 12).

O midialivrismo representa as linhas de fuga da mídia tradicional, as biopolíticas articuladas por pessoas ou coletivos que se insurgem contra a representação dos fatos e de si mesmos por veículos de comunicação que pensam as narrativas como geradoras de lucros e não como virtualidades informativas mesmo que perspectivadas. Reconhecer as

⁵⁶ Financiamentos coletivos propulsionados pelo uso da Internet.

potencialidades do midialivrismo, que fique claro, não significa aderir irrefletidamente à utopia da derrocada dos barões da mídia, significa somente admitir que não é possível ignorar a força que outras formas de jornalismo possuem na construção de contranarrativas insurgentes ao modelo (anti)ético-estético tradicional predominante.

Dentro dessa mudança de paradigma ético-estético que sobressaiu um dos coletivos de midialivrismo fundamentais em 2013: a já citada Mídia Ninja. Propositamente deixamos mais para as linhas finais deste trabalho a discussão sobre o surgimento de outro jornalismo que se contrapõe ao jornalismo tradicional (novamente mencionado a Mídia Ninja) não apenas por pensarmos ser a economia colaborativa e o jornalismo visceralmente ligado a ela um horizonte no qual desponta uma importante resistência aos ditames autoritários do “livre-mercado”, mas também porque vários dos atores aqui citados se utilizam da narrativa da Mídia Ninja para construir suas próprias versões dos fatos.

O relatório Vozes Silenciadas do Coletivo Intervozes traz fotos feitas pela Mídia Ninja para ilustrar o texto e endossar sua mensagem, assim como um dos entrevistados pelo documentário da Folha, Bruno Torturra, de quem citamos importante fala, foi um dos idealizadores da Mídia Ninja à época de sua formação. Um vídeo da Mídia Ninja chegou a ser transmitido no Jornal Nacional, da TV Globo, em horário nobre, o que é absolutamente dispensável para a legitimação do trabalho dos Ninja mas que ao mesmo tempo traduz a potência desta forma alternativa de pensar o próprio jornalismo. O tradicional programa de televisão Roda Viva, transmitido pela TV Cultura, entrevistou Torturra e Pablo Capilé, idealizador do Circuito Fora do Eixo (suporte da Mídia Ninja), com o intuito de entender esse novo fenômeno midiático⁵⁷. O Observatório da Imprensa também discutiu o tema com Torturra e outros jornalistas que se posicionaram a favor e contra este tipo de jornalismo (DINIZ..., 2013, s. p.). Por fim, nosso próprio diário de pesquisa (ou de campo, se assim podemos dizer) foi feito e enriquecido depois de acompanharmos vídeos, fotos e relatos colhidos pela Mídia Ninja.

O detalhe – que talvez não seja um mero detalhe – é que a mídia dita “de multidão” também não deve ter esperanças de simplesmente ocupar os canais institucionais da mídia tradicional, pois não apenas a Mídia Ninja produziu bons conteúdos jornalísticos em 2013,

⁵⁷ A entrevista é importante e elucida várias questões acerca da Mídia Ninja e da produção jornalística ativista. É certo, porém, que há muito a se discutir sobre o tema. **MÍDIA Ninja - 05/08/2013**. Roda Viva recebe o jornalista Bruno Torturra e o produtor cultural Pablo Capilé, ambos idealizadores do grupo Mídia Ninja. 19 de mar. de 2015. 1h 20min 17”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

mas outros coletivos, como o Nigéria, também⁵⁸. Muitos vídeos e fotos igualmente importantes foram feitos por pessoas não ligadas a nenhum coletivo ou veículo de comunicação formal através de seus *smartphones* e logo postados em *redes sociais*, o que indica ser um equívoco pensar que uma forma de jornalismo conseguirá conquistar hegemonia do outro.

E assim, com a bela observação de Antoun e Malini, diluímos a expectativa de substituição ou derrocada da mídia tradicional mas fortalecemos a esperança de democratização profunda da produção midiática:

O que está em jogo afinal? #ninjasomostodos, o midialivrisimo e o midiativismo se encontram numa linguagem e experimentação que cria outra partilha dos sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrole e do acontecimento (2013, p. 14).

⁵⁸ No caso do coletivo Nigéria um ótimo documentário foi produzido sobre o tema: **COM VANDALISMO**. Produção: Nigéria Filmes, 2013. Documentário, 70 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

5 DE 2013 A 2015: O QUE RESTOU DO PERFUME DAS FLORES?

“Toda ascensão do fascismo é o testemunho de uma revolução fracassada.”

(Walter Benjamin)

Dissemos que em 2013 os jovens brasileiros foram inebriados pelo perfume das flores que desabrocharam inicialmente na Primavera Árabe e depois em diversas partes do globo, embora com aroma bastante peculiar. Mas, afinal, o que restou do doce perfume exalado das ruas naquele ano?

Poder-se-ia dizer, não sem uma simplificação imprecisa, que de 2013 para cá vimos a polarização ideológica da política brasileira, já que ficamos 8 anos sob o comando de um governo capitaneado por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, depois 8 anos sob o comando de Lula, do PT e mais 5 anos de governo Dilma, também petista. Somado esse tempo, temos no mais alto cargo do Executivo brasileiro 21 anos com apenas dois partidos oficialmente no poder. Boa parte do eleitorado mais jovem, que em larga medida é o que foi às ruas nas *Jornadas de Junho*, assistiu e assiste as constantes trocas de toda natureza de acusações entre os dois partidos, que alternaram, sob sua orientação, períodos de mais ou menos estabilidade econômica e política. Duas décadas que desgastaram o capital político dos dois partidos de maneira brutal. A falsidade da polarização ideológica, entretanto, se revela quando a política de coalização de que tanto PT quanto PSDB foram reféns é colocada em perspectiva, já que a composição de alianças em troca de cargos e favores foi o sustentáculo do sistema político nessas duas décadas. O maniqueísmo analítico que ressalta um pretenso antagonismo dos governos PSDB e PT é um belo mote para a mídia tradicional, que pinta mocinhos e bandidos de acordo com seus interesses, mas de pouquíssima correspondência prática. Sob as siglas PT e PSDB repousa plácida a do PMDB (e outras de partidos menores que dançam ao sabor da brisa política do momento), o que resulta num fisiologismo político sobre o qual não se constrói nada além de projetos de poder, conquanto, inegavelmente, funcione de modo muito eficaz como elemento de equilíbrio sistêmico de perpetuação de determinadas representações políticas.

Não seria de todo equivocado, inclusive, postular que desde a redemocratização, marcada definitivamente pela promulgação da Constituição Federal de 1988, o período de maior calmaria na política brasileira se deu durante o período lulista, quando um pacto de conciliação de classes foi gestado e estrategicamente publicizado com a histórica “Carta aos Brasileiros” de Luiz Inácio Lula da Silva, que não coincidentemente continha palavras como

“pacificar”, “coalizão”, “aliança”, “novo contrato social”, “estabilidade” e, particularmente importante, “mercado de massas”. A ideia central de Lula era de que todos podiam ganhar numa economia que crescesse com inflação sob controle, maior investimento estatal em infraestrutura e o mais importante, a extinção da miséria que assolava (e que certamente não deixou de assolar) o país através da inclusão de uma imensa massa de pessoas no mercado consumidor, o que, por sua vez, também impulsionaria o crescimento econômico. Apostou-se, então, na conquista da cidadania pela via estrita do consumo, o que não se pode criticar, ao menos do ponto de vista da estratégia política, como um erro completo, pois para quem não dispunha do mínimo existencial que lhe garantia a dignidade preconizada na própria Constituição Federal, ter acesso a alimentação mínima e bens de consumo básicos são passos importantes para o início (frise-se: o início) da conquista da cidadania e, de resto, garantiriam votos em eleições posteriores. Ocorre que o romance entre as classes articulado por Lula deu certo só até certo ponto. Quando o modelo econômico liberal com matizes sociais começou a dar sinais de esgotamento, sobretudo em função da crise econômica internacional e a queda do preço global das commodities que sustentavam nossas exportações, percebeu-se que não só as “elites” não estavam domadas como se pensava como estavam ainda mais insaciáveis, com a diferença de que agora elas não aceitavam nada menos do que a paz artificialmente criada pela pujança econômica sem, obviamente, perderem seus privilégios históricos mesmo em tempos de dificuldade econômica.

Claro que a percepção de toda essa conjuntura faz parte também da disputa de narrativas que vem sendo travada desde a eclosão das manifestações. Do lado governista, mormente representado pelo cientista político ligado ao PT André Singer, as *Jornadas de Junho* não poderiam sequer ser consideradas “jornadas”, posto que não tinham caráter propriamente revolucionário como as Jornadas originais, ocorridas na França em 1848 e abordada por Marx no 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Os movimentos para Singer seriam, então, meros “acontecimentos” que contaram com a participação de parcela expressiva da classe média. Classe média que, sem entrar no mérito de sua definição, embora escolarizada é sub-remunerada e viu seu poder de compra se esfacelar com a inflação que já voltava ao cenário econômico em 2013 (SINGER, 2013). Como explicar, no entanto, as greves sucessivas que ocorreram já em 2013 e se estenderam por 2014, como as protagonizadas por garis, professores e rodoviários? É por vislumbrar algo muito mais complexo e importante que Moraes, Jourdan e Ferreira (2015) vão no sentido diametralmente oposto ao que vai a interpretação de Singer ao considerarem as *Jornadas de Junho* como “a primeira insurreição/levante de caráter efetivamente nacional na história do Brasil” (2015, s.

p.). De fato, somente com boa dose de governismo é possível minimizar os aspectos materiais e simbólicos próprios das manifestações que ocorreram em 2013.

Não há dúvidas de que a multiplicidade de simbolismos presente nas ruas representou nitidamente aspectos de classe, mas mesmo dentro das particularidades destas várias *Jornadas de Junho* que encontramos nas narrativas – mais uma vez: que não começaram e nem tampouco terminaram em 2013 – persiste o fato de que a inserção de grande parcela de pessoas no mercado consumidor com a política lulista transformou definitivamente as representações políticas nas ruas e na Internet. A revista IstoÉ (2014) publicou pesquisa realizada pelo instituto Data Popular com sinalizações importantes sobre jovens, política e, em última análise, classes sociais. A pesquisa utiliza o verbete “Geração D” (de digital) para designar os 60 milhões de brasileiros que estão na faixa etária dos 15 aos 33 anos, dos quais, nas eleições de 2014, mais de 45 milhões estavam aptos a votar, o que representa algo em torno de 33% do eleitorado. Desses 60 milhões, 85%, ou seja, 51 milhões, acessam a Internet, enquanto esse número há dez anos atrás ficava em 35%. 93% acessam *redes sociais* e 8 de cada dez possuem perfil em alguma dessas *redes*. No que tange especificamente a política, um número simboliza o atual estado de (des)confiança e estranhamento às instituições tradicionais: dos que estão aptos a votar, 59% acreditam que o país estaria melhor se não houvesse partido político algum. A pesquisa realizada pelo Data Popular ainda traz um número profundamente revelador: 92% dos jovens do país mantêm a crença de que a vitalidade própria da juventude pode mudar o mundo, embora talvez não pela linguagem tradicional utilizada pelos partidos políticos, que consideram antiquada.

Diante de tal panorama, não é de se espantar que a política tenha definitivamente migrado para o ambiente virtual ao mesmo tempo em que vidraças de bancos eram quebradas, veículos eram incendiados e catracas de papelão eram queimadas. O significado de “fazer política” inelutavelmente está sendo alterado pela dinâmica interacional própria do ciberespaço num complexo contexto sociocultural. Não que a forma tradicional de fazer política tenha sido completamente suprimida, que a ocupação dos espaços públicos esteja simplesmente esteja desaparecendo (na verdade muito ao contrário), mas a virtualização das práticas antes restritas a esse campo de atuação leva para as mídias sociais boa parte do *ethos* político das ruas. E na esteira desse movimento, nas eleições de 2014 o que se viu foi a maciça virtualização das práticas de militância política, que, contudo, não deixaram de pintar as ruas com as cores dos partidos durante todo o período de disputa, encerrado com a realização do segundo turno para os cargos de presidente e governador em alguns estados da

Federação. Coexistem, portanto, os modos antigos de fazer política com novas práticas adaptadas ao ciberespaço, inclusive a crença e a descrença nos partidos políticos.

Não obstante tudo isso, não é exagerado dizer que de 2013 para cá houve uma radicalização da clivagem político-partidária (com forte cunho classista) profundamente insuflada pela mídia tradicional, e essa marca está nas ruas e nas redes.

Começando pelas ruas, embora, como demonstramos, não faça mais sentido falar nas ruas em descompasso com as *redes* em função da mútua e permanente influência que umas exercem sobre as outras, podemos citar vários acontecimentos e expressões que, no fundo, levam ao paroxismo o vilipêndio da política como linguagem e instrumento de mudança social.

Além das manifestações ocorridas em 2014, embora de menor adesão em comparação com as *Jornadas de Junho* e cujo alvo central era a Copa do Mundo, aquele ano também ficou marcado pelo nascimento de organizações de extrema-direita como o Movimento Brasil Livre (MBL), inspirado na estratégia de mobilização do Movimento Passe livre embora seja sua completa antítese no ideário político, e do Vem Pra Rua, organização de direita algo mais moderada que o MBL. Essas organizações, usando as *redes* para articular outros atores, viriam, já em 2015, convocar protestos pedindo o impeachment da recém reeleita presidenta Dilma Rousseff. Mas não se pode fugir ao fato de que politicamente o que de mais relevante ocorreu em 2014 foram as eleições para os cargos de deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e presidente da república que resultaram na recondução da presidenta ao Planalto, em segundo turno, por uma margem apertada de 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do seu adversário Aécio Neves, restando ainda o grande número de 27% de abstenções, votos brancos e nulos.

A popularidade de Dilma, irreversivelmente afetada pelas *Jornadas de Junho* de 2013, se refletiu nas urnas e a disputa acirrada transcendeu a eleição. O clima após não foi de aceitação pacífica da reeleição de Dilma e a nova configuração do Congresso Nacional, que segundo a sexta edição do estudo Radiografia do Novo Congresso realizada pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) é mais conservador socialmente e mais liberal economicamente do que os anteriores, com o crescimento expressivo de parlamentares ligados a igrejas evangélicas, policiais, celebridades e empresários e com a diminuição da representação da classe trabalhadora (CRAIDE, 2015, s. p.), contribuído para aprofundar a crise institucional inaugurada em 2013. É bastante plausível admitir que a fluida temática da corrupção, exaustivamente repetida pela mídia tradicional com destaque especial para o Partido dos Trabalhadores, somada ao esgotamento do modelo econômico que alguns

chamam “neodesenvolvimentista” tenha dificultado decisivamente a renovação do pacto democrático selado pelas urnas.

A apertada margem de votos que conduziu Dilma ao seu segundo mandato insuflou uma imensa legião de insatisfeitos com os rumos do país e, claro, com a perda de espaços historicamente garantidos, a não reconhecer a vitória da presidenta, procurando justificativas jurídicas tais ou quais para sua derrubada. Os novos congressistas não demoraram a ressoar a cantilena das ruas e das redes e o PMDB, partido cujo único pendor ideológico é o eterno conforto governista, tornou-se protagonista no circo dos horrores que começava a se armar. A política petista, de Lula a Dilma visceralmente dependente da coalizão com o PMDB para montar sua base de apoio e estabelecer a tão propalada “governabilidade” no Congresso, pode ser metaforizada como uma espécie de processo digestivo: em 12 anos, o PMDB engoliu o governo está tentando eliminar peristalticamente o PT com a atuação decisiva do seu presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, enredado em diversos escândalos de corrupção, mas investido da prerrogativa do cargo de iniciar o processo de impeachment da presidenta da república. É bom lembrar que caso o impeachment ocorra de fato, posto que até o momento em que estas linhas são escritas tal possibilidade é real, quem assumiria a presidência seria o vice Michel Temer, também do PMDB, que, talvez seduzido pela possibilidade de sair do posto de “vice decorativo” a chefe de governo, escreveu carta a Dilma Rousseff queixando-se do papel meramente figurativo ao qual foi relegado pelo Planalto, o que soou como ataque histérico digno de toda ordem de galhofa.

É nesse cenário tenebroso que mistura conservadorismo político e liberalismo econômico que vimos sucessivos ataques a direitos sociais duramente conquistados. Primeiro o desengavetamento do Projeto de Lei 4330/2004, que prevê a autorização da terceirização das atividades fins das empresas, o que pode aumentar significativamente a precarização do trabalho, segundo alguns parlamentares retirado da pauta depois da repercussão negativa nas *redes sociais*⁵⁹. Depois a aprovação na Câmara de Constituição e Justiça do PL 5069/2013, de

⁵⁹ Sobre a repercussão negativa do projeto e o recuo dos parlamentares sobre o tema ver:

MENDONÇA, Heloísa. Má repercussão nas redes faz PSDB recuar sobre lei da terceirização. **El País**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/15/politica/1429113990_810741.html>. Acesso em: 15 abr. 2015

BARROCAL, André. Repercussão assusta Câmara e pode brear lei da terceirização. **Carta Capital**, São Paulo, 14 abr. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/repercussao-assusta-camara-e-pode-brear-lei-da-terceirizacao-5802.html?utm_content=buffer8763b&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>.

Acesso em: 14 abr. 2015

Monitoramentos realizados pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da FGV, por exemplo, indicaram que no Twitter, entre os dias 13 e 15 de abril, as palavras mais mencionadas vinculadas ao tema foram

autoria do próprio Eduardo Cunha, que dificulta o aborto nos casos previstos em lei (como estupro, risco de morte à gestante ou feto anencéfalo) em função da exigência de exame de corpo de delito para realização do procedimento, o que evidentemente gerou revolta em várias entidades de defesa dos direitos das mulheres. Mais recentemente, e talvez o mais grave ataque a direitos constitucionalmente assegurados, o PL 2016/2015, esse de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre organizações terroristas, ao que uma proposta de emenda feita pelo deputado José Carlos Aleluia do DEM-BA tentou incluir movimentos sociais no conceito de organizações terroristas. O texto, modificado pela Câmara dos Deputados e aprovado no dia 24 de fevereiro de 2016, carente ainda da sanção presidencial, abre espaço para criminalização de minorias com tipificações penais vagas. Nenhum desses projetos, até o momento, entrou em vigor, mas a tentativa de restrição de direitos já é por si só profundamente simbólica do ambiente político. A aprovação final de qualquer um deles dependerá de vários fatores, inclusive da articulação política do governo federal no Congresso, já que em função dos escândalos de corrupção que envolvem o presidente da Câmara, seu futuro no cargo, assim como sua eventual prisão, estão em aberto.

A complexidade do ambiente político é diretamente proporcional ao reacionarismo que toma conta de parcela da população. Algo como uma espécie de neomacartismo tem motivado manifestações as mais esdrúxulas, como pedidos de intervenção (sic) militar. Por mais inacreditável que possa parecer, no dia 22 de março de 2014 algumas centenas de pessoas, segundo a PM, tentaram reeditar a famigerada Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em São Paulo, realizada em 64. Mesmo depois das atrocidades praticadas durante a Ditadura, pessoas que se diziam religiosas foram às ruas exaltar as Forças Armadas e pedir que o Exército retomassem o poder à força. Analisar tal contradição demandaria mais que algumas linhas de um trabalho pretensamente antropológico, já que talvez investigações no campo da psicologia sejam também necessárias para exata compreensão do fenômeno. O mais grave, porém, é que o avanço da extrema-direita não é exatamente um episódio isolado, embora também não se possa afirmar que uma parcela significativa da sociedade apoie um novo golpe militar, já que apenas uma minoria utiliza-se da liberdade de expressão da democracia para clamar pelo fim da própria democracia, um paradoxo tão brutal que dispensa explicações acessórias.

"não à precarização", "trabalhador" e "direitos" (MENDONÇA, Heloísa. Onda antiterceirização domina 98% dos debates sobre o tema nas redes. **El País**, São Paulo, 16 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/17/politica/1429230453_452167.html>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Já sob a batuta de grupos de direita e extrema-direita, ao menos três grandes manifestações ocorreram no Brasil em 2015: em 15 de março, em 14 de abril e em 16 de agosto. As *Jornadas de Junho* tinham rememorado que quando as pessoas ocupam as ruas os políticos têm razões reais para se preocupar.

A primeira, ocorrida dia 15 de março, contou com a pirotecnia jornalística própria da mídia tradicional e novamente com o uso político da divulgação do número de manifestantes: a cobertura promovida pelo canal de TV fechada Globo News noticiava algo em torno de 9 mil pessoas presentes na Avenida Paulista no início do protesto, segundo a PM, o que se transformou quase magicamente em um milhão de pessoas cerca de meia hora depois. O próprio DataFolha divulgou sua contagem com algo em torno de 210 mil manifestantes, irrisória diferença de quase 5 vezes de uma estimativa para outra. Isso, certamente, não significa que as manifestações tenham sido pequenas, inclusive porque ocorreram em inúmeras cidades do país.

O apoio da PM, por assim dizer, aos protestos em São Paulo não poderia ter ficado mais evidente. Além da ligeira diferença na contagem dos manifestantes, viu-se em profusão fotos de adultos e crianças trajadas com camisetas da seleção brasileira de futebol abraçando policiais sorridentes e prestativos. As bombas de efeito moral e balas de borracha eram, ali, apenas vestígios mnemônicos de pessoas desagradáveis outrora provocando o caos urbano. O que destoou deste pacato padrão foi a bomba lançada contra a sede do PT em Jundiaí que provocou um incêndio, incapaz, no entanto, de borrar as letras pichadas no muro: “fora PT”. Não se pode dizer também que, ao menos no plano simbólico, sejam exemplos de pacifismo os bonecos de Dilma e Lula “enforcados” em um viaduto na mesma Jundiaí. Aliás, o ódio foi tão evidente que jornalistas da Carta Capital foram obrigados a deixar a Avenida Paulista escoltados depois de serem hostilizados por manifestantes⁶⁰.

O ato do dia 15 foi precedido por uma espécie de resposta antecipada de movimentos sociais e sindicais, sobretudo a CUT (Central Única dos Trabalhadores) – apoiadora do governo Dilma – que no dia 13 de março organizou um ato em apoio à presidenta Dilma, segundo o DataFolha contando com cerca de 41 mil manifestantes. O Instituto também realizou pesquisas nos dois dias para tentar descobrir o perfil dos manifestantes, pelo que concluíram que enquanto a maioria dos presentes no ato do dia 13 (cerca de 25%) diziam

⁶⁰ A mídia internacional repercutiu os protestos, evidenciando o recorte de classe, de cor, de idade e o ódio que exalava das ruas. Exemplos reunidos dessa repercussão: THE GUARDIAN e Forbes sobre protestos de domingo: “Festival do ódio; manifestação de ricos”. **Pragmatismo Político**, 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/the-guardian-e-forbes-sobre-protestos-de-domingo-festival-do-odio-manifestacao-de-ricos.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

estar ali contra a perda de direitos trabalhistas, no domingo 15 a maioria das pessoas diziam protestar contra a corrupção (47%), aparecendo o impeachment da presidenta como segundo motivo para ocupar as ruas (algo em torno de 27%). Em relação a escolaridade, ambos contaram com expressivo número de pessoas com ensino superior: 68% no ato organizado pela CUT e 76% no ato organizado por movimentos e organizações de direita. A disparidade de renda, contudo, ficou clara: enquanto no ato de sexta 38% dos manifestantes declararam receber até 3 salários mínimos e outros 24% de 3 a 5, na manifestação de domingo 27% declarava receber de 5 a 10 salários mínimos e 22% de 10 a 20 salários (FERRAZ, 2015, s. p.).

Com expectativa de superar as manifestações do dia 15, os grupos de direita realizaram mais uma onda de manifestações no dia 12 de abril de 2015. As esperanças de fazer o bolo de pessoas crescer através do fermento das *redes sociais*, no entanto, restaram frustradas. Em São Paulo, novamente epicentro das manifestações, a PM divulgou que o número de manifestantes foi em torno de 250 mil pessoas. O Datafolha, no entanto, estimou o número em 100 mil pessoas, inclusive demonstrando como foi feito o cálculo. O número de manifestantes em São Paulo foi de um quarto do que se observou no dia 15 de março, o que, ressalta-se novamente, não significa que tenham sido insignificantes ou que não tenham colocado políticos governistas em máximo alerta e opositoristas em êxtase completo.

Um ponto bastante importante a ser destacado com relação aos protestos do dia 12 foi a reprodução do mantra “a favor da democracia” em completo descompasso com a prática e os pleitos dos grupos que se juntaram na Avenida Paulista e em outras locais do país. Casos de agressão física e verbal foram recorrentes, além, é claro, do pedido de impeachment se configurar como uma ruptura do processo democrático resultante do sufrágio⁶¹. O que se pode constatar de tal paradoxo é que os manifestantes, que também entoaram à exaustão cânticos e ofensas como “vai pra Cuba”, que insolitamente se tornou dos mais graves insultos proferido pelas classes mais abastadas, ou “o Brasil não será uma Venezuela”, é que, de fato, a defesa da democracia está em completo descompasso com a atuação dos manifestantes: ao mesmo tempo em que sacralizam a propriedade privada e veem o Estado como um demônio a ser derrotado, aplaudem o poder repressor do Estado contra os que lutam por uma sociedade que corrija as injustiças sociais historicamente sedimentadas e reproduzidas. Não é por acaso que

⁶¹ Não se trata de rechaçar totalmente o impeachment como instrumento legítimo, embora extraordinário, de controle do sistema democrático, afinal sua aplicação está prevista na Constituição Federal para os casos de prática de crime de responsabilidade. Trata-se de identificar nos discursos dos defensores das teses jurídicas do impeachment motivações políticas, ou seja, parafraseando um adágio: os fins políticos determinando os meios jurídicos.

o “estado mínimo” jamais pode prescindir de uma “polícia máxima”. Em suma, a democracia, entendida num sentido amplo, é belíssima até que os privilégios de classe corram risco.

A inesgotável dimensão do insólito revelada pelas manifestações do dia 12 de abril por pouco não eliminou a já tênue linha que separa ficção de realidade. No Rio de Janeiro, uma senhora de bicicleta, em atitude bastante temerária, é verdade, teve de ser escoltada pela polícia ao parar diante de manifestantes e questioná-los sobre quem assumiria a presidência caso Dilma viesse a ser afastada para, em seguida, sair em defesa da presidenta. A coragem, que beirou o atrevimento, quase resultou em agressões físicas, mas ficaram apenas em xingamentos como “comunista” e sugestões de ir para Cuba, o primeiro talvez o pior impropério possível para os que ocupavam as ruas (NINJA, 2015). A mesma sorte não teve o fotógrafo Beto Novaes: enquanto cobria os protestos em Belo Horizonte, Beto foi agredido após ser confundido com o ex-presidente Lula em função de sua incontestável semelhança física com o ex-presidente petista.

Também chamou a atenção a empresária Juliana Isem, que aproveitou as manifestações para posar nua para uma revista masculina, defender o impeachment da presidenta e assumir sua preferência pelo ex-ministro do STF Joaquim Barbosa como presidente do país. É evidente que a nudez em si não denota qualquer problema, afinal o corpo feminino, até hoje envolto em tabus moralistas horrorosos, é instrumento político por excelência. O problema é o vazio de sentido político representado pela nudez, que apenas reforçou estereótipos de gênero ao invés de combatê-los. Talvez até esse hiato de sentido político fosse o ensejo necessário para que a imperiosa atuação feminina galgasse a política institucional, hoje ainda sub-representada, através de um Partido da Mulher Brasileira (PMB). Esse partido existe, mas segundo sua presidente, Suêd Haidar, o partido não é feminista, mas apenas “feminino” (FREITAS, 2015, s. p.). Denise Abreu, pré-candidata à prefeitura de São Paulo nas eleições de 2016 pelo partido, chegou a dizer que o PMB é “antifeminista”.

Ao menos duas pesquisas realizadas no dia 12 de abril tentaram determinar o perfil dos manifestantes que tomaram as ruas do país, uma em São Paulo e outra em Belo Horizonte. A realizada em São Paulo foi coordenada pelo já citado professor Pablo Ortellado, da USP, e Esther Solano, da Unifesp (ORTELLADO, SOLANO, 2015) e a realizada em Belo Horizonte foi coordenada pela professora Helcimara de Souza Telles, da UFMG (TELLES, 2015). O interessante de se observar em ambas foi o questionamento sobre alguns temas controversos, muitos dos quais motivos de disseminação de mentiras pelas *redes sociais*, como a de que o programa Bolsa Família estimula a preguiça dos beneficiados ou que as cotas raciais promoveriam algo como um “racismo reverso” (sic). Os pontos de maior convergência

em ambas as pesquisas é a rejeição quase completa ao PT (e de modo geral aos partidos políticos) e a utilização da Internet como fonte de informação política e mobilização.

As manifestações do dia 16 de agosto contaram com um pequeno aumento no número de manifestantes em relação às do dia 12, que segundo o DataFolha, reuniram algo em torno de 135 mil pessoas na Avenida Paulista e, em mais uma quase irrelevante diferença na contagem, 350 mil segundo a Polícia Militar. A esta altura dos acontecimentos, o Brasil já era tomado pela medusa denominada Lava Jato, uma operação da Polícia Federal que investiga corrupção em contratos envolvendo a Petrobrás e que já culminou na prisão de vários executivos e donos de empreiteiras, incluindo também o senador pelo PT Delcídio do Amaral. Em que pese o fato de escândalos de corrupção na estatal serem antigos, os holofotes midiáticos se voltaram, num primeiro momento, para os políticos do PT aprofundando a crise do partido e da representatividade política, já enlameada pelo patrimonialismo na gestão da coisa pública desde o nascimento da República. Escândalos de corrupção paralelos, como do metrô de São Paulo, ocorrido na gestão do PSDB durante duas décadas, ou a Operação Zelotes da Polícia Federal, cujas investigações apontaram um mega esquema de sonegação fiscal junto ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) – órgão administrativo responsável por julgar litígios de natureza tributária – envolvendo algumas das maiores empresas do país, ficaram em segundo ou terceiro ou quarto planos na mídia e, claro, no imaginário popular.

Nova pesquisa foi realizada nas manifestações do dia 16 de agosto sob a coordenação do professor Pablo Ortellado e da professora Esther Solano com a intenção de delinear o perfil dos manifestantes, de cujos resultados se pode extrair apontamentos interessantes (ORTELLADO, SOLANO, NADER, 2015b, s. p.). Dos entrevistados

97% concordam total ou parcialmente que os serviços públicos de saúde devem ser universais e 96% que devem ser gratuitos. Já 98% concordam total ou parcialmente com a universalidade da educação pública e 97% com a sua gratuidade. Até mesmo uma demanda social recente e algo heterodoxa como a gratuidade do transporte coletivo (a “tarifa zero”) encontra 49% de apoio total ou parcial entre os manifestantes. (ORTELLADO, SOLANO, NADER, 2015a, s. p.)

É relativamente surpreendente que os entrevistados defendam serviços públicos universais e de qualidade quando as lideranças de organizações como MBL e Vem Pra Rua se coloquem como liberais ou ultra-liberais ao defenderem a velha cantilena maniqueísta de que todos os serviços oferecidos pelo Estado são necessariamente piores que os ofertados pela

iniciativa privada, o que justificaria a terceirização quase completa das obrigações do Estado. Se, por um lado, as lideranças apontam para um caminho absolutamente radical no que diz respeito às políticas econômicas, evidenciando uma espécie de “guerra à esquerda” ou ao pensamento de esquerda, por outro lado há a percepção de que os serviços essenciais devem ser públicos e de qualidade. Os articuladores dos protestos são contestados pelos próprios manifestantes, que parecem rejeitar o reducionismo que contrapõe Estado e iniciativa privada como modelos exclusivos e excludentes de resolução dos problemas sociais.

Acontece que o relativo difusionismo de agendas políticas e econômicas não camuflou extremismos fascistas, mais visíveis e recorrentes desde 2013. Além da bomba jogada contra a sede do PT em Jundiaí durante as manifestações do dia 15 de março, outra bomba foi jogada no diretório do PT em São Paulo no dia 26 daquele mês. A sede do Instituto Lula, em São Paulo, também sofreu ataque a bomba no dia 30 de julho. Passando da violência material à violência simbólica, podemos citar a presença de enormes bonecos infláveis de Lula vestindo uniforme de presidiário típico de filmes hollywoodianos nas manifestações convocadas por grupos de direita, a venda de adesivos misóginos destinados a tanques de gasolina de carros retratando a presidenta Dilma com as pernas de forma tal que, quando a bomba de gasolina fosse posicionada no tanque do carro, restaria evidente o simbolismo da penetração, o que transcende e muito qualquer direito a liberdade de expressão e escancara o componente machista e misógino por vezes velado, por vezes explícito da crítica (se é que tal estupidez configura algum tipo de crítica) política. Por fim, se houvesse algo como uma competição entre as absurdidades ocorridas em 2015, o primeiro lugar certamente estaria assegurado pelo relato a seguir, extraído do Facebook do ciclista Paulo Zapella (figura 33).

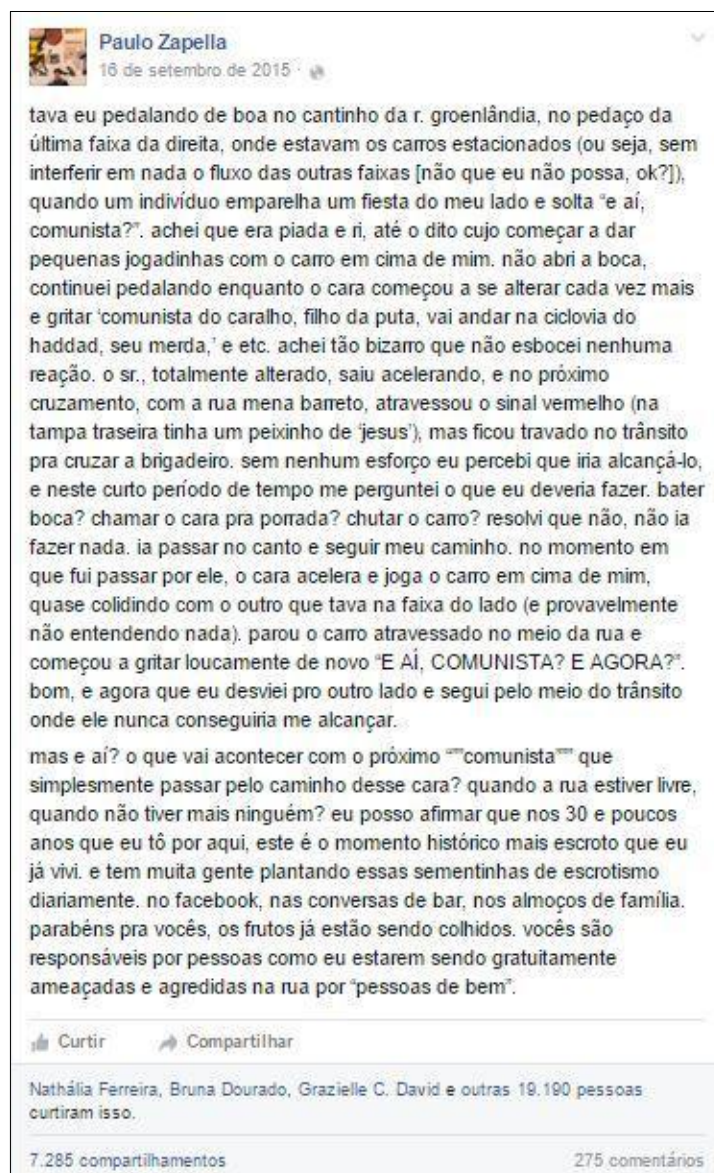


Figura 33 – Relato do ciclista Paulo Zapella em sua Linha do Tempo. Fonte: Facebook.

O relato é bastante pertinente por sintetizar não só o ódio ao ciclista, às ciclovias e ao prefeito de São Paulo Fernando Haddad, do PT, mas também por traduzir a aversão a qualquer projeto de cidade que não seja pautado apenas pelo transporte individual e motorizado que simplesmente impede o funcionamento de cidades do tamanho da capital paulista, como já alertava o MPL respondendo as acusações de que suas manifestações travavam o trânsito. Aliás, nesse sentido, não se pode fechar os olhos para a parcela de culpa que cabe ao modelo econômico petista que durante algum tempo reduziu impostos de montadoras de veículos para impulsionar vendas e estimular a indústria automobilística, o que certamente colide com qualquer racionalidade urbanística que privilegie o interesse coletivo.

O Estado também protagonizou – na verdade protagoniza diariamente – absurdidades, como a prisão do morador de rua Rafael Braga acusado de portar um coquetel molotov nas manifestações de junho de 2013, possivelmente fruto de uma bricolagem nada menos que extraordinária, afinal o explosivo foi feito com uma garrafa de plástico do produto de limpeza “Pinho Sol”, ou a prisão de 23 suspeitos de integrar uma quadrilha armada que, segundo a polícia do Rio de Janeiro praticaria atos violentos durante a Copa do Mundo. Faria parte da “quadrilha armada” em questão a ativista e professora de Filosofia da UERJ Camila Jourdan e, retomando a estrada do insólito, o autor anarquista russo Bakunin, que passou a ser considerado “suspeito” no inquérito a partir menções a seu nome identificadas em escutas telefônicas.

Em relação às *redes*, só podemos tratar de um recorte ínfimo da colossal quantidade de dados que se poderia obter de 2013 para cá tanto em monitoramento de *redes sociais* como de nossa própria observação. Observação que encontra uma limitação bastante evidente na medida em que o Facebook, principal *rede social* em termos de quantidade de usuários, se aproxima da dinâmica do Twitter ao utilizar um algoritmo que restringe o alcance das publicações de páginas curtidas ou posts de amigos de acordo com as nossas ações ou de acordo com a repercussão de determinados temas⁶². Dito de outra forma, além do fato da nossa observação como usuário das *redes sociais* naturalmente se circunscrever ao nosso universo de amigos, grupos dos quais participamos e páginas curtidas, as informações que aparecem no nosso *feed* (ou mural de notícias) são proporcionais às nossas interações com esses mesmos amigos, grupos ou páginas, o que cria um verdadeiro biopoder de controle da ecologia informacional à qual temos acesso. Mas mesmo diante dessas limitações é possível explorar de maneira genérica as dinâmicas que saíram das ruas e tomaram o ciberespaço de modo bastante amplificado.

A revista Carta Capital publicou, em maio de 2014, matéria sobre a guerra eleitoral de 2014 (CARTA CAPITAL, 2014) na qual apontava o crescimento de um importante ator-rede que disseminava mentiras, boatos e discursos de ódio no Facebook: a página TV Revolta. Segundo a publicação, a página possuía, à época, 3,5 milhões de seguidores e um alcance total de mais de 27 milhões de internautas. A tática de produzir montagens com frases de efeito e ofensas que transbordam ódio, atrai precisamente o público ávido por este tipo de mensagem,

⁶²A empresa E-dialog, especializada em gestão de redes sociais e marketing digital noticiou essa mudança e os resultados dessa nova dinâmica interacional (PIMENTEL, Guilherme. Facebook passa a privilegiar posts com assuntos que estão bombando. **E-Dialog**, São Paulo, 19 set. 2014. Disponível em: <<http://www.edialog.com.br/midia-social/facebook-passa-privilegiar-posts-com-assuntos-que-estao-bombando/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

por definição, antidemocrática, desprovida de qualquer intenção de debate ou exposição de argumentos racionalmente construídos. O antipetismo evidente – que pode ser entendido nesse contexto como antipolítica – contido nas postagens da página motivou a coordenação de campanha de Dilma na Internet, à época chefiada por Franklin Martins, a investir 12 milhões de reais, segundo dados da própria revista, apenas na campanha virtual na tentativa de contrapor a avalanche destrutiva em curso.

Se a hipótese de que o ambiente virtual não é uma espécie de universo paralelo regido por leis desconexas às do ambiente fora das redes estiver correta, o fenômeno TV Revolta só pode ser explicado por duas causas, uma conjuntural e outra estrutural. Em termos de conjuntura, a evidente polarização político-partidária no país potencializa o ódio direcionado, que extravasa em casos como das bombas em diretórios do PT e no Instituto Lula ou na tentativa de atropelamento de um ciclista numa ciclovia em São Paulo. A causa estrutural relaciona-se com a perversa desigualdade social brasileira, que fica bastante evidente na demanda punitivista contra os mais pobres. A popularidade de figuras reacionárias, o desprezo pelos direitos humanos, a oposição a políticas de discriminação positiva, como as cotas, e a programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, demonstram que a sociedade brasileira (e de outros países, evidentemente) é violenta, e seletivamente violenta. É tragicamente complacente com determinadas violências. Portanto, o fascismo que ora fica se manifesta, ora se recolhe aos delírios subjetivos não nasce como mágica ou em meros arroubos de estupidez individual, existe concretamente, se fortalece em momentos de crise e agora ainda conta com as *redes sociais* para se propagar. Em suma: as redes amplificam as ruas, não estão em descompasso delas.

Mas é preciso avançar na análise. Malini e os demais integrantes do Labic (Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura), ligado à Universidade Federal do Espírito Santo, mapearam as redes virtuais formadoras de grupos que capitanearam os protestos contra Dilma e o PT em 2015. Restringiremos-nos às análises de *redes sociais* apenas do dia 15 de março, pois entendemos que ela contempla a compreensão das redes em conexão com as ruas e, claro, porque cada manifestação ocorrida gera um volume de informações faraônico.

O primeiro grafo, que Malini publicou em sua página pessoal no Facebook (figura 34), identifica a rede do que ele chamou “movimento #15M” no Facebook. Sobre o grafo, o professor explica:

O movimento #15M no Brasil é composto por um conjunto de 360 fanpages, cuja marcação editorial é delimitada em propagar (a) o anticomunismo (rede verde), (2) o combate à corrupção e intervenção militar (rede vermelha) e (3) mobilização de rua para protestos (rede roxa e azul). A rede verde é formada por fanpages que constituem seus valores de defesa da família, do livre mercado e da moral e bons costumes. É a base cosmológica de fundo do nosso #15M (a estudar). A rede vermelha tem vocação mais militaresca, com uma mistura de princípios patrióticos e de profunda negação do comunismo e petismo. A redes roxas e azul, menos densa, dada à sua condição de novata, são formadas pelos principais articuladores dos protesto de domingo (15), como Movimento Brasil Livre e Revoltados Online (MALINI, 2015b).

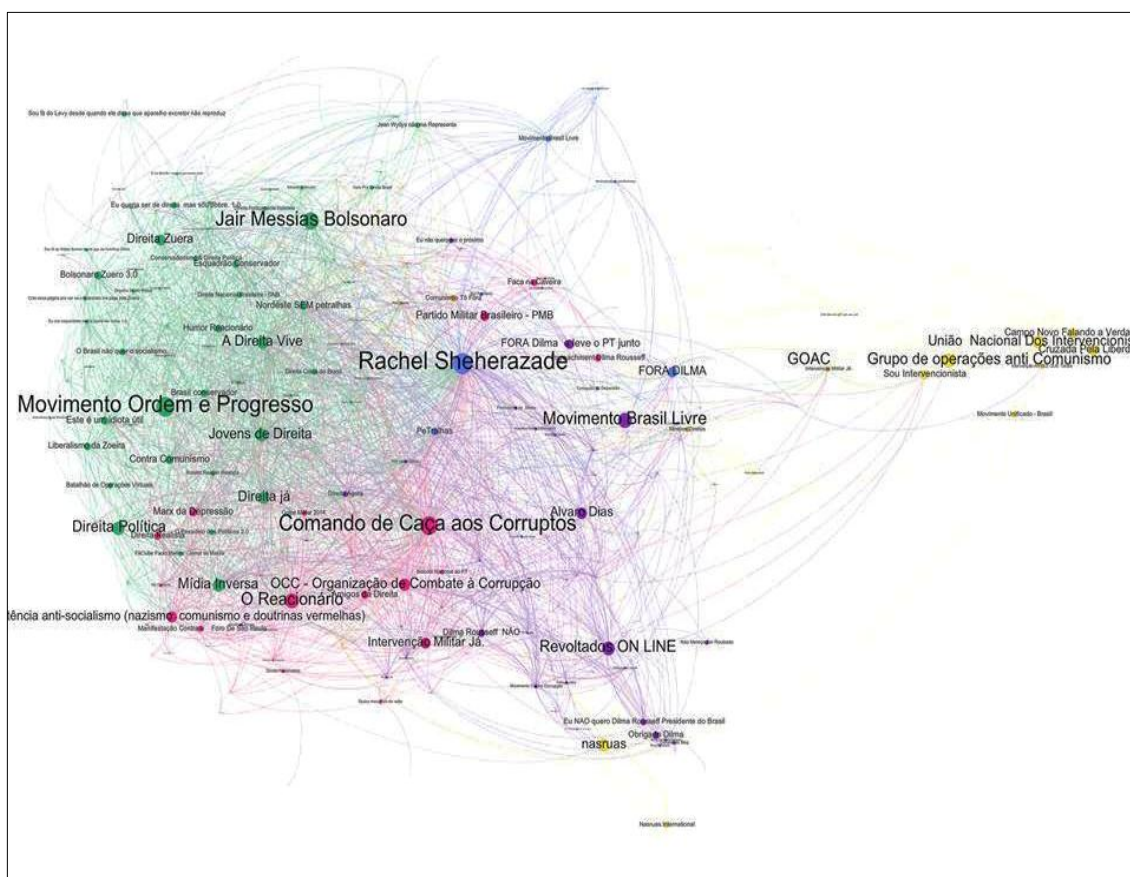


Figura 34 – Grafo representando o “movimento #15M”. Fonte: Facebook.

Algumas das fanpages identificadas no grafo são: o deputado de pendores fascistas Jair Bolsonaro, a jornalista ultraconservadora Rachel Sheherazade, Movimento Brasil Livre, Fora Dilma, O Reacionário, Direita Já, Direita Política, A Direita Vive, Grupo de operações anti Comunismo, Comando de Caça aos Corruptos, Partido Militar, Revoltados ON LINE, etc. De fato, como ficou claro com a pesquisa realizada pelo DataFolha na manifestação do dia 15, o tema “corrupção” foi o amálgama dos manifestantes presentes nas ruas e, como resta evidente, também dos perfis que compuseram a rede de atores #15M, que mesmo tendo outros motes além desse não deixam de utilizá-lo em seu proveito.

A ambiência do Twitter também foi avaliada por Malini, que de um universo de 598 mil tweets analisados até 20h30 do dia 15 com os termos “Dilma”, “manifestação”, “protesto”, “vempraruá”, “menosodiodemocracia”, “foradilma”, “forapt” produziu no seguinte grafo (figura 35) (MALINI, 2015c).

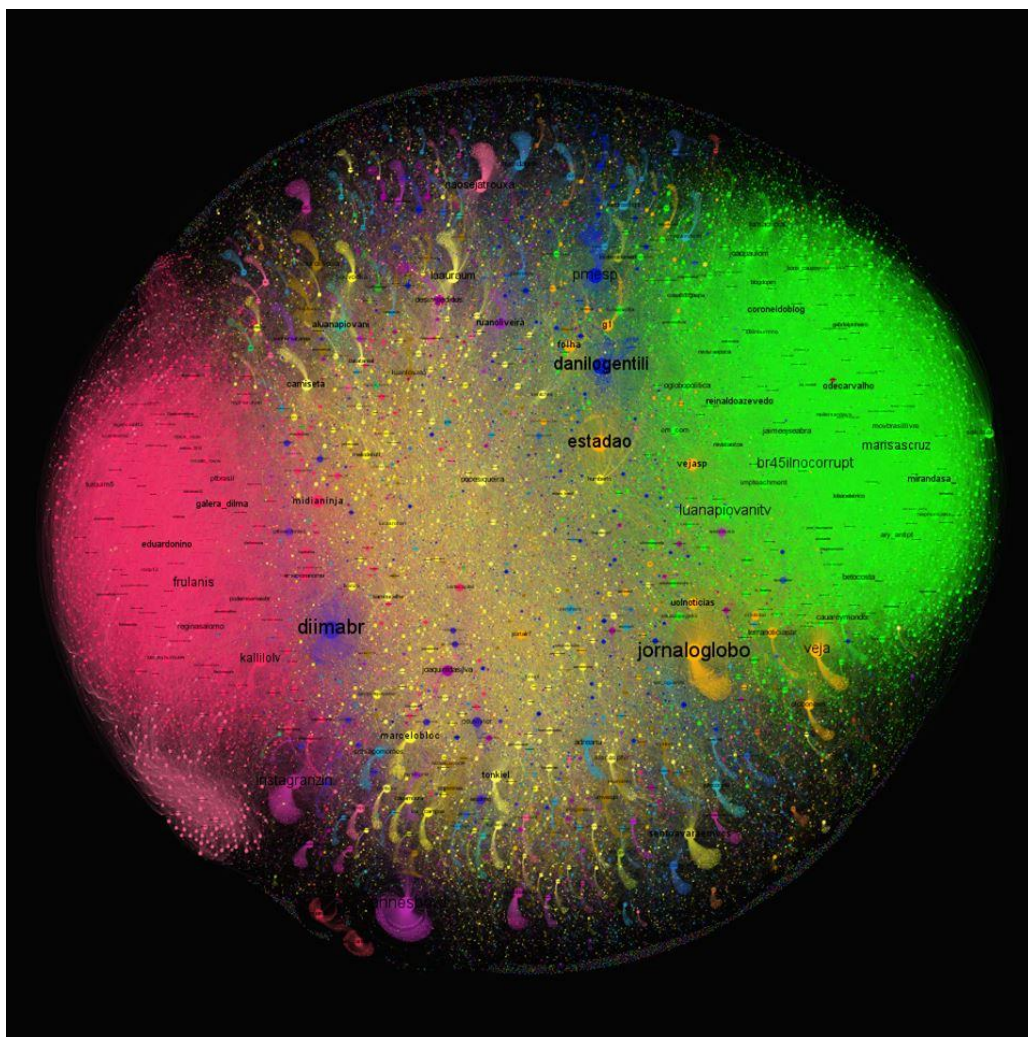


Figura 35 – Grafo representando a rede Twitter em 15/03/15. Fonte: Facebook.

Segundo Malini, a rede vermelha é governista, portanto defensora de Dilma, e a rede verde é oposicionista. Há um complexo meio representado pela cor amarela que deve ser devidamente analisado, mas é possível identificar que mesmo com a rede oposicionista tendo tentado enfrentar a guerra virtual com relativa paridade, a rede oposicionista foi maior e conseguiu se sobrepor.

Outra importante análise feita por Malini foi comparar as redes que se conformaram no mês de junho de 2013 e no dia 15 de março no Twitter sob a *hashtag* #vempraruá. A polarização das ruas responde perfeitamente à polarização das redes (figura 36).

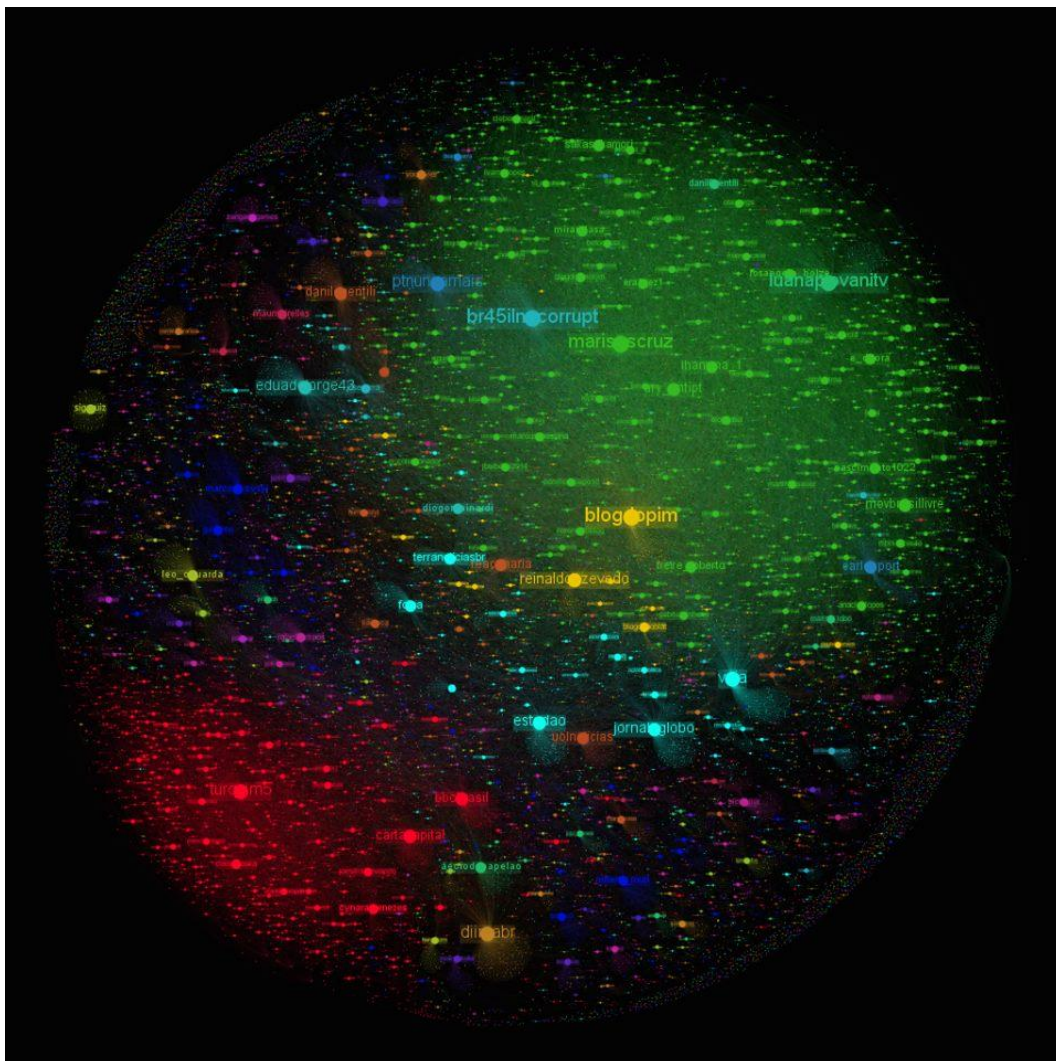


Figura 37 – Grafo do dia 15 de março no Twitter sob a *hashtag* #vemprarua. Fonte: Facebook.

Malini assim resumiu as ressonâncias e dissonâncias entre junho de 2013 e março de 2015:

Em suma: 2013 está entre nós. O mal-estar atravessa todos nós, porém, esse fundo da indignação está totalmente capturado pela disputa político-partidária, algo faz março se distanciar de junho. Se, em 2013, os políticos e as celebridades chegaram depois das manifestações, em 2015, nas redes sociais, eles chegaram nelas primeiro, convocando seus afiliados e fãs para a guerra das ruas, para a guerrilha nas redes. A mesma hashtag #VemPraRua no Twitter ganhou outro desenho, marcada pela bipolaridade, devido à alta contaminação dos aloprados dos partidos. Os governistas e os oposicionistas formam uma estrutura baseada em perfis-robôs nas redes sociais, cuja função é mencionar e replicar “líderes”, inflar publicações de RTs e criar um efeito manada no público. Há situações em que esses robôs produziram cerca de 900 tuítes num único dia sobre o mesmo assunto. O uso intenso de robôs é um sintoma da própria indigência desse binarismo político, uma vez que a função desses bots nacionais é atacar e defender visões partidárias e ainda aquecer a temperatura, com muita “trolagem”. Esses robôs, junto com os

“bots vivos” (militantes pagos ou não na rede), atacam as hashtags, derrubam-nas ou as colonizam. Assim, de modo similar à realidade no México, onde os chamados bots governamentais calam os movimentos da sociedade civil, as redes do #15M e do #13M tentam instituir a mecânica da velha comunicação de massa, em que poucos se comunicam para muitos (MALINI, 2015a).

Com efeito, toda essa guerra virtual é resultado de um novo tempo em que a política precisa se reinventar, a linguagem precisa se reinventar (a linguagem do texto de Malini aliás mostra isso claramente...), os atores precisam se reinventar. Não surpreende, diante de análises gráficas como as acima reproduzidas, que um mundo novo se abriu em horizontes com sóis múltiplos e vastas escuridões cosmopolíticas inexploradas, e é o surgimento um tanto caótico de novas tecnologias e subjetividades que realimenta a percepção, sobretudo dos jovens, de que a linguagem política é obsoleta, rígida, aprisionadora. Resta saber, identificado o anacronismo da linguagem política, qual a linguagem possível: se a nova-velha linguagem adocicada pelas metamorfoses que giram no próprio eixo capitalista ou se outras que existem virtualmente e só podem se atualizar no espectro de uma atuação política agenciadora que privilegie não mais a acumulação de capital como um fim em si mesmo, mas que busque modelos efetivamente libertários da dominação econômico-política tradicional. Afinal, se há uma conexão real entre as pautas de manifestantes aqui, no México, nos EUA, na Islândia, na Turquia ou na Tunísia etc, é a emancipação social, sempre buscada, nunca atingida. No entanto, o perfume da esperança ainda embevece as ruas e as redes.

Prova disso é a recente mobilização de alunos secundaristas em São Paulo, que ocuparam escolas contra a assim chamada pelo governo estadual de “reorganização escolar”, que na prática significava o fechamento de salas de aula e escolas inteiras para economizar despesas. Com as ocupações vieram atividades extracurriculares, com aulas ministradas por voluntários, intervenções artísticas com música, teatro e a produção de vídeos postados em *redes sociais* mostrando como a auto-organização dos alunos conseguia manter as ocupações de modo ordenado com decisões democraticamente tomadas em assembleias. Quando a mídia tentava deturpar as ocupações, vídeos eram produzidos para desmentir ou mostrar outra versão dos fatos, e quando a polícia agrediu secundaristas que protestavam nas ruas (pois inacreditavelmente isso aconteceu), vídeos produzidos por coletivos como Jornalistas Livres corriam as redes e conquistavam a simpatia de mais pessoas. Essa experiência magnífica, que terminou com o recuo do governo após mais de dois meses de mobilização e decisões judiciais desfavoráveis ao governo, mostrou aos alunos a essência da prática democrática e a responsabilidade necessária para com a gestão coletiva da coisa pública, algo que transforma

visões de mundo e cria permanentemente outros agenciamentos coletivos que são, por definição, a essência da política.

A experiência dos secundaristas em São Paulo, que extravasou para outros estados, é um farol que ilumina a escuridão política brasileira. As *redes* podem aumentar a potência dessa luz que cintila num horizonte profundo e escuro e que deve necessariamente ser explorado e clareado. Esse é o sentido das *redes*. Ou de algumas redes, talvez.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de pagar tributo ao clássico livro “1968 O Ano Que Não Terminou” do grande jornalista Zuenir Ventura, o título “O mês que não começou” sugere exatamente que não podemos, no arremate do trabalho, simplesmente concluí-lo peremptoriamente, pois se o mês sequer começou também não haveria de terminar. Na verdade, emprestando alguma concretude à metáfora, tal impossibilidade advém de pelo menos duas dificuldades: a primeira teórico-metodológica, já que qualquer análise ator-rede apenas recorta uma rede que é infinita, mas que, por razões óbvias, não pode ser infinitamente analisada. A segunda, de natureza empírica, dá conta do fato de que junho de 2013 ainda segue vivo, causando profundos arranjos e desarranjos políticos, sociais e econômicos, como mostra nosso último capítulo. Apesar disso, impõe-se a inescapável necessidade de botar um ponto final (ou ponto e vírgula) mesmo que contingente no texto, até mesmo para evidenciar algumas importantes consequências restadas das tensões causadas pelas *Jornadas de Junho*.

A começar pelo fato de que certamente o ano de 2013 não pode ser encarado como ruptura, mas como o clímax de inúmeras confluências históricas que resultaram nas manifestações, assim como o ano do AI-5 foi sendo gestado pela conjuntura política que remete, na melhor hipótese, a 64, ano do Golpe Civil-Militar, que remete a anos anteriores e assim sucessivamente. Os anos só começam de fato, então, na formalidade do calendário e na inesgotável demanda por fantasias renovadoras que a alma humana forja como supostos “ciclos de vida”.

Talvez nossa jornada “comece” com a divisão entre natureza e cultura levada a cabo pelo projeto iluminista, do qual Descartes é o patrono e o mais brilhante expoente. Ocorre que, tal divisão, profundamente sedutora é verdade, dá sinais de desgaste com a multiplicação de híbridos mundo a fora, resultados da imensa capacidade humana de manipular a natureza e explodir os limites ontológicos da natureza-em-si e dos homens-entre-eles. Algo que cosmologias indígenas sempre mostraram, ou seja, que não podemos ver o mundo repleto de “coisas” objetivas separadas de nós mesmos, vem sendo agora levado mais a sério. Talvez a capacidade ocidental de mobilizar os híbridos de natureza e cultura tenha chegado num ponto tal que a curva da história nos jogue para um recomeço não da própria história, mas do entendimento do que somos: natureza e história em ontologias indissociáveis.

A partir desta releitura é que pudemos analisar sem remorsos nostálgicos as ambivalências da cibercultura, uma realidade tão nova quanto incômoda para todos que olham de soslaio as descobertas científicas, para cada nova possibilidade inexplorada. Reconhecer a

inutilidade desse olhar permanentemente desconfiado não equivale a aplaudir irrefletidamente as “políticas da natureza”, mas antes, repensar a natureza das políticas para que suas possibilidades emancipadoras não sejam estancadas e suas tramas de biopoder não sejam naturalizadas e as dominações perpetuadas. Um projeto difícil, não há dúvidas.

Romper com a tradição filosófica da modernidade é um projeto verdadeiramente audacioso, mas a nosso ver necessário. Só pudemos nos desvencilhar da tecnofobia tanto quanto da tecnoutopia assim. Também foi assim que conseguimos demonstrar que o social não é algo dado, pronto, estável e cuja verdade pode ser revelada a golpes de análise fria e objetiva, ao contrário, natureza-cultura é uma constituição híbrida formadora de atores-rede que só podem sobreviver através de associações, das quais, inclusive, fazemos parte enquanto pesquisadores.

Foram esses postulados que permitiram a análise das *Jornadas de Junho* em um contexto mais amplo, que envolve as ruas e as *redes sociais*, verdadeiras hibridações sociotécnicas. Ficou claro que em dado momento, quando os protestos pela revogação do aumento das passagens do transporte coletivo em São Paulo foram brutalmente reprimidos, as narrativas da mídia tradicional clamavam por mais repressão enquanto nas *redes* um furor aglutinava outros atores solidários à causa, gerando mais mobilizações que fatalmente saíam do controle, algo proporcionado pela construção de contranarrativas disseminadas pela Internet.

O complexo cenário das *Jornadas de Junho* demonstrou possivelmente o que de mais fundamental podemos extrair de toda a análise: a instabilidade que as *redes* podem provocar no poder instituído é salutar para a sociedade. Na medida em que os políticos se apropriam dos seus cargos e sequestram o poder como se não devessem qualquer satisfação aos seus eleitores, transcendendo e muito a estabilidade das instituições, na medida em que a democracia representativa é visceralmente dependente do distanciamento entre a voz múltipla da sociedade e da política institucional, palco exclusivo das decisões, a insatisfação cresce, as ruas gritam e as *redes sociais* amplificam.

Essa amplificação é perigosa para o poder instituído e, por isso, obviamente, ele reage e tenta controlar legal e ilegalmente suas potencialidades. A Internet, no entanto, se reconfigura para evitar os bloqueios do poder constituído, buscando linhas de fuga dentro de uma estrutura que também é cada vez mais concentrada pelo poder econômico e vigiada pelo poder do Estado, o que, inclusive, dá origem a relações incestuosas nefastas entre o poder público e organizações privadas. Mas domar a ira gestada nas ruas e reverberada nas *redes* é certamente bem mais difícil do que se supõe.

É bem verdade que se uma multidão insatisfeita foi às ruas protestar por mudanças políticas e sociais, o sentido das mudanças foi capitalizado por grupos conservadores de direita e extrema-direita, o que não é desejável em qualquer contexto em que se aspire efetivas transformações sociais. Mas se a toda ação corresponde uma reação oposta, embora não necessariamente de igual intensidade no contexto social, devemos admitir que essa reação era relativamente previsível. Como dissemos repetidas vezes, o ciberespaço não é um mundo autônomo, embora em relação mútua com o espaço não-virtual exerça pressões modificativas que precisam encontrar correspondência social para se concretizarem. Por isso podemos concluir que o espírito fascista esteve circunstancialmente adormecido enquanto houve calma econômica mas jamais foi extinto. A construção social dos micro e macro fascismos tem origens históricas complexas que remete a séculos, ou seja, muito antes do surgimento das *redes sociais* ou da Internet.

Ao afirmar que a instabilidade provocada pelas redes é salutar para a sociedade, não estamos reivindicando pensamentos inéditos, muito ao contrário. Marilena Chauí lembra que

Espinosa afirma que desejar conduzir os negócios públicos à revelia do povo e esperar deste moderação e prudência é rematada loucura, cabendo aos dirigentes compreender que o adágio “a massa é terrível quando não teme” aplica-se não ao povo, mas aos grandes e poderosos, que são “temíveis quando não tremem”. (1980, p. 98)

Neste sentido, ainda segundo a filósofa, tanto para Maquiavel quanto para Espinosa a tirania não é o governo de uma única pessoa, grupo ou classe, mas como um governo onde poder e detentor do poder são uma só e mesma coisa. Dito de outro modo, “a tirania é o instante no qual o poder perde seu lugar público para aderir às figuras empíricas de seus ocupantes” (1980, p. 98). Assim que, na democracia, oposta por definição à tirania, é vedado aos representantes ou aos grupos autogestionários identificarem-se com o próprio poder.

As questões que se abrem a partir daí são inesgotáveis e por isso mesmo incabíveis em nossa modesta pesquisa. Mas os questionamentos e incertezas são as verdadeiras fontes de busca por uma representação qualquer da realidade.

O que efetivamente tentamos trazer de novo é a mediação que as *redes* possibilitam na injeção de incerteza do poder instituído em relação ao comportamento da sociedade. Ainda que a descrença na democracia representativa seja crescente, para pensar formas políticas mais múltiplas, portanto efetivamente mais democráticas, a Internet, e particularmente as *redes sociais*, podem ser instrumentos importantes, como foi em larga medida em junho de

2013, assim como foi para os secundaristas em São Paulo e também pode ser para outros movimentos sociais.

Lucas Monteiro, hoje ex-integrante e um dos principais representante do Movimento Passe Livre nas *Jornadas de Junho*, afirmou em texto escrito para o Blog Passa Palavra que o MPL tinha chegado ao fim. A potente autocrítica é profundamente reveladora das tantas discussões que desenvolvemos até aqui, mas uma em especial que merece destaque: a dificuldade (e não impossibilidade), antes humana do que política, mas certamente aprofundada por certos modelos políticos, de articular e mobilizar pessoas sem que ocorra, com isso, a hiperburocratização das decisões de um lado e a preponderância das preferências individuais de outro. Com a palavra, Lucas (Legume) Monteiro:

Prevaleceu – se não formalmente, ao menos na prática – a manutenção da lógica dos grupos de afinidade autônomos em detrimento da formação de um movimento amplo e horizontal. Essa lógica, que deveria potencializar a militância a partir da construção de laços fortes de confiança entre as pessoas, mascarou a formação de grupos de afinidades pessoais que funcionavam como um filtro para selecionar os interessados em atuar no movimento. A mistura entre afinidades pessoais e políticas levou a uma fusão entre os círculos de amizade com os de militância. Não se trata de algo novo dentro da esquerda e do meio autônomo, mas esse problema se agravou a partir do momento em que vencemos uma importante luta e nos tornamos uma referência para milhares de pessoas. O sucesso das mobilizações de 2013 teve como uma de suas consequências o efeito de nos apaixonarmos por nós mesmos: as relações de amizade, amorosas e sexuais voltaram-se para dentro do próprio movimento. O efeito disso foi intenso, porque participar do movimento incluía ser amigo das pessoas. Para ter acesso às decisões e disputas do movimento era necessário frequentar as festas, os bares após as reuniões, participar dos grupos de amigos, o que deixou o caminho aberto ao nosso fechamento em relação à sociedade. (LEGUME, 2015, s. p.)

O texto termina com a avaliação de que o MPL teria chegado ao fim por não ser “capaz de produzir novas dinâmicas e experiências de luta”. Parece haver uma ligação mais íntima do que parece entre o narcisismo e o poder, seja ele de que natureza for. O Movimento Passe Livre não acabou de fato, evidentemente, pois tanto em 2014 quanto em 2015 o grupo articulou mobilizações importantes. A reflexão, no entanto, se dá quanto a forma mais que quanto ao conteúdo.

O tema da burocratização acompanha não apenas a mobilização política tradicional, mas a própria burocratização do poder com a inserção de tecnologias complexas e distantes das pessoas comuns, que pode redundar em mais distanciamento do povo em relação à política institucional e, portanto, mais insatisfação. Essa possibilidade também segue aberta.

O que aqui tentamos fazer, no entanto, foi mostrar que possibilidades abertas devem ser exploradas, como exemplarmente fizeram os secundaristas em São Paulo. É preciso saber usar as injeções de instabilidade fornecidas pelas *redes* sem que, com isso, o remédio mate o paciente. Pois, afinal, nosso Admirável Mundo Novo é diametralmente oposto ao imaginado por Aldous Huxley, onde a tecnologia colonizou as vidas e drenou as almas. É por isso que devemos ser capazes de olhar para os “selvagens” com muito mais atenção sem, com isso, elevá-los à condição de mitos.

7 POSFÁCIO

Talvez fique reservado para as linhas que se seguem o conteúdo mais propriamente antropológico de todo o trabalho, pelo que, só agora, me autorizo a escrever em primeira pessoa seguindo a forma tradicional das etnografias, ao contrário de toda a construção textual precedente feita em segunda pessoa. Primeiro em função da teoria da ação que se extrai da ANT; em segundo porque utilizei dados de tantos pesquisadores que minha percepção particular esteve verdadeiramente diluída ao longo do trabalho.

A necessidade de escrever esta quase-etnografia travestida de autoanálise é tanto a rendição ao imperativo crescente de pensar a cultura ligada ao espaço virtual enquanto realidade própria do mundo contemporâneo, com seus problemas e particularidades, como um reconhecimento à antropologia enquanto ciência que, segundo Roy Wagner, possui uma “mensagem evangélica” que “atrai pessoas que desejam se emancipar de suas culturas”. Explico.

Antes de a pesquisa ser iniciada ela já estava pronta, restava apenas escrevê-la. Isso porque, de fato, ao presenciar a explosão das *Jornadas de Junho* tanto como participante em minha cidade, quanto acompanhando pela TV os jornais tradicionais, mas sobretudo pelas *redes sociais*, um sentimento inicial de que o mundo estava prestes a ser mudado e uma revolução poderia ser realmente realizada foi rapidamente suplantado pela absoluta incredulidade em qualquer potencial transformador (in)existente em uma sociedade na qual boa parte das relações se dão virtualmente. O pessimismo me dominava de tal forma que encontrei no conforto da crítica pós-moderna a representação do mal-estar que naquele momento me dominava, o que foi uma espécie de calmante necessário mas que não tardou a começar a perder o efeito e demandar mais doses para alcançar a eficácia desejada. Ao fim e ao cabo, era isso: o desejo de algum conforto na escuridão de uma derrota inevitável.

Arrisco dizer que grande parte daquele derrotismo estava atrelado a um sentimento de demasiada cautela (ou relutância) em relação aos novos palcos das interações humanas sobre os quais tanto falamos: as *redes sociais*. Tal como o grande poeta Manoel de Barros, sempre fui um tanto leso nas tratagens com máquinas, de modo que nunca tinha conseguido ter com a tecnologia uma relação exatamente pacífica. Posso dizer, com alguma segurança, que se há um viés verdadeiramente antropológico no presente trabalho, ele se deve inicialmente a isso.

Logo no início de junho, quando vi as ruas serem tomadas por jovens dispostos a apanhar da polícia por uma causa específica, a esperança de dias melhores tingiu de verde

meu frio e cinzento ceticismo em relação aos rumos políticos do país. Contudo, quando a esse verde se somou o amarelo de uma camiseta que ostenta o escudo da Confederação Brasileira de Futebol; quando os jornais tradicionais começaram a legitimar a insurreição que se iniciava e sugerir outras pautas para os protestos; quando uma plêiade odienta e cega em suas posturas conservadoras e/ou fascistas resolveu que apenas um partido representava o mal de um sistema político inteiramente apodrecido; quando percebi que no meio desse caldo verdadeiramente insalubre estava uma juventude cujo futuro, me parecia, tendia mais para a alienação aprofundada pelas *redes sociais* do que para o interesse em questões políticas “reais”, foi quase automática a conclusão: não há esperanças. Restava apenas nos apercebermos disso e voltarmos a vociferar na tranquilidade fria e distante das telas de celulares e computadores. Ou quem sabe nem isso...

Ocorre que, para concluir algo assim, não bastava uma epifania aparentemente genial. Era preciso que os nexos causais se desvelassem ao longo da pesquisa, e foi aí que a primeira dificuldade apareceu. Se eu faço parte dessa juventude insatisfeita e também uso as *redes sociais* para manifestar minha visão de mundo na esperança, mínima que seja, de construir alguma racionalidade dialógica, o que exatamente me autorizava a concluir que todo aquele enorme fluxo de desejo das ruas era efêmero, inexpressivo e quiçá um pouco patético já que oriundo de uma juventude alienada?

A segunda dificuldade foi tornar mais claro o paradoxo de me assumir como um tecnóforo (convicto na teoria, um pouco hipócrita na prática) que participa das *redes sociais* ativamente, propondo discussões, tentando confrontar ideias que tenho como retrógradas, enfim, tomando-as como um espaço legítimo de sociabilidade onde seria possível, ainda que nem sempre, construir algum debate racionalmente orientado. Ora, se faço parte de uma rede na qual não acredito, por que simplesmente não me abstenho dela? O fetichismo próprio do capitalismo imaterial é de tal modo coercitivo que não tenho mais qualquer controle sobre minhas decisões? Ou será que o ceticismo puro não seria o invólucro desejável para encobrir o eventual remorso pela ampla utilização das *redes sociais* sem, com isso, me frustrar pelas potencialidades desperdiçadas, pelas derrotas inevitáveis no amargo campo da política?

Se, como diz Wagner, o antropólogo torna o estranho familiar e o familiar um pouco estranho para depois “inventar” uma determinada cultura – no caso a cibercultura – para então sentir que transcendeu sua própria cultura, eu necessariamente deveria deixar de ver a tecnologia e, conseqüentemente, todos nós que a utilizamos em alguma medida, como estranhos para ao poucos torná-los mais familiares, o que teria como consequência me tornar algo estranho a mim mesmo. Esse é um processo verdadeiramente antropológico.

O autoestranhamento e a aceitação das múltiplas sociabilidades sem tomá-las como “desviantes” de um arcabouço (ou preconceito?) teórico prévio, pode ser doloroso na medida em que exige certa dose de flexibilidade e desenraizamento de conceitos já sedimentados. O campo, no caso, o campo virtual, deveria me “afetar” conscientemente, já que eu fazia parte da rede. De outro modo, estaria perdendo meu tempo e poderia, de imediato, redigir a pesquisa já previamente concluída. Aliás, fossem todos os que veem algo de positivo nas *redes sociais* “desviantes”, como sugeria minha lógica inicial pobre, poderia me considerar o pastiche vulgar de Simão Bacamarte antes da Revolta dos Canjicas. Espero, no entanto, não chegar tão longe quanto o personagem machadiano, me restringindo a “libertar” os internos de minha conclusão antiantropológica sem, contudo, me trancar novamente, dessa vez solitário, numa redoma teórica exclusivista.

O primeiro grande passo para a afetação necessária foi o questionamento sobre o que é a tecnologia e como ela afeta nossa vida em todas as suas dimensões. De fato, há motivos suficientemente sérios e devidamente embasados para suspeitar que a tecnologia pode servir para aprofundar um novo processo de colonização que já não mais demanda viagens ultramarinas e saques de terras indígenas; que cada vez menos precisa de bombas para implementar a dominação pelo capital e tem no conforto de salas climatizadas a possibilidade de criar crises financeiras que suprimem a democracia em prol de plutocracias cujos verdadeiros governantes são alguns poucos banqueiros e analistas econômicos. Mas a questão é anterior a isso. A questão é: o que, afinal, é a tecnologia? Ou: toda tecnologia necessariamente é posta a serviço do poder instituído sem que haja resistência? Essas questões são, de per si, bastante complexas.

Só a partir da reflexão sobre outras maneiras de pensar a própria modernidade me foi possível admitir a possibilidade de que a tecnologia é mais humana do que eu supunha e as culturas são menos rígidas do que aparentam. Mais do que tentar delimitar identidades, cumpre pensar em como as culturas se misturam, se hibridizam, se complementam, se chocam, se diferenciam, enfim, como as tensões podem ser pensadas sem o tradicional receio de que tudo seja “líquido” e esteja desgraçadamente escorrendo pelos vãos dos dedos, mas ao invés disso investigar como compõem mapas nos quais os sujeitos se apropriam de saberes, valores, tradições e como remodelam tudo isso relacionalmente, ou seja, como os contatos, os afetos, as multiplicidades são vividas pelos sujeitos que, mesmo diante de estruturas complexas de poder, não são meros autômatos reprodutores da ordem estabelecida. Claro que tal reflexão também traz consigo um imenso número de questões, como o interminável e aparentemente insolúvel problema da relação entre sujeito e estrutura que guarda na capanga

todo o aparato teórico disponível para ao menos colocá-lo em perspectiva, seja em defesa do messianismo analítico que preza pela relativa imutabilidade das estruturas ou do individualismo metodológico que hiperestima a influência imediata dos sujeitos no curso da história.

Minha aposta foi a de não ignorar os sujeitos sem, no entanto, tratá-los como unidades independentes, ou estaria verdadeiramente inaugurando uma fábrica de “invenções” antropológicas. A consequência mais evidente de tal opção foi não tomar os sujeitos no espaço virtual como atores que representavam (ou dissimulavam) a si mesmos em tempo integral, o que em alguma medida colidia com a minha percepção de que o ciberespaço constrói autoimagens intencionalmente fabricadas. Em outras palavras, tratava-se de não ser assimétrico ao perceber e me relacionar com meus “nativos”.

O segundo grande passo que dei no sentido de me deixar afetar realmente pela tecnologia foi me cadastrar no Twitter, uma vez que no Facebook já era ativo há bem mais tempo e, antes disso, participava do extinto Orkut. Também durante algum tempo mantive um blog onde postava textos com reflexões sobre temas diversos. A simples participação em outra *rede social* pode parecer algo banal, mas para os meus padrões certamente não era. A ambiência do Twitter é bastante diferente da do Facebook (que também é muito diferente da do Orkut, do blog...): a linha do tempo é mais caótica e o número de informações que surgem é bem maior. Mas a maior diferença, no entanto, é na forma como as interações se dão: não há “amigos” no Twitter, apenas “seguidores”. Ali existe um nível bem maior de distanciamento entre os usuários, que usam essa mídia social principalmente para compartilhar conteúdo. Não existem “amigos”, seja na acepção gramatical substantiva ou adjetiva do termo, no Twitter.

Confesso que só tive uma dimensão mais real da potência da rede enquanto ponte comunicativa entre pessoas indistintas depois que um tuíte meu foi retuitado, sem que eu tivesse tal intenção, pelo perfil de humor “Dilma Bolada”, que tinha algo em torno de 500 mil seguidores. Quase que instantaneamente meu número de seguidores começou a aumentar, recebi elogios e também um bom número de ofensas e questionamentos comedidos. A sensação inicial foi de ter sido jogado em uma arena cujos leões estavam ávidos para estraçalhar minha carne virtual enquanto um grupo de gladiadores estava disposto a me prestar algum auxílio na luta ou somente me parabenizar por ter dito algo interessante. Obviamente, essa sensação é reservada a neófitos: qualquer pessoa que possua um perfil com muitos seguidores no Twitter tem de se acostumar em alguma medida com ofensas e elogios, que banalizam o sentido das palavras ao se tornarem recorrentes para o receptor da mensagem. Dessa experiência restaram algumas questões.

O processo de banalização das ofensas que identifiquei é capaz de transformar a personalidade de alguém, tornando-a agressiva repentinamente? Ou seja, será que quem ofende tanto quanto quem é solidário não guarda em si essas características fora das redes sociais de modo mais ou menos pronunciadas? Ora, se os sujeitos estão sempre atuando no espaço virtual e se ali, no controle dos teclados e dos celulares, eles não são eles mesmos, quem eles são? Onde posso encontrar seus “eus” verdadeiros? O senhorzinho que passeia alegremente com seu cachorro e me dá bom dia no gramado do condomínio num tom genuinamente amável é sempre mais sincero do que o senhorzinho que brada raivosamente nas redes sociais? Quantos “senhorzinhos”, afinal, há naquela figura ora mansa, ora histriônica que se comunica com a mediação de um teclado e sob a proteção da distância? Há um verdadeiro eu que se mostra em tal ou qual ocasião enquanto todos os outros eus apenas performam habilmente? Creio ter sido o mesmo tipo de reflexão que motivou a grande jornalista Eliane Brum a escrever uma coluna genial, que vai de Hanna Arendt a Nelson Rodrigues, e da qual me permito transcrever um excerto:

[...] A boçalidade do mal⁶³, uma das explicações possíveis para o atual momento, é um fenômeno gerado pela experiência da internet. Ou pelo menos ligado a ela. Desde que as redes sociais abriram a possibilidade de que cada um expressasse livremente, digamos, o seu “eu mais profundo”, a sua “verdade mais intrínseca”, descobrimos a extensão da cloaca humana. Quebrou-se ali um pilar fundamental da convivência, um que Nelson Rodrigues alertava em uma de suas frases mais agudas: “Se cada um soubesse o que o outro faz dentro de quatro paredes, ninguém se cumprimentava”. O que se passou foi que descobrimos não apenas o que cada um faz entre quatro paredes, mas também o que acontece entre as duas orelhas de cada um. Descobrimos o que cada um de fato pensa sem nenhuma mediação ou freio. E descobrimos que a barbárie íntima e cotidiana sempre esteve lá, aqui, para além do que poderíamos supor, em dimensões da realidade que só a ficção tinha dado conta até então.

Descobrimos, por exemplo, que aquele vizinho simpático com quem trocávamos amenidades bem educadas no elevador defende o linchamento de homossexuais. E que mesmo os mais comedidos são capazes de exercer sua crueldade e travesti-la de liberdade de expressão. Nas postagens e comentários das redes sociais, seus autores deixam claro o orgulho do seu ódio e muitas vezes também da sua ignorância. Com frequência reivindicam uma condição de “cidadãos de bem” como justificativa para cometer todo o tipo de maldade, assim como para exercer com desenvoltura seu racismo, sua coleção de preconceitos e sua abissal intolerância com qualquer diferença.

⁶³ Referência à “banalidade do mal” teorizado por Hanna Arendt por ocasião do julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann.

[...] (BRUM, 2015, s. p.)

Para a jornalista, estão se desfazendo as ilusões de nós mesmos, talvez para reconstruí-las de maneira diferente, com outra argamassa menos aprazível. Não é de todo inexplicável, portanto, que as *redes sociais* provoquem nos mais meticolosos pensadores um misto de amor e ódio (ou apenas ódio), como é o caso do recém falecido Umberto Eco, autor a quem recorremos para embasar nossa perspectiva crítica a noção de cultura de massa mas que mostrou toda sua aversão às *redes sociais* ao dizer, em um determinado evento, que agora um imbecil tem o mesmo direito à palavra do que um ganhador de prêmio Nobel.

A democratização da imbecilidade, para recorrer ao adjetivo de Eco, levanta questões importantes. Mas a principal delas é que, talvez, se a imbecilidade sempre existiu, pois é isso que a colocação de Eco pressupõe, ela ficava à espreita, escondida no silêncio enigmático de si mesma e agora já não fica mais. Pode-se tanto concluir que isso é trágico para os prêmios Nobel, que agora se veem com poder de fala relativamente similar a qualquer pessoa, como pode-se, ao contrário, entender que a democratização da imbecilidade joga luzes em um inimigo antes invisível, que é a barbárie virtualmente residente em cada um de nós. Aliás, Foucault sustenta em seu *A Ordem do Discurso* que se na Idade Média o nome do autor era indispensável como “indicador de verdade”, agora os nomes dos autores são cada vez mais figurativos...

Voltamos, assim, à ambivalência da rede sociotécnica. Qualquer discurso se torna “discurso de verdade” nas *redes socais* e esse é justamente o mecanismo que permite a disseminação de mentiras de todos os matizes na velocidade da luz. Mas não podemos esperar contornar esse problema controlando os meios pelos quais se disseminam os discursos, mas sim pensando que o fato de os discursos poderem se replicar mais depressa evidencia o problema da intencionalidade de quem os produz. Um discurso, afinal, não é algo pronto. Não existe verdade acabada e esperar que as pessoas não hajam de má-fé nas *redes sociais* é tão delirante quanto pensar que os discursos que circulam em papel ou oralmente são “realmente” todos passados de completa boa-fé e são, por isso, mais “verdadeiros”. A ilusão do eu parece se esfacelar junto à ilusão da verdade dos discursos. Mas o esfacelamento do discurso de autoridade, ou mais precisamente da autoridade, foi o que permitiu a emergência de narrativas que confrontaram a perspectiva ideológica de jornais tradicionais. Por isso estamos no campo inevitável da ambivalência das *redes socais*.

Parece natural, então, que espaços de sociabilidade distintos causem ações e reações distintas, o que, na Internet, ganha dimensões às vezes incalculáveis. A pessoa que tenta

construir nas *redes* uma autoimagem imaculada, despida de problemas, pode estar imersa num halo ofuscante de narcisismo imensamente estimulada pela “economia do curtir” que o Facebook promove extraordinariamente. Mas esse narcisismo é projetado na imagem virtual dissimulada ou circunstancialmente produzido? De outro modo, aquele que transborda ódio em qualquer comentário, que denigre imagens, dissemina mentiras intencionalmente e tem como combustível principal um composto que combina raiva e falta de educação agem assim apenas por que se esconde na segurança do anonimato ou é alguém que já guarda em si toda esta potência reativa? Questões que talvez dependam do auxílio de outras áreas do conhecimento para serem satisfatoriamente respondidas, mas que foram suficientes para implodir de vez meu prédio antiantropológico previamente concebido.

Outras muitas questões relativas às *redes sociais*, mais especificamente em como as *redes sociais* transformam a vida das pessoas que as utilizam, precisam ser respondidas e apenas começaram a ser verdadeiramente problematizadas. Cito, para ficar em dois exemplos agudos, a questão da utopia da emancipação de uma parcela dos trabalhadores que não estão restritos ao regular trabalho nas fábricas, em especial os profissionais liberais que usam as *redes sociais* como ferramenta de trabalho e estão o tempo todo em contato com clientes, fornecedores, enfim. As linhas divisórias entre trabalho, lar, tempo em que o empregado está à disposição da empresa, tempo reservado à vida particular, horário comercial, horário de descanso, etc., estão simplesmente desaparecendo e o risco de aumento da precarização do trabalho, diferente para cada tipo de profissional, é bastante real. Há também a questão da dificuldade de concentração que as pessoas veem enfrentando em função do vício provocado pelas *redes sociais*. O problema se manifesta de maneiras distintas em diversos ambientes, como na escola, no trabalho, em casa e carece de mais investigações empíricas. Mas é sabido que a lógica de algumas *redes sociais* é jogar com a psicologia comportamental, de modo que as retribuições (como as proporcionadas pela “economia do curtir”, por exemplo) trabalhem para manter o usuário no ambiente virtual o maior tempo possível, o que pode afetar a capacidade de se dedicar a outras tarefas.

O segundo exemplo merece um aparte. Não há dúvidas de que a ambiência virtual e todas as suas ferramentas moldam a cognição humana. A questão, me parece, é que somente investigações complexas e multidisciplinares podem conseguir determinar as consequências reais das transformações cognitivas provocadas pelo ambiente de rede. Lembro que Nietzsche, em *O Crepúsculo dos Ídolos*, ao falar sobre o que entende como a “decadência da cultura alemã”, já abordava questões como o embrutecimento do espírito alemão pela “deprimente” influência do cientificismo e pelo adestramento do modo de pensar no ensino

superior, colocado a serviço do Estado. Isto quer dizer que muitas das nossas percepções, que julgamos ser de agora, originais e recentes, podem ser encontradas bem antes do que se poderia imaginar. É evidente que o fato de as mudanças não serem recentes por si só não as legitima, mas endossa a tese de que o saudosismo é um péssimo aliado para o pensamento crítico.

Por fim, a última disposição antropológica do trabalho foi confrontar a ideia de que a chamada “antropologia de gabinete” é necessariamente um pecado científico. O ciberespaço não pode ser um não-lugar, já que, como tentamos demonstrar, é um espaço de sociabilidade legítimo, o que leva a concluir que não só é possível como é necessária uma antropologia de gabinete e **do** gabinete, aliada, no entanto, a uma abordagem teórico-metodológica que permita mapear os tortuosos caminhos que levam os atores dos gabinetes de onde digitam seus textos e suas bandeiras de luta para as ruas, onde, por exemplo, extravasam seus gritos políticos. De fato, talvez seja apropriado dizer que uma “antropologia de gabinete” no estrito sentido do termo nunca tenha existindo, já que as narrativas e depoimentos são apenas elos de uma rede sociotécnica que fornece a base de todo e qualquer fato político e/ou científico. Não poderia ser diferente em uma etnografia – que se propõe simétrica – das *redes sociais*. O “gabinete” como lugar de enunciação nunca esteve localizado aqui ou ali, mas conectado – como uma “Central de Cálculo” (LATOUR, 2011), em redes compostas pela associação interminável entre atores (e actantes) humanos e não-humanos.

A política, enquanto ação e enquanto linguagem, toma formas mais fugazes na esteira da transformação da comunicação humana, cada vez mais dividida entre espaços de sociabilidade virtuais e não-virtuais, mas nem por isso menos reais. Por que então todos os debates, às vezes grosseiros, repletos de ódio e ofensas, é verdade, devem ser tomados como “balbucios” por se desenvolverem no ambiente de rede? O que aconteceu em diversos países do mundo, o consenso inesperado da multidão que transbordava desejos, que derrubou governos, não foi mesmo mais que uma amarga ilusão?

A antropologia precisa se voltar para o gabinete e problematizá-lo, pois a partir de dele é possível criar agenciamentos coletivos de potência colossal, pelo que é necessário buscar compreender o que representa para os seres humanos a capacidade de pulverizar as distâncias geográficas para tornar o ato da comunicação imediato sem ser necessário sair do lugar. Aliás, o gabinete não está mais preso a um prédio, ele está em todos os lugares em que há conexão com a Internet. Minha atividade de busca pela compreensão do espaço virtual não está também presa a um espaço físico como tradicionalmente esteve para os antropólogos e nem por isso é menos “real” do que a atividade do pesquisador que vai até uma aldeia

indígena, desde que fiquem claras as limitações próprias de cada ambiente. Dito de outra maneira, não há realidade mais real; existem sociabilidades que devem ser compreendidas em suas dimensões relacionais e, claro, como isso envolve e afeta o pesquisador e seu objeto.

Um sem-número de questões ainda devem ser respondidas. Mas, afinal, não é essa a sina eterna das ciências, sobretudo as ciências do homem?

REFERÊNCIAS

13 de junho de 2013. 4º protesto contra aumento da tarifa do transporte público, São Paulo-SP. 14 de jun. de 2013. 4'53". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2kDyGSCQCY&list=PLQrehgII_crHRdnv3NdNSf0QpImlXtCO5&index=10>. Acesso em 17 jun. 2015.

ABOUT. **The Anthem blog.** Disponível em: <<https://anthem.wordpress.com/about-2/>>. Acesso em 21 mar. 2016.

AGENTES do caos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2013, Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ALTERMANN, Dennis. Qual a diferença entre redes sociais e mídias sociais? **Midiatismo**, 06 set. 2010. Disponível em: <<http://www.midiatismo.com.br/qual-a-diferenca-entre-redes-sociais-e-midias-sociais>> Acesso em: 29 fev. 2016.

ANONYMOUS CURITIBA. [comentário pessoal]. **Facebook**. 03 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousCuritiba/photos/a.382235528493051.78728.382189885164282/626559550727313/>>. Acesso em: 20 mar. 2014

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A Internet e a Rua – ciberativismo e mobilização nas rede sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, In: XIX ENCONTRO DA COMPÓS, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2010. p. 10.

ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks – liberdade e o futuro da Internet**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

ATAQUE covarde da tropa de choque na manifestação contra aumento das passagens em SP dia 13/06/13. 15 de jun. de 2013. 5'06". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-2mWAbsQ25A>>. Acesso em 16/06/15.

BARROCAL, André. Repercussão assusta Câmara e pode brear lei da terceirização. **Carta Capital**, São Paulo, 14 abr. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/repercussao-assusta-camara-e-pode-brear-lei-da-terceirizacao-5802.html?utm_content=buffer8763b&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti e Marcelo Macca. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOCCHINI, Lino; LOCATELLI, Piero. Ex-integrantes da entidade controladora do Mídia Ninja falam com exclusividade para CartaCapital e condenam práticas da organização. **Carta Capital**, São Paulo, 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>>. Acesso em 05/05/2015.

BOLAÑOS, Roberto Gómez. **Diário do Chaves**. Tradução de Fabiana Camargo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Tradução de Mário Guerreiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Thiago Siqueira de. O partido midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6., 2014, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Unesp, 2014. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/eventos/2014/vi-seminario-internacional-teoria-politica-do-socialismo/trabalhos/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRUM, Eliane. A Boçalidade do mal. **El País**, Madrid, 02 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html>. Acesso em: 02 mar. 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Classe Operária Vai ao Sindicato**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARTA CAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 801, 28 maio. 2014.

CARTOGRAFIA de redes: um mapeamento das manifestações de 13 de junho. **InterAgentes**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?s=13+de+junho>>. Acesso em 17/06/2015.

CARVALHO, Mário Cesar. Serviço secreto da PM diz que PSOL 'recruta' punks para protestos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2013, seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet – reflexões sobre Internet, negócios e sociedade**. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.

CHOMSKY, Noam. **Razões de Estado**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Rexord, 2008.

COM VANDALISMO. Produção: Nigéria Filmes, 2013. Documentário, 70 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CRAIDE, Sabrina. Novo Congresso é conservador socialmente e liberal economicamente, diz Diap. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-01/novo-congresso-e-conservador-socialmente-e-liberal-economicamente-diz-diap>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

_____. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: 34, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009.

DINIZ, Lilia. O jornalismo em tempo real da mídia ninja. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 01 ago. 2013, edição 757. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_jornalismo_em_tempo_real_da_midia_ninja/>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

FERRAZ, Lucas. Maioria foi às ruas contra corrupção, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contracorrupcao-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **O nascimento da biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Ariane de. "Não somos feministas", diz a presidente do Partido da Mulher Brasileira. **Época**, São Paulo, 09 out. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/10/nao-somos-feministas-diz-presidente-do-partido-da-mulher-brasileira.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GARCIA, Janaina; CARVALHO, Marivaldo. Jornalista detido por portar vinagre em ato contra aumento da tarifa é liberado. **UOL**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/jornalista-e-presno-durante-protesto-contraaumento-da-tarifa-em-sp.htm?cmpid=cfb-cotidiano-news&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582>. Acesso em: 16 jun. 2013.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUATTARI, Félix. **Caosmose – um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: 34, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – cartografias do desejo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL, Stuart. **The centrality of culture**: notes on the cultural revolutions of our time. In.: THOMPSON, Kenneth (ed.). Media and cultural regulation. Tradução de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.

HARVEY, David. et al. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. Tradução de Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do Ciborgue – As vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Shuback. Petrópolis: Vozes, 2001.

INCÓGNITA nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2013, Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1297388-editorial-incognita-nas-ruas.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes Silenciadas**: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2336, 3 set. 2014.

'JAMAIS achei que ele fosse atirar', diz repórter da Folha atingida durante protesto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2013, seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fosse-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

JORNAL Globo Opinião Arnaldo Jabor contra manifestação aumento passagem. 18 jun. 2013. 1'37". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WtZGWQ9XmHU>>. Acesso em: 16/06/15.

JORNALISTA Pedro Ribeiro Nogueira sendo espancado pela polícia. Fonte do vídeo: Centro de Mídia Independente, 12 jun. 2013. 2'29". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=043RmwFwero>>. Acesso em 13/06/2013.

JUNHO - o mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. Brasil: TV Folha, 2013. 72 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AMprLfFSGPc>>. Acesso em: 10 set. 2015.

JUDENSNAIDER, Elena. et al. **Vinte Centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro. Bauru: EDUSC, 2002.

LARGO da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos. **Datafolha**, São Paulo, 19 jun. 2013, Opinião pública. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

LATOURE, Bruno. **A Esperança de Pandora – ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **Jamais Fomos Modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2013.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012.

LAW, J. 2004. **After Method: mess in social science research**. London e New York: Routledge.

LEGUME, Lucas. O Movimento Passe Livre acabou? **Passa Palavra**, 04 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2015/08/105592>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

LEMO, André. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. **MATRIZES**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 29-51, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2010.

_____. **O que é o Virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 1996.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa de Barbosa. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MALINI, Fábio. As diferenças dos protestos nas mídias sociais. **Info**, São Paulo, abril de 2015a, edição 351. Disponível em: <<https://revista.info.abril.com.br/edicoes/351/aberto/o-que-nao-ha-dos-protestos-de-junho-em-marco/>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. [Foto da Linha do Tempo]. **Facebook**. 15 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153174798596151&set=a.477225711150.296154.703916150&type=1&theater>> . Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. [Foto da Linha do Tempo]. **Facebook**. 16 mar. 2015c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153174907651151&set=a.477225711150.296154.703916150&type=1&theater>> . Acesso em: 16 mar. 2015.

MANIFESTAÇÕES levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013, seção Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Camila. et al. Protestos no Brasil 2013. **Artigo 19**, São Paulo, 2013. Disponível em: < <http://www.artigo19.org/protestos/panorama.php>> . Acesso em: 02 jun. 2014.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. 86. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. v. 1. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MENDONÇA, Heloísa. Má repercussão nas redes faz PSDB recuar sobre lei da terceirização. **El País**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/15/politica/1429113990_810741.html>. Acesso em: 15 abr. 2015

_____. Onda antiterceirização domina 98% dos debates sobre o tema nas redes. **El País**, São Paulo, 16 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/17/politica/1429230453_452167.html>. Acesso em: 16 abr. 2015.

MÍDIA Ninja - 05/08/2013. Roda Viva recebe o jornalista Bruno Torturra e o produtor cultural Pablo Capilé, ambos idealizadores do grupo Mídia Ninja. 19 de mar. de 2015. 1h20min17". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MORAES, Dênis. **O Concreto e o Virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração oligopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Wallace dos Santos de; JOURDAN, Camila Rodrigues; FERREIRA, Andrey Cordeiro. A insurreição invisível: uma interpretação anti-governista da rebelião de 2013-2014 no Brasil. **OTAL – Observatório do Trabalho na América Latina**, Rio de Janeiro, 03 out. 2015. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-insurreicao-invisivel-uma-interpretacao-anti-governista-da-rebeliao-de-201314-no-brasil/>> Acesso em: 20 jan. 2016.

MOVIMENTO M12M. Pautas. Disponível em: <<http://www.movimento12m.org/?q=node/234>>. Acesso em 11 mai. 2015.

NINJA [vídeo]. **Facebook**. 12 abr. 2015. 4'19". Disponível em: <<https://www.facebook.com/video.php?v=478553722302778>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

NOTA sobre a manifestação do dia 6. **Movimento Passe Livre**, São Paulo, 07 jun. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>> Acesso em 09/06/2013.

NOVO protesto tem reação violenta da PM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013, seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113957-novo-protesto-tem-reacao-violenta-da-pm.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther (coord.). **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. Disponível em: <<http://www.lage.ib.usp.br/manif/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lúcia. Um desacordo entre manifestantes e os convocantes dos protestos? **El País**, São Paulo, 18 ago. 2015a. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015b. **USP**, São Paulo. Disponível em: <<https://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Tradução de Rogério Luz et al. Rio de Janeiro: 34, 1993.

PIMENTEL, Guilherme. Facebook passa a privilegiar posts com assuntos que estão bombando. **E-Dialog**, São Paulo, 19 set. 2014. Disponível em: <<http://www.edialog.com.br/midia-social/facebook-passa-privilegiar-posts-com-assuntos-que-estao-bombando/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PIRES, Breno. Em uma semana, quatro protestos contra aumento da tarifa em São Paulo. **O Estadão**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224>>. Acesso em 15/06/2015.

PMs atiram contra manifestantes que pedem não à violência. 13 de jun. de 2013. 35". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u3-PWM9uuGI>>. Acesso em: 17/06/15.

POLICIAL Quebra Vidro da Própria Viatura - São Paulo 13/6/2013. 13 de jun. de 2013. 23". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kxPNQDFcR0U>>. Acesso em: 16/06/2015.

PROTESTO em São Paulo é o maior desde manifestação contra Collor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2013, seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contr-collor.shtml>>. Acesso em 12/06/2015.

QUEM SOMOSa. **Anonymous Brasil**. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

QUEM SOMOSb. **Intervozes**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

QUEM SOMOSc. **Mídia Ninja**. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>>. Acesso em 15 jun. 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

Resultado da busca por tweets do perfil da Polícia Militar de São Paulo em 13 de junho. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=from%3APMESp%20since%3A2013-06-13%20until%3A2013-06-13&src=typd>> Acesso em 15 jun. 2015.

RETOMAR a Paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013, Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ROVAI, Renato. Estudo mostra que Passe Livre teve 62% de apoio nas redes sociais no dia 13/6. **Portal Forum**, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/mapeamento/>>. Acesso em 17/06/2015.

RÜDIGER, Francisco. **As Teorias da Cibercultura**: Perspectivas, Questões e Autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Contra o conexionismo abstrato: réplica a André Lemos. **MATRIZES**, São Paulo, v.9, n.2, p. 127-142, 2015.

SAHLINS, Marshall. **O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica**: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (PARTE I). Tradução de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 3 (1): 41-73, fev. 1997.

SARDENBERG, Yuri. **Dói em todos nós**. 2013. Disponível em: <<http://yurisardenberg.com/sitenovo/portofolio/doi-em-todos-nos/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SAVAZONI, Rodrigo. **Os Novos Bárbaros**: a aventura política do Fora do Eixo. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVA, Tarcízio et al. **Para Entender o Monitoramento de Mídias Sociais**. Ebook, 2012. Disponível em: <<http://tarciziosilva.com.br/blog/entenda-o-monitoramento-de-midias-sociais-com-e-book-brasileiro/>> Acesso em: 19 jun. 15.

SILVEIRA, Diego Soares da. **Redes Sociotécnicas na Amazônia – tradução de saberes no campo da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 97, 2013.

SOBRE. **Creative Commons**. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/sobre>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. **A Dádiva Indígena e a Dívida Antropológica**: o Patrimônio Cultural Entre Direitos Universais e Relações Particulares. Série Antropologia, vol. 415, Brasília: DAN/UnB, 2007.

TELLES, Helcimara (coord.). Perfil Ideológico e Atitudes Políticas dos Manifestantes em 12 de abril– Belo Horizonte. **Grupo Opinião Pública**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/pesquisas/perfil-ideologico-e-atitudes-politicas-dos-manifestantes-de-12-de-abril-belo-horizonte>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

THE GUARDIAN e Forbes sobre protestos de domingo: "Festival do ódio; manifestação de ricos". **Pragmatismo Político**. 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/the-guardian-e-forbes-sobre-protestos-de-domingo-festival-do-odio-manifestacao-de-ricos.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

TONUS, Mirna. Monitoramento de mídias sociais: levantamento sobre ferramentas e métricas. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. **Anais...** No prelo.

VALLONE, Giuliana. [comentário pessoal]. **Facebook**, 14 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/giuvallone/posts/10200618526163591>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

VEM pra janela! | Solidarity to Brazilian Protests - White Windows. [evento]. **Facebook**. 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/281102965366442>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. In: Cultura Digital.br. SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (org). Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

VOCÊ é a favor de protesto com BADERNA? Sim, SOMOS!! **Pesquisa Datena**. 16 de jun. de 2013. 3'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>>. Acesso em 17/06/15.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ZANON, BREILLA. **Rede, Coworking e emancipação intangível**: um olhar sobre a flexibilidade, biopolítica e subjetividade a partir da reestruturação produtiva. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.